UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

A NOVA POLÍTICA E A AÇÃO DE ATORES JOVENS NOS ESPAÇOS PLURAIS DA SOCIEDADE CIVIL

SÍLVIO CÉSAR OLIVEIRA BENEVIDES

PPGCS

Salvador-Bahia

2009

A NOVA POLÍTICA E A AÇÃO DE ATORES JOVENS NOS ESPAÇOS PLURAIS DA SOCIEDADE CIVIL

Por

Sílvio César Oliveira Benevides

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) como requisito obrigatório para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientadora: Profª Drª Ruthy Nadia Laniado

PPGCS

Salvador-Bahia

2009

Benevides, Sílvio César Oliveira
B465 A nova política e a ação de atores jovens nos espaços plurais da sociedade civil. -- Salvador, 2009.
214 f.
Orientadora: Profª Drª. Ruthy Nadia Laniado
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

1. Organizações não governamentais. 2. Juventude.. 3. Movimentos sociais. 4. Juventude - atividades políticas.5. Jovens – Brasil – Condições sociais. I. Laniado, Ruthy Nadia. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

CDD – 305.23

AGRADECIMENTOS

Para esse trabalho se concretizar, contei com o estimado apoio de algumas pessoas que contribuíram, significativamente, nas diferentes etapas da pesquisa.

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus informantes, cuja colaboração foi imprescindível e, também, por terem me recebido com satisfação e, sobretudo, por abrirem espaço em suas agendas para cooperarem com esta pesquisa.

À minha orientadora, Profª. Dr.ª Ruthy Nadia Laniado, pelas advertências e críticas sempre pertinentes, bem como por sua dedicação e interesse, não, apenas, na orientação desta tese, mas, também, pelo meu crescimento e aperfeiçoamento profissional.

À Maria Cândida dos Santos Bahia pela acurada revisão do texto.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, pelas contribuições, sugestões e incentivo. Agradeço, em especial, às professoras Maria Victória Espiñeira e Paula Schommer pelas preciosas críticas.

Não poderia deixar de agradecer aos amigos que me ajudaram e me incentivaram nas diversas etapas desse trabalho, entre eles: Anne-Marie Labréque, Antônio Eduardo, Christiane Viens, Francisco Antônio, Gina Carla Reis e Mônica Celestino. Também agradeço à inestimável contribuição de Agnaldo Almeida Filho, Andrezza Almeida, Bruna Hercog, Carolina de Mendonça, Daniel Miranda Teodoro, Deivison Sena, Gláucia da Luz Teixeira, Ian Lima Aguzzoli, Ícaro Iandê, Isabela Ribeiro, Jorge Hilton Miranda, Leandro Vilas Verde, Leila Batista Brito, Lenildes Muniz dos Santos, Loran de Jesus dos Santos, Luciana Mandelli, Nilton Lopes Filho, Paulo Rogério de Jesus dos Santos, Pedro Caribe, Ricardo Santana, Rosana Alves, Vinícius Alves, Wesley Francisco, Wilton dos Santos.

Também, gostaria de fazer um agradecimento muito especial ao amigo, Prof. Dr. Manfred F. Prinz, da Justus-Liebig Universität Giessen, pelo constante interesse e preocupação com o desenvolvimento da pesquisa.

Finalmente, faço um agradecimento particular aos meus pais e irmãos, em especial a Gleide Benevides e José Ubaldo Benevides pelo carinho. Também agradeço a Coccinelle et Papillon por tudo que representam. Sem este apoio, as coisas, de certo, teriam sido, não digo impossíveis, mas, infinitamente, mais difíceis.

RESUMO

De todas as mudanças sucedidas no decorrer do período moderno a mais relevante, do ponto de vista social, foi a formação do campo político e o entendimento da política como esfera autônoma, orientada em ordenamentos racionalmente acordados a partir do princípio universal de emancipação do sujeito. A expressão máxima da nova dimensão como ordem política se materializou na formação do Estado e na legitimação dos direitos. Entretanto, o dinamismo das instituições modernas propiciou o surgimento de intensos questionamentos em torno dos ideais de bem-estar prometidos pela própria modernidade. As premissas e contornos de tais questionamentos, hoje, estão a abrir caminhos para uma nova modernidade mais fluida, radical e reflexiva, caracterizada, primeiro, pela transversalidade das demandas por direitos e, segundo, pelos novos formatos de organização da sociedade civil. Estes têm promovido a politização do social, do cultural e também do pessoal o que, por conseguinte, abriu um amplo campo para a participação e para o exercício da cidadania em esferas não circunscritas aos marcos ou fundamentos instituídos pelo Estado liberal ou pelo político por ele delineado, como é o caso das Organizações Não-Governamentais (ONGs), especialmente as de caráter militante, cuja estrutura horizontalizada vem atraindo cada vez mais o interesse de indivíduos jovens dispostos a defender causas que visam promover um mundo melhor para todos. O presente estudo centra sua análise em atores jovens da cidade do Salvador que atuam em ONG's de caráter militante por meio de trabalho voluntário ou remunerado, com vistas a entender o processo de reordenamento de valores e da política perpetrado pela ação desses indivíduos no mundo atual.

Palavras-chave: modernidade, nova política, movimentos sociais, ONGs, juventude.

RESUMEN

De todos los cambios sucedidos en el transcurrir del periodo moderno la más relevante, desde el punto de vista social, fue la formación del campo político y lo entendimiento de la política como esfera autónoma, orientada en ordenamientos racionalmente acordados a partir del principio universal de emancipación del sujeto. La expresión máxima de la nueva dimensión como orden política se materializó en la formación del Estado y en la legitimación de los derechos. Sin embargo, el dinamismo de las instituciones modernas propició el aparecimiento de intensos cuestionamientos de los ideales de bienestar prometidos por la modernidad. Las premisas y contornos de tales dudas, hoy, están a abrir caminos para una nueva modernidad de más fluidez radical y reflexiva, caracterizada, primero, por la transversalidad de las demandas por los derechos y, según, por las nuevas formas de organización de la sociedad civil. Estos están promoviendo la politización del social, del cultural y también del personal lo que, por lo consiguiente, se abrió un amplio campo a la participación y al ejercicio de la ciudadanía en esferas no circunscritas a los marcos o fundamentos instituidos por el Estado liberal o por el político por él delineado, como es lo caso de las Organizaciones No-Gubernamentales (ONGs), en especial las de carácter militante, cuya estructura horizontal viene atrayendo cada vez más el interés de individuos jóvenes dispuestos a defender causas que visan promover un mundo mejor para todos. El presente estudio centra su análisis en actores jóvenes de la ciudad de Salvador que actúan en ONG's de carácter militante por mediante trabajo voluntario o remunerado, con vistas en entender el proceso de reordenamiento de valores y de la política perpetrado por la acción de esos individuos en el mundo actual.

Palabras Claves: modernidad, nueva política, movimientos sociales, ONGs, juventud.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **08**

CAPÍTULO 01 – A formação da política e a modernidade **24**

1.1 O contexto histórico contemporâneo 27
1.2 A nova ordem política e o reconhecimento 42

CAPÍTULO 02 – Os movimentos sociais contemporâneos **54**

2.1 As ONGs e as novas configurações políticas 70

CAPÍTULO 03 – Juventude, modernidade e mudanças sociais: a arte de se mover na tensão **80**

3.1 Os indivíduos jovens e a modernidade 81
3.2 Os atores de uma nova dimensão do político 93

CAPÍTULO 04 – O reordenamento de valores e da política: a ação de indivíduos jovens na modernidade **108**

4.1 As ONGs – a organização da ação coletiva para a cidadania e democratização da sociedade 118
4.2 Marcando presença na vida pública por outros caminhos: os indivíduos jovens que trabalham em ONGs 136
4.3 Movendo-se na ambivalência contemporânea 142
4.4 Novos valores na esfera da ação política 164

CONSIDERAÇÕES FINAIS **185**

REFERÊNCIAS **194**

ANEXO A **206**

ANEXO B **214**

INTRODUÇÃO

As abordagens clássicas sobre política costumam centrar o exame do seu objeto de estudo nas instituições tradicionalmente concebidas como o *locus* da política, a saber, Estado, partidos políticos, o parlamento e as representações de entidades de classe, tais como os sindicatos. Foi para essas instituições que convergiu a política, com a formação da sociedade burguesa e da economia capitalista.

A presente pesquisa amplia a gama de critérios de análise, indo além daqueles habitualmente examinados pelo campo dos estudos políticos. Seguindo uma linha de estudo que entende a política como presente e disseminada em espaços múltiplos, as premissas dessa tese se aproximam da argumentação de Beck (1997) sobre a politização da sociedade civil. Nessa linha, buscou-se observar como os atores percebem as motivações que os impulsionam a agir como atores politizados em novos espaços de participação, a exemplo das Organizações Não-Governamentais (ONGs), assim como o entrosamento dessa ação na ordem política contemporânea.

O pressuposto central desta pesquisa se fundamenta na idéia de que a cena política no contexto sócio-histórico atual alargou-se sobremaneira devido à emergência de novos espaços de participação, de novos atores, assim como de uma agenda política diversificada. Tal agenda engloba temas que há muito ocupam as pautas de discussões políticas e, também, temas novos, surgidos nas últimas décadas, tais como: a defesa do meio ambiente, as ameaças de doenças epidêmicas, a garantia e ampliação dos direitos humanos, especialmente para as minorias sociais, as questões de gênero e raça, entre tantos outros considerados como os temas do presente no futuro. Entre os novos espaços de participação, o foco recai nas organizações com estruturas administrativas mais horizontalizadas e menos rígidas do ponto de vista hierárquico, que permitem aos seus integrantes uma maior mobilidade e participação direta. Em tais estruturas os indivíduos se sentem mais compelidos a cooperar em ações cujo objetivo é o bem comum, por perceberem não haver distanciamentos intransponíveis entre o *status* e o poder de cada membro da estrutura organizacional, tal qual ocorre no modelo de análise dos sistemas de participação cívica examinados por Putnam (1996).

O tema da presente pesquisa é uma contribuição para o entendimento de como a participação política dos sujeitos sociais hoje tem ampliado as dimensões de cultura política por trazer à tona novos modos de agir e pensar frente aos problemas que são postos

nas conjunturas atuais marcadas por lutas por democratização da sociedade e pela ampliação da cena política. A ação social – individual e coletiva – é orientada para o alargamento dos espaços alternativos onde a democracia pode se tornar um campo dinâmico de ação contínua. Procura-se, então, conhecer o alcance deste tipo de ação social a partir da atuação de atores jovens em organizações situadas fora dos espaços tradicionais de participação. Tal estudo se desenvolveu empiricamente pesquisando a atuação voluntária ou remunerada de indivíduos jovens em ONGs de Salvador que reúnem características semelhantes àquelas classificadas por Gohn (2000) como militantes, que buscam, de alguma maneira, influenciar sobre questões pertinentes a fatores econômicos, políticos, civis, ambientais, de direitos das minorias e direitos difusos, entre outros.

O contexto histórico contemporâneo considerado compreende o período cujo alvorecer ocorreu a partir da segunda metade da década de 1970, período em que, paulatinamente, no âmbito internacional, a polarização ideológica entre Leste-Oeste perdeu força, até sucumbir com a derrubada do Muro de Berlim em 1989. O término dessa polarização ideológica deu início a uma série de transformações nas redes da sociabilidade contemporânea. Dois fatores contribuíram significativamente para que isso ocorresse: o primeiro diz respeito aos questionamentos sofridos pelo projeto unificador e universalizante da modernidade clássica, ou pela gradual perda de confiança nesse projeto (DOMINGUES, 2002). O segundo se refere à intensa ampliação das redes de coexistência e interdependência humana devido ao dinamismo das instituições sociais cuja abrangência atinge escalas globais, provocando o que Giddens (2002) denomina de interconexão entre as influências globalizantes de um lado e disposições pessoais de outro. Para o autor, tal interconexão implicou estabelecer um novo padrão de política emancipatória que contempla também as especificidades dos diferentes sujeitos sociais. Não por acaso, a defesa e ampliação dos direitos e as lutas por reconhecimento se constituíram, na conjuntura atual ,de acordo com Bobbio (1992) e Taylor (1994), na tônica da preocupação dos atores e dos novos movimentos sociais contemporâneos.

Ainda no plano internacional esse período também é marcado por um significativo desenvolvimento das tecnologias digitais de comunicação. Nas últimas duas décadas houve um considerável crescimento da distribuição da informação, resultante da popularização dos novos meios de comunicação. Para Beck (1997), a dissociação de tais meios das bases do utilitarismo militar e econômico possibilitou o seu estabelecimento como um sistema autônomo comparável, segundo ele, dentro da lógica da modernidade tardia, à abolição da ordem feudal instituída pelos desígnios divinos. Esse estabelecimento proporcionou

mudanças profundas e significativas nos processos contemporâneos de sociabilidade, cujo principal vetor é, sem dúvida, a comunicação e o deslocamento da informação, de diferentes conteúdos, em tempo real, por meio da rede mundial de computadores. Grandes segmentos das novas gerações estão a adotar novas formas de comportamento, de convivência e de relacionamento com a informação e com os seus pares. Por essa razão, a análise aqui desenvolvida considerou importantes essas novas formas de sociabilidade que permitiram a organização em rede de diversos atores em torno das mais variadas causas e, também, da conduta politizada, em particular.

O período histórico brasileiro que serve como pano de fundo ao estudo, coincidiu com o processo da reabertura política encetada desde o governo do General Ernesto Geisel, a partir de 1975, e consolidada em 1988, quando o país retornou, em definitivo, ao regime democrático com a promulgação da nova Constituição Federal. Trata-se de um período na história recente do Brasil profundamente marcado pelo fortalecimento gradual da sociedade civil organizada, a princípio em torno de lutas relacionadas à retomada dos direitos e das liberdades democráticas usurpadas pelo regime militar. A oposição ao autoritarismo estatal marcou, de tal forma, a sociedade civil brasileira que alguns analistas consideram a década de 1970 como o período efetivo de sua fundação, visto que, antes do golpe militar de 1964, ela se caracterizava pela falta de autonomia em relação ao Estado (DAGNINO, 2002).

Com o fim do regime militar, o processo de reconstrução da democracia e o pleno funcionamento das instituições democráticas brasileiras, fomentaram a ação da sociedade civil organizada, voltada, desta vez, para a busca de novas maneiras de participação dialógica e de se relacionar com o Estado na procura por novos espaços de atuação, não, necessariamente, ligados às instituições públicas estatais ou aos partidos e sindicatos. Tal processo possibilitou a emergência de diferentes projetos políticos que exprimiam visões diferenciadas quanto aos rumos da democracia no Brasil, deixando clara a heterogeneidade da própria sociedade civil. Ademais, o retorno da democracia deu início a uma série de reflexões sobre os valores e os mecanismos autoritários historicamente enraizados na sociedade brasileira, o que contribuiu, sobremaneira, para o fortalecimento da idéia de que a luta pela democracia deveria estar localizada não apenas na melhoria da relação entre as instituições públicas estatais e sociedade no seu conjunto, mas no próprio âmbito da sociedade civil, ampliando, assim, a percepção de democracia.

Paralelamente, os atores sociais enfatizaram a necessidade de se fortalecer os mecanismos de controle do Estado, já que este não havia conseguido produzir soluções

adequadas para debelar os problemas de exclusão e desigualdade social nas suas mais distintas expressões. Erigiu-se, então, na sociedade brasileira, especialmente a partir da década de 1980, uma nova noção de cidadania que "aponta na direção de uma sociedade mais igualitária em todos os seus níveis, baseada no reconhecimento dos seus membros como sujeitos portadores de direitos, inclusive aquele de participar efetivamente na gestão da sociedade" (DAGNINO, 2002: 10). Tanto no Brasil quanto no resto do mundo o período aqui analisado se caracteriza pela emergência de um movimento denominado por Beck (1997) de subpolítica. Tal movimento tem promovido, segundo o autor, um renascimento não institucional do político e o conseqüente retorno do sujeito individual às instituições da sociedade, pois a subpolítica se faz fora dos espaços tradicionalmente concebidos como a dimensão *par excellence* do político.

Diante desse breve quadro das intensas e aceleradas transformações ocorridas nas sociedades ocidentais e no Brasil, em particular, restringir o político às suas dimensões tradicionais pode reduzi-lo a um vazio analítico que pouco contribui para o entendimento dos fenômenos a ele ligados no mundo atual. Mais que isso, pode levar à percepção de que o político parou de funcionar. "As pessoas esperam encontrar a política nas arenas a ela designadas, e executada pelos agentes devidamente autorizados: parlamento, partidos políticos, sindicatos, etc. Se os relógios da política param aqui, desse ponto de vista, o político como um todo parou de funcionar" (BECK, 1997: 29). A noção de subpolítica permite evidenciar, portanto, a ordem política multifacetada, o que Martins (2008) chama de multiplicidade de contextos, de poderes e possibilidades da vida social contemporânea.

Tomar a noção de subpolítica tal qual definida por Beck (1997) como ponto de partida para a construção das análises da presente tese não significa dizer que os novos espaços de participação são melhores ou mais avançados, do ponto de vista de suas diretrizes, que os espaços tradicionais. Tampouco significa dizer que os espaços tradicionais de participação perderam sua importância ou desempenham um papel meramente residual no cenário político atual. Muito pelo contrário. As instâncias tradicionais continuam a desempenhar um papel bastante significativo na política dos Estados, pois são elas que, de acordo com Bartelson (2000), autorizam e legitimam tanto as ações governamentais quanto as conquistas obtidas pelos atores e movimentos sociais. O que se pretende é mostrar que há novos espaços de participação política e que esta se ampliou consideravelmente; a ampliação contínua pode contribuir de forma bastante significativa para o avanço e aprimoramento da democracia, seja no âmbito das instituições públicas, ou no âmbito das relações intersubjetivas, pois as ações dos Estados e de todas as

instituições que os compõem, assim como dos partidos políticos, estão se tornando cada vez mais permeáveis ao princípio fundamental que tem movimentado a sociedade civil local, nacional e internacional, ou seja, o princípio do respeito/dignidade e do reconhecimento dos direitos do homem em todos os seus aspectos (BECK, 2003). Essa dimensão permite, então, articular a nova política com a questão da ampliação da democracia com base na justiça e na justiça social, em particular.

É possível considerar entre as novas formas de expressão da política a atuação de atores em ONGs, que hoje expressam as novas modalidades de engajamento e de valores sociais e políticos renovadores das últimas três décadas. Entende-se que as ONGs de caráter militante, ou mesmo as organizações do terceiro setor, podem ser percebidas como um dos *locus* possíveis da ação política acima referida e representar, por conseguinte, o micro espaço do reordenamento da ação social que diversifica o sentido das formas associativas, em relação a interesses e bandeiras de luta, que tais organizações ou grupos representam. Ademais, pode-se dizer que é possível observar nas ONGs iniciativas e poder de condução de questões sociais (demandas, negociações, recursos e soluções) que significam a mobilização e o reforço da sociedade civil. Mas significam, também, uma recolocação de valores – sociais e políticos – em outros níveis, diferenciados da vida partidária-parlamentar. As ONGs podem configurar uma nova modalidade de linguagem da política em relação ao envolvimento dos indivíduos – valores, anseios e participação. Conseqüentemente, aqueles que participam, de forma voluntária ou remunerada, nessas organizações representam, também, a própria objetivação dos novos valores políticos por meio dessas formas associativas das novas fronteiras da política.

Para Gohn (2000) as ONGs têm como principal característica uma constituição múltipla e diferenciada. Tais diferenças se referem não apenas aos projetos ou às formas de ação e atuação coletiva, paradigmas e estilos de participação que seguem; dizem respeito, também, às práticas discursivas e de ações concretas norteadas pelos pressupostos políticos e ideológicos que defendem. Ao levar em consideração estes últimos, as ONGs brasileiras foram classificadas por Gohn (2000) em dois tipos distintos entre si: as de caráter militante e propositivo. As primeiras são herdeiras da cultura participativa, identitária e autônoma das décadas de 1970 e 1980. Já as segundas são aquelas cuja atuação, ao contrário das primeiras, se pauta por ações estratégicas que seguem uma lógica instrumental, racional e mercadológica.

Tomou-se como objeto empírico da presente investigação as organizações associativas que se enquadram na modalidade de ONGs militantes. Landim (2002)

argumenta que as organizações do terceiro setor no Brasil constituíram sua identidade a partir da distinção sempre reafirmada por práticas alternativas, no que tange às formas de ação e organização mais tradicionais, seja nos campos político, social ou religioso. Foi a partir de tal distinção que, segundo a autora, estabeleceu-se a identidade peculiar das organizações do terceiro setor (que atendem mais a demandas do mercado e das funções do Estado) e as não-governamentais (que atendem mais a demandas da sociedade civil e dos movimentos sociais). Para atingir os objetivos delineados, a presente pesquisa se voltou para o estudo de indivíduos jovens que atuam de forma voluntária ou remunerada em ONGs de caráter militante, e que buscam viabilizar, por meio de sua atuação nessas organizações, princípios e objetivos que se apóiam, *mutatis mutandis*, em mais justiça social e mais democracia.

ONGs de caráter militante são aquelas empenhadas e envolvidas com os debates públicos em torno de questões que se referem direta ou indiretamente aos interesses da coletividade e direitos dos cidadãos. Elas funcionam como espaços que oferecem a possibilidade de atores coletivos e minorias sociais terem, como argumenta Sodré (2005), voz ativa na luta por direitos. Por essa razão, elas se definem como meios de ação para a emancipação dos sujeitos em prol da cidadania. Promovem reivindicações que estão baseadas em princípios humanitários que associam a defesa e ampliação dos direitos humanos com o propósito de influenciar/intervir nas instâncias decisórias do poder. Para isso firmam parcerias com setores da sociedade ou frações de classe favoráveis às lutas relacionadas às questões sociais pelas quais advogam. Integram nas bandeiras sobre políticas sociais que costumam assumir tarefas geralmente negligenciadas pelas políticas neoliberais abraçadas pelo Estado nas últimas duas décadas. Estrategicamente, não buscam a adesão às suas bandeiras ou causas de forma compulsória e, tampouco, utilizam mecanismos tradicionais de representação (afiliação e eleição), como o fazem os sindicatos, os partidos políticos e as associações de bairro. Em relação à estrutura e à maneira de financiar sua sobrevivência, as ONGs de caráter militante, segundo Kaldor (2003), possuem algum nível de autonomia político-ideológica perante seus agentes financiadores. Ademais, elas não têm caráter comercial ou de produção de bens voltados para o mercado, como empresas ou cooperativas; também não possuem um caráter missionário, como as congregações religiosas (TUDE, 2007). A sobrevivência financeira das ONGs militantes não advém, portanto, do lucro ou da cobrança de taxas ou dízimos, mas, sim, de formas alternativas de captação de recursos por meio da oferta de serviços e estabelecimento de parcerias com órgãos estatais e entidades civis locais, nacionais e

internacionais. É precisamente nesse ponto que a relevância da presente pesquisa se justifica, pois visa entender como se integram à política aqueles que optaram por atuar nesses espaços sociais alternativos que absorvem uma importante dimensão das lutas sociais por direitos simbólicos e materiais sem, no entanto, restringir o político a um corpo normativo e organizacional por meio da representação.

As organizações abaixo listadas foram selecionadas por reunirem em suas diretrizes, propostas e formas de atuação uma série de características semelhantes àquelas atribuídas às ONGs militantes. Todas as organizações que fizeram parte desta pesquisa estão continuamente engajadas e comprometidas em torno de questões que dizem respeito, direta ou indiretamente, aos interesses da coletividade e aos direitos dos cidadãos, conforme poderá ser visto com mais detalhes no quarto capítulo. São elas:

- ABC-LGBT – Associação Beco das Cores de Educação, Cultura e Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros;
- ALAS – Associação Lactomia Ação Social;
- ANAÍ – Associação Nacional de Ação Indigenista;
- CRIA – Centro de Referência Integral de Adolescentes;
- CIPÓ – Comunicação Interativa;
- GAMBÁ – Grupo Ambientalista da Bahia;
- GAPA/BAHIA – Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS-BAHIA
- Instituto Mídia Étnica.

As causas defendidas por estas organizações também estão pautadas por princípios humanitaristas cujo propósito é influenciar de algum modo nas instâncias decisórias do poder, principalmente nas políticas públicas. As bandeiras que desfraldam estão relacionadas a diversos temas tais como:

- Defesa do meio ambiente;
- Defesa e ampliação dos direitos de crianças e adolescentes; de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros (LGBT); dos negros; dos povos indígenas e dos portadores do HIV/AIDS;
- Democratização da comunicação;
- Proposição e monitoramento de políticas públicas voltadas para os jovens.

O objetivo geral deste estudo foi o de verificar em que medida as atuais formas de engajamento de atores jovens que trabalham em ONGs de caráter militante marcam, por meio da participação, o campo da cultura política tal como uma nova configuração de engajamento social, uma nova visão de compromisso político e um novo feitio de atuação que combinam valores políticos, culturais, sociais e pessoais (escolhas de vida) através das atividades voluntárias ou remuneradas de indivíduos jovens em ações desenvolvidas sobre diferentes aspectos de vida, contribuindo para a constituição de uma nova política ou de uma nova dimensão do político, alargando, assim, os espaços democráticos. Os desdobramentos deste objetivo permitiram investigar o tema com maior profundidade em torno de quatro pontos específicos:

1. O modo de inserção dos indivíduos jovens em novos espaços de atuação social.
2. As razões dadas por esses indivíduos no que tange ao seu envolvimento em ONGs militantes.
3. A atuação desses indivíduos jovens enquanto uma modalidade de engajamento político centrada na idéia de influenciar, intervir e mudar o mundo.
4. A maneira como esses indivíduos jovens enxergam suas próprias ações, isto é, como eles consideram que elas os aproximam de valores que afirmam para eles e para a sua ação social o sentido de justiça social e democracia.

Para a linha geral de análise da pesquisa algumas escolhas metodológicas foram feitas. Em primeiro lugar, convém mencionar que a condição de jovem aqui não foi tomada como uma categoria biológica, mas sim como uma categoria que emerge das práticas sociais historicamente construídas, o que já é praticamente um consenso nas análises sobre juventude perpetradas pelas ciências sociais. Classificar os indivíduos em categorias elaboradas em termos de idade significa impor limites e produzir uma ordem que define os poderes associados a cada uma das diferentes faixas etárias e seu sentido em sociedade em determinada época. As classificações por idade estariam, entre outras coisas, ligadas a uma disputa ou divisão dos poderes, conforme diz Bourdieu (1983), e sempre acabam por impor limites e produzir uma ordem que dita o lugar onde cada um deve se manter. Para ele, os critérios de definição e/ou demarcação dos grupos etários são até mesmo socialmente manipuláveis.

No que diz respeito ao limite inferior da juventude, isto é, o momento em que ela tem início, os debates não são muito intensos, embora existam diferentes critérios e

abordagens para defini-lo. Há, nesse sentido, uma razoável concordância em priorizar critérios oriundos de aspectos biológicos e psicológicos, pois se entende que o desenvolvimento de algumas funções específicas, sobretudo as sexuais e as reprodutivas, representa uma transformação física, biológica e psicológica profunda no indivíduo que estabelece com nitidez a diferença entre o adolescente e a criança. As dúvidas, os debates e as discordâncias se intensificam quando se trata de fixar ou estabelecer o limite superior, ou seja, as fronteiras entre a juventude e a fase adulta. Como primeiro passo para esclarecer o tema, deve-se reconhecer a crescente abrangência que esta fase da vida humana adquiriu atualmente. A passagem das sociedades do rural para o urbano, do agrário para o industrial e do industrial para a sociedade do conhecimento ou informacional alargou o âmbito de ação da juventude que, hoje, assume dimensões inéditas na história social da humanidade. Outro aspecto relevante a se considerar é a perda da nítida demarcação que caracteriza e identifica o ser adulto, até mesmo no que tange aos hábitos, já que há uma tendência à *juvenilização* dos adultos, especialmente em relação à aparência e aos comportamentos. De outro lado, os jovens de hoje também têm experimentado um processo de *adultização* acelerado frente aos múltiplos desafios postos pelo mundo contemporâneo (UNESCO, 2004).

Para definir os indivíduos jovens no âmbito desta pesquisa adotou-se o seguinte critério. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006), no Brasil, a expectativa de vida da mulher ao nascer é de 76 anos. Em relação ao homem, a expectativa de vida gira em torno dos 68 anos. Logo, o brasileiro vive, em média, 72 anos. Pode-se dizer, então, que a metade desse tempo, ou seja, 36 anos, é o limite superior para se classificar uma pessoa como indivíduo jovem. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estipula os 17 anos como o fim da adolescência. Assim, partindo do pressuposto que a juventude é uma categoria social historicamente construída, a pesquisa considerou como indivíduos jovens aqueles entre 18 e 36 anos, embora os limites mínimo e máximo de idade dos indivíduos entrevistados no trabalho de campo tenham sido 21 e 34 anos.

Se, conforme Lenoir (1996), a idade dos indivíduos, mesmo servindo de instrumento para avaliar as transformações biológicas pelas quais todo organismo vivo passa ao longo de sua existência, não é em si um dado natural e as elaborações feitas ao considerar categorias tais como infância, adolescência, juventude, maturidade e velhice estão relacionadas a contextos sociais específicos, a análise aqui pretendida sobre indivíduos jovens que atuam em ONGs militantes não pôde deixar de lançar um olhar sobre o contexto histórico em que a produção desses indivíduos e da política de seu tempo

se dão. Nesse sentido, a noção de indivíduos jovens será tomada a partir da definição utilizada por Schmidt (2001: 88) sobre geração política considerada como "um conjunto de indivíduos contemporâneos entre si, marcados por eventos políticos e sociais comuns, que adquirem uma identidade coletiva por compartilhar de tais eventos".

O estudo do tema se centrou nos seguintes eixos temáticos aprofundados e atualizados na literatura selecionada e nas entrevistas: política e modernidade contemporânea (a formação da política e a modernidade); engajamento cívico, cultura política, ação coletiva e novas condutas democráticas (a nova ordem política e o reconhecimento); juventude e reordenamento de valores; ONGs e práticas sociais. Cada um desses eixos temáticos deu origem a um capítulo da tese, organizados da maneira como se segue.

O primeiro capítulo, "A formação política e a modernidade", discorre sobre as transformações sucedidas no período moderno durante o qual os imperativos oriundos da tradição mítico-religiosa foram substituídos por mecanismos de compreensão racional que exerceram forte influência tanto na formação da ciência e da tecnologia quanto na constituição das identidades coletivas e individuais. De todas as mudanças ocorridas no decorrer da modernidade, a mais relevante, do ponto de vista social, foi a formação do campo político e o entendimento da política como esfera autônoma, orientada em ordenamentos racionalmente formados a partir do princípio universal de emancipação do sujeito. A expressão máxima da nova dimensão como ordem política se materializou na formação do Estado e na legitimação dos direitos. O capítulo também aborda a questão do dinamismo das instituições modernas cujo desenvolvimento propiciou o surgimento de intensos questionamentos em torno das promessas de bem-estar universal da própria modernidade, assim como críticas às premissas e aos contornos dessa modernidade que, hoje, estão a abrir caminhos para uma nova modernidade mais fluida, radical e reflexiva.

O segundo capítulo discorre sobre "Os movimentos sociais contemporâneos", enfocando a dinâmica da sociedade civil, dos movimentos sociais e das lutas pela cidadania no contexto histórico contemporâneo. O exame empreendido leva em conta dois aspectos considerados fundamentais: o primeiro, a transversalidade das demandas por direitos; o segundo, os novos formatos de organização da sociedade civil. O argumento central deste capítulo se pauta na idéia de que a nova dimensão do político tem promovido a politização do social, do cultural e também do pessoal o que, por conseguinte, proporcionou a abertura de um amplo campo para a participação e para o exercício da

cidadania em esferas não circunscritas aos marcos ou fundamentos instituídos pelo Estado liberal ou pelo político por ele delineado.

O terceiro capítulo analisa o tema "Juventude, modernidade e mudanças sociais: a arte de se mover na tensão". Tal capítulo trata da vivência juvenil e como esta adquiriu, no decorrer da modernidade tardia, um sentido em si mesma, por conta da emergência de uma multiplicidade de instâncias de socialização, a exemplo do novo papel do lazer e da cultura que passaram a concorrer com a família e a escola, e se tornaram igualmente importantes na constituição da sociabilidade, das identidades e da formação de valores políticos. O comportamento juvenil é entendido a partir das determinações impostas pelo contexto histórico no qual ele se desenvolve. Por essa razão não se pode cobrar dos indivíduos jovens de hoje um comportamento semelhante ao de gerações passadas haja vista que cada contexto possui uma dinâmica única e específica.

O quarto e último capítulo se intitula "Reordenamento de valores e da ação política de indivíduos jovens na contemporaneidade". Tal capítulo tece considerações sobre a ação social politizada que encontram seus fundamentos nas diversas modalidades de lutas sociais. A análise se baseia no cruzamento da teoria com os dados das entrevistas com os indivíduos jovens, que atuam em ONGs de caráter militante, e seu papel renovador na prática de uma ação política modificada em termos de valores, identidades e discursos hoje correntes.

Do ponto de vista metodológico o grupo de entrevistados não é uma amostra dos indivíduos jovens em geral da época presente. Os vinte e quatro entrevistados (ANEXO B) não representam um estudo exaustivo sobre o tema e sobre a juventude contemporânea, mas, sim, um estudo de caso cujo foco principal da análise diz respeito aos valores e práticas que exemplificam a emergência de uma nova percepção ou dimensão da política. Nesse sentido, os entrevistados são depoentes que atuam em ONGs selecionadas aleatoriamente dentre os tipos de ONGs que atuam com algumas das relevantes bandeiras das lutas sociais hoje, conforme mencionado anteriormente.

Robert Yin (*apud* Roese, 1998) afirma que um estudo de caso visa entender fenômenos sobre os quais o pesquisador já possui um conhecimento geral, porém, insuficiente para saber como e por que esses fenômenos ocorrem e, também, suas implicações. Por essa razão, o autor afirma ser indispensável para a realização de um estudo dessa natureza, a elaboração de questionamentos teóricos e a transformação de tais questionamentos em um roteiro de entrevistas que sirva de apoio para a pesquisa empírica, cujos dados permitem responder como as tendências de um quadro teórico mais amplo

podem se manifestar em contextos ou realidades concretas. Assim, as informações empíricas que constam no presente estudo foram integradas àquelas obtidas na literatura especializada e serviram para ilustrar as análises feitas a partir desta fonte. A seleção dos entrevistados teve início com dois estudantes declaradamente militantes que foram meus alunos ao longo de 2008. A partir deles foi montada uma rede de possíveis informantes. Era importante entrevistar indivíduos jovens que atuassem em ONGs que reunissem as características mencionadas anteriormente, isto é, características de uma organização de cunho militante[1].

A atuação dos atores jovens foi vista a partir de suas próprias razões e explicações. Buscou-se saber suas convicções sobre individualidade e coletividade; as percepções sobre a cultura política brasileira e a globalização de direitos e valores; o entendimento sobre democracia. Esses temas deram respaldo aos questionamentos que foram abordados, para saber, em que medida, a percepção de mundo e a atuação desses atores, de fato, contribui para a produção de uma nova cultura política e o seu fortalecimento. Para tal, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e os dados obtidos são de natureza subjetiva, uma vez que dizem respeito às atitudes, valores e opiniões dos indivíduos entrevistados, a partir de suas falas e posicionamentos.

As entrevistas fazem parte da relação mais formal do trabalho de campo e sua utilização visa colher dados a partir da fala dos sujeitos, pois esta, de acordo com Minayo (1992: 110), se constitui em fonte de condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos, e, concomitantemente, transmite, por meio de um porta-voz, "as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas". Mas até que ponto a fala de um pode ser considerada como representativa de uma situação social? Bourdieu (*apud* Minayo, 1992) considera que condições de existência semelhantes costumam estabelecer uma identidade entre os indivíduos que as compartilham. A tendência é que esta identidade reproduza sistemas de disposições também semelhantes, por meio de uma harmonização de práticas e obras. Nesse sentido, segundo o autor, a partir da fala individual, é perfeitamente possível exercer, na análise das práticas sociais, o efeito de universalização e particularização, pois cada sujeito "concretiza sob mil formas possíveis idéias e modos de comportamento implicitamente inerentes às estruturas ou às tradições de uma sociedade dada" (Sapir *apud* Minayo, 1992: 109), ou

[1] Foi preciso considerar da mesma forma a disponibilidade das pessoas. Alguns indivíduos não concederam uma entrevista alegando motivos pessoais ou falta de tempo devido aos compromissos profissionais ou à sua participação em eventos de grande porte como o Fórum Social Mundial. Outros aceitaram ser entrevistados, porém não compareceram ao encontro por mais de duas vezes.

seja, cada indivíduo traz consigo as marcas do lugar que ocupa na estrutura social. Nessa acepção as falas individuais são, portanto, amostras da continuidade das estruturas sociais objetivas.

Quanto à sua estrutura, a entrevista como instrumento de pesquisa, é do tipo semi-estruturado: o roteiro que a orientou combina questões fechadas e abertas para possibilitar uma forma de depoimento sempre que possível (COLOGNESE; MÉLO, 1998). A entrevista foi organizada em torno de cinco questões-chave: as novas práticas sociais; as motivações políticas; as motivações sociais; as motivações pessoais/subjetivas e, por fim, o reconhecimento e os referenciais culturais predominantes que norteiam a ação dos informantes. O roteiro foi organizado em cinco módulos. O primeiro para identificar o entrevistado e traçar o seu perfil de informante. O segundo módulo contém questões para averiguar a posição social do indivíduo a partir da vivência com sua família. As questões buscaram saber até que ponto os valores políticos e comportamentais no seio familiar influenciaram a visão/postura do entrevistado, frente aos acontecimentos históricos atuais e, também, o seu envolvimento com uma ação política de interesse militante. As questões do terceiro módulo buscaram informações sobre o tipo de engajamento do/a entrevistado/a e os possíveis outros vínculos com organizações sociais populares de qualquer natureza, como associações de bairro, e com instâncias tradicionais de participação a exemplo dos partidos políticos e dos sindicatos. O quarto módulo foi elaborado com base no método de coerência interna desenvolvido por Gardner Murphy e Resis Likert a partir das escalas de coerência interna estabelecidas, inicialmente, por Thurstone (*apud* GOODE; HATT, 1997). No método de coerência interna, não se considera relevante apenas as assertivas com as quais os indivíduos concordam. Consideram-se igualmente relevantes aquelas que são objeto de discordância ou mesmo que geram dúvidas nos entrevistados. Assim, de acordo com os fundamentos desse método, devem ser incluídas no quadro de respostas categorias que representem o “concordo”, o “não concordo” e também o “duvidoso”, pois não se pode esperar que todos os indivíduos entrevistados tenham uma posição definida em relação a todas as assertivas apresentadas. Na presente pesquisa a categoria “duvidoso” foi denominada de “indiferente”. Este método também indica a introdução de uma medida de intensidade para auxiliar a tarefa de coleta de dados visto que, na prática, é comum se observar que as respostas convencionais dadas pelos entrevistados costumam ser “concordo muito”, “concordo”, “duvidoso”, “discordo” e “discordo muito” (GOODE; HATT, 1997).

O método desenvolvido por Murphy e Likert, porém, conforme salientam Goode e Hatt (1997), costuma ser alvo de algumas críticas que o consideram inconsistente, por oferecer aos entrevistados afirmações que podem gerar respostas evasivas ou automáticas, decorrentes do ato contínuo de concordar ou discordar. Para evitar esse tipo de resultado, Murphy e Likert desenvolveram um tipo de escala denominada de "cafeteria". Nela para cada enunciado é apresentada uma variedade de assertivas, cuja elaboração deve seguir os seis critérios básicos sugeridos por Thurstone e Chave (GOODE; HATT, 1997) [2].

Composto de questões fechadas e elaboradas em forma de enunciados, o quarto módulo do roteiro de entrevista utilizado nesta pesquisa foi dividido em cinco blocos temáticos. Em cada um dos blocos, seguindo o método de Murphy e Likert (*apud* GOODE; HATT, 1997), foram agrupadas uma série de assertivas sobre liberdade, democracia no mundo atual, direitos humanos, justiça social e aplicação das leis e, por fim, sobre participação e política. Para cada afirmação o entrevistado poderia escolher entre as opções: concordo plenamente (CP), concordo (C), indiferente (IN), caso nunca tivesse pensado no assunto ou, ainda, não tivesse uma opinião formada a respeito, e, finalmente, discordo (D) ou discordo plenamente (DP). Vale lembrar que alguns entrevistados fizeram questão de justificar a sua opção. Dividir as alternativas de concordância ou discordância em dois níveis é uma técnica de abordagem importante no momento da entrevista, para que o respondente não se sinta acuado entre um "sim" ou um "não".

O quinto e último módulo do roteiro de entrevista, composto de questões abertas, teve por objetivo conhecer o entendimento do/da entrevistado/a sobre política, participação, justiça social, confiança nas instituições e militância, a fim de confrontar os conteúdos destas respostas abertas, com as respostas dadas no bloco anterior, de alternativas fechadas.

Finalmente, é importante esclarecer nessa introdução a escolha do tema a partir de uma experiência anterior do pesquisador. Os parágrafos que seguem, estão escritos na primeira pessoa.

A presente pesquisa resultou de um incômodo originado ainda no processo de elaboração da minha dissertação de mestrado sobre o movimento estudantil de Salvador

---

[2] Esses critérios podem ser resumidos da seguinte maneira: as assertivas devem reproduzir as atitudes presentes dos entrevistados e não as passadas; cada assertiva deve expressar tão somente um pensamento, idéia ou opinião; por sua vez, este pensamento, idéia ou opinião não deve se restringir ao universo de um grupo ou número restrito de pessoas; cada assertiva deve ser elaborada de modo a permitir que os entrevistados possam concordar com ela; deve-se evitar inserir juízos de valor nas assertivas, do mesmo modo as gírias, que apenas se justificam se elas forem de uso comum e a sua utilização tiver o propósito de descrever de maneira breve uma situação ou atitude específica.

durante o regime militar instaurado em 1964. Quando se fala em desejo de transformar radicalmente o mundo e a vida, geralmente toma-se como referência a década de 1960. Esses anos continuam a representar um marco no que tange às utopias revolucionárias, pois foi nesse período que projetos de mudança e sonhos de liberdade foram intensamente vivenciados, especialmente, pela juventude. Os acontecimentos dessa época pareciam indicar que os sujeitos sociais estavam dispostos a tudo para construir um futuro de paz, amor e igualdade social. Se este futuro almejado se concretizou ou continua restrito ao âmbito das utopias, não cabe aqui discutir. O fato é que a atuação dos sujeitos sociais daqueles anos acabou por provocar uma revolução nos hábitos, costumes e, também, na política. Tal revolução ocorreu não tanto pela tentativa de derrubar os poderes vigentes, mas, principalmente, pela busca de uma relação diferente entre política e sociedade (ALBUQUERQUE, 1997; BENEVIDES, 2006; MARTINS FILHO, 1987).

Para mim, em particular, as referências à geração desses tempos "fantásticos" soavam como feitos semelhantes aos heróis mitológicos da antiga Grécia que jamais recuavam perante a ferocidade dos monstros que enfrentavam. Muitos desses feitos foram protagonizados pela juventude e os acontecimentos a ela relacionados geralmente apontavam para a participação política dos estudantes, sobretudo no Brasil e no restante da América Latina. Sendo assim, percebe-se com a leitura sobre o tema juventude que esta foi tradicionalmente apreendida pelas discussões das ciências sociais a respeito das manifestações juvenis no Brasil e na América Latina a partir do papel dos jovens como agentes transformadores, propositores de mudanças e sujeitos capazes de desencadear transformações significativas na sociedade. Não por acaso, diz Abramo (1994), a maior parte das pesquisas sociológicas sobre jovens concentrou – e ainda concentra – suas atenções e esforços para os movimentos estudantis. Por essa razão, afirma a autora, outras configurações e manifestações juvenis, especialmente no que concerne às suas dimensões culturais, simbólicas e comportamentais, conheceram poucos registros e análises. Segundo a autora, "o foco de interesse dos estudos existentes foi sempre o de procurar definir o caráter 'alienante' ou 'revolucionário' desses fenômenos, a partir do exame de sua eficácia enquanto elemento de contestação e de mudança real introduzida na ordem social" (p.10).

Foi desse modo que se engendrou uma fixação do modelo ideal de comportamento juvenil nos movimentos dos anos de 1960, ocasião em que as manifestações estudantis e juvenis parecem ter atingido em todo o mundo um elevado grau de utopia e capacidade de interferir nos acontecimentos de ordem social. Tal fixação, por conseguinte, acabou por

cristalizar uma espécie de essência da condição juvenil como portadora de utopias e de projetos de transformação (ABRAMO, 1994).

Esse modelo ideal de comportamento de indivíduos jovens passou a me incomodar sobremaneira a partir do momento em que as pessoas que entrevistei durante a pesquisa de mestrado, todas ex-lideranças estudantis dos anos de 1960 e 1970 na Bahia, constantemente, frisavam que as gerações posteriores não possuíam mais o mesmo ímpeto e a mesma disposição para lutar em prol de projetos sociais revolucionários. Por esse motivo, considerei necessário voltar ao tema no doutorado e ressaltar as dimensões sociais e históricas das condições e expressões juvenis, hoje, e entender as especificidades que caracterizam as manifestações desta categoria social na atualidade, não como confirmação ou desvio de uma essência universal da juventude, mas como respostas vinculadas ao contexto histórico em que tais manifestações se realizam. Assim, julguei importante considerar a juventude como uma categoria historicamente construída, cujas distintas formas de manifestação são, na verdade, uma resposta ao que Ianni (1968) define como exigências da sociedade presente.

Logo, para buscar saber se a juventude atual ou os indivíduos jovens de hoje são, de fato, mais conformados, pouco politizados, desprovidos de um espírito renovador ou de um sentimento de rebeldia suficientemente forte para intervir, de maneira significativa, na realização de mudanças sociais, achei importante e necessário entender os condicionantes histórico-sociais, do contexto no qual essa juventude e esses indivíduos vivenciam suas realidades nas últimas duas décadas.

Por último, é importante ressaltar que esta pesquisa pretende ser uma contribuição, parcial ou mesmo incompleta, de uma época e de sujeitos – os indivíduos jovens que atuam em ONGs de caráter militante – sobre os quais ainda há muito a pesquisar e a dizer. Os resultados da presente pesquisa são apresentados nas páginas que seguem.

CAPÍTULO 1

A FORMAÇÃO DA POLÍTICA E A MODERNIDADE

O advento da modernidade inaugura um período de grandes rupturas. Destaca-se como uma das mais significativas o triunfo da razão como depositária de todo conhecimento válido, legalmente apto a capacitar idéias emancipatórias. Em decorrência, a liberdade, entendida como o fim dos privilégios e a abertura dos estilos de vida, se configurou, segundo Domingues (2002), num valor universal que tem orientado a ação dos indivíduos e das coletividades ao longo da modernidade e, assim, tornou-se essencial na formação das identidades.

No decorrer da modernidade, os imperativos da tradição mítico-religiosa foram substituídos por métodos de compreensão racional que exerceram forte influência na formação da ciência e da tecnologia, assim como em outras dimensões da organização e do entendimento da vida humana. A mais relevante do ponto de vista das mudanças sociais é a formação do campo político e o entendimento da política como esfera autônoma, pautada em ordenamentos racionalmente acordados a partir do princípio universal de emancipação do sujeito. A expressão máxima da nova dimensão como ordem política se materializou na formação do Estado e na legitimação dos direitos. O Estado Moderno possibilitou, conforme Weber (2003), o fim do poder senhorial e de legitimidade tradicional como fonte exclusiva de autoridade. As instituições políticas modernas introduziram, segundo o autor, o poder regulado pela dominação legal, apoiada na crença da validade de um estatuto legal e da competência funcional baseada em normas racionalmente definidas.

A evolução da política como esfera autônoma emancipou o homem das visões de mundo consideradas até então, para apregoar a liberdade dos indivíduos e a luta por direitos que ampliaram as oportunidades de vida. A política emancipatória da modernidade declarou o homem como a essência suprema do próprio homem, colocando-o no centro de uma vida social feita por ele mesmo. Pode-se afirmar que a política emancipatória formou-se num campo de ação no qual os indivíduos se engajam e participam das decisões que, direta ou indiretamente, estão relacionadas às suas vidas, num processo que aparece como produto de uma consciência ativa do sujeito no mundo da vida. Um aspecto marcante da modernidade é a diversificação dos papéis sociais e, por conseguinte, a pluralização do *status*. Nas sociedades pré-modernas, as posições das quais se originavam o *status* dos indivíduos estavam, em grande parte, vinculadas ao universo de parentesco

(nascimento, autoridade patriarcal, origem familiar, laços de sangue, riqueza). Na modernidade, a função dessas antigas posições ainda permanece; entretanto, elas não são as únicas provedoras de *status*. As sociedades modernas criaram complexos sistemas de *status* nos diferentes campos da ação social. O *status* ultrapassa os espaços não-privados da vida social e se vincula com a esfera pública, regida pela lógica da impessoalidade e da diversidade. Para atingir um *status* pleno, torna-se necessário, segundo Domingues (2002), que o indivíduo se afaste dos valores alicerçados na familiaridade. Por conta disso, a política da modernidade passou a se basear, conforme argumenta Arendt (2002), na pluralidade dos homens, na diversidade de papéis, idéias, opiniões, objetivos e ações, tratando, pois, da convivência entre os diferentes. Na tentativa de superar a diversidade original dos homens, as instituições modernas, segundo a autora, anularam a qualidade básica da pluralidade, diluindo-a na idéia de Humanidade; esta se firmou como uma categoria universal. As noções de liberdade e vida foram elevadas à condição de valores substantivos, enraizando-se nos princípios ou nas máximas de todas as versões modernas do conceito ético-político de justiça. Dessa forma, liberdade e a vida se tornaram referências tanto para a acepção moderna de cidadania como o princípio que define todos os direitos básicos os quais permitem a liberdade e a igualdade; como, também, para as diferentes declarações de direitos – tanto as que interpretam a igualdade como liberdade, as declarações que interpretam a igualdade como oportunidades de vida. Ambas as interpretações visam conferir aos indivíduos o direito de buscar a felicidade pública, por um lado e, por outro, a felicidade privada (HELLER, 1998).

Normas e regras sociais existem para garantir a cada pessoa o direito, como também a habilidade, de participar integralmente de todos os processos pertinentes às decisões que envolvam a comunidade ou o corpo político do qual o indivíduo faz parte. Dessa maneira, todas as normas e regras devem garantir o mesmo direito, independente do grupo ao qual estas estejam relacionadas. Tais normas e regras, também, devem garantir a cada pessoa o direito e a habilidade de decidir sobre seu próprio destino, bem como de escolher a forma de vida que lhe aprouver. Assim sendo, o indivíduo teria o direito, conforme argumenta Heller (1998), de abandonar um grupo social para se unir a um outro que melhor aceite suas escolhas e seu estilo de vida. Entender a igualdade na liberdade e a igualdade nas oportunidades de vida implica conceber a igualdade como uma condição dos valores de vida e de liberdade, e não como um valor universal independente dessas duas noções, pois, para o pensamento moderno, afirmar que normas garantem liberdade significa que estas garantem direitos e oportunidades de vida iguais (HELLER, 1998).

Nesse sentido, a igualdade, de acordo com Domingues (2002), se tornou um dos pilares da modernidade.

As transformações para a modernidade e o desenvolvimento das instituições modernas colocaram, como já foi dito, o homem no centro da vida social. Todavia, ao mesmo tempo em que as instituições modernas contribuíram para a emancipação do indivíduo, permitindo transformar a liberdade em valor substantivo, estas se apropriaram de mecanismos de vigilância e controle corporificados nas práticas sociais cotidianas, a fim de regular, sistematicamente, a conduta individual e coletiva. Fomentaram uma nova economia do poder, de efeitos contínuos, ininterruptos e individualizados. Somente no final da década de 1960, essa visão sobre o poder pôde ser mais claramente percebida, pois, até então, este era visto a partir das instituições, sobretudo o Estado, ou por meio do outro, isto é, do adversário; assumindo, assim, formas de totalitarismo estatal ou de dominação de classe (FOUCAULT, 1996). Os acontecimentos de 1968, muitos dos quais liderados pela juventude, evidenciaram o poder nas lutas e das lutas cotidianas, percebido por aqueles que se debatiam nas mais finas malhas das redes de relações interpessoais (família, escola, trabalho etc.). Talvez, por conta dessa nova percepção do poder, como sendo uma relação social com múltiplos mecanismos de força, o projeto unificador e univerzalizante da modernidade foi, gradativamente, deixando de ser algo confiável, e a racionalidade moderna homogenizadora passou a ser, também, percebida como um todo opressivo (FEATHERSTONE, 1996).

É exatamente nesse aspecto que reside o paradoxo da modernidade. Se, por um lado, argumenta Domingues (2002), a liberdade nunca esteve tão ao alcance das mãos dos indivíduos; por outro, projetos de dominação se encontram entrincheirados nos domínios da economia e da política, baluartes da dominação moderna cuja influência se derrama por sobre toda a vida social. A modernidade fez com que se acreditasse que a razão traria clareza e transparência para a vida em geral e para a vida humana em particular, por suprimir todo e qualquer vestígio de ambivalência e opressão, como se esforçaram em fazê-lo o projeto modernizador do Iluminismo (Esclarecimento) e do Positivismo. Mas isso não aconteceu. Há, hoje, uma consciência cada vez maior do caráter de incerteza da existência humana, da ambivalência de todas as opções em relação a identidades e projetos de vida, por conta da diversidade e pluralidade biossocial. Atingiu-se um estágio de máxima mobilidade e fluidez necessárias para se alcançar horizontes que se movem no tempo (BAUMAN, 1999). Mas, tamanha mobilidade sempre acaba esbarrando nos projetos modernos de dominação. Desse paradoxo advém o caráter ambíguo da mudança

nas sociedades contemporâneas. De um lado, ocorreu uma ampliação da capacidade de ação e de intervenção dos atores sociais, nas suas pré-condições e raízes; entretanto, por outro lado, a produção de significados passou a ser marcada pela necessidade de controle e regulação sistêmica (MELUCCI, 1996).

1.1 – O contexto histórico contemporâneo

A conjuntura atual tem se caracterizado, dentre outros fatores, por uma intensa ampliação das redes de coexistência e interdependência humanas, cujo alcance atinge escalas globais de maneira jamais vista, fazendo desse fenômeno, comumente chamado de globalização, uma das principais marcas do contexto histórico contemporâneo.

O fenômeno da globalização não se define tão somente pela competitividade empresarial em busca de uma porção do mercado. Também, não é possível afirmar que se trata, apenas, de um período conveniente para se adotarem iniciativas que gerem crescimento econômico. Tampouco, se resume a um conjunto de oportunidades de negócio ou puramente à liberalização da economia. Mais que isso, a globalização envolve, ainda, lutas políticas e sociais contra a imposição de valores culturais (MILANI; LANIADO, 2007). Na atual conjuntura, tem ocorrido uma crescente interdependência entre os Estados, emergência de um sistema de governança global e explosão de movimentos, grupos, redes e organizações, os quais são chamados a participar do debate público transnacional, no que tange a questões primordiais dos Estados. Tal conjuntura não significa a falência do Estado-Nação, como a princípio pode parecer. Ao contrário, como afirma Bartelson (2000), os estados nacionais continuam a ser o repositório jurídico da soberania. Entretanto, essa soberania hoje está deveras condicionada e dependente do controle da sociedade civil local e mundial. Sendo assim, o sistema de governança global, aqui entendido como o sistema das relações internacionais movidas pelos interesses de uma sociedade civil global, na qual não se exige a presença de uma autoridade política ou jurídica formal (governo) e, também, não há, necessariamente, uma hierarquia, está composto tanto por instituições políticas, sejam estas individuais, grupos ou companhias, quanto por Estados e instituições internacionais (COHEN, 2003).

Embora Kant (*apud* REALE, 1990) já tenha se referido à possibilidade de uma sociedade civil universal, esta, para os pensadores modernos do século XVIII, significava um tipo de Estado regulado por um contrato social. Nesse sentido, a sociedade civil é entendida como uma instância governada por leis baseadas no princípio da igualdade entre

todos. Hegel (*apud* HONNETH, 2003) amplia essa visão ao conceber a sociedade civil como uma instância de mediação entre a família e o Estado, em que o indivíduo se torna um sujeito público e, por meio da associação em várias instituições, habilita-se para reconciliar o particular e o universal. Trata-se, portanto, de um espaço ocupado por esferas institucionalizadas e legalmente diferenciadas da vida, isto é, o campo da cultura, da ideologia e do debate político (ARATO, 1995). Contemporaneamente, a sociedade civil é entendida como o processo pelo qual os indivíduos negociam, argumentam e lutam contra ou a favor entre si e com os centros de autoridade política e econômica, seja na esfera supranacional ou na subnacional, com vistas à promoção de direitos, justiça social e democracia (COHEN, 2003). Desse modo, o indivíduo se torna apto para atuar no cenário público da vida social.

Para Cohen e Arato (2001), a noção contemporânea de sociedade civil se fortaleceu e se difundiu a partir do contexto social do Leste Europeu e da América Latina, nos anos de 1970 e 1980. Nos dois casos, o conceito ressurge por conta da oposição aos regimes militarizados: na América Latina, as ditaduras militares; no Leste Europeu, os totalitarismos estatais. Nos dois contextos chegou-se à conclusão de que para superar esses regimes era preciso mudar a sociedade. Formaram-se, então, fora do aparato estatal, dinâmicas de ação e organizações de engajamento cívico, isto é, espaços que rejeitavam as ações e manipulações dos regimes militares e totalitários. Para Kaldor (2003), há dois motivos principais para essa mudança. Primeiro, devido às conexões que se conseguiram estabelecer com grupos de pressão de outros países. No caso da América Latina, com os grupos de defesa dos direitos humanos dos EUA e do Canadá; no Leste Europeu, com os grupos pacifistas da Europa Ocidental. Segundo, por conta da existência de uma legislação internacional que garantia os direitos humanos, da qual eram signatários muitos países latino-americanos assim como muitos do Leste Europeu. Essa prerrogativa foi amplamente utilizada pelos grupos de defesa de direitos humanos internacionais como uma forma de pressionar os governantes daqueles países a, ao menos, cumprirem a legislação internacional. Nesse contexto, cada vez mais a sociedade civil foi se organizando politicamente fora das estruturas dos Estados nacionais.

No contexto da globalização, marcado por uma forte interação nas relações internacionais e transnacionais, essa organização estaria ocorrendo em diferentes áreas da vida social por conta de um acentuado dinamismo das diferentes instituições sociais contemporâneas. A abrangência destas no mundo atual provoca o que Giddens (2002) chama de uma crescente interconexão entre influências globalizantes, num extremo, e

disposições pessoais, no outro. Tais ocorrências têm gerado o que o autor denomina de desencaixes das formas tradicionais de identificação e interação social, promovidas pela modernidade clássica, a exemplo das categorias de classe, comunidade, trabalho e, também, de Estado-Nação. Todas essas formas modernas de identificação e interação social, que há muito têm norteado a vida em sociedade, estão passando por um profundo processo de realocação e redistribuição de poderes (BAUMAN, 2001). A esse processo, Domingues (2002) chama de dialética da liberdade e reflexividade, na qual as identidades dogmáticas se conectam continuamente a movimentos de desencaixe e reencaixe, pois, agora, os indivíduos não mais se fixam em nenhuma das categorias acima referidas de forma exclusiva. Daí o caráter fluido dos valores e das relações sociais hoje, como diz Bauman (2001), cuja mobilidade possui uma textura que se assemelha às substâncias líquidas e/ou gasosas.

Dentre todas as formas de interação promovidas pela modernidade clássica, talvez, seja o Estado-Nação aquela que mais tem sofrido um profundo processo de desencaixe ou realocação de poder. Atualmente, os Estados têm sido pressionados, de um lado, pelo poder crescente das redes globais e, de outro, pela força das identidades singulares cada vez mais emergentes. Assim, os Estados nacionais estão a perder parte da força e do poder que outrora detinham, embora, é claro, ainda conservem sua força para a sociedade que representa e sua influência (CASTELLS, 1999b).

Os fatores que na contemporaneidade têm favorecido o progressivo enfraquecimento do poder dos Estados são vários. Castells (1999b) aponta três deles como sendo os mais significativos. O primeiro seria a dificuldade que os Estados têm encontrado em exercer o controle da economia devido, sobretudo, à transnacionalização da produção e do comércio, além da interdependência cada vez maior dos mercados econômico-financeiros. O segundo fator é a transnacionalização da comunicação. Tal qual tem ocorrido na economia, no que diz respeito à produção e ao controle de opiniões e imagens, os Estados têm encontrado dificuldades e obstáculos para manter o que historicamente se constituiu num dos principais instrumentos de sustentação de seu poder, isto é, a informação. Falar de globalização da mídia e da comunicação eletrônica proporcionada pelos avanços tecnológicos, principalmente na área da informática e da microeletrônica, é o mesmo que se referir à desnacionalização e desestatização da informação, duas tendências que, segundo o autor, ao menos por ora, são indissociáveis. Por fim, há a transnacionalização ou globalização do crime como uma das principais causas da progressiva perda de poder e força dos Estados contemporâneos. Esse fator está a provocar

constantes desequilíbrios que transformam radicalmente procedimentos de governo e deixam, em muitos casos, os Estados, sejam estes fortes ou fracos, efetivamente, de mãos atadas. Foi exatamente como ficou o governo estadunidense por ocasião dos atentados terroristas ao *World Trade Center*, em Nova Iorque, e ao Pentágono, em Washington, no dia 11 de setembro de 2001. Diante do inusitado e, até então, inconcebível acontecimento, o governo dos EUA pôs em prática um plano de ação bastante criticado e combatido por boa parte da opinião mundial. Atacaram o Afeganistão e, em seguida, invadiram o Iraque, na tentativa de aniquilar um governo adversário cuja face é tão fluida quanto a atual modernidade descrita por Bauman (2001).

Indagando-se sobre o significado e a função que o conceito de globalização adquiriu dentro das Ciências Sociais na última década do século XX, Bartelson (2000) lembra que muitos analistas sociais percebem o fenômeno da globalização como transformação. Para essa perspectiva, o Estado-Nação teve suas capacidades centrais profundamente transformadas a ponto de se tornarem, em alguns aspectos, residuais. Segundo Bauman (2001), os Estados contemporâneos já não prometem ou desejam agir como depositários plenos dos poderes da razão e, tampouco, se arvoram em ser os mestres-de-obras da sociedade racional. Os Estados têm reconhecido, embora na maioria das vezes a contragosto, suas limitações frente a problemas que causam impacto na opinião pública global, a exemplo do terrorismo, da tortura de dissidentes políticos, do tráfico internacional de drogas, armas e seres humanos e das questões ambientais, sobretudo, no que diz respeito ao aquecimento global, dentre tantas outras. A despeito das considerações sobre a fragilidade do Estado nacional no contexto histórico contemporâneo, algumas linhas de análise não o consideram vítima do processo de globalização. Como analisa Bartelson (2000), a expansão global capitalista é um processo que ocorre por meio e sob a égide dos Estados e que, em importantes aspectos, é autorizado e legitimado por eles. Sob essa perspectiva que o autor denomina de globalização como transferência, os Estados seriam, então, a fonte da qual se origina e dá continuidade a esse fenômeno de interação supranacional. Sendo assim, os Estados não estariam tão fragilizados perante esse processo, como cogitam alguns analistas.

Fragilizados ou não, num contexto de interações sociais globalizadas, o Estado já não desempenha com exclusividade o papel de protagonista no cenário internacional. Atores não-estatais têm se convertido em importantes vozes nas questões de interesse global, tais como crises nos mercados financeiros, a degradação do meio ambiente, a migração forçada, o narcotráfico, o terrorismo, a difusão em larga escala de organismos

geneticamente modificados, o tráfico de seres humanos, as alianças cívicas pelos direitos humanos, entre outros. Tais questões transcendem a responsabilidade de um único Estado-Nação e somente podem ser negociadas/discutidas dentro de uma estrutura de relações intergovernamentais ou mesmo transnacionais. Como resultado, ocorre uma profunda redefinição do campo político no que diz respeito à experiência, ao método e à prática de ação. Hoje, o campo político não se restringe apenas aos Estados, às corporações multinacionais, aos acordos internacionais e às organizações governamentais; vai além desses espaços e, assim, alcança os mais variados âmbitos da sociedade civil, bem como faz emergir uma nova consciência cidadã (MILANI; LANIADO, 2007). As limitações dos Estados frente aos problemas de alcance global estariam levando a sociedade civil a assumir responsabilidades quanto à preservação da cidadania global. Organizações transnacionais, a exemplo da Anistia Internacional, do Greenpeace, dos Médicos Sem Fronteiras e tantas outras, transformaram-se em uma força social de importância significativa na conjuntura internacional, nas últimas décadas. Muitas vezes tais organizações demonstram possuir maior capacidade de mobilização de recursos do que os Estados e atuam com melhor desempenho, com uma legitimidade mais reconhecida do que a atuação de empresas privadas ou empreendimentos internacionais patrocinados por iniciativas governamentais[3].

Embora as organizações da sociedade civil estejam a atuar ostensivamente em prol da cidadania global, conforme mencionado acima, paradoxalmente, o desencaixe que tem atingido as principais formas de interação social da modernidade clássica é maior e mais profundo, tendo, por conseguinte, provocado um progressivo esvaziamento da esfera pública. Pior, a esfera pública tem sido, constantemente, invadida por questões pertencentes à esfera privada, ou seja, ao âmbito do universo do indivíduo. Em outras palavras, o espaço público na modernidade líquida tem sido, paulatinamente, individualizado, pois o que antes era tarefa da razão, tomada como propriedade coletiva da espécie humana, agora vem a ser concebida como produto do desempenho e da energia individual. Esse constante processo de individualização da vida social, levada ao extremo pela modernidade líquida, traz consigo enormes prejuízos. O mais danoso deles é a corrosiva e lenta desintegração da cidadania, pois, como já foi dito, a esfera pública, palco

[3] Ao aludir sobre uma pesquisa realizada nos EUA e na Comunidade Européia pela Revista Meio e Mensagem, Naves (2003) informa que algumas ONGs foram apontadas como as marcas de maior credibilidade no mercado. A Anistia Internacional apareceu no topo da lista na Europa (76%) e em segundo lugar nos EUA (40%). A Wild World Foundation (WWF) aparece em segundo lugar na Europa (67%) e em primeiro nos EUA (43%). O terceiro lugar na lista de credibilidade é ocupado pelo Greenpeace (62% na Europa e 38% nos EUA).

no qual o cidadão tradicionalmente atua, tem sido tomada por questões típicas da esfera privada (BAUMAN, 2001). Em conseqüência, o cidadão teve seu espaço de ação drasticamente reduzido. Tal processo implica em afirmar, então, que a contemporaneidade marcaria o fim da ação cidadã?

A ação, dentre todas as atividades humanas, é a única que não pode sequer ser pensada fora da sociedade dos homens, pois se trata de uma prerrogativa exclusiva da condição humana, uma vez que depende inteiramente da presença de outros homens, com pensamentos e vivências diferentes e, até mesmo, divergentes. Portanto, a ação é, essencialmente, dotada de pluralidade (ARENDT, 2001). Se, por um lado, a contemporaneidade tem estimulado um crescente processo de individualização, por outro, tem possibilitado, do mesmo modo, uma crescente interação dos agentes sociais em escala global; o que acaba por permitir o estabelecimento de redes eficazes de ação política (CASTELLS, 1999a).

Na conjuntura atual, os movimentos sociais se tornaram cada vez mais complexos, o que acarreta, de um lado, uma riqueza organizativa e de agendas bastante expressiva; de outro, novos desafios ocorrem no que tange à conciliação de ideários e interesses, uma vez que a participação dos movimentos sociais não acontece isoladamente, mas, ao contrário, ocorre como um processo conjunto, caracterizado por múltiplos envolvimentos. Assim, os principais desafios encontrados pelos movimentos sociais contemporâneos podem ser resumidos em dois conjuntos. O primeiro diz respeito à adaptação dos movimentos a uma realidade configurada em rede, na qual os movimentos sociais precisam refletir sobre a melhor maneira de passar de um tipo de organização identitária, orientada por temáticas específicas, a exemplo do gênero, da etnia, da orientação sexual, entre outras; para as redes multi-identitárias, cujas ações contemplam uma vasta diversidade de sujeitos sociais. Portanto, ao invés de se pensar o movimento como uma organização identitária autônoma, faz-se necessário buscar tanto a relação interorganizacional, as ambigüidades e os desafios que redes plurais apresentam, quanto o que esse movimento pode trazer para o *empoderamento* da sociedade civil; o que pode contribuir, também, para a transformação social.

O segundo conjunto de desafios enfrentado pelos movimentos sociais em rede diz respeito à complexidade de temáticas e demandas, isto é, à dificuldade de conciliar as temáticas mais urgentes aos constantes desencontros de agendas e interesses e ao diálogo multicultural, ou à falta dele, entre outros. Ao mesmo tempo, redes e fóruns se constituem em espaços nos quais múltiplos sujeitos se articulam num constante movimento de trocas

de informações e experiências, o que alarga as perspectivas; também colocam novos e amplos desafios e dificuldades para os atores sociais contemporâneos (SCHERER-WARREN, 2007).

De fato, como nos lembra Bauman (2001), diante da crescente individualização que tem ocorrido nos dias atuais, fica muito difícil agregar os múltiplos interesses dos diferentes agentes sociais numa causa comum. Entretanto, não significa que a busca de uma causa comum, que venha a preencher o vazio da esfera pública, seja algo inatingível. Embora, ao longo de toda a modernidade, a ação tenha sido paulatinamente substituída pelo comportamento, como discorre Arendt (2001), na contemporaneidade, já começa a despontar um movimento contrário, ou seja, um movimento no qual a ação vem aos poucos se sobrepondo ao comportamento. Prova de tal mudança seriam os movimentos sociais contemporâneos, sobretudo, aqueles que questionam a ordem neoliberal e, de alguma forma, atuam com o objetivo de tentar revertê-la. Entretanto, para que esses movimentos ganhem corpo, isto é, transformem suas causas em causas da coletividade, é necessário, como enfatiza Arendt (2001), que eles transcendam sua ação para uma imortalidade terrena potencial, pois, segundo a autora, sem essa transcendência, nenhuma política ou esfera pública pode existir, pois deve transcender a duração da vida de homens mortais. Essa visão sobre a transcendência da ação política se incorpora ao discurso e à prática de muitos movimentos sociais contemporâneos. Quando, por exemplo, o Fórum Social Mundial afirma que "um outro mundo é possível", está declarando que é preciso preservar esse mundo, seja no aspecto ambiental, econômico, cultural ou social, para que as gerações vindouras possam desfrutá-lo em toda sua plenitude. Pouco a pouco, a visão puramente racionalista sobre a vida social deixa de ser a única dimensão norteadora dos atores e dos movimentos sociais no contexto histórico atual (BENEVIDES, 2003).

As economias contemporâneas têm mantido uma interdependência cada vez mais acentuada, reconfigurando a relação entre economia, Estado e sociedade, bem como o próprio capitalismo, o qual passa por um processo de profunda reestruturação. No contexto atual, segundo Ianni (1995), o espaço global não pode mais ser pensado como um mero conglomerado de nações ou Estados, nem o indivíduo tomado, singular ou coletivamente, como povo, classe, grupo etc. Para o autor, tanto a nação quanto o indivíduo foram subsumidos no mundo contemporâneo, isto é, diluídos numa sociedade globalmente ampliada, baseada em relações transnacionais pautadas sob a hegemonia do capitalismo. Por essa razão, não é mais possível, de acordo com Ianni (1995), pensar as sociedades atuais como sociedades nacionais, mas, sim, pensar uma sociedade global cujo espaço

independe dos limites dos espaços locais, ou seja, dos limites impostos pelo Estado-Nação. O autor acredita que, na contemporaneidade, está emergindo uma nova sociedade transespacial baseada em relações transnacionais; seus sinais já podem ser claramente percebidos, a exemplo de: a descentralização das empresas e sua organização em rede (interna e externa); o fortalecimento do capital em relação ao trabalho; o declínio da influência dos movimentos dos trabalhadores; a individualização e diversificação das relações de trabalho; a incorporação maciça da mão-de-obra feminina na força de trabalho remunerada; a intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o estado de bem-estar social; o aumento da concorrência econômica global para a acumulação e gestão de capital em um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográficos e culturais; além da globalização dos mercados financeiros e de outros segmentos da economia organizados em um sistema interdependente que funciona como uma unidade em tempo real.

Por conta de todos esses fenômenos desencadeados pela globalização, acentuou-se um desenvolvimento econômico-social desigual não somente entre o Norte e o Sul, mas, também, nos segmentos e territórios dinâmicos das sociedades em todos os lugares do globo, sobretudo, naquelas localidades que podem se tornar não relevantes, considerando a lógica seletiva do sistema vigente. Na verdade, diz Castells (1999a), o que se pode observar é uma liberação de forças produtivas consideráveis da revolução informacional e a estabilização de bolsões de miséria humana na economia globalizada. Concomitantemente, em todo o mundo, as atividades e organizações criminosas, assim como toda e qualquer forma de negócio ilícito, de armamentos sofisticados à carne humana, também, se tornaram globais e informacionais. Ademais, um novo sistema de comunicação cada vez mais integrado por uma língua universal digital está promovendo a conexão global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens: paralelamente, estas estão sendo apropriadas pelo gosto das identidades e humores dos indivíduos em suas culturas locais. Essa característica do mundo contemporâneo, de acordo com Bauman (1999), tem causado uma progressiva ruptura de comunicação entre as elites extraterritoriais e o resto da população, pois, segundo o autor, a produção de significado e valor está cada vez mais extraterritorializada e emancipada de restrições locais, enquanto a condição humana é sempre local.

Como se pode perceber, a profunda reestruturação pela qual vem passando o capitalismo na contemporaneidade evidencia um paradoxo, pois se trata de um processo que, concomitantemente, une e divide os povos, conforme assevera Bauman (1999),

referindo-se ao fenômeno da globalização. Partindo-se dessa perspectiva, é possível afirmar que o fenômeno da globalização une os povos, pois está configurado em rede e possibilita uma vigorosa interação em escala global. Todavia, a globalização, também, divide, já que acentua a exclusão de uma significativa parcela da população mundial localizada nos recantos de miséria e exclusão (BAUMAN, 1999). A reestruturação capitalista atual revela um presente perverso e, também, um horizonte de um futuro promissor, desde que, conforme chama atenção Santos (2004), as condições postas sejam politicamente bem aproveitadas.

No geral, é possível dizer que a globalização é um fenômeno ambíguo. Se, por um lado, esta possibilitou a integração econômica por meio do crescimento do comércio e do mercado financeiro internacional, por outro, propiciou, a emergência de atores conectados em redes e instituições transnacionais, assim como a internacionalização de políticas contestatórias. Trata-se de um fenômeno favorecido por avanços tecnológicos nas comunicações, o que permitiu a circulação de informações fora do controle estatal, bem como a criação de estruturas práticas alternativas de movimentos anti-globalização ou mesmo que lutam por uma outra globalização. Configurado em redes transnacionais, o exemplo do Fórum Social Mundial (FSM) é paradigmático. Suas quatro edições, realizadas entre 2001 e 2005, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, mostraram que as redes transnacionais de movimentos sociais pretendem ir além das manifestações de rua e avançar as discussões com outros atores sociais, na busca por alternativas possíveis quanto à defesa de uma justiça social global. Tais redes são a expressão de um novo sujeito social e têm influenciado, desde os anos 1990, as agendas políticas internacionais, a fim de fazer da luta por justiça social, que se configurou no motor dos movimentos sociais transnacionais, uma ação politicamente relevante. As redes, ou arenas internacionais, são locais de encontro das mais variadas formas de organização. São, também, os espaços da nova política, em que hierarquias verticais e horizontais confrontam suas diferentes propostas políticas, gerando, por conseguinte, expressivas mudanças tanto no campo político, quanto no social. Assim, no campo político, as posições não são mais formuladas exclusivamente por decisões tomadas pelos Estados (MILANI; LANIADO, 2007).

A transformação da condição feminina, que enfraqueceu o patriarcalismo nas mais variadas sociedades, convertendo a relação entre os sexos num domínio de disputas políticas, ao invés de uma esfera da reprodução biológica-cultural; a consciência ambiental que tem permeado as instituições sociais a ponto de seus valores ganharem apelo político; a crise estrutural de legitimidade dos sistemas políticos arrasados por escândalos de todos

os tipos, cada vez mais alvo da cobertura midiática; a fragmentação dos movimentos sociais, cada vez mais voltados para temáticas específicas (raça, gênero, sexualidade, religião), ao mesmo tempo, locais e globais, são as mais significativas mudanças de valores e lutas sociais ocorridas na atualidade.

Como já dito, com a globalização, surge uma nova estrutura de relações sociais erigida a partir da revolução tecnológica, a saber, a tecnologia da informação. Tal revolução se manifesta sob as mais variadas formas, conforme as diferentes culturas e instituições; foi impulsionada por um novo modo de desenvolvimento produtivo, o informacionalismo, aqui entendido como o paradigma de uma modalidade de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação e a comunicação de símbolos são fontes fundamentais de saber e produtividade, o que para alguns estudiosos teria possibilitado o surgimento de uma nova estrutura social de poder baseada em redes. A especificidade desse modo informacional de poder consiste na capacidade de ação de conhecimentos sobre os próprios conhecimentos. Isso tem ocorrido de uma maneira cada vez mais acentuada, provocando uma série de reformas no âmbito das instituições do gerenciamento empresarial e estatal.

Segundo Castells (1999a), as reformas originadas da globalização tecnológica visam quatro objetivos principais: aprofundar a lógica capitalista de busca de lucro nas relações capital/trabalho; aumentar a produtividade; globalizar a produção, circulação e mercados para aproveitar a oportunidade das condições mais vantajosas para a realização de lucros em todos os lugares; e direcionar o apoio estatal para ganhos de produtividade e competitividade do setor privado das economias nacionais, frequentemente em detrimento da proteção social e das normas de interesse público. A inovação tecnológica e a transformação organizacional com enfoque na flexibilidade e na adaptabilidade foram decisivas para assegurar a velocidade e a eficiência da reestruturação. Para o autor, sem a nova tecnologia da informação, o capitalismo global teria tido uma realidade muito limitada. Dessa forma, pode-se afirmar que está a se vivenciar um novo paradigma tecnológico nas mais variadas áreas de produção do conhecimento, a exemplo da engenharia genética, da biologia, da microeletrônica e da informática, além da nanotecnologia. Esse novo paradigma tecnológico consegue criar uma interface entre diferentes campos tecnológicos mediante uma linguagem digital comum, produzindo uma unicidade técnica e de geração da informação, armazenamento, recuperação, processamento e re-transmissão. Em última instância, essa revolução tecnológica é digital (SANTOS, 2004).

A atual revolução tecnológica se diferencia das revoluções técnico-científicas anteriores por dois fatores. Primeiro, por conta da sua penetração em todos os domínios da vida humana. Segundo, pela aplicação do conhecimento e da informação na geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento e comunicação da informação, num ciclo cumulativo de alimentação contínua entre a inovação e o seu uso, numa velocidade e capacidade cada vez maiores, a custos cada vez mais reduzidos. Essa revolução garantiu que as novas tecnologias da informação se difundissem pelo globo em menos de duas décadas, entre 1970 e 1990, nas empresas, na gestão do Estado e na sociedade civil. Empresas de todo o mundo procuraram manter a real lucratividade adotando novas estratégias organizacionais, em que as tecnologias da informação foram fundamentais; com a adoção dessas ferramentas valiosos segmentos de mercado de diferentes países foram conectados a uma rede global. Dessa maneira, foi possível reduzir os custos da produção (especialmente da mão-de-obra), aumentar a produtividade, ampliar o mercado (em proporção global) e acelerar o giro do capital. Os primeiros beneficiados por esse processo foram, exatamente, os próprios atores da transformação econômica e tecnológica, isto é, as empresas de alta tecnologia, as empresas financeiras e as corporações transnacionais (CASTELLS, 1999a).

A economia capitalista informacional global tem por gênese a capacidade de funcionar como uma unidade de tempo real em escala planetária, devido às novas tecnologias de informação que permitem a mobilidade do capital entre economias em curtíssimo prazo (a lógica do tempo intemporal), interconectando poupança e investimentos. Dessa forma, o capital, hoje, não está necessariamente "colado" ao trabalho, sendo possível reproduzi-lo à revelia da exploração da mão-de-obra, a qual está voltada para a obtenção da mais-valia. Para Castells (1999a), as verdadeiras operações de capital ocorrem nas redes de informação que conectam os principais centros empresariais e que garantem os recursos humanos e as instalações necessárias para gerenciar uma rede financeira cada vez mais complexa, capaz de globalizar os próprios fluxos de capital.

Embora os fluxos de capital sejam globais, os mercados de trabalho não o são, excetuando-se um pequeno, mas crescente, segmento de profissionais especializados e cientistas (CASTELLS, 1999a). Contudo, a mão-de-obra é um recurso global de três maneiras: as empresas podem escolher em qual lugar vão se instalar, a partir do critério da mão-de-obra que irão necessitar (especialização, custos ou controle social); as empresas, também, podem solicitar de qualquer parte do mundo uma mão-de-obra altamente especializada, contanto que ofereçam remuneração adequada. Por fim, a mão-de-obra

oriunda de todas as partes do planeta entrará em qualquer mercado impulsionada pela pobreza, miséria ou guerras em seus locais de origem, ou, ainda, pelo desejo de uma vida melhor. Estes últimos que desejam melhorar suas vidas, ao contrário das duas categorias anteriores, são classificados por Bauman (1999) como vagabundos, em oposição aos turistas.

De acordo com Bauman (1999), todos nós estamos em constante movimento, seja a contragosto, por desígnio ou à revelia. Ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social. Acontece, no entanto, que alguns indivíduos se movem por vontade própria, o que impulsiona o desenvolvimento do sistema vigente. Por isso, tais indivíduos, caracterizados como turistas, onde quer que estejam são bem aceitos. Já os vagabundos movimentam-se a contragosto ou à revelia, impulsionados pelas dificuldades mencionadas. Para estes, estão reservadas as periferias das grandes cidades e as duras leis de controle migratório. Ademais, vivem à margem do sistema como cidadãos marginais; são vidas desperdiçadas porque jamais poderão se inserir no sistema que os marginaliza (BAUMAN, 2005).

A marginalização de certas populações, segundo Maciel (2006), causa um profundo impacto naquilo que o autor chama de condição existencial das pessoas. As realizações pessoais e de dignidade no mundo do trabalho (carreira realizada e auto-sustento) são fundamentais para a construção da identidade social e, também, de um projeto de vida satisfatório. Sem tais realizações, a atuação cidadã fica comprometida, tanto no que se refere à busca de direitos quanto à construção de bens imateriais coletivos, já que os indivíduos encontram grandes dificuldades para agir no espaço público "devido a uma degradação da personalidade que resulta em um isolamento pré-reflexivo de indivíduos intimidados por exigências intersubjetivas a que não conseguem corresponder" (MACIEL, 2006:302). Nessa perspectiva, os indivíduos que não conseguem obter satisfação profissional, não conseguem se inserir no contexto social ocidental. Por conseguinte, eles experimentam um sentimento de solidão no mundo, pois não logram nenhum valor para si e muito menos para os demais membros da coletividade. A única maneira possível de se evitar essa condição de solidão é conquistar o reconhecimento dos outros por meio de uma posição na sociedade, ou seja, do trabalho socialmente valorizado.

É a partir da Reforma Protestante que, de acordo com Taylor (*apud* MACIEL, 2006), o trabalho e a família passam a denotar o centro de uma boa vida, ao contrário do pano de fundo contemplativo da Antiguidade. É dessa centralidade que Taylor (1994) avalia que emana a necessidade moderna do respeito em dois níveis: o ativo,

quando somos obrigados a tê-lo frente aos outros, por conta do avanço moderno da noção de direito civil, que prega ser todo cidadão portador de autonomia e direitos iguais; e o atitudinal, aquele que não somos compelidos a conceder, mas, ainda assim, o fazemos, pois somos movidos pela admiração e consideração devido às propriedades intrínsecas ao *status* do outro. No que tange ao trabalho, aqueles que não têm uma profissão intersubjetivamente classificada como digna, carecem de respeito atitudinal, essencial para a construção e fortalecimento da auto-estima, bem como para a segurança ontológica (MACIEL, 2006). Esse raciocínio, também, pode ser aplicado à questão das juventudes no mundo contemporâneo, à medida que, em geral, elas ainda não têm essa intersubjetividade classificada como detentora de um *status* digno. Por conta dessa situação, a maneira como os jovens se organizam politicamente não é considerada ou ainda, sequer é vista como política.

Maciel (2006) chama a atenção para o fato de Taylor enfatizar que esse processo que leva o sujeito a mergulhar na solidão ontológica somente é eficaz devido a um processo de naturalização de tal condição. Esta, por sua vez, se desenvolveu nas sociedades ocidentais a partir do momento em que a idéia de *self* pontual, isto é, um eu autônomo e historicamente construído, passou a ocupar o principal lugar no que se refere à interpretação da vida em nosso imaginário. Com o advento do racionalismo, esse *self* passa a ser exacerbado ao extremo, levando a acreditar que os fracassos dos indivíduos são pessoais e, de certa maneira, conscientes, e não oriundos de uma complexa e imperceptível construção de distinções sociais e condições políticas e estruturais da sociedade. Esse processo provoca o que Bauman (2000) chama de esvaziamento da política, sobretudo na fase atual da modernidade líquida. Para superar esse esvaziamento deve-se explicitar e compreender o pano de fundo que "naturaliza" as desigualdades.

Do mesmo modo que o capital, também a ciência, a tecnologia e a informação estão organizadas em fluxos globais, promovendo uma maior interação entre essas áreas. Já os mercados de bens e serviços, a despeito do protecionismo e das restrições ao livre comércio, também se tornaram mais globalizados e, portanto, conectados à lógica da rede. O mundo da modernidade avançada está caracterizado por uma estrutura social formada por redes em larga escala, o que traz uma crescente distância e tensão entre a rede e o ser ou, em outras palavras, entre globalização e identidade. Trata-se de uma conseqüência involuntária da tecnologia. Redes globais de riqueza e poder conectam diferentes sociedades, indivíduos e movimentos sociais em todo o planeta. Mas, por outro lado, desconectam e excluem grandes segmentos das sociedades, regiões e até países inteiros.

No mundo informacional contemporâneo, há pouco espaço para os não-iniciados na linguagem dos computadores, assim como para os territórios não atualizados, a exemplo de muitas regiões do continente africano, da Ásia e da América Latina. Nesse sentido, a tensão entre a rede e o ser não se expressa nos espaços de fluxos da rede global, mas, sim, nos espaços de lugares, pois, como afirma Bauman (1999), a condição humana, o ser, é sempre local, territorializado.

As sociedades contemporâneas podem ser denominadas de sociedades em rede por serem informacionais (cujo modo de produção é informacional) e orientadas pelo tempo intemporal (transformação da concepção tradicional de tempo), no qual predomina a lógica do curto prazo. A idéia de tempo intemporal está ligada tanto ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação, que acabaram gerando um novo contexto social, sociotécnico, quanto ao surgimento de fluxos que dissolvem o tempo, desordenando a seqüência dos eventos e tornando-os simultâneos; instalando, assim, a sociedade na efemeridade eterna. Esse novo contexto social é regido pela lógica do curto prazo, no qual o tempo cronológico (linear, irreversível, mensurável e previsível) é fragmentado e convive com o paradigma emergente de tempo intemporal, aleatório e incursivo (CASTELLS, 1999a).

A noção tradicional de tempo foi modificada nos mais diversos âmbitos da vida social, mas não superado, pois, segundo Castells (1999a), os espaços de fluxos não anulam a existência de lugares. A economia passou a se orientar pela lógica do curto prazo. Pela primeira vez na história, afirma o autor, surgiu um mercado de capital global unificado, funcionando em tempo real – grandes transações financeiras feitas em alguns minutos ou até mesmo em alguns segundos. O trabalho, assim como a economia, também passou a ser orientado pela lógica do tempo real e da lei do curto prazo. O mercado de trabalho passou a exigir profissionais cada vez mais qualificados para tomar decisões rápidas, ou seja, em tempo real. Com isso, diminuiu a jornada de trabalho real dos trabalhadores qualificados, sobretudo, nos países mais industrializados. Em contrapartida, a jornada dos trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação aumentou, principalmente, nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, tornando possível a existência de temporalidades múltiplas e contraditórias dentro de uma mesma estrutura. Essa multiplicidade temporal tem provocado uma incontrolável e irreversível fragmentação das sociedades. Da mesma forma, se modificou a noção de tempo biológico, devido aos avanços tecnológicos na medicina, em especial na medicina reprodutiva. Partindo-se da lógica pela qual se orienta o sistema capitalista, a expectativa de vida útil se ampliou. Por essa razão, é possível adiar os planos e ampliar os limites das diferentes faixas etárias.

Assim, está havendo uma desassociação radical entre idade e condição biológica, prorrogando a percepção que se tem sobre o ser jovem e entre reprodução e paternidade/maternidade.

Melucci (1996) argumenta de forma um pouco diferente a questão. Para o autor, os distintos tempos experimentados pelos indivíduos na contemporaneidade são muito diferentes entre si e, às vezes, parecem até opostos. Há tempos muito difíceis de comensurar, pois estão diluídos ou extremamente concentrados. Basta lembrar a multiplicidade de tempos que as imagens produzidas pela televisão, propagandas e demais mídias, geram na vida diária de todos. Tal multiplicidade significa também separações e descontinuidades entre os diferentes tempos nos quais vivemos, descontinuidades estas mais acentuadas que em contextos passados e muito mais perceptíveis do que em estruturas sociais relativamente homogêneas.

Mais centrado na análise dos atores do que dos sistemas interconectivos de redes e tecnologias, Touraine (1994) define o período contemporâneo, que está baseado em temporalidades diversas, como uma nova modernidade, a qual rejeita a modernidade puramente racionalista, por ter encerrado tudo que parecia resistir ao triunfo da razão em instituições fortemente opressivas. Na nova modernidade, as relações entre racionalização (ciência/técnica) e subjetivação (criatividade) são simultaneamente opostas e complementares, o que levou ao que o autor chama de libertação do sujeito, isto é, a transformação do sujeito em ator social capaz de se inserir nas relações sociais, modificando-as, sem, no entanto, identificar-se com nenhum grupo ou coletividade. Os conflitos sociais, da mesma maneira, não se concentram exclusivamente no elemento econômico.

Apesar de os conflitos de classe não terem desaparecido, afirma Touraine (2004), a relação burguesia-proletariado não detém mais a proeminência de antes. Esse fenômeno se deve, principalmente, ao fato de os conflitos de classe terem se insitucionalizado, abrindo espaço para outras formas sociais, agora não mais centradas em questões de ordem econômica, mas, também, da cultura. Surgiram os movimentos feministas, o movimento gay, o movimento negro, o movimento indígena, entre outros. Os laços que unem os novos movimentos são mais comunitários e localizados. Entretanto, na globalização, eles adquirem uma abrangência político-social ampla que atinge níveis transnacionais. O sujeito que deles emerge tem a capacidade de integrar tendências divergentes, ou seja, aquelas oriundas do universalismo abstrato do mercado com o particularismo localizado da comunidade. Porém, ressalta Touraine (2004), essa capacidade somente pode existir se tal

sujeito colocar as crenças acima do mundo comunitário no qual está inserido e se opuser o tema do trabalho ao do mercado. Assim, não se deve esperar que os jovens de hoje venham a aderir a projetos que exijam deles uma identificação total ou exclusiva com uma determinada coletividade, um ideal ou mesmo com um projeto de longo prazo. O que se persegue, atualmente, quando o progresso trazido pela modernidade convive com o sofrimento e a infelicidade de muitos, não é mais o controle dos meios de produção, mas, sim, a defesa dos direitos e da dignidade do sujeito. Trata-se, portanto, da defesa de direitos humanos que abrangem, inclusive, direitos sociais básicos, defesa da dignidade de atores coletivos, assim como, de espécies não-humanas, uma vez que os movimentos ecológicos trabalham com uma versão expandida de ética que vai além do humano, rumo ao natural e, talvez, mesmo ao cósmico (RIBEIRO, 2004).

1.2 – A nova ordem política e o reconhecimento

As expressivas transformações nas tramas das redes de sociabilidade estão ocorrendo na conjuntura histórica contemporânea, marcada por dois fatores significativos. O primeiro se refere aos intensos questionamentos ao projeto unificador e universalizante da modernidade clássica, ou pela gradual perda de confiança nesse projeto. O segundo diz respeito a uma intensa ampliação das redes de coexistência e interdependência humanas, por meio de um acentuado dinamismo das instituições sociais, cuja abrangência atinge escalas globais. Tal fator implica em estabelecer um novo padrão de política emancipatória que incorpore as especificidades dos diferentes sujeitos sociais.

O dinamismo das instituições da modernidade avançada se refere à maneira como estas interferem nos hábitos, costumes e nas relações sociais tradicionais, considerando seu impacto global. Segundo Giddens (2002), a modernidade em si alterou radicalmente a natureza da vida social cotidiana, assim como afetou os aspectos mais pessoais da existência humana. Ocorre que as sociedades contemporâneas estão a vivenciar um processo muito mais dinâmico de transformação do que aquele experimentado pelas sociedades da modernidade clássica. Esse processo implica, segundo Beck (1997), num duplo movimento: primeiro, a desincorporação das formas sociais produzidas pela sociedade industrial; segundo, a reincorporação dessas mesmas formas em outras formas que remetem a sociedade industrial à modernidade reflexiva.

Para Beck (1997), a modernização reflexiva não resulta de um processo revolucionário desencadeado por forças sociais favoráveis a mudanças estruturais

profundas. Trata-se de um processo de inovação autônoma, cujas transformações por ela geradas se sobrepõem, até mesmo, às discussões ou decisões de parlamentos e governos. O dinamismo desse processo tem modificado, substancialmente, as principais formações e categorias sociais da modernidade (classe, trabalho, família, idade, relações entre gêneros, entre outras) e promovido o desenvolvimento técnico-científico e econômico numa velocidade jamais vista. Todas essas modificações ocorridas no contexto contemporâneo geram inseguranças de toda ordem, nos mais variados segmentos da vida social, o que faz emergir o que o autor denomina de sociedade de risco. A sociedade de risco designa uma fase de desenvolvimento industrial em que os riscos sociais, políticos, ambientais e individuais escapam das instituições e são potencializados por estas, além de introduzirem novas formas de ameaças mutuamente contraditórias (BECK, 1997; 1999).

Entretanto, essa idéia de risco não pode ser confundida com perigo ou mero infortúnio, pois, segundo Giddens (2007), o risco diz respeito a infortúnios ativamente avaliados em termos de possibilidades futuras. Para o autor, a noção de risco somente faz sentido em sociedades orientadas para o futuro, isto é, que consideram o futuro como um território a ser conquistado ou colonizado. O risco passa a ser a dinâmica que mobiliza uma sociedade predisposta à mudança e que deseja conduzir seu próprio futuro sem confiá-lo à religião, à tradição ou aos caprichos da natureza. O risco se constitui, então, num elemento essencial de economias dinâmicas e de sociedades inovadoras. Portanto, no contexto da globalização, viver implica enfrentar uma diversidade de situações de risco que, frequentemente, exigem ousadia dos indivíduos, e não cautela, para apoiar a inovação científica ou outras formas de mudança, afinal, conclui o autor, "uma raiz do termo *risk*, no original português significa ousar" (GIDDENS, 2007: 44).

Essa diversidade de situações sobre o risco tem, hoje, um alcance muito maior, visto que as sociedades estão cada vez mais estruturadas em redes. Por conseguinte, vários fenômenos se desencadeiam em escala global, dentre os quais os mais significativos são: o fortalecimento do capital e o enfraquecimento do movimento dos trabalhadores; o fim do bem-estar social; o aumento da concorrência econômica internacional, que promove a integração dos mercados financeiros e o avanço da dependência estrutural dos países mais pobres em relação aos mais ricos; o desenvolvimento regional desigual e a consolidação de regiões de miséria humana, por conta da concentração de riqueza; a globalização de diversas atividades criminosas (terrorismo, tráfico de drogas, de armas, de seres humanos, lavagem de dinheiro); massificação cultural e a preservação das identidades locais e individuais como fonte de significado social; o fortalecimento de fundamentalismos de

toda ordem (religioso e político-patriarcal); e, por fim, a crise estrutural de legitimidade dos sistemas políticos tradicionais, atingidos por escândalos políticos divulgados pelos veículos de comunicação de massa (CASTELLS, 1999a). No que tange aos sistemas democráticos contemporâneos, os riscos advêm do fato de que não há nenhuma garantia de que estes sejam capazes de deter a volta de mecanismos de controle totalitários ou da repressão. Para Caillé (2008), a repressão pode se apresentar de diversas maneiras: pelo ressurgimento das extremas direitas ou de integralismos radicais; pelo totalitarismo do capital, cuja dinâmica dissolve "no mercado a pluralidade de formas da ação social e das culturas, da mesma maneira que os totalitarismos do século XX eliminaram-nas progressivamente no Estado e na ideologia" (CAILLÉ, 2008: 22); ou ainda, sob um formato parcelitário, cuja tendência é "transformar tudo, todo ser ou todo pensamento, em parcelas submetidas à lei do movimento browniano das partículas elementares", ou seja, a lei dos movimentos individuais e aleatórios que, segundo o autor, perverte o ideal democrático, visto que o esvazia de seu sentido e de sua força oriunda da ação coletiva organizada.

Como se pode ver, os riscos na modernidade tardia são muito mais diversificados. Isso não que dizer que nos períodos anteriores ao atual o risco não existisse. Hoje, entretanto, os riscos trazem novos parâmetros que gerações anteriores não tiveram que enfrentar; o que obriga os indivíduos a incorporarem em suas vidas uma atitude mais calculista frente às inúmeras possibilidades de ação (positivas ou negativas) com as quais são continuamente confrontados. Desse modo, os indivíduos se vêem obrigados, a todo instante, a ter que selecionar o que Giddens (2002) chama de mundos possíveis, isto é, mundos que ofereçam menos riscos. Assim, a ação dos agentes sociais está sempre orientada para o futuro, mas não um futuro interpretado como algo que está por vir, porém, um futuro pautado no presente reflexivamente organizado. Para Giddens (2002), esse fenômeno acontece porque as mudanças ocorridas nos aspectos íntimos da vida pessoal (auto-identidade) ligam-se, diretamente, ao estabelecimento de conexões sociais de grande amplitude, nos variados espaços da modernidade tardia. Por conseguinte, o eu alterado deve ser explorado e construído como parte de um processo reflexivo no qual se conectam mudanças pessoais e sociais. São esses aspectos que constituem a participação política na modernidade tardia.

Devido ao processo de desintegração e desencantamento em relação às fontes tradicionais de identificação coletiva, como classe social e Estado-nação, as sociedades contemporâneas têm experimentado um contínuo processo de individualização. Essa

individualização não diz respeito à atomização, isolamento, solidão ou desconexão de toda e qualquer forma de interação ou solidariedade; mas, sim, exprime, antes de tudo, a desintegração das certezas cultivadas pela sociedade industrial, e consiste na convicção de que a segurança propagada pela sociedade industrial não passa de uma mera ficção (BECK, 1997). Tal convicção, aqui entendida como algo semelhante ao que Domingues (2002) chama de *niilismo* construtivo, abre novas oportunidades para a ação que decidem permanentemente, sem, no entanto, reivindicar qualquer solução definitiva; afinal, como discorre Giddens (2002), uma das raízes da palavra risco em português é ousar, isto é, encontrar e inventar novas certezas (que aceitem e afirmem ambivalências) não apenas para si, mas, também, para os outros que porventura não as possuam. Esse movimento implica novas formas de interdependências que podem atingir escalas globais. Pode-se dizer que a individualização e a globalização completam o mesmo processo de modernização reflexiva.

Em suma, a individualização significa a desincorporação e reincorporação dos modos de vida da sociedade industrial por outros modos nos quais os indivíduos produzem, representam e acomodam suas próprias biografias. Por exemplo, o estilo de vida assume particular importância no cotidiano, pois à medida que a tradição perde espaço, e quanto mais a vida cotidiana é pautada pelo jogo dialético entre o local e o global, os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida entre as diversas opções colocadas pela alta modernidade. A escolha do estilo de vida é uma tentativa de diminuição dos riscos e, conseqüentemente, o aumento do que Giddens (2002) chama de segurança ontológica. As escolhas de estilos de vida possibilitam o surgimento de questões morais que já não podem ser negligenciadas, adiadas ou simplesmente esquecidas. Essas questões reivindicam formas de envolvimento que os movimentos sociais contemporâneos anunciam e ajudam a iniciar politizando o cotidiano. Tais movimentos reivindicam uma remoralização da vida social em todos os âmbitos, dos mais íntimos aos mais universais, já que os problemas que visam superar não se adaptam com facilidade aos parâmetros da política institucionalizada.

A política no cotidiano requer um tipo de individualização na qual o indivíduo concorde em se constituir como um indivíduo capaz de planejar, compreender, projetar e agir, isto é, demanda que o indivíduo esteja em constante movimento. O paradoxo dessa situação é que, de um lado, o processo de individualização está a provocar um vazio político das instituições, pois estas já não respondem a contento às necessidades das sociedades atuais; de outro lado, porém, a individualização está a promover um renascimento não institucional do político, visto que o sujeito individual retorna às

instituições para que os programas e fundações destas contemplem, de fato, as demandas dos atores sociais contemporâneos. Trata-se de um movimento orientado de baixo para cima e originado fora dos espaços tradicionais de participação. Beck (1997) chama esse movimento de subpolítica, uma política subsistêmica autônoma, cuja dinâmica incorpora tanto o aparato governamental nas suas mais variadas instâncias, quanto as opiniões e julgamentos dos diferentes atores sociais organizados e engajados em causas das mais diferentes. Nesse sentido os Estados, hoje, estão mais expostos às pressões da sociedade civil e, por conseguinte, mais dependentes do seu controle, pois os temas do futuro, como define Beck (1997), relacionados ao equilíbrio sócio-ambiental, à defesa e ampliação dos direitos humanos, entre tantos outros, cada vez mais disseminados no senso comum, não tiveram origem nos meios políticos tradicionais; tampouco vieram do mundo dos negócios ou da ciência. Originam-se, isto sim, nos grupos de cidadãos organizados fora dos aparatos institucionalizados da política e do conhecimento.

> Há grupos de cidadãos – contrários a toda *intelligentsia* da ciência social – que partiram do zero, sem nenhuma organização, em um sistema de conformidade vigiada, e apesar de tudo, sem máquinas copiadoras ou telefones, conseguiram obrigar o grupo governante a recuar e ceder, apenas se reunindo em uma praça. Esta rebelião dos indivíduos da vida real contra um "sistema" que supostamente os dominava por completo em sua existência cotidiana é inexplicável e inconcebível nas categorias e teorias prevalecentes. Mas não é apenas a economia planejada que está falindo. A teoria dos sistemas, que concebe a sociedade como independente do sujeito, também tem sido amplamente contestada. Em uma sociedade sem consenso, desprovida de um cerne legitimador, é evidente que até mesmo uma simples rajada de vento, causada pelo grito por liberdade, pode derrubar todo o castelo de cartas do poder (BECK, 1997: 31).

Dessa forma, a subpolítica permitiu moldar a sociedade de baixo para cima a ponto de alterar as regras do jogo político. Isso ocorre porque a subpolítica possibilita a participação tanto de agentes (sociais e coletivos) externos ao sistema político ou corporativo, no que diz respeito ao planejamento social, quanto de indivíduos, pois essa dinâmica do político, também, incorpora a subjetividade dos sujeitos e dos seus princípios norteadores. Não por acaso, a defesa dos direitos e a luta pelo reconhecimento das identidades, de acordo com Bobbio (1992) e Taylor (1994), respectivamente, tornaram-se a tônica da preocupação dos atores e dos movimentos sociais nos anos mais recentes.

Para Bobbio (1992), o principal problema das identidades políticas modernas é sua relação com os direitos; isto é, como protegê-los ou impedir que estes sejam, continuamente, violados quando colocados em prática (a exemplo do direito à educação e

saúde), por serem transgredidos (a exemplo dos direitos políticos, direito à vida etc.) e por não incluírem todos os homens, a princípio, igualmente livres e emancipados. Os direitos, especialmente os direitos humanos, são hoje um princípio inerente à própria condição humana. No contexto contemporâneo, a dignidade humana tornou-se um princípio ético, uma razão justificativa de conduta, sem o qual não mais se admite nenhum tipo de ação política ou ideológica que não considere como elemento basilar dos seus princípios a defesa e a manutenção dos direitos, ou seja, a defesa da dignidade de todo e qualquer ser humano.

Para se conhecer a efetiva vigência desses direitos na vida social, é preciso entender a distinção erigida pela doutrina jurídica alemã entre direitos fundamentais e direitos humanos (COMPARATO, 2001). Por direitos fundamentais entendem-se direitos humanos reconhecidos como tais pelas organizações estatais e positivados nas constituições, nas leis e tratados internacionais. Embora o reconhecimento oficial dos direitos humanos pelo Estado, por um lado, ofereça mais segurança às relações sociais e, por outro, desempenhe uma função pedagógica no interior das comunidades, haja vista que faz prevalecer os grandes valores éticos que, caso contrário, demorariam a se impor na vida coletiva não fosse esse reconhecimento, nada pode garantir que interesses particularistas não sejam incluídos nas constituições sob a égide dos direitos humanos. Por essa razão, Comparato (2001) acredita ser necessário buscar um fundamento para a vigência dos direitos humanos além do Estado, que transcenda a autoridade dos constituintes. Esse fundamento deve estar pautado por uma consciência ética coletiva, enraizada no princípio da dignidade humana como reclamante, em qualquer circunstância, de respeito, assim como na observância de certos bens e valores imprescindíveis, mesmo se não estiverem reconhecidos pelo ordenamento jurídico estatal ou por acordos e tratados internacionais.

Ao contrário do que sustenta o positivismo, o problema do direito, diz Comparato (2001), não corresponde à validade formal das normas jurídicas, mas, sim, ao seu valor ético. Por essa razão, hoje, a defesa dos direitos se tornou a tônica da preocupação dos atores sociais. Reivindica-se uma liberdade objetivada em nome da tolerância e da diversidade, que vise preservar a diferença, a pluralidade e as minorias. Não mais se reclama direitos voltados para uma integração homogênea, aquela que não se mostrou, ao longo da modernidade clássica, capaz de garantir as necessidades elementares de proteção física ou moral contra toda ordem de abuso de poder ou de desigualdades.

Antes de serem legitimados pelos aparatos jurídicos dos Estados, os direitos humanos tornam-se perceptíveis sob a forma das reivindicações dos movimentos sociais e

dos conflitos. Falar, portanto, de direitos humanos significa tratar o ser humano como sujeito universal, "dotado de necessidades, desejos, aspirações, sentimento e razão" (MBAYA, 1997:20). Essa universalidade do ser humano, no entanto, não pode ter como ponto de partida as ideologias, pois estas costumam decretar onde se encontra o verdadeiro e o falso. Da mesma maneira, não se pode apelar aos Estados, visto que a razão destes, segundo Bobbio (1998), se orienta pela certeza e fecundidade dos resultados a que se propõe atingir, e não pelo princípio de que uma ação deve ser praticada apenas com o intuito de se cumprir uma obrigação moral. Diante dessas dificuldades, os direitos humanos devem ser vistos como o princípio efetivo de uma solidariedade universal no âmbito da diversidade das consciências populares. "É no aprofundamento das diversas experiências vividas em meio ao mundo que encontraremos as expressões da necessidade universal de criar o Homem livre e solidário" (MBAYA, 1997: 21). Por essa razão, os atores sociais se organizam em busca de espaços alternativos de participação, localizados além das fronteiras das ideologias e dos Estados.

As lutas sociais na contemporaneidade estão profundamente marcadas por uma demanda por reconhecimento. Como exemplo, estão os movimentos nacionalistas atuais, os movimentos em favor das minorias sociais ou dos grupos "subalternos", algumas formas de feminismo e os movimentos multiculturalistas. Para Taylor (1994), as identidades são, parcialmente, moldadas pelo reconhecimento, por parte dos outros, das características fundamentais que definem os indivíduos como seres humanos. Tal reconhecimento deve ocorrer a partir das pessoas ou da sociedade ao redor dos indivíduos, ou grupo de indivíduos, que buscam resguardar aquilo que lhes é constitutivo. O não-reconhecimento ou um reconhecimento deformado de uma identidade pode ser um dos mais poderosos instrumentos de opressão, pois aprisiona a vítima num falso, distorcido e reduzido modo de ser, conduzindo-a a um processo de auto-depreciação que a impele a agir em favor do ideário hegemônico que a circunda e a inferioriza. O reconhecimento de uma identidade, portanto, não é uma consideração especial dispensada ao outro "que difere de mim", mas, sim, uma necessidade vital para os seres humanos, afirma o autor.

O desenvolvimento das lutas por reconhecimento somente foi possível por conta do colapso das hierarquias sociais que serviam de base para o princípio da honra, essencial nas sociedades pré-modernas, de cunho prefigurativo. Naquele tipo de organização social, a honra de um dependia, essencialmente, da ausência de honra do outro. Por essa razão, o sentido de honra nas sociedades pré-modernas estava intrinsecamente ligado às diferenças estabelecidas, que produziam as desigualdades entre os indivíduos. Ao longo do período

moderno, no entanto, tal situação se modificou. A noção de honra foi substituída pela de dignidade, premissa do reconhecimento do sujeito político autônomo, igualmente distribuído na sociedade e compartilhado por todos por meio da cidadania a qual legitima a igualdade entre os indivíduos. É nessa perspectiva que os movimentos sociais contemporâneos norteiam suas ações e estratégias de enfrentamento, em busca de reconhecimento e igualdade de *status*, seja entre as culturas, os gêneros, as etnias, as diferentes orientações sexuais e as gerações. Os novos conflitos e antagonismos expostos pela atuação dos atores sociais situam-se em um terreno descentralizado em oposição aos conflitos relativos à política partidária e sindical, caracterizando os novos movimentos sociais que, como dito, percebem a subjetividade como um campo de formação de valor da ação política, que influencia a organização e a objetivação de condutas engajadas. Os novos movimentos são mais flexíveis em relação à política do poder institucionalizado, porque compromisso e engajamento com uma causa não requerem um laço fechado sobre si mesmo, mas permitem uma dimensão plural de valores que orientam a vida em sociedade (MELUCCI, 1989). Essa mudança advém daquilo que Fraser (*apud* MATOS, 2006) define como a era pós-socialista, caracterizada por uma ordem mundial globalizada e multicultural na qual as lutas por redistribuição são associadas com lutas por reconhecimento, as quais extrapolam os conflitos de classe, para evidenciar os conflitos de *status* social advindos da dominação cultural. Essa nova configuração pós-socialista decorre daquilo que Heller e Fehér (1999) denominam de crise das grandes narrativas históricas, que privilegiam um determinado sujeito coletivo como o agente aglutinador e impulsionador das lutas de transformação social. Tal crise, por sua vez, possibilitou a emergência de novas e pequenas narrativas fundamentadas nas especificidades dos sujeitos, a exemplo do que fazem os movimentos feministas, gays, ecológicos, étnicos, pelos direitos humanos, entre outros (SCHERER-WARREN, 2002).

A ação política hoje tem demandado dos agentes sociais aquilo que Foucault (2000) define como atitude da modernidade – uma maneira de pensar, agir e se conduzir no mundo de modo que tudo se apresente como uma tarefa a ser cumprida. Equivaleria, segundo ele, àquilo definido pelos antigos gregos como *Êthos*. Diante das contínuas crises do mundo atual, os agentes sociais continuamente perseguem esse *Êthos*, pois percebem a importância de se tentar condensar em posições e ações coletivas as causas defendidas por cada um. Essa nova maneira de agir, resulta daquilo que Ribeiro (2004) avalia como uma séria crise da política tradicional, uma vez que esta, seja de esquerda ou direita, já não consegue realizar as promessas de vida organizadas politicamente. Segundo o autor, isso se

deve, em grande parte, ao predomínio das políticas neoliberais, assim como ao fato de a economia ter reduzido, sobremaneira, a liberdade dos atores políticos, sejam eles os eleitores ou os eleitos, apresentando-se, tal qual assevera Domingues (2002), como um sólido baluarte dos projetos de dominação alavancados ao longo da modernidade, sobretudo, na sua fase atual.

Todavia, os projetos neoliberais de dominação, conforme salienta Ribeiro (2004), não são os únicos fatores responsáveis pelo declínio do prestígio da política na contemporaneidade. Talvez, não sejam sequer os mais significativos. Para o autor, o grande desafio da política atual é o de construir a liberdade contra a necessidade imposta pelo discurso econômico dominante de alto teor consumista. Nunca na história da humanidade a política desfrutou de uma liberdade de expressão e organização como nos tempos atuais. Logo, afirma o filósofo, a política dispõe de amplos meios para atingir os seus fins, ou seja, melhorar a vida das pessoas, tanto do ponto de vista material quanto do social. Resolver o problema da falta de conexão entre os meios e os fins é a grande tarefa da política na atualidade, senão ela se desmoraliza e, assim, adviria o esvaziamento do espaço político. Mas, se a política de cunho profissional está em baixa e costuma ser alvo de constante desconfiança, quais as motivações para o seu exercício? Para Ribeiro (2004), o sangue novo (motivação) para a política contemporânea advém tanto dos movimentos sociais quanto da indignação ética, o que acaba por introduzir novos e importantes valores na esfera da ação política, politizando tudo que antes não era politizado. Para reverter o quadro de desconfiança e desmoralização da política institucionalizada, é preciso se alimentar do sangue novo dos movimentos sociais e da indignação ética. O decisivo, agora, não é mais o ponto de chegada – os resultados da revolução – mas, o ponto de partida, isto é, o que causa indignação e não tem sustentação ética. Dito de outro modo, tudo aquilo que não pode ser moral ou eticamente defensável deve ser combatido.

Pode-se fazer uma ligação dessa questão com o conceito de eticidade (*Sittlichkeit*) desenvolvido por Honneth (2003) a partir da tradição hegeliana. Se hoje tudo aquilo que não pode ser defendido do ponto de vista da ética e da moral deve ser combatido, logo, as lutas sociais contemporâneas são lutas moralmente motivadas. Essa concepção de eticidade se refere à totalidade das condições intersubjetivas, das quais se pode demonstrar que servem à auto-realização individual na qualidade de pressupostos normativos. Portanto, o "reconhecimento intersubjetivo é condição para o desenvolvimento de uma identidade positiva necessária para a participação na esfera pública" (MATOS, 2004: 150). A ausência desse reconhecimento, diz Honneth, dá origem às diversas formas de desrespeito

social que geram as lutas por reconhecimento, motivadas por uma força moral que provoca desenvolvimentos sociais e produz, inclusive, novas culturas políticas. O objetivo normativo do reconhecimento não parece ser a eliminação da desigualdade, mas, sim, a anulação da degradação e do desrespeito que permitiria, então, a viabilização de oportunidades sociais para dirimir as desigualdades. As categorias sobre as quais se apóia não são mais a distribuição igual ou a igualdade econômica; porém, a dignidade e o respeito que na cultura política contemporânea passaram a ser as condições fundamentais para a construção de uma sociedade justa (HONNETH, 2003).

Na atual fase da modernidade, diz Bauman (2003), o modelo de justiça social como horizonte último cedeu espaço para o princípio dos direitos humanos como uma regra ou padrão que serve de guia para as inúmeras formas de interação social, consideradas satisfatórias ou, no mínimo, aceitáveis. Tal fato ocorre porque a substância de tais princípios articula reivindicações não atendidas com as novas demandas que buscam ser reconhecidas e que exigem definir prioridades. Por essa razão, os direitos humanos são um princípio sempre aberto à renegociação e ao diálogo, o que, na prática, significa dizer que tais direitos são um campo para a ocorrência de lutas por reconhecimento.

Os conflitos que surgem das lutas por reconhecimento, de acordo com Honneth (2003), são a base da interação social, e a luta por reconhecimento, a sua gramática moral, pois somente a partir da ação coletiva organizada os direitos humanos podem ser garantidos e as diferenças reconhecidas. Os direitos humanos produzem um efeito catalisador "que estimula a produção e perpetuação da diferença, e os esforços para construir uma comunidade em torno dela" (BAUMAN, 2003: 71). Entretanto, para que as tensões que se formam não recaiam em sectarismos herméticos ou relativismos autoritários, formas inibidoras dos valores democráticos, a questão do reconhecimento deve ser debatida no terreno da justiça social.

Segundo Fraser (2001), para que a justiça social contemple adequadamente as demandas do tempo presente, é preciso lutar tanto por redistribuição quanto por reconhecimento. A redistribuição visa combater a injustiça por meio da reestruturação político-econômica, a qual implica em redistribuição de renda, reorganização da divisão social do trabalho, entre outras transformações de natureza estrutural. Já o reconhecimento visa superar a injustiça cultural por meio de mudanças na esfera do simbólico, seja a partir da reavaliação positiva de identidades desrespeitadas ou marginalizadas, seja através da valorização positiva da diversidade cultural. Embora a redistribuição e o reconhecimento visem suplantar injustiças que têm causas e natureza distintas, para Fraser (2001), a

diferença entre os dois é meramente analítica, por isso ela se refere a ambos sob o termo geral de reconhecimento. Pode-se dizer que, "remédios redistributivos pressupõem uma concepção subjacente de reconhecimento"; de maneira semelhante, "remédios de reconhecimento pressupõem uma concepção de redistribuição" (FRASER, 2001:252), a exemplo das coletividades ambivalentes, isto é, aquelas que, simultaneamente, tanto sofrem de injustiça socioeconômica e de não-reconhecimento cultural ou simbólico, como é o caso das mulheres, dos negros além daqueles grupos cuja discriminação ocorre com base em diferenciações étnicas.

A análise de Fraser (2001) remete à questão da universalidade dos direitos humanos referida por Mbaya (1997), para quem o problema da universalidade faz surgir uma relação de ordem vertical e outra de ordem lateral. A relação vertical se refere ao âmbito dos direitos civis e políticos que, por sua vez, se referem às relações estabelecidas entre os cidadãos e o poder. Nesse caso, a superação das injustiças, que porventura decorram dessa relação, demanda uma atitude de reconhecimento. Já a relação de ordem lateral diz respeito aos direitos econômicos e sociais que exigem do Estado, ou por meio dele, subsídios em prol daqueles "menos favorecidos, feitas pelos cidadãos mais aquinhoados e, na ordem internacional, a ajuda dos países ricos àqueles em desenvolvimento, com base em uma obrigação jurídica" (MBAYA, 1997:28). Postula-se, nessa situação, ações redistributivas que visem compensar as injustiças de ordem econômica. Somente com a articulação dessas duas dimensões é que o apelo aos direitos humanos, assim como as lutas por reconhecimento e as políticas delas decorrentes, podem permitir a ampliação de uma comunidade ética voltada para a construção efetiva de uma "boa sociedade". Seria a democratização das mesmas oportunidades a despeito das diferenças que caracterizam cada um ou cada grupo. Conforme Bauman (2003):

> Para que a idéia da "boa sociedade" possa reter seu sentido numa situação de modernidade líquida, ela precisa significar uma sociedade que cuida de "dar a todos uma oportunidade" e, portanto, da remoção dos muitos impedimentos a que a oportunidade seja aproveitada. Agora sabemos que os impedimentos em questão não podem ser removidos de um só golpe, por um ato de imposição de outra ordem planejada – e assim a única estratégia disponível para realizar o postulado da "sociedade justa" é a eliminação dos impedimentos à distribuição eqüitativa das oportunidades uma a uma, à medida que se revelam e são trazidas à atenção pública graças à articulação, manifestação e esforço das sucessivas demandas por reconhecimento. Nem todas as diferenças têm o mesmo valor, e alguns modos de vida e formas de união são eticamente superiores a outras; mas não há forma de definir qual é o que, a menos que seja dada a todas a oportunidade de defender e fundamentar seu pleito (BAUMAN, 2003:73).

Essa visão expandida da ética é o que tem dado força política e visibilidade aos movimentos sociais contemporâneos, como também às ONGs. Mais que isso, tem possibilitado, sobremaneira, a expansão dos espaços democráticos e a ação politizada por meio das atividades cotidianas de muitos indivíduos jovens. É justamente nessa segunda fonte para a produção da política, marcada pela indignação moral, que os indivíduos jovens de hoje encontram seu espaço de atuação na vida pública, uma vez que a juventude "fornece algo deste estoque de sangue novo do qual a política se vale. De sua força física, de sua pouca integração (ainda) nas redes de interesses do mundo decorrem muitas possibilidades de coisas novas" (RIBEIRO, 2004: 30), como se verá nos capítulos subseqüentes.

CAPÍTULO 2

OS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

Para se analisar a dinâmica da sociedade civil, dos movimentos sociais e das lutas pela cidadania, no contexto histórico contemporâneo, é necessário considerar dois aspectos fundamentais: primeiro, a transversalidade das demandas por direitos; segundo, os novos formatos de organização da sociedade civil. A despeito de haver novos formatos, a sociedade civil, segundo Dagnino (2002), não pode ser considerada como o princípio organizador que marca o aprofundamento democrático, visto que o processo de construção da democracia não é linear, mas, sim, contraditório e fragmentado. Contraditório porque em sociedades de grande complexidade como as industriais, por exemplo, o jogo democrático é disputado por atores que defendem interesses dos mais díspares e, em muitos casos, inconciliáveis. Em conseqüência, a construção da democracia se dá a partir de um processo marcado pela fragmentação, devido, principalmente, à multiplicidade dos atores envolvidos. Tal multiplicidade diz respeito tanto ao Estado quanto aos partidos políticos, assim como à sociedade civil em geral.

O Estado não é apenas um conjunto de forças que ocupa o poder nas diferentes instâncias da administração pública. É, também, uma estrutura de poder que atua como um mecanismo de controle social, cuja autoridade ainda resiste aos impulsos participativos. Já os partidos políticos se tornaram, ao menos no Brasil, tradicionais mediadores entre a sociedade civil e o Estado. Historicamente, os partidos políticos brasileiros, salvo algumas exceções, sempre almejaram conquistar espaço dentro do Estado, restringindo, dessa maneira, sua base de representatividade na sociedade civil aos momentos eleitorais ou aos mecanismos vistos como os mais eficazes nesses dados momentos: o clientelismo, a troca de favores, o personalismo etc. Em conseqüência, estabeleceu-se uma significativa distância entre os partidos e a sociedade civil, percebida por uma insatisfação generalizada com a política partidária, o que indica a precariedade dessa função mediadora, bem como explica a busca de inúmeras organizações da sociedade civil por relações mais diretas com o Estado.

Dessa maneira, a complexidade referente aos espaços públicos no Brasil também diz respeito aos eventuais embates entre organizações da sociedade civil e partidos políticos, travados em paralelo aos conflitos decorrentes da pouca representatividade oriunda das urnas e da articulação da participação da sociedade civil. Na conjuntura atual

esta tem se organizado por meio de uma pluralidade de formas, desde grupos locais, constituídos nas bases ou voltados para essas bases, nas quais podemos encontrar as ONGs, o terceiro setor, as associações civis locais, os movimentos sociais de base e até mesmo articulações que atingem escalas globais, devido às diversas formas de interações interorganizacionais, a exemplo das associações nacionais de ONGs, fóruns da sociedade civil, redes e redes de redes, as quais têm se configurado em novos espaços democráticos no contexto atual (DAGNINO, 2002).

De modo geral, uma rede resulta do trançado de fios que formam um tecido cujas partes estão dispostas numa relação de igualdade e complementariedade reforçada pela regularidade entre suas linhas e nós. No âmbito das Ciências Sociais, entretanto, entende-se por rede as interações, voltadas para a comunicação, troca ou ajuda mútua, oriundas de interesses e situações compartilhadas por indivíduos organizados em agrupamentos ou localidades. No que tange aos estudos referentes aos movimentos sociais, as redes, denominadas de redes sociais, de solidariedade ou de movimento, correspondem a articulações e/ou interações entre os atores sociais, sejam estes organizações, grupos ou indivíduos mobilizados em torno de ações ou movimentos reivindicatórios que têm por objetivo desde demandar recursos, até formular projetos e políticas públicas, bem como intercambiar informações e experiências. O denominador comum de uma formação em rede é a existência de conflitos e laços de solidariedade comuns, além da existência de projetos políticos ou culturais compartilhados, pautados por identidades e valores coletivos. Devido a essa característica básica, as redes sociais possuem uma complexa articulação entre os agentes locais e externos; e pode alcançar uma ampla abrangência territorial que extrapola os limites do local para os limites do regional, do nacional e, até mesmo, aos domínios do internacional (LOIOLA; MOURA, 1996).

Em relação ao Estado, as redes se caracterizam pela articulação entre as agências governamentais e as organizações da sociedade civil. Devido a essa característica, são denominadas redes sócio-governamentais, que visam o enfrentamento dos problemas sociais e a implementação de políticas públicas adequadas a situações específicas. O trabalho em redes, para Maurel (*apud* Loiola e Moura, 1996), implica em uma intensa redefinição das políticas sociais e uma recomposição do papel do Estado e das coletividades. Também no mundo dos negócios, é possível observar configurações em rede. Estas se estabelecem como formas intermediárias entre as empresas e o mercado, rompendo, assim, com princípios hierárquicos rígidos ou de liberdade, vinculados a esses dois lados dos processos de coordenação das atividades econômicas. A despeito das

diferentes noções atribuídas ao conceito de rede, algumas características são comuns a todas, entre elas o apreço pela heterogeneidade ou pluralidade de atores, regularidade, proteção e moderação de conflitos e tensões. A tônica de sua ação se caracteriza pela cooperação e solidariedade. Assim, as redes vêm moldando novas formas de relação entre Estado e sociedade, agências e esferas de governo, assim como novas formas de ação política (LOIOLA; MOURA, 1996).

As redes, de acordo com Scherer-Warren (2006), revelam padrões alternativos de organização que têm emergido com relativa força na atualidade. Tal ocorrência se dá numa estratégia de enfrentamento, devido às incertezas e turbulências postas pelo contexto histórico-social contemporâneo ainda marcado, entre outros fatores, por forte competitividade e por movimentos de reestruturação capitalista; estes acabam por colocar em evidência questionamentos direcionados tanto às tradicionais instituições burocráticas e representativas quanto aos paradigmas homogeinizadores e totalizadores. A interlocução mais institucionalizada entre sociedade civil e Estado se dá exatamente a partir dessas formas de mediação. Também, as formas de expressão e pressão política da sociedade civil organizada, em relação ao Estado e à opinião pública, ganharam novos contornos. No espaço público atual, os atores dos movimentos sociais de base, das ONGs, dos fóruns e redes se articulam com o propósito de gerar visibilidade nos veículos midiáticos, a fim de produzirem efeitos simbólicos entre os próprios atores que integram esses movimentos de pressão, como, também, na sociedade em geral.

Na base fomentadora de todas essas ações, se encontram as agências não-governamentais e, por vezes, governamentais de apoio financeiro. Esses novos formatos de organização aproximam, tanto no âmbito local quanto no âmbito global, uma pluralidade de atores sociais com demandas diversificadas, proporcionando um diálogo da diversidade de interesses. A despeito do conflito e tensões que podem decorrer desse diálogo, o encontro de diferentes reivindicações e lutas relativas aos mais variados aspectos da cidadania permite aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural, cujos direitos, sejam estes civis, políticos, sociais, econômicos, ambientais ou culturais, são indivisíveis e universais (SCHERER-WARREN, 2006).

Essa idéia de indivisibilidade e universalidade dos direitos marca o diálogo entre os atores sociais em rede por uma transversalidade na demanda por direitos, o que acarreta no alargamento da concepção de direitos humanos, assim como na ampliação dos aspectos democráticos de luta contra a exclusão e em favor da cidadania. Por conseguinte,

ampliaram-se os horizontes de cada movimento, possibilitando a emergência de sujeitos mais plurais, a exemplo do que se pode perceber nesse trecho da carta escrita, em janeiro de 1996, pelo Subcomandante Marcos, líder do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), no Estado mexicano de Chiapas.

> O Exército Zapatista de Libertação Nacional fala a todos os que lutam pelos valores humanos de democracia, liberdade e justiça. A todos os indivíduos, grupos, coletividades, movimentos, organizações sociais, cidadãs e políticas, aos sindicatos, as associações de vizinhos, cooperativas, todas as esquerdas existentes e por existir, organizações não-governamentais, grupos de solidariedade com as lutas dos povos do mundo, bandas, tribos, intelectuais, indígenas, estudantes, músicos, operários, artistas, educadores, camponeses, grupos culturais, movimentos juvenis, meios de comunicação alternativa, ecologistas, colonos, lésbicas, homossexuais, feministas, pacifistas. A todos os seres humanos sem casa, sem terra, sem trabalho, sem comida, sem saúde, sem educação, sem liberdade, sem justiça, sem independência, sem democracia, sem paz, sem pátria, sem amanhã. A todos os que, sem importar cor, raça ou fronteiras, fazem da esperança arma e escudo (Disponível em: http://palabra.ezln.org.mx. Acesso em: 30/04/2008).

Na atualidade, os agentes sociais organizados não buscam unicamente a tomada ou a transformação do poder hegemônico; tampouco recorrem a estratégias meramente orientadas pela violência, como usualmente ocorria nas décadas de radicalizações ideológicas. Atualmente, agem também fora das instituições da política tradicional (partidos, parlamento e sindicatos) ou dos aparelhos ideológicos e de reprodução social (escola, família, igreja), para atuar em setores paralelos que dialogam com tais instituições, porém não se amarram ou se confundem com nenhuma delas. Tal é o caso das ONGs. Estas expressam uma nova forma de reciprocidade, uma nova visão de compromisso político e uma nova forma de ação que privilegia a cultura do associativismo e da cooperação nos princípios da justiça e da democratização da política. Em realidade, formam, de acordo com Melucci (1989), a organização dos sujeitos em movimentos sociais.

Os movimentos sociais, hoje, se estruturam e se organizam em redes nas quais coexistem diferentes grupos que produzem uma política imersa na vida cotidiana. Formam novos modelos culturais, novos modos de relacionamento e visões alternativas de vida e valores, os quais colocam em prática. Assim, essas redes surgem de modo esporádico, em resposta a problemas específicos ou para durarem. Trata-se de uma mudança morfológica que obriga os intelectuais a repensarem as categorias analíticas de atores coletivos. Se os conflitos se expressam em termos de recursos simbólicos, os atores, por sua vez, não podem ser considerados como categorias estáveis, pois, de um lado, os meios através dos

quais se distribuem na sociedade geram diferentes possibilidades de identidades que estão, continuamente, mudando e operando em campos variados. De outro, os atores vivem as exigências contraditórias dos sistemas sociais como fonte de conflitos. Não o fazem durante toda a sua vida e não estão, permanentemente, enraizados em uma categoria social única (MELUCCI, 1996).

Os movimentos sociais contemporâneos, segundo Laniado (2008), promovem suas ações a partir de três níveis relevantes de reivindicações que objetivam a transformação das experiências de um contexto impregnado de neoliberalismo, quais sejam: a forma de emancipação dos sujeitos no que tange à individualidade e à dignidade; a experiência e o usufruto que busca promover o acesso aos direitos sociais e aos processos decisórios, sem desconsiderar os interesses plurais da sociedade; e, finalmente, a solidariedade generalizada voltada para o fortalecimento dos vínculos, tanto entre indivíduos e coletividade quanto entre gerações. Tais reivindicações decorrem das críticas dirigidas ao convencionalismo político que costuma restringir a ação política aos procedimentos institucionais, administrativos e ao direito positivo. Em última instância, essas críticas põem em evidência os limites e a insuficiência da democracia formal.

Sustentar esse argumento, porém, não significa dizer que os movimentos sociais contemporâneos se opõem à democracia. Muito pelo contrário. A ação dos movimentos sociais contemporâneos, diz Laniado (2008), tem possibilitado, a despeito do esmorecimento dos projetos e das utopias revolucionárias, o alargamento do processo de democratização das relações sociais, visto que hoje a ação participativa coletiva se expressa por meio de inúmeras formas que contemplam discursos ao mesmo tempo capazes de crítica, confronto, ação, proposição e intervenção. Trata-se da emergência do que Beck (1997) denomina de subpolítica.

As ações coletivas no contexto atual, na maioria das vezes, se dão a partir de bases organizativas locais e nacionais. Entretanto, por meio das redes sociais, como os encontros internacionais e fóruns de todo tipo, as bandeiras e causas defendidas por cada movimento ou organização ultrapassam as fronteiras dos Estados nacionais para transitarem em espaços transnacionais, nos quais as reivindicações se ampliam e repercutem em larga escala. Para Laniado (2008):

> [...] os movimentos sociais em larga escala ocupam espaços difusos, promovem eventos de muita visibilidade, organizam-se reticularmente e arregimentam múltiplos personagens em cena. Eles têm capacidade de pressão política e, principalmente, capacidade de difundir amplamente os ideais dos quais são portadores – mensagens que podem penetrar as localidades mais distantes e mais isoladas, em todos os lugares. Essa conexão entre diversas escalas territoriais e a configuração da ação coletiva (do mais micro ao mais amplo) caracteriza o perfil mais recente dos movimentos sociais. Ademais, caracteriza mudanças nas próprias configurações das relações internacionais, na política, nas três últimas décadas, já que fazer política no mundo não é mais uma exclusividade dos governos e dos Estados (LANIADO, 2008:116).

Há pelo menos três fatores que transformaram a face dos movimentos sociais na contemporaneidade. São eles: a redefinição da política e do campo político; o papel/posição do sujeito social num mundo de relações transnacionais; e a formação de convergências na formação de solidariedades transnacionais. Dada a crise de representatividade dos setores tradicionais do campo político e dos políticos profissionais, os cidadãos no mundo, hoje, não mais aceitam a transferência absoluta de soberania nos processos decisórios para seus representantes legais. Eles privilegiam princípios éticos a partir dos quais se avalia quem, como e a favor de quem se governa. Esses questionamentos estão na raiz do ideal de justiça social dos atores nacionais e transnacionais (MILANI; LANIADO, 2007).

Os movimentos sociais cada vez mais globalizados compartilham a mesma zona transnacional. Utilizam os mesmos recursos tecnológicos e questionam o monopólio do Estado nas decisões políticas. Ademais, suas estratégias incluem mecanismos que as tornam virtualmente desterritorializadas, pois ocupam um território contínuo, que vai do local para o nacional e deste para o global, contribuindo para a emergência de um espaço social transnacional. Por conta de tal transformação, as identidades desses movimentos sociais, também, sofreram mudanças significativas. Diferente do século XIX e boa parte do século XX, hoje, as identidades dos movimentos se localizam além das fronteiras nacionais. Tal mudança pode ser explicada pela pluralização e deslocamentos ocorridos na estrutura do campo político, que vão do público para o privado; do nacional para o transnacional; e do Estado-Nação para os atores não-governamentais. Assim, conceitos como espaço e bem público são re-significados, e a linha que diferencia o interesse público do privado, assim como aquela que separa o local do global adquirem uma textura mais tênue e fluida. As expressões multidimensionais das questões sociais, políticas, ambientais e econômicas dotaram o espaço local de uma ambivalência jamais percebida. Hoje, as

questões locais, tanto geográfica quanto politicamente, são, também, globais e vice-versa. Os movimentos sociais podem, ao mesmo tempo, dar início a uma ação local, a uma luta nacional e a uma mobilização global graças à sua capacidade de se organizar em rede e trocar informações e conhecimento com mais agilidade e facilidade do que em épocas anteriores. Assim, desenvolvem novas formas de engajamento e de linguagens políticas capazes de influenciar e alterar práticas, idéias e normas de Estados e de instituições internacionais. Dessa maneira, os movimentos sociais injetam sangue novo na definição da própria democracia por meio da pluralidade de opiniões e, ao mesmo tempo, da pluralidade de valores. Logo, a democracia para sobreviver requer um contexto não dominado pela economia de mercado, pois, para esta, os bens sociais são reduzidos a meras mercadorias e os cidadãos são considerados como tal somente a partir do seu potencial de consumo**.** É exatamente contra isso que se encontra a dimensão ética da política onde os movimentos sociais transnacionais de hoje intervêm. Tais movimentos lembram que o novo individualismo não pode ser um princípio norteador exclusivo da moral internacional, pois este não pode resolver a tensão entre a ética do bem comum e a ética do mercado, tão amplamente difundida pelos organismos internacionais e pela mídia publicitária (MILANI; LANIADO, 2007).

Na conjuntura contemporânea, é indispensável considerar a idéia do sujeito nas diferentes variações das experiências do mundo em lutas democráticas. Do mesmo modo, é imprescindível perceber a política e os atores como uma articulação entre a objetividade requerida pelo Estado burocrático, pelo mercado e pela comunidade, e a subjetividade; e, em outros termos, entre a razão instrumental da complexa sociedade de massa e os credos, sejam estes culturais, identitários ou religiosos, em suas diferentes formas de expressão (MILANI; LANIADO, 2007). Pode-se dizer que o ator contemporâneo é um sujeito dotado de opiniões, idéias e utopias que não estão confinadas a sistemas ideológicos rígidos, como ocorria com as ideologias revolucionárias das décadas anteriores. A relação entre sujeito e ação coletiva, hoje, é perpassada por valores morais, e a idéia de liberdade combina escolhas pessoais e legados sócio-culturais, estabelecendo o que Touraine (2004) chama de uma nova conflituosidade. É por essa via que o sujeito se constitui, ao tomar como ponto de partida a experiência da decomposição do eu social, assim como a elaboração de um projeto pessoal que crie condições interpessoais e coletivas verdadeiramente sociais de forma a ultrapassar essa conflitualidade.

É nessa mesma direção que Santos (2005) afirma que o contexto histórico contemporâneo não é marcado pelo fim das utopias. Pelo contrário. Segundo o autor, uma

das principais características da conjuntura atual é, exatamente, a presença das utopias. As de cunho conservador estão alicerçadas sobre a lógica da eficácia. Nessa perspectiva, se encontra o neoliberalismo, para o qual o único critério ético válido é o do mercado ou das leis do mercado; uma utopia que se apóia em dois pressupostos: o controle total da realidade, por meio de saberes e poderes eficazes, e a rejeição total ao *status quo*. Em contraposição a tais pressupostos, encontram-se as utopias críticas marcadas pela crítica radical da realidade e pela aspiração de se construir uma sociedade melhor, ou seja, mais inclusiva do ponto de vista sócio-cultural, político e econômico. Aqui, estão localizados os movimentos sociais contemporâneos e as ONGs de caráter militante congregadas em redes de intercâmbio transnacional. Estas estão voltadas para a promoção de trocas de conhecimento e práticas de lutas sociais locais, nacionais e globais contra as inúmeras "formas de exclusão e inclusão, de discriminação e igualdade, de universalismo e particularismo, de imposição cultural e relativismo, produzidas ou permitidas" pela globalização neoliberal (SANTOS, 2005:15). Uma das mais significativas dessas redes de intercâmbio é, sem dúvida, o Fórum Social Mundial, cuja dimensão utópica consiste justamente em apregoar a existência de alternativas possíveis (sem juízo final) à globalização de cunho neoliberal.

Para Santos (2005), as novidades políticas trazidas pelo Fórum Social Mundial podem ser resumidas em quatro idéias básicas. A primeira diz respeito à idéia de elaborar uma concepção mais ampla de poder e opressão, ao denunciar que a globalização neoliberal não restringe a exploração ao âmbito do mercado de trabalho, seja transformando a força de trabalho em recurso global, seja erigindo obstáculos para uma emergência de um mercado de trabalho global. O Fórum Social Mundial veio demonstrar com maior clareza, que no contexto da globalização neoliberal, a exploração liga-se a várias outras formas de opressão que atingem, indiscriminadamente, as minorias sociais de toda ordem: mulheres, negros, povos indígenas e aborígenes, camponeses, desempregados, trabalhadores do mercado informal, imigrantes (legais ou ilegais), homossexuais, lésbicas, travestis, moradores de rua ou dos guetos urbanos, crianças e jovens sem qualquer garantia de futuro digno. Para Santos (2005:37) "todas estas formas de poder e de opressão criam exclusão. Não se pode atribuir a uma delas, em abstrato, ou às práticas que lhe resistem, qualquer prioridade na reivindicação de que 'outro mundo é possível'".

Diante de tantas situações geradoras de injustiça ou privação, o problema das ações coletivas estruturadas em rede consiste em determinar quais são as mais prioritárias. A fim de garantir que nenhuma injustiça seja esquecida, posta de lado ou impedida de figurar no

rol de problemas que exigem solução, é preciso, como observa Bauman (2003), promover o diálogo e a negociação no âmbito mais básico das organizações, para que as causas de cada um se transformem em lutas coletivas. Isso somente poderá ocorrer se as organizações e os movimentos sociais priorizarem as articulações entre si, como o faz o Fórum Social Mundial, um espaço organizacional difuso baseado no debate e na comunicação.

A segunda idéia inovadora trazida pelo Fórum Social Mundial, de acordo com Santos (2005), é propor a equivalência entre os princípios da igualdade e do reconhecimento da diferença em bases favoráveis ao incremento da democracia participativa como princípio regulador da emancipação social, em oposição aos modelos fechados do Estado. A terceira inovação do Fórum Social Mundial é o fato de seus fundamentos privilegiarem a revolta e o inconformismo muito mais que a revolução, visto que o objetivo das organizações e dos movimentos nele reunidos não é a tomada do poder, mas, sim, a transformação das suas instituições, assim como nas diversas sociabilidades. Por fim, a quarta inovação, ainda conforme Santos (2005), diz respeito ao que ele denomina de novo internacionalismo, isto é, aquele que celebra a diversidade social, cultural e política em torno de um "encontro onde organizações e movimentos podem interagir livremente, e como um incubador de novas redes geradas por iniciativa exclusiva dos que nelas participam". Ademais, continua o autor, o Fórum Social Mundial "não subscreve nenhum fim estratégico específico para além da orientação normativa de lutar contra a globalização neoliberal, nem qualquer mecanismo específico para concretizar essa luta, a não ser a recusa da luta armada" (SANTOS, 2005:38-39).

Dadas essas características, não é de se estranhar que os atores sociais contemporâneos associados em movimentos sociais ou ONGs, especialmente as de caráter militante, privilegiem estruturas descentralizadas, horizontalizadas e fluidas, assim como a ação política não institucional, descomprometida com as práticas corporativistas. Para Santos (2001), é precisamente nesse aspecto que reside a inovação da ação coletiva atual. Ao recusar a política de base institucional convencional, os movimentos sociais ou as ONGs não estão a rejeitar ou minimizar a importância desta para o processo democrático ou como instrumento de conquistas sociais importantes. Longe de significar uma aversão, esta recusa expressa o "alargamento da política para além do marco liberal da distinção entre Estado e sociedade civil" (SANTOS, 2001: 263). Trata-se, então, da emergência daquilo que Beck (1997:30) define como subpolítica, ou seja, o renascimento de uma subjetividade política dentro e fora das instituições, que "invade e irrompe além das

responsabilidades e hierarquias formais", politizando tudo o que a constelação da sociedade industrial menospreza, negligencia ou simplesmente ignora. Essa nova dimensão do político que promove a politização do social, do cultural e, também, do pessoal, seja no âmbito do eu e/ou do corpo, propiciou a abertura de um vasto campo para a participação, do mesmo modo que promoveu o exercício da cidadania em esferas não circunscritas aos marcos ou fundamentos instituídos pelo Estado liberal ou pelo político por este delineado (SANTOS, 2001; GIDDENS, 2002).

Os movimentos sociais contemporâneos contemplam a idéia de liberdade substantiva, que transforma homens e mulheres em sujeitos sociais e lhes permite lutar contra a privação e a exclusão. Logo, pode-se dizer que a luta empreendida pelos movimentos não é apenas contra o monopólio do poder e a concentração da riqueza, tão comuns nas sociedades capitalistas; a luta pretende ser, também, uma luta construtiva com a intenção de transformar visões de mundo. Sendo assim, os movimentos não utilizam apenas uma linguagem de militância; tampouco a restringem a um discurso centralizado em uma única causa explicativa das desigualdades sociais.

Para Milani e Laniado (2007), os atores sociais de ação coletiva, hoje, não estão em busca de uma racionalidade unitária, como ocorre na centralidade da idéia de classe social. Sugere-se, assim, que a idéia de sujeito em si não se limita ao princípio da dominação do ator pelo sistema. As novas abordagens referentes ao sujeito ampliam e promovem o debate/diálogo político, pois categorias econômicas como pobreza e necessidade, por exemplo, se transformam em categorias políticas moralmente imbuídas de convicções e valores oriundos do campo da justiça social. Diante do exposto, pode-se dizer que, agora, a liberdade é formulada e sustentada pela experiência e pelo reconhecimento dentro do contexto social, combinando individualidade e coletividade, razão e subjetividade. A virtude da liberdade é, apenas, adquirida onde é possível experimentá-la segundo o progresso material, institucional, cultural e moral da sociedade, em sua diversidade ou, como afirma Fraser (2001), combinando distribuição e reconhecimento.

O ponto de contestação dos movimentos sociais transnacionais não é, segundo Milani e Laniado (2007), a procura por identidades redutoras e excludentes, como trabalhador ou mulher, por exemplo. A ação coletiva, hoje, promove desenvolvimento de elementos de solidariedade que integram atores, condições e movimentos sociais organizados. Nos complexos arranjos das ações coletivas transnacionais, as novas solidariedades são continuamente niveladas por protestos e desejos de mudança, bem como produzem vínculos sociais de reciprocidade de curta durabilidade, relacionados a relações

fluidas e transitórias estabelecidas por meio de redes e eventos ocasionais. As novas solidariedades dos movimentos sociais dão um *impetus* para a difusão efetiva de significados (valores, identidades, contestação) e para a definição de objetivos (estar lá, expor *slogans*, demandar participação), permitindo aos movimentos irem muito além de suas fronteiras originais. Uma das características mais relevantes dos movimentos sociais contemporâneos é sua composição heterogênea e as identidades múltiplas estruturadas numa constituição fluida, na qual é possível perceber convergências que articulam a consciência social e a confrontam com a injustiça, as desigualdades e o não reconhecimento de identidades. Os elementos que promovem convergências dentro dos movimentos sociais de hoje são estruturados e modelados de acordo com alguns níveis de materialização da ação coletiva sobre uma grande variedade de práticas específicas. De um lado, o espaço, o tempo, as organizações, a informação, a visibilidade e a liderança difusa, junto com a afirmação de identidades múltiplas e um largo espectro de elementos simbólicos que delineiam a espinha dorsal dessas formas flexíveis de ação coletiva. De outro lado, pode-se dizer que tais elementos estabelecem novas formas de solidariedade.

Na perspectiva durkheimiana, há dois tipos de solidariedade. Aquela que liga diretamente o indivíduo à sociedade e, por essa razão, faz com que a personalidade individual seja absorvida pela personalidade coletiva – a solidariedade mecânica; e uma outra, oriunda da divisão social do trabalho, na qual o indivíduo ou consciência individual tem uma esfera de ação própria – a solidariedade orgânica. Quanto maior o espaço de ação/atuação da consciência individual, maior será a solidariedade orgânica. Embora na perspectiva durkheimiana a internalização das regras da vida social, ou seja, da consciência coletiva ou tipo coletivo, esteja ligada à idéia de coerção, a noção de solidariedade orgânica abre espaço para se pensar num sujeito dotado de maior autonomia, no que se refere a sua intervenção na vida social, por meio da acentuada divisão do trabalho social e da especialização. Gradativamente conquistada ao longo do processo histórico, tal autonomia teria delineado, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, o que na concepção de Touraine foi definido de nova modernidade.

Na nova modernidade ocorreu, como dito anteriormente, a mutação do sujeito em ator social dotado de uma capacidade para se inserir nas relações sociais, modificando-as substancialmente, contudo, sem identificar-se de forma exclusiva com nenhum grupo ou coletividade específica (TOURAINE, 1994). Nesse sentido, o ator social não age em conformidade. Sua ação é impulsionada pelo intuito de modificar o meio material e social no qual está inserido, resgatando, dessa maneira, o sujeito total, cujo corpo individual, no

qual se misturam vida, pensamento, experiência e consciência, está unido à razão pelos papéis sociais que ele, sujeito, desempenha num dado contexto.

Essa atitude do sujeito no mundo atual implica, ainda segundo Touraine (1994), num novo dualismo entre racionalização e subjetivação que, dessa vez, ocorre dentro de um contexto histórico marcado pelo crescimento do que o autor chama de sociedade programada. Nesse tipo de sociedade, a resistência consiste em garantir a defesa do sujeito, isto é, em agir para salvaguardar os direitos e a dignidade dos atores coletivos, sejam eles trabalhadores, mulheres, crianças, adolescentes, índios, negros, pobres, homossexuais etc. É na defesa desses direitos que o sujeito, para Touraine (1994) pode ser entendido, hoje, como movimento social capaz de contestar a lógica da ordem, seja esta utilitarista ou integralista, isto é, de buscar a dominação completa do poder esclarecido (puramente racional) sobre os membros da sociedade; estes passam a ser, dentro dessa visão, somente sujeitos das novas forças dirigentes.

No que diz respeito ao espaço, é possível afirmar que as redes, como o Fórum Social Mundial, são um local de encontro que aproxima vozes militantes, pois facilitam a mútua consciência de ser parte de um movimento e de um senso de "estar lá", onde é possível debater e advogar idéias diretamente com outros que, também, têm algo a dizer. É, ainda, o local no qual a ação, individual ou coletiva, é posta em prática, como uma ação política direta, cuja extensão dos seus efeitos e resultados pode ser observada e avaliada *in locus*, independente dos acordos ou outros arranjos elaborados para uma ação futura. Assim, a ação coletiva não é meramente participativa, mas é, também, feita por "estar lá", no lugar onde as lógicas associativas se materializam em larga escala. Já o tempo pode ser considerado um elemento de convergência dos movimentos sociais transnacionais em duas dimensões. A primeira se refere ao tempo prolongado dos objetivos políticos e culturais desses movimentos que têm a justiça social como bandeira principal de luta, além do anti-capitalismo e do anti-neoliberalismo. Nesse sentido, o tempo é uma dimensão fluida da ação coletiva concreta e é a condição não mensurável e não imediata das conseqüências ou resultados esperados. A segunda dimensão percebe o tempo como o momento presente (localizado e mensurável); é precisamente o *locus* da comunicação e da interação, é o momento face-a-face das políticas diretas, quando a ação e a reação são percebidas mutuamente por todos os envolvidos na ação, seja individualmente ou organizados em grupo. Basicamente, o tempo e o espaço são as primeiras dimensões dos movimentos transnacionais (MILANI; LANIADO, 2007).

Quanto às organizações, estas contribuem para a formação dos movimentos transnacionais porque são o núcleo do qual se originam os recursos materiais e simbólicos necessários para a ação coletiva, numa larga ou pequena escala; recursos estes que vão possibilitar a convergência de indivíduos, idéias, propostas, táticas e ação. As organizações integram os elementos teóricos com os práticos e tornam possível transformar convicções e motivações individuais em coletivas. Permitem, ainda, diferentes visões sobre temáticas, cujo princípio norteador é o da justiça social, no campo da exclusão, discriminação, direitos humanos, degradação ambiental, afirmação de identidades, entre outros. É nas organizações que um movimento social torna-se capacitado, pois nestas se produzem valores renovados de relações hierárquicas, estabelecem-se diálogos de propostas sobre temas específicos e difundem-se valores e idéias culturais ou sobre identidades, que conectam o local com o nacional e o transnacional. Em relação à ação coletiva, as organizações são o *locus* de legitimação de um grupo na sociedade, produzindo a aceitação e o consenso. Então, estas organizam o repertório interno com o externo, "empoderando" atores, estabelecendo conexões e integrando redes. Finalmente, as organizações aspiram influenciar significados e normas institucionalizadas, bem como ser incluídas em sistemas institucionalizados ou situações não-institucionalizadas da atividade política (MILANI; LANIADO, 2007).

Sem dúvida, o intenso grau de conectividade da ação coletiva empreendida pelos movimentos sociais contemporâneos é favorecido pelas modernas tecnologias na área da comunicação, como a internet, as quais rompem fronteiras entre países e regiões, além de facilitarem a troca de informações que, por sua vez, intensifica as condições para o debate, para a troca de experiência e para a mobilização. O aspecto mais significativo da informação em relação à convergência é o incremento da capacidade de circular idéias e transformar conteúdos rapidamente, favorecendo a formação de uma complexa escala de mobilização e organização coordenada em âmbito global (MILANI; LANIADO, 2007). A informação possibilita a convergência em dois planos: intelectual e prático. No intelectual, consolida as habilidades para (des)construir discursos a partir do conhecimento, da análise crítica e das atitudes propositivas. Fornece, também, aos atores ferramentas para agir em relação a conflitos e disputas sociais, assim como sobre os diálogos e acordos, contribuindo, dessa maneira, para a remodelação de políticas e do sentido de ser um ator político. É possível dizer que a informação contribui, ao lado da experiência e dos valores, tanto para o desenvolvimento e o conhecimento quanto para o "empoderamento". Já no plano prático, a informação fornece propostas de mobilização; integram atores em

diferentes escalas, bem como tratam com múltiplas organizações e ambientes, expandindo, assim, as oportunidades políticas.

No que tange à visibilidade buscada pelos movimentos sociais contemporâneos, Milani e Laniado (2007) afirmam que esta não é, apenas, parte da estratégia que faz convergir as diferentes temáticas, organizações, personalidades, pessoas e idéias. A visibilidade legitima os movimentos sociais como atores que não podem ser ignorados por governos e agências internacionais que, em última instância, representam o poder estabelecido. Nesse sentido, a visibilidade, a partir do confronto ou diálogo, pode facilitar a negociação de temáticas com os governos ou as agências de desenvolvimento. A visibilidade está intimamente relacionada ao conteúdo transmitido pela informação e pelas mensagens dos movimentos sociais, algo que pode ser chamado de um contínuo processo de atribuição de similaridades. Atores que estão presentes e ativos em um cenário enviam mensagens aos mais variados recantos do planeta, mesmo os mais remotos, sobre temas e valores, rompendo fronteiras e conectando suportes numa extensa rede de convicções e interesses. Touraine (2004) se diz um completo defensor da mídia em geral, e da televisão em particular, pois os veículos midiáticos facilitam as reivindicações e bandeiras dos movimentos sociais e as difundem entre muito mais pessoas do que antes; as ações coletivas são mais visíveis para a opinião pública do que a ação do Parlamento ou dos sindicatos, por exemplo.

A respeito da liderança difusa, tão comum nos movimentos sociais contemporâneos, pode-se dizer que é um produto do novo sentido que a política adquiriu no mundo contemporâneo herdado dos anos 1960, em que se alarga o espaço de ação e contestação, pois, ao contrário da tradição política republicana, se opõe à obediência em relação à hierarquia verticalizada dos partidos. Assim, permite que cada sujeito social seja uma liderança em si, isto é, uma liderança em potencial. A estrutura de um movimento se torna mais fluida, portanto, possibilita que os integrantes mais carismáticos do grupo exerçam uma influência segmentada sobre os demais participantes, a exemplo do que ocorre com o Movimento Zapatista no México (MILANI; LANIADO, 2007).

A afirmação de múltiplas identidades por atores e grupo sociais representa um avanço na renovação da política hoje, sobretudo, porque traz à tona a questão do reconhecimento. A identidade resulta de valores e elementos simbólicos que materializam as relações sociais em todos os níveis (gênero, raça, religião, classe, orientação sexual, minorias, etc.) e remodelam e/ou reconstroem diálogos. A identidade, também, condiciona a disposição de indivíduos ou grupos em luta contra as estruturas tradicionais de poder e

posições hegemônicas das quais se originam as desigualdades. Finalmente, os elementos simbólicos são a linguagem e a compreensão que os sujeitos fazem de si mesmos, fundindo representação social e vida social. De certa maneira, tais elementos expressam como os atores sentem e agem em seus próprios meios, no que tange aos conflitos ou a convergência de diferentes visões sobre o social; são parte da estrutura inteligível da expressão política, das ideologias e da orientação da ação, seja esta espontânea ou objetiva. De um lado, materializam, através de sinais (linguagem e outros), a produção (material ou não), a informação e as atitudes que estão presentes na ação participativa, em todos os setores da vida humana. Também, materializam o conhecimento recebido e produzido por meio da comunicação (diálogo, debate, disputa), em objetivos designados e em propostas (produção, governo e educação, entre outros). De outro lado, os elementos simbólicos são sempre o quadro de uma época. Estes retratam os assuntos (políticos, guerras, produção, ciência, cultura) que mobilizam amplamente a sociedade ou setores dela, expondo os fatores, progressivos ou conservadores, que mais representam as aspirações da coletividade (MILANI; LANIADO, 2007).

Mas os movimentos sociais contemporâneos resultam de um processo desencadeado por transformações significativas na relação entre o Estado e a sociedade, principalmente a partir da década de 1970. A crise de governabilidade do Estado-providência gerou naqueles anos, os primeiros modelos de reforma da gestão pública. De um lado, surgiram modelos que propunham um ajuste estrutural do Estado, fundamentado, entre outras coisas, na gestão pública mínima, na reforma do setor público sob a égide da boa governança e de critérios de democracia minimalista os quais privilegiam as racionalidades estratégicas. De outro, gerou modelos voltados para o estabelecimento de uma reforma democrática do Estado pautada na idéia de que a participação dos cidadãos é um ingrediente substancial na formulação de políticas públicas mais democráticas. Sob a ótica dessa última perspectiva, portanto, fez-se necessário estimular a participação dos diferentes atores, sejam estes governamentais ou não, pois a participação cidadã é entendida como um dos elementos do projeto de (re)significação do conceito de público. Múltiplas são as razões que explicam essa crescente mudança. Todas decorrem da crise de credibilidade que, nas últimas décadas, tem afetado a democracia representativa, sobretudo, por conta dos altos índices de corrupção na administração pública. Cada vez mais encontra eco em amplos setores da sociedade a idéia de que os modelos tradicionais de representação estão distantes da vontade dos representados. Por essa razão, aumentou a demanda formulada por atores da sociedade civil em favor de uma

renovação/transformação das relações entre o governo e a sociedade (MILANI, 2005). No caso específico da sociedade brasileira, essa transformação teve início ainda no regime militar.

Dois processos políticos profundamente interligados ocorridos no Brasil entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980 possibilitaram a emergência de novos atores sociais, assim como de espaços alternativos de participação. O primeiro deles pode ser entendido a partir de duas vertentes que se complementam. Uma delas diz respeito ao surgimento de canais institucionais da sociedade civil brasileira, daqueles tempos cerceados pelos aparelhos repressivos do regime militar. Alguns setores oprimidos política e economicamente passaram a buscar novos espaços políticos para reivindicar e demonstrar seu descontentamento com a ordem vigente. De outro lado, a não concretização de projetos totalizantes de transformação social acentuou a desconfiança em relação aos modos tradicionais de se fazer política e de representar os anseios populares, tanto os de direita, quanto os de esquerda, que costumavam relegar a um segundo plano questões relacionadas à subjetividade dos indivíduos. O segundo processo teve início na fase da abertura política, quando o regime militar, sem o mesmo vigor repressivo dos primeiros anos e sem a legitimidade conquistada no período do "milagre" econômico, utilizou-se de instrumentos legitimadores para garantir a sua continuidade. Com isso, cresceram os espaços de diálogo entre o Estado e a sociedade civil, as quais, nas décadas da retomada democrática, se ampliaram sobremaneira. Da mesma forma, ampliaram-se as demandas e reivindicações da sociedade civil e os sujeitos produtores se multiplicaram (GOUVEIA, 2004).

Assim, no combate ao autoritarismo do Estado, novos sujeitos identificados como movimentos sociais assentados nas várias dimensões da vida cotidiana elaboraram, naquela conjuntura, novas formas de organização, de resistência e de luta. Redefiniram, de acordo com Carvalho e Laniado (1989), a racionalidade social e o espaço entre o público e o privado, revelaram uma nova dimensão no processo de identificação, expressão e ação política e ideológica e extrapolaram o reducionismo classista tão presente nas ideologias de esquerda. Destarte, produziram novos sujeitos políticos e resgataram o aspecto significativo da subjetividade, relacionando-a com as contradições de classe ou com os antagonismos não-classistas. Foi nesse contexto que ocorreu a redução do tamanho do Estado, quando suas funções passam a ser repartidas com organizações do mercado e, também, da sociedade civil sem fins de lucro. Estas últimas erigem sua estrutura a partir de objetivos e interesses públicos, mas o seu gerenciamento é feito por agentes privados. Esse

traço característico as distingue do conjunto das organizações do Estado e do mercado, constituindo o que se convencionou chamar de terceiro setor (SCHOMMER, 2002).

2.1 – As ONGs e as novas configurações políticas

Nas últimas quatro décadas, observou-se em inúmeros países, em especial na América Latina, um crescimento e desenvolvimento significativos de entidades da sociedade civil cujas ações se estendem pelos mais diferentes campos da vida social[4]. Nesse universo, é possível encontrar uma grande variedade de atores como movimentos sociais, organizações não-governamentais, associações, fundações, empresas cidadãs, institutos, entidades filantrópicas, entre outras, que compõem o chamado terceiro setor, um fenômeno de natureza complexa, multifacetada e contraditória, pois congrega tanto interesses progressistas quanto conservadores (GOHN, 2000).

A despeito das dificuldades de uma conceituação precisa do termo e das controvérsias teórico-ideológicas suscitadas pela utilização da expressão, conforme salientam Coelho (2000) e Landim (2002), o terceiro setor costuma ser delimitado como um conjunto de entidades privadas sem fins lucrativos que atuam de forma associativa, em prol de uma causa/bem comum. Isto é, bens e/ou serviços de caráter público e de interesse geral, voltados para o apoio, a iniciativa e a organização dos outros e não apenas aos próprios membros, atendendo, assim, a uma demanda social. Em suma, o terceiro setor pode ser definido como um conjunto de organizações que possuem em comum as seguintes características: são formais, uma vez que possuem algum grau de institucionalização que não é, necessariamente, jurídica; autogerenciadas, ou seja, são controladas por suas

[4] Segundo a pesquisa FASFIL (Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil) de autoria do IBGE, IPEA, GIFE e Abong, houve um crescimento de 157% no número de organizações sem fins de lucro atuantes no Brasil. Passaram de 107 mil, em 1995, para 276 mil, em 2002. Destas, 171 mil (62%) foram criadas a partir da década de 1990. A pesquisa utilizou a base de dados do CEMPRE (Cadastro Central de Empresas do IBGE) e identificou a existência de mais de 500 mil entidades sem fins lucrativos registradas. Não foram consideradas organizações de interesses corporativos, a exemplo de sindicatos, partidos políticos e clubes, entre outras. Já o estudo do Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV), em parceria com The Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, instituição estadunidense que pesquisa as organizações sem fins de lucro no mundo, revela que em sete anos, de 1995 a 2002, deu-se um aumento de 71% do terceiro setor no Brasil, passando de 190 mil para 326 mil entidades. Mas o desenvolvimento do terceiro setor no Brasil não se restringe ao aumento do número de entidades. Diz respeito, também, à sua importância econômica. Os números da FASFIL revelam que as 276 mil organizações sem fins lucrativos empregam 1,5 milhão de assalariados, o que equivale a 5,5% dos empregados de todas as organizações formalmente registradas no País. O estudo do UNV indica que o setor representa, hoje, 5% do PIB nacional. Essa percentagem significa uma participação superior a muitos setores expressivos da economia brasileira, como a indústria de extração mineral, por exemplo, e maior que a de 22 Estados brasileiros, ficando atrás apenas dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná (Disponível em: http://www.gife.org.br. Acesso em: 29/07/2008).

próprias atividades, não sendo gerenciadas por entidades externas; voluntárias, já que utilizam alguma participação de voluntários em seus quadros funcionais; privadas, pois se distinguem institucionalmente do governo; e sem fins de lucro, isto é, os lucros gerados por suas atividades são aplicados, exclusivamente, no desenvolvimento e ampliação da sua missão e não divididos entre os dirigentes (SCHOMMER, 2002).

Corroborando com a visão acima, Coelho (2000) observa que essas organizações têm em comum algumas características fundamentais. As mais significativas seriam: são auto-governadas e os trabalhos por elas desenvolvidos costumam unir a prestação de serviços com a reivindicação de direitos, sejam estes humanos, civis, sociais ou difusos. Também possuem um caráter operativo, pois dialogam com o Estado, mas pautam essa relação na troca, ou seja, solicitam verbas e, em contrapartida, oferecem serviços. Por fim, as organizações do terceiro setor estão estruturadas para perdurar no tempo. Seu quadro de pessoal é preparado para desempenhar funções específicas. A hierarquia, no entanto, não é rígida e nem funciona de forma vertical. O intercâmbio e a comunicação interpessoais processadas no seu interior ocorrem de maneira horizontal. Nesse sentido, tomando por base as análises de Putnam (1996), pode-se entendê-las como sistemas de participação cívica, nas quais os participantes se sentem mais compelidos a cooperar em ações que visem um benefício comum, por não haver distanciamentos intransponíveis entre o *status* e o poder de cada um, a exemplo do que ocorre em organizações fortemente hierarquizadas.

O terceiro setor está além do Estado e do mercado. É uma esfera não-governamental e não-lucrativa da vida social, organizada, independente e capaz de mobilizar, em especial, a iniciativa e a dimensão voluntária do comportamento e comprometimento dos indivíduos. Esse tipo de organização, em si, não é novidade. Ganhou impulso na década de 1970, em diferentes regiões do planeta, como a América Latina, América do Norte, Europa Ocidental e Oriental, Oriente Médio, África, Ásia e ilhas do Pacífico. A partir dos anos 1980, porém, as atividades se expandiram de forma acelerada, sobretudo após o término definitivo da tensão política e ideológica Leste-Oeste. É quando os movimentos de minorias, como os de mulheres, minorias étnicos, sexuais, ecológicos e de consumidores, ganharam expressiva notoriedade em todo o mundo (FERNANDES, 1994).

Como já foi mencionado, o surgimento do terceiro setor no Brasil se deu no bojo de transformações ocorridas na relação entre o Estado e a sociedade civil. A origem de tais mudanças advém tanto de alterações amplas sucedidas, nos últimos quarenta anos, na economia e na política internacional, a exemplo do que Beck (1997) define como o

renascimento de uma subjetividade política dentro fora das instituições – o que explica, em parte, o surgimento, entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980, de muitas ONGs no Brasil, a despeito da ditadura –; como também de fatores intrínsecos à dinâmica social brasileira, no que tange à organização e mobilização popular direta no período do regime militar e da retomada democrática, produzindo uma gama de ações que se constituíram num grande acervo de experiências acumuladas. Ademais, as estratégias contidas nas novas políticas sociais dos Estados e governos nacionais possibilitaram, principalmente nos anos 1990, o intenso desenvolvimento das entidades do terceiro setor, em especial as ONGs, sua face mais visível (GOHN, 2000).

Para Sorj (2003), uma outra definição possível para ONGs, além daquela que as consideram tão somente como organizações sem fins lucrativos, poderia ser a de organizações com projetos sociais não auto-sustentáveis. Segundo o autor, para elaborar e colocar em prática seus projetos sociais, as ONGs necessitam de apoios externos. Buscar tais apoios se constitui no grande desafio dessas organizações devido a dois fatores principais. O primeiro diz respeito à profissionalização dos seus colaboradores. As ONGs, constantemente, precisam optar entre as exigências de um *ethos* moral – que atrai pessoas dispostas a trabalhar em troca de salários mais baixos do que os ofertados pelo mercado de trabalho, porém, nem sempre qualificadas para o exercício da função – e as exigências de um *ethos* profissional, que atrai indivíduos altamente qualificados, contudo, com pretensões salariais compatíveis com aquelas praticadas pelo mercado de trabalho. O segundo fator é conseqüência desse primeiro. Para que os projetos sociais de uma ONG possam ser viabilizados, isto é, consigam ir além de uma mera ação pontual que se esgota em si mesma tão logo o financiamento chega ao fim, estes precisam ser auto-sustentáveis ou então absorvidos pelas políticas públicas. Para tanto, porém, é necessário investir em um intenso processo de profissionalização, já em andamento devido aos sistemas burocráticos de apresentação e avaliação de projetos das agências financiadoras, públicas ou privadas, que têm exigido das ONGs uma mão-de-obra cada vez mais especializada. Por essa razão, para viabilizar os seus projetos sociais as ONGs, sobretudo as de caráter militante, buscam estabelecer relações tanto com o Estado quanto com as empresas privadas.

> No Brasil e na América Latina algumas das principais ONGs e um bom número de suas lideranças se formaram nos anos setenta no contexto da luta contra a ditadura e na tradição socialista de confronto com o Estado e de questionamento do capitalismo. Embora tenham sofrido transformações no

> decorrer das décadas, parte das ONGs continua mantendo, além de uma retórica radical, uma postura de desconfiança diante das instituições governamentais e das empresas (SORJ, 2003: 171).

As ONGs são entidades muito diferentes entre si. Essas diferenças dizem respeito tanto aos projetos, formas de ação e atuação coletiva, paradigmas e estilos de participação que adotam, quanto às práticas, sejam estas discursivas ou ações concretas, orientadas pelos pressupostos que defendem. Considerando estes últimos, Gohn (2000) classifica as ONGs brasileiras em dois diferentes tipos: as militantes, oriundas ou herdeiras da cultura participativa, identitária e autônoma das décadas de 1970 e 1980; e as propositivas, aquelas cuja atuação está pautada por ações estratégicas que seguem uma lógica instrumental, racional e mercadológica.

Entende-se por ONGs de caráter militante aquelas engajadas e comprometidas com discussões públicas de questões que dizem respeito, direta ou indiretamente, aos interesses da coletividade e aos direitos dos cidadãos. Por funcionarem como espaços que oferecem a possibilidade de as minorias sociais terem voz ativa e os cidadãos lutarem por direitos, definem-se como meios de ação para a emancipação em prol dos sujeitos para os quais atuam. Suas reivindicações se baseiam em princípios humanitaristas que combinam a defesa e ampliação dos direitos humanos com o propósito de intervir nas instâncias decisórias do poder. Para tanto, firmam parcerias com setores da sociedade ou frações de classe favoráveis às lutas relacionadas às questões sociais. Costumam assumir tarefas relacionadas às políticas sociais, comumente, negligenciadas pelo Estado neoliberal. Sendo assim, não buscam a adesão às suas bandeiras ou causas de forma compulsória, tampouco utilizam mecanismos tradicionais de representação (afiliação e eleição) como o fazem os sindicatos, os partidos políticos e as associações de bairro. No que tange à sua estrutura e à maneira de financiar sua sobrevivência, as ONGs de caráter militante possuem significativa autonomia político-ideológica perante seus agentes financiadores. Ademais, não têm caráter comercial ou de produção de bens voltados para o comércio, nem missionário, como as empresas, cooperativas e as igrejas. Sua sobrevivência financeira não advém, portanto, do lucro ou da cobrança de taxas ou dízimos, mas, sim, de formas alternativas de obtenção de recursos, como por meio da oferta de serviços e estabelecimento de parcerias com órgãos estatais e entidades locais, nacionais e internacionais (KALDOR, 2003; SODRÉ, 2005; TUDE, 2007).

As matrizes discursivas das ONGs militantes têm raízes nos movimentos sociais reivindicatórios dos anos 1970 e 1980, assim como na nova esquerda e nas alas

progressistas de alguns partidos políticos da década de 1980. Ao lado desses atores, ajudaram a inscrever como sujeitos de direitos, categorias sociais até então esquecidas ou desconsideradas, como mulheres, índios, negros, homossexuais, crianças, idosos, portadores de deficiência física e/ou mental, entre outras. A partir de suas ações coletivas desenvolvidas em instâncias alternativas às instituições políticas tradicionais, deram origem a um conjunto de práticas traduzidas em uma cultura de cidadania, algo bastante inovador num país marcado por um legado de autoritarismo, patrimonialismo, clientelismo e de centralização das decisões governamentais. Ademais, lutaram em prol da conquista de diversos direitos, como também pela igualdade com justiça social. Da mesma forma, auxiliaram na construção de um discurso político que defende o princípio da participação popular como um pré-requisito da democracia. Tal qual os movimentos populares daqueles tempos, as ONGs militantes combateram os aparatos repressivos do regime militar, criando, dessa maneira, novos espaços de interlocução e de ação política, sobretudo, no âmbito do poder local e da gestão das cidades (GOHN, 2000). Assim, inauguraram um novo campo ético-político e cultural a partir do qual se origina o que atualmente é denominado de nova política ou uma nova dimensão do político "que vai além do estatal ou do institucional, sem necessariamente estar confinada a um determinado lugar" (BRINGEL; ESPIÑEIRA, 2008).

Com o fim do regime militar e a conseqüente retomada da democracia, as ONGs se viram diante de um dilema: participar ou rechaçar as novas políticas sociais propostas pelo Estado? Nesse sentido, a Constituição de 1988 representou um momento de ruptura com os pressupostos político-ideológicos que aproximavam as ONGs militantes dos movimentos populares dos anos 1970. A nova conjuntura histórica exigia dos atores sociais uma nova postura frente às mudanças nas políticas sociais do Estado, assim como uma nova concepção que unisse a democracia direta na qual a luta por direitos não se resume unicamente à inclusão destes nas leis, mas diz respeito, também, à sua operacionalização e gestão. Surgiram, então, novas redes associativas. Em conseqüência, as ONGs militantes, ao longo da década de 1990, se tornaram minoritárias e cederam espaço para aquelas de cunho propositivo. Ao contrário das primeiras, as ONGs propositivas não têm por detrás delas movimentos ou associações comunitárias militantes e, também, não possuem um perfil ideológico definido. Atuam em favor do pluralismo e advogam em prol de políticas de parcerias entre o setor público e as organizações privadas sem fins de lucro, para se articular e promover o alargamento do espaço público não-estatal (GOHN, 2000).

Independente dos pressupostos político-ideológicos que as orientam, o desenvolvimento das ONGs militantes resulta da formação de uma consciência cidadã mais ampliada que percebe os fatos sociais, sejam estes oriundos do âmbito da política, economia, saúde ou ecologia, como fenômenos interelacionados e interdependentes que afetam a todos. A emergência dessa nova consciência cidadã modificou a tal ponto a atuação dos atores sociais que até mesmo empresas estão cada vez mais preocupadas com questões referentes à cidadania empresarial e responsabilidade social. Por conta disso, hoje está difícil identificar os limites entre os interesses e ações privadas, dos interesses e ações públicas. Tanto empresas quanto organizações sem fins de lucro, inclusive as ONGs de caráter militante, estão a adotar modelos organizacionais cada vez mais fluidos, que permitem a cooperação e o compartilhamento de competências e a troca de experiências com vistas a enfrentar e superar os desafios postos pela dinâmica social contemporânea. Pode-se dizer, portanto, que as organizações sem fins de lucro, sejam estas ONGs militantes ou propositivas, simbolizam bem o paradigma de organizações pós-modernas. Ou seja, combinam elementos de solidariedade e competitividade, angariam recursos financeiros advindos de fontes diversas, congregam interesses e agentes múltiplos, por vezes incompatíveis entre si, e utilizam mão-de-obra voluntária e remunerada. Além disso, organizam-se em torno de um forte senso de missão, ponto em comum entre essas entidades e que tem sido incorporado, inclusive, por muitos agentes do setor privado lucrativo (SCHOMMER, 2002).

A maneira de atuar dessas organizações costuma provocar mudanças nos modos de agir e pensar a vida pública, demonstrando que esta não se reduz aos atos dos órgãos governamentais, mas, também, diz respeito à ação cidadã. Impulsiona o desenvolvimento de novas formas participativas que interpretam os valores enquanto fins em si mesmos, tornando-os, por conseguinte, a sua razão de ser específica. Assim, acabam por alargar, sobremaneira, os espaços democráticos. É exatamente nesse ponto que se localiza a novidade trazida pelas ONGs, cujas atividades não passam, necessariamente, pelo exercício do poder do Estado. Dessa forma, suas políticas não são compulsórias, mas persuasivas, isto é, enquanto o Estado oferece serviços financiados por pagamentos compulsórios de impostos, os serviços oferecidos pelas ONGs dependem, em grande parte, de contribuições voluntárias ou negociadas. Assim sendo, abre-se espaço para a iniciativa particular orientada por outras razões que não o lucro. A maioria das ações realizadas por ONGs – a exemplo da manutenção e preservação do patrimônio histórico-cultural, do fomento à criação artística, da devoção religiosa, de defesa ambiental, do amparo à

educação e pesquisa, dos serviços de saúde, de organização comunitária, de defesa de minorias, de apoio aos carentes, de defesa da integridade de crianças, adolescentes e idosos, da geração de emprego e renda, de mobilização da opinião pública – tem um investimento superior aos eventuais retornos financeiros, o que contraria a lógica formal do mercado (FERNANDES, 1994).

Referir-se à distinção entre o Estado, o mercado e o setor onde se localizam as ONGs não significa, necessariamente, hierarquizá-los, como afirma Fernandes (1994). Ao invés de uma disposição piramidal com a sobreposição de um setor ao outro, o autor sugere uma concepção triangular, em que os três setores estariam interligados como os nós de uma rede. Tal concepção baseia-se na interpretação de que a queda do Muro de Berlim, marco do fim da Guerra Fria, seria um sinal claro da permanência indefinida do mercado e do Estado, embora algumas análises apontem para o seu gradual redimensionamento frente às exigências postas pela globalização.

Embora as ONGs suscitem a idéia de colaboração e positividade de interação social, estas organizações também suscitam muitas críticas, sobretudo por conta da sua natureza ambivalente. Dentre as críticas mais recorrentes, destaca-se a que considera tais organizações não provedoras da ampliação do espaço público; ao contrário, estas têm provocado o seu retraimento, pois suas ações e projetos não contemplam sujeitos coletivos, mas, sim, cidadãos individuais, isto é, os clientes e consumidores dos serviços que ofertam (CHANDHOKE, 2005; KALDOR, 2003). Os argumentos que respaldam essa análise advêm da idéia de que o Estado, quando alocava verbas diretamente para os setores sociais, em resposta à pressão organizada de grupos ou movimentos, atendia a sujeitos coletivos. No entanto, à medida que passou a transferir recursos públicos para serem gerenciados por entidades da sociedade civil, o atendimento passou a se fazer aos indivíduos assistidos por essas entidades. Assim, alterou-se a maneira como as demandas sociais são formuladas e organizadas, podendo levar a perdas de direitos sociais já conquistados. Entretanto, as ONGs se alimentam de ações oriundas do interior de grupos sociais organizados ou não, capturando suas demandas e carências, retrabalhando-as na forma de um serviço social. Obviamente, a lógica das ONGs difere da lógica de uma agência estatal. Ambas, porém, ofertam o mesmo serviço, com um diferencial. As ONGs possuem um modelo de gestão que se aproxima de arranjos informais encontrados em vários âmbitos da sociedade civil, em especial na família e nos movimentos sociais. Assim sendo, têm mais facilidade de atuar em redes e estabelecer relações em diferentes planos e dimensões da vida social, pois são mais ágeis, criativas e inovadoras que as organizações estatais. Por essa razão, afirma

Gohn (2000), não se pode capturar apenas o lado maquiavélico das ONGs, até mesmo porque maquiavelismos podem ser encontrados nos mais diferentes âmbitos da vida social, da família ao Estado, passando pelo mercado e até mesmo pela academia. Conforme a autora, ONGs contêm no seu interior uma capacidade de realização que poderá gerar novos ciclos de ações coletivas, os quais venham a indicar novas formas de relações sociais e novas estruturas econômicas.

Outra crítica recorrente diz respeito às ações das ONGs. Para aqueles que a sustentam, essas ações não visam promover transformações estruturais na sociedade, pois funcionam tão somente como programas de caráter compensatório, resultante de uma teia de articulações alimentada por objetivos que são apenas paliativos aos problemas sociais. Ademais, observa Gohn (2000), quando desencadeadas por entidades de orientação ideológica conservadora, essas ações podem provocar modificações consideráveis no sentido e no caráter das ações coletivas, pois deslocam a responsabilidade do Estado para os indivíduos, reforçando um estilo de atuar meramente assistencialista e/ou compensatório. Entretanto, se considerarmos as ONGs, especialmente aquelas de caráter militante, como redes horizontais de participação cívica, poderemos superar estas e algumas outras críticas que o interpretam, conforme ressalta Landim (2002), como uma espécie de panacéia que substitui o Estado no enfrentamento das questões e na resolução dos problemas sociais.

Os sistemas horizontais de participação cívica compõem os recursos que fortalecem o capital social relacionado a formas de organização e elementos da vida cívica, a exemplo da confiança, normas de reciprocidade e cooperação, as quais melhoram a eficiência e a coesão da sociedade, facilitando, dessa maneira, a realização de objetivos referentes à coletividade. Tais sistemas ajudam os participantes a buscarem, juntos, soluções para os dilemas da ação coletiva. Essa busca, no entanto, terá mais chances de ser bem sucedida se estiver positivamente relacionada ao bom desempenho governamental. Assim, há uma significativa correlação entre sistemas cívicos dinâmicos de participação e instituições governamentais eficazes, uma vez que estas últimas, influenciadas pelas primeiras, cumprem melhor os anseios da sociedade e, por isso mesmo, respondem com maior propriedade às demandas. Ao corporificar-se nos sistemas horizontais de participação cívica, o capital social favorece, significativamente, o desenvolvimento global da sociedade de forma mais integrada. Logo, uma sociedade forte significa um Estado fortalecido, o contrário do que sustentam algumas teorias do desenvolvimento político e econômico (PUTNAM, 1996).

Não se trata, portanto, de transferir as responsabilidades do Estado para os indivíduos mobilizados nas ONGs. Ao contrário, trata-se de, por meio do diálogo e parcerias, integrar a sociedade civil de forma mais objetiva na redefinição dos interesses coletivos, bem como influenciar a implementação de direitos (sociais) e o desenvolvimento de políticas públicas pertinentes ao reconhecimento e à distribuição. Isso quer dizer que, atualmente, a sociedade civil é capaz de se organizar de tal forma que consegue estabelecer canais horizontais de comunicação e interação para dialogar de maneira mais dinâmica e de estabelecer parcerias com o Estado, a fim de torná-lo mais eficiente e mais democrático. Se as reivindicações da coletividade chegam ao Estado por meio da ação e politização da própria sociedade, este tende a ser, ao menos em tese, competente para atender a sociedade dentro dos parâmetros da justiça social. A partir do momento em que as ONGs, especialmente as de caráter militante, exigem que o Estado dialogue com a sociedade civil, estas passam a expor questões até então subsumidas pelo fato de o Estado, a despeito de todas as mudanças políticas ocorridas nos últimos anos, ainda representar os interesses das classes e grupos hegemônicos. Portanto, não se pode dizer, conforme o faz Landim (2002), que esse diálogo não está imbuído de uma dimensão e de uma dinâmica política.

Outra crítica salientada por Landim (2002) diz respeito a não neutralidade do termo terceiro setor. Sabe-se muito bem que se trata de uma terminologia de procedência estadunidense, em que o associativismo e o voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica muito influenciada pelos princípios do individualismo liberal. Mas se sabe, também, que nenhum termo é neutro, pois todo discurso é elaborado a partir de um lugar. Não se pode deixar de considerar que, hoje, conforme observa Milani (2005), a ampliação e a institucionalização da participação de amplos segmentos da sociedade civil têm gerado como conseqüências a legitimação da voz política e o desenvolvimento da *expertise* de inúmeros atores sociais, nos mais variados âmbitos da sociedade, voltados, agora, para questões relacionadas ao tipo de mercado e Estado que se quer, à construção e fortalecimento da cidadania, ao reconhecimento e aceitação da diversidade humana, entre tantas outras.

Essas questões vieram à tona ainda nos anos 1960, e já preocupavam, em maior ou menor grau, os atores sociais daquele período, bem como muitos jovens, que chegaram à idade adulta, acreditando ser partícipes de um vasto processo de transformação histórica. Não é por coincidência que, conforme ressalta Fernandes (1994), os diretores das primeiras ONGs criadas na América Latina eram jovens ou adolescentes na década de 1960. Por essa razão, segundo o autor, a história do terceiro setor e das ONGs no continente

latino-americano se confunde com a história de uma geração. E, embora os valores e dilemas daqueles anos ainda estejam presentes, os termos e os parâmetros são outros, como se verá nos capítulos subsequentes.

CAPÍTULO 3

JUVENTUDE, MODERNIDADE E MUDANÇAS SOCIAIS: A ARTE DE SE MOVER NA TENSÃO

Alguns dos critérios utilizados para classificar socialmente os indivíduos costumam ser tomados como categorias regidas por uma ordem regular de natureza sistêmica, ou mesmo se referem às particularidades naturais dos seres. No entanto, critérios de análise da realidade social derivam de fato de uma prática social historicamente construída. Por exemplo, o critério da idade dos indivíduos ilustra bem essa premissa. Mesmo servindo de parâmetro para avaliar as transformações biológicas ocorridas nos indivíduos durante suas existências, a idade não é um dado eminentemente natural, como já demonstraram pesquisadores da vida social, a exemplo de Bourdieu (1983) e Lenoir (1996).

As elaborações realizadas a partir de tal categoria, em geral, estão relacionadas a contextos sociais específicos que variam no tempo e no espaço. As proposições delas resultantes tais como infância, adolescência, juventude, maturidade e velhice, também, se formam conforme critérios históricos. Pode-se dizer que os critérios de definição e/ou demarcação dos grupos etários são socialmente elaborados, manipuláveis e divergentes, tornando-se objeto de disputas entre a população, juristas e políticos, entre jovens e velhos e, finalmente, entre pais e filhos (BOURDIEU, 1983). Tais divergências estão relacionadas a contextos históricos específicos que imprimem significações simbólicas distintas, elaboradas a partir das necessidades sociais ou, como prefere Ianni (1968), das exigências da sociedade presente. O mesmo raciocínio pode ser aplicado às análises de outras categorias sociais como mulheres, negros, indígenas, homossexuais ou aquelas mais estreitamente ligadas às divisões estruturais da sociedade, a exemplo das classes sociais. Assim como estas, também a juventude não pode ser considerada uma categoria social homogênea ou de significados fixos, isto é, que pensa e age da mesma maneira a partir de determinações permanentes, independente do contexto no qual está inserida.

O fato de indivíduos considerados jovens pertencerem a um mesmo segmento etário não implica, necessariamente, que eles tenham vivências, anseios, preocupações, projetos ou expectativas em relação ao futuro semelhantes; suas existências são perpassadas por múltiplas singularidades: de classe, gênero, etnia, orientação sexual, entre outras. Dessa maneira, os valores e os comportamentos decorrentes de diferentes experiências de vida se caracterizam por uma expressiva pluralidade. Esta, por sua vez, não costuma ser considerada, por exemplo, pelos veículos de comunicação de massa ou pelas

correntes de modismos que, de um modo geral, elegem um modelo-chave de comportamento juvenil e o transformam em modelo generalizado, hegemonizando padrões simbólicos de países de capitalismo avançado. É a partir dessa perspectiva que a idéia de juventude ora costuma ser pensada como uma fase da vida marcada por uma reduzida responsabilidade dos jovens em relação à sua própria sobrevivência ou de suas famílias, ora costuma ser entendida como uma fase caracterizada pela possibilidade de experimentar, contestar ou reavaliar valores, condutas e escolhas viáveis. Em suma, seria o período de um tempo de suspensão no qual os indivíduos não sofrem diretamente as pressões do mundo da produção e, portanto, podem dedicar-se a atividades voltadas para sua formação e preparação para os desafios do futuro. Ainda que seja uma concepção que retrata a juventude em condições de vida material e educacional de usufruto adequado na sociedade capitalista, e não destaca as dificuldades vividas pelos jovens das classes sociais mais baixas ou em condições de exclusão, é, de fato, uma concepção que se impõe como padrão de época. Tudo que escapa a esse padrão, por conseguinte, acaba sendo interpretado como algo distante ou ausente dos horizontes juvenis, a exemplo do que ocorre com a política.

3.1 – Os indivíduos jovens e a modernidade

Com o início da Idade Moderna, a juventude passou a ser referida a uma fase do desenvolvimento humano em que é considerado normal e salutar ser rebelde. O valor positivo atribuído ao *impetus* juvenil, nesse período, está intimamente relacionado ao fato de a modernidade ter desencadeado grandes rupturas, das quais pode-se destacar o triunfo da razão em oposição aos dogmas consagrados pelo conhecimento mítico-religioso como uma das mais significativas. Delineou-se, assim, um novo entendimento sobre o papel da juventude, agora imersa num contexto de um acentuado desenvolvimento industrial, de consolidação da burguesia como classe hegemônica, do surgimento da classe operária, de expansão urbana e universalização de uma economia de bases monetárias (SCHINDLER, 1996).

O acentuado descrédito na noção de progresso apregoado pelos ideólogos da modernidade clássica e a decepção frente aos seus desdobramentos teriam deixado, de acordo com Domingues (2002), a história sem direção e, desse modo, incapaz de ocupar os espaços outrora preenchidos pelos padrões universais sagrados oferecidos pela religião. Tal

situação, segundo o autor, fora interpretada por Nietzsche como sendo de profunda crise, capaz de transformar o presente vazio ou nulo devido à falta de sinais sólidos de orientação. O reconhecimento dessa nulidade implicava, para Nietzsche (*apud* DOMINGUES, 2002), no *niilismo* que pode ser entendido a partir duas diferentes perspectivas. De um lado, há o *niilismo* que não consegue ver possibilidade alguma na nulidade do mundo. Para esta perspectiva, deve-se recuar diante da desvalorização dos valores vigentes na atualidade, pois o vazio dela decorrente é visto como algo opressivo e pesaroso. Assim, tenta-se, a todo custo, abafar a realidade da crise e negar os acontecimentos de modo a acreditar que o mundo continua a girar sobre um eixo sólido. Em outras palavras, adota-se uma atitude passiva e anestésica frente ao mundo. Por outro lado, no entanto, há um niilismo ativo e estético. Na perspectiva nietzscheniana, este *niilismo* é a atitude mais apropriada frente aos desafios impostos pela existência moderna e pós-moderna. Ao invés de se adotar uma postura defensiva ou de renúncia perante o vazio ou, ainda, lamentar a ausência de um mundo adequado ao nosso ser, inventa-se ou luta-se, de maneira criativa e até mesmo festiva, pelo mundo que se deseja ver concretizado. Dessa maneira, podem brotar muitos movimentos na vida social, pois os atores se convertem em artistas de suas próprias existências, livres de constrangimentos e/ou limitações naturais (DOMINGUES, 2002).

Seja aderindo a projetos tecidos por subjetividades coletivas, os quais têm a liberdade como meta, seja aderindo a projetos conservadores de dominação, que têm como meta bloquear e/ou cercear a liberdade, é precisamente como "artistas de suas existências" que a juventude tem se movimentado nessa tensão entre liberdade e dominação ao longo da modernidade avançada. Para se entender essa mobilidade juvenil, é necessário, de acordo com Pais (2006), abrir mão das formas tradicionais de análise que consideram modelos com os quais os jovens não mais se identificam. Segundo ele,

> Perante estruturas sociais cada vez mais fluidas, os jovens sentem a sua vida marcada por crescentes inconstâncias, flutuações, descontinuidades, reversibilidades, movimentos autênticos de vaivém: saem da casa dos pais para um dia qualquer voltarem; abandonam os estudos para os retomar depois; encontram um emprego e a qualquer momento se vêem sem ele; suas paixões são como "vôos de borboleta", sem pouso certo; casam-se, mas não é certo que seja para toda a vida [...] São esses movimentos oscilatórios e reversíveis que o recurso à metáfora do ioiô ajuda a expressar. Como se os jovens fizessem das suas vidas um céu onde exercitassem a sua capacidade de pássaros migratórios (PAIS, 2006: 08).

No cenário de transformações sociais e da própria experiência a juventude por vezes aparece servindo aos interesses de grupos contra-hegemônicos com pretensões de transformar radicalmente a sociedade e, por outras, atende aos interesses de ideologias nacionalistas de cunho totalitário, a exemplo do ocorrido na Itália fascista e na Alemanha nazista. A propaganda difundida naqueles países, por meio das artes plásticas, do cinema e da imprensa, foi capaz de mobilizar inúmeros jovens para a militância político-ideológica. Essa mobilização, no entanto, não se deveu apenas ao entusiasmo, mas também à coação. Os dois regimes utilizaram pressões sociais, políticas e ameaças dirigidas à vida profissional dos pais, assim como às atividades dos filhos, a fim de atrair jovens para suas fileiras. Pode-se dizer, portanto, que no decurso dos diferentes contextos históricos nem sempre a juventude se mobilizou para instituir uma ordem que vislumbrasse causas libertárias e renovadoras (LUZZATTO, 1996; MALVANO, 1996; MICHAUD, 1996). No Brasil dos anos 1960, por exemplo, muitos jovens ingressaram em organizações de extrema direita, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e a Juventude Estudantil Revolucionária Brasileira (JERB), organização soteropolitana que atuou nesse mesmo período. Ambas as organizações se respaldavam em visões conservadoras de família, propriedade, nacionalismo, segurança nacional e pátria forte (BENEVIDES, 2006).

Foi no período do pós-guerra que se deixou de perguntar qual o sentido da política para se questionar sobre se a política, ainda, teria algum sentido. Essa mudança ocorreu por conta de dois fatores que aumentaram, significativamente, a desconfiança em relação à política tradicional. O primeiro deles se deve ao fato de as experiências históricas com formas totalitárias de Estado terem submetido toda a vida dos homens a uma lógica de ação politizada por completo, como ocorrera no socialismo real. O segundo, por conta do desenvolvimento do potencial de destruição em massa, a exemplo da bomba atômica, sob o monopólio político e decisório do Estado (ARENDT, 2002). É, também, nesse período que o capitalismo atingiu um estágio de grande pujança e expansão de mercados, o que propiciou o surgimento de uma cultura juvenil marcada, sobretudo, pelo consumo de discos, revistas, roupas, filmes, bebidas e todo tipo de marca que patenteava os jovens como sujeitos pertencentes a uma dada categoria, ditando, agora, seus hábitos, costumes, linguajar e estética (HOBSBAWN, 1995). Também o advento de novas tecnologias, a exemplo da fotografia, do cinema e da televisão, estimulou um deslocamento no mundo, isto é, tornou lugares jamais vistos, ocultos, despercebidos ou distantes em algo próximo e transportável (FEATHERSTONE, 1996). Reduziram-se as distâncias físicas e se acentuou

uma percepção de simultaneidade, ou seja, uma sensação de "estar lá" e de compartilhar a experiência de novos lugares.

Os avanços tecnológicos ocorridos em grande escala, sobretudo na área da comunicação, propiciaram o desenvolvimento e a expansão das instituições modernas e, mais ainda, com o advento da mídia eletrônica, das instituições da alta modernidade. Com os avanços tecnológicos na área da comunicação, a relação entre tempo e espaço foi rompida, e "o evento em si torna-se o fator determinante da inclusão, e não mais o lugar de sua ocorrência" (GIDDENS, 2002: 30). As contextualidades locais passam, portanto, a integrar contextualidades globais. Com isso, diz ele, ocorre a intrusão de eventos distantes na consciência cotidiana.

> Na alta modernidade, a influência de acontecimentos distantes sobre eventos próximos, e sobre as intimidades do eu, se torna cada vez mais comum. A mídia impressa e eletrônica obviamente desempenha um papel central. A experiência canalizada pelos meios de comunicação, desde a primeira experiência da escrita, tem influenciado tanto a auto-identidade quanto a organização das relações sociais (GIDDENS, 2002:12).

O desenvolvimento do capitalismo e sua conseqüente expansão acabaram por exigir mudanças sociais e comportamentais para que os produtos desse crescimento fossem, rapidamente, assimilados pelos mercados consumidores. Para Coelho (1997), esse fenômeno revela uma contradição do sistema capitalista, pois, ao apropriar-se da cultura juvenil, transformando-a em cultura de consumo, propiciou, concomitantemente, a divulgação de idéias e práticas opostas aos padrões morais que difundia. A partir desse período, a juventude se dispôs a quebrar regras a fim de criar novos padrões e modelos que melhor se adaptassem a um mundo fortemente marcado por rápidas transformações. É dessa maneira que surge, nos Estados Unidos, a descoberta efetiva do adolescente (*teenager*) como categoria analítica que, geralmente, aparecia associada à idéia de transgressão, tanto no que se refere a um caminho para o banditismo, como uma ruptura radical com os hábitos e as autoridades constituídas (PASSERINI, 1996). Assim, a transgressão juvenil, em fins da década de 1950, passaria a ter, por um lado, uma imagem negativa e, por outro, uma imagem que gerava interesse porque se tratava de um produto novo, ainda pouco estabilizado.

Criaram-se, então, as condições necessárias para o alargamento daquilo que Hobsbawn (1995) chama de abismo de gerações. Tal alargamento se deve ao fato de ter havido, nessa época, uma grande pujança econômica, se comparada às épocas anteriores, o

que levava os jovens de então a desconhecerem as dificuldades e agruras provocadas pela pobreza geradas pelas crises econômicas e por dois conflitos bélicos vivenciados por seus pais e avós. A oposição entre a experiência de vida dos mais velhos, marcada por necessidades e privações comuns aos tempos de graves convulsões sociais e de guerras, e a experiência de vida dos mais jovens, marcada pela opulência econômica, aprofundou o abismo de gerações e tornou os problemas dos filhos do pós-guerra mais urgentes e suas atitudes frente ao mundo mais críticas. Esse abismo se caracterizou pela emergência de uma nova forma cultural chamada por Mead (1970) de prefigurativa (*prefigurative culture*), ou seja, conectada ao futuro, ao que está porvir.

Em sociedades de grande mobilidade, nas quais a competição é estimulada, a exemplo das sociedades industriais, o distanciamento entre as gerações ocorre com freqüência, pois, de acordo com Mead (1970), os jovens estão constantemente se deparando com valores distintos dos familiares, seja nas escolas, nas universidades ou no mundo do trabalho. Ademais, os avanços tecnológicos na área das comunicações aceleram esse processo de ruptura entre as gerações mais velhas e as mais novas uma vez que possibilitam o rápido conhecimento de outras formas e estilos de vida e, conseqüentemente, a emergência de um novo tipo de cultura. É a prefigurativa que Mead (1970) considera ter iniciado no pós-guerra, e atingiu o ápice na década de 1960, quando a forma prefigurativa se delineou de maneira irreversível. Hoje, essa forma está ainda mais acentuada, haja vista que as tecnologias digitais permitem, como diz Giddens (2002), uma rápida conexão e identificação com eventos e contextualidades distantes.

Em contextos predominantemente prefigurativos, cujas mais importantes esferas sociais são regidas por critérios independentes do mundo familiar (parentesco), orientados por valores universalistas, como é o caso das sociedades modernas, há, segundo Groppo (2000), uma forte tendência à formação de grupos etários homogêneos com importantes funções de integração social. Nessas sociedades, o padrão de solidariedade é mais amplo e difere, sobremaneira, dos padrões de solidariedade familiar. Por conta disso, o indivíduo se vê obrigado a mudar a certa altura de sua vida seus padrões de comportamento, mais precisamente no momento em que se exige dele maior comprometimento com as responsabilidades típicas da vida adulta, caso queira alcançar pleno *status* na vida social. As sociedades universalistas não costumam valorizar a obediência aos critérios particularistas e qualitativos da vida familiar. Pelo contrário, as realizações nas esferas amplas da vida social é que são plenamente estimadas. Caso o indivíduo insista em se

orientar pelos valores particularistas da família, não conseguirá alcançar pleno *status* na sua vida social mais ampla.

O rompimento com a tradição familiar é a primeira evidência do chamado choque de gerações, que se caracterizou na década de 1960 como um fenômeno de escala planetária. Em todos os continentes e, praticamente, em todas as nações ocorreu um levante juvenil contestatório sem paralelo na história. A percepção e a consciência das mudanças que se processaram nessa época foram maiores nos países mais industrializados do que nos países menos industrializados. Do mesmo modo, os acontecimentos que mais mobilizavam os jovens desse período divergiam em graus de intensidade e de um lugar para outro.

Nos Estados Unidos, por exemplo, os jovens se envolveram em protestos contra a segregação racial e contra a Guerra do Vietnã, esta, aliás, denominador comum entre os movimentos juvenis dos anos 1960 em diversos países. A oposição à guerra fez com que os jovens norte-americanos saíssem às ruas para protestar contra a possibilidade de morrer num país distante e desconhecido, num conflito cujas razões não haviam sido bem explicadas. Várias universidades norte-americanas foram ocupadas por estudantes. O movimento negro se uniu ao movimento estudantil nas manifestações contra a guerra e os protestos recrudesceram. Conseqüentemente, os confrontos com a polícia foram inevitáveis.

Nesse cenário de contestação, surgiram os chamados movimentos contraculturais, a exemplo do *Flower Power*. A contracultura não é um fenômeno social surgido na década de 1960, quando houve nas mais variadas sociedades, sobretudo nas ocidentais, uma explosão contracultural sem precedentes. Como demonstram Goffman e Joy (2007), é possível encontrar movimentos contraculturais desde os tempos míticos e imemoriais de Abraão e Prometeu, passando pela antiga Grécia e a Europa medieval, até chegar à nossa sociedade informacional e digital. Logo, o envolvimento de jovens com movimentos contraculturais não é algo recente, tampouco é exclusividade desta ou daquela geração.

A contracultura nada mais é do que um movimento cultural que rejeita e questiona valores e práticas da cultura dominante ou hegemônica de uma determinada época ou conjuntura. Nesse sentido, os movimentos contraculturais buscam viver livres, tanto quanto seja possível, de tudo aquilo que restringe, oprime ou bloqueia a energia da força criativa. Não é característica dos movimentos contraculturais a conquista do poder, pois este exige adesão a estruturas inflexíveis que bloqueiam a “luz” que ilumina a criatividade. Nos movimentos contraculturais as estruturas são efêmeras e espontâneas. Segundo

Timothy Leary (*apud* Goffman e Joy, 2007), o florescimento da contracultura ocorre sempre onde quer que haja indivíduos dispostos a assumir estilos de vida, expressões artísticas e formas de pensamento e comportamento que incorporem em seus fundamentos o antigo axioma para o qual a única verdade constante é a mudança. Para Leary (*apud* Goffman e Joy, 2007: 09), "a marca da contracultura não é uma forma ou estrutura em particular, mas a fluidez de formas e estruturas, a perturbadora velocidade e flexibilidade com que surge, sofre mutação, se transforma em outra e desaparece". Sendo assim, pode-se dizer que contracultura é essencialmente ruptura. Todavia, ao romper com a tradição que ataca a contracultura abre caminho para que uma outra tradição tenha início. Mas é necessário não confundir contracultura ou ruptura com inovação. A inovação, por maior e mais significativa que seja, difere da contracultura, já que esta não poder ser construída ou produzida: precisa ser vivida (GOFFMAN; JOY, 2007).

No século XX, um dos primeiros movimentos juvenis a incorporar seriamente esse fundamento em seus princípios, talvez, tenha sido o movimento *Beat*, surgido nos Estados Unidos ao final dos anos 1940. A *Beat Generation* nasceu na Universidade de Columbia, Nova Iorque, no início da década de 1950, a partir de um movimento literário composto, a princípio, por um número relativamente pequeno de jovens escritores amigos, entre eles Jack Kerouac, Allen Ginsberg e William S. Burroughs. Eles propunham um estilo de vida alternativo ao materialismo cultuado pela sociedade estadunidense. Em linhas gerais, ser *beat* significava apreciar o jazz e o *be-bop*, buscar a pureza do espírito, se desprender das convenções, romper com o puritanismo moral da sociedade, experimentar profundamente a arte, a liberdade e o prazer. Era, também, possuir um forte instinto individualista já que esses jovens não mais acreditavam em projetos coletivos, devido aos acontecimentos históricos que se processaram antes e durante a Segunda Guerra Mundial, como a ascensão de regimes totalitários e a explosão de duas bombas atômicas em nome da paz entre os povos. Esse movimento teve uma significativa influência nos movimentos contraculturais das décadas seguintes.

Nas décadas de 1960 e 1970, a contracultura passou a ser entendida como um movimento que ia de encontro aos ditames da indústria cultural e da cultura de massa. Propunha não apenas uma nova linguagem estética, como, também, estilos de vida alternativos que não reproduzissem os modelos comportamentais impostos pela sociedade burguesa da época, tida como infeliz e neurótica (BRANDÃO; DUARTE, 1995). No cenário de intensas contestações e insurreições juvenis daqueles anos o movimento contracultural mais significativo talvez tenha sido o *Flower Power*; que se insurgiu contra

todas as formas de repressão moral e sexual, contra a hipocrisia, as injustiças sociais, o racismo e a guerra (MACIEL, 1996). Seus adeptos pretendiam construir um novo mundo com valores culturais próprios, diferentes daqueles conservados pela sociedade tradicional. Ao mesmo tempo que procuravam "cair fora" dos padrões tradicionalmente estabelecidos, buscavam modificar a si mesmos com o intuito de atingir um elevado desenvolvimento mental e espiritual. Para alcançá-lo, muitas vezes, eram utilizadas substâncias alucinógenas, a exemplo do ácido lisérgico (LSD) e da mescalina, difundidas por Timothy Leary, professor de Psicologia da Universidade de Harvard, que, por distribuir tais substâncias entre seus alunos para que realizassem suas pesquisas individuais pelos caminhos da mente, foi expulso da instituição.

Muitos jovens e toda uma geração de artistas se deixaram influenciar pela contracultura das décadas de 1960 e 1970. Nas artes plásticas, Andy Warhol se destacou por utilizar símbolos largamente difundidos pela cultura de massa e pela indústria cultural, para impactar as pessoas. Jimi Hendrix, Janis Joplin, Carlos Santana e os grupos The Doors e Pink Floyd, entre outros, se destacaram na música, enquanto Aldous Huxley, na literatura. A criatividade e psicodelia contracultural alcançaram seu momento mais representativo no Festival de Woodstock, realizado em agosto de 1969 numa fazenda no Estado de Nova Iorque. Por três dias, cerca de 500 mil jovens viveram intensamente todo o clima de paz, amor e harmonia proposto pela contracultura daqueles tempos. No Brasil, Maciel (1996) classifica como movimentos contraculturais a Tropicália e as experimentações estéticas do Teatro Oficina, de José Celso Martinez Correia, ambos os movimentos foram influenciados pela estética da "antiarte por excelência" do artista plástico carioca Hélio Oiticica[5].

Juntamente com as manifestações contra a Guerra do Vietnã cresciam rapidamente os movimentos pacifistas que reivindicavam a não utilização de armas químicas contra populações indefesas, a exemplo do que ocorria no sudeste asiático, e o fim da corrida armamentista, que alimentava o terror de uma guerra nuclear. Do movimento *Flower Power* emergiriam o que hoje chamamos de movimentos ecológicos, os quais passaram a

[5] No Brasil, a década de 1980 significou, entre outras coisas, o início do processo de retomada e consolidação da democracia, de um lado, e a apropriação de alguns valores contraculturais pelo *status quo* hegemônico. Para muitos, ao absorver as contestações da contracultura, o sistema pôs fim aos ideais libertários que ela cultivava, construindo, assim, uma vitória de cunho conservador dos poderes hegemônicos. Entretanto, de acordo com Heloísa Buarque de Hollanda (*apud* Dias, 2003), essa absorção pode ter outro significado. Segundo a autora: "Por que não considerar que uma sociedade que absorve outras maneiras de ser é uma sociedade modificada? Exatamente por ter uma nova maneira de ser, ela é uma sociedade diferente. Que mudou qualitativamente em sua hegemonia" (*apud* Dias, 2003: 339).

vislumbrar o mundo como uma totalidade (GOFFMAN; JOY, 2007). Os hippies ao romperem com uma tradição iniciaram outra.

O auge das contestações juvenis na década de 1960 em todo o mundo foi o ano de 1968. Nesse ano, os jovens estiveram na vanguarda dos acontecimentos e na contramão do poder. Desde o Japão, onde os estudantes lutavam para impedir que o país fosse utilizado como depósito de armas nucleares e escala dos navios e aviões norte-americanos rumo ao Vietnã, passando pelo Oriente Médio e África, a exemplo da Turquia, Tunísia, Líbano, Paquistão, Índia, Egito, Etiópia, Sudão e Senegal, até atingir países europeus como Bélgica, Espanha, Inglaterra, Suécia, Alemanha e Itália, os jovens estiveram na vanguarda dos acontecimentos e na contramão do poder.

Na França, as manifestações juvenis se voltaram contra o conservadorismo do governo De Gaulle e a estrutura educacional defasada. O Maio de 1968 na França se configurou não como uma revolução política e social, como concebe o marxismo clássico, mas, certamente, como uma revolução cultural que interferiu e, de certa forma, modificou tanto os padrões comportamentais quanto a tradição política, uma vez que o movimento não foi desencadeado por sindicatos ou partidos. Surgiu espontaneamente e, talvez por isso, de acordo com Quattrocchi e Nairn (1998), foi um acontecimento totalmente inesperado.

Na Polônia, os estudantes reivindicaram o fim da censura e do excessivo controle do Partido Comunista dentro das universidades, exigindo a democratização do ensino superior. Na Iugoslávia, as reivindicações estudantis giraram em torno das mesmas questões. A Tchecoslováquia, que viveu as reformas promovidas durante a Primavera de Praga, viu a mobilização da população como um todo e, em especial, da juventude. Na China, os estudantes também saíram às ruas para tentar manter vivos os princípios da Revolução Cultural que iniciou um processo radical de extinção dos privilégios e costumes das elites políticas, econômicas, artísticas e intelectuais chinesas. A juventude latino-americana, também, saiu às ruas para expressar seu descontentamento e tentar reverter a ordem estabelecida. No Brasil e, posteriormente, no Chile, Argentina, Uruguai, Peru, Bolívia, México e na Colômbia a luta contra o autoritarismo do Estado se tornou um dos alvos principais dos protestos juvenis, sobretudo, dos protestos estudantis (HOBSBAWN, 1995).

Os acontecimentos de 1968, para Foucault (1996), foram inesperados e transformadores, pois permitiram a emergência de uma percepção mais capilar do funcionamento geral das engrenagens do poder, até então subordinadas, por força das

análises estruturalistas, à instância econômica e aos sistemas de interesse que as garantem. Tal percepção acabou levantando questionamentos e instigou reformulações significativas no que diz respeito à participação e ação política. Mas o movimento de 1968 também deixou como herança para as gerações posteriores, conforme ressalta Jansen (1999), uma acentuada decepção e desconfiança em relação à política tradicional. A geração daquele ano, apesar do seu comprometimento com ideários socialistas, se orientou por caminhos sem qualquer face humanista. Suas análises políticas jamais perceberam as experiências fascistas e nazistas como extermínio de indivíduos; excluíram, por completo, os sujeitos, centrando-se em críticas econômicas. O que não deixa de ser, no mínimo, paradoxal, pois foi justamente essa geração que alertou o mundo sobre a necessidade de se levar em conta o sujeito. Ademais, avalia Jansen (1999), no empenho de ser agente das mudanças sociais e de fazer história, a geração das barricadas não levou nenhuma imaginação ao poder, muito menos fantasia, conforme apregoavam os grafites e cartazes produzidos durante os efervescentes dias do Maio de 1968.

A despeito da crítica acima, pode-se dizer que os conflitos desencadeados nas décadas de 1960 e 1970, entre outras coisas, mostraram que a geração jovem criou novos padrões e modelos comportamentais, mais apropriados a um mundo em transformação contínua e constante. Entretanto, também havia a geração dos pais e avós que tentou preservar sua hegemonia e impor seus valores, mesmo que estes não fossem mais adequados à realidade. Essa situação pode ilustrar bem o que Domingues (2002) chama de paradoxo da modernidade. Trata-se da tensão entre a liberdade (representada pelas subjetividades coletivas juvenis, defensoras de projetos que têm a liberdade como fim) e a dominação (representada pelas subjetividades coletivas das gerações mais velhas, defensoras de projetos de dominação voltados para o bloqueio da liberdade e das mudanças em defesa, em última instância, do seu *status quo*). Pode-se ilustrar, também, o paradoxo da ação juvenil, sobretudo na contemporaneidade, pois os jovens, segundo Groppo (2000), da mesma maneira que buscam se diferenciar dos adultos, assim como opor-se aos papéis sociais oferecidos parcialmente, empenham-se para se comunicar e serem reconhecidos pela sociedade ampla.

Em contextos prefigurativos, regidos por critérios universalistas, faz-se mister, de acordo com Groppo (2000), criar para os jovens princípios de gratificação social não fundamentados no parentesco, mas, sim, na igualdade. Para o autor, tal princípio seria o da homogeneidade etária que tornaria a transição do mundo infantil para o adulto menos tensa, uma vez que os grupos etários homogêneos equivaleriam, na modernidade, aos

rituais de passagem das sociedades pré-modernas. Esses grupos são, segundo Eisenstadt (*apud* Groppo, 2000), importantes símbolos de identificação coletiva, assim como o são as escolas nas sociedades modernas. Tais escolas se transformaram em um sistema institucionalizado e quase universal, sendo criadas com o intuito de preparar os indivíduos frente à grande especialização econômica e profissional exigida pela modernidade. Por conta disso, essas instituições passaram a organizar a vida das crianças e, também, dos jovens, durante vários anos, com forte acentuação técnico-preparatória, voltada para a consecução de *status* social total. Trata-se, portanto, de uma tarefa que está aquém das possibilidades da família – o mesmo valendo para muitos aspectos do conhecimento filosófico, ideológico e religioso.

Ademais, as escolas enfatizam, de maneira excessiva, a preparação técnica de crianças e jovens, formando o que Habermas (2003) chama de peritos ou técnicos, como também procuram adiar a maturidade social para depois da maturidade sexual e fisiológica. Ainda assim, as instituições de ensino não conseguem atender às necessidades que surgem no que se refere à personalidade de jovens e crianças no decorrer do processo de transição, uma vez que as sociedades modernas são altamente especializadas e orientadas para o desempenho e a realização pessoal. Em conseqüência, as instituições modernas criaram as chamadas agências juvenis controladas por adultos (a exemplo das agências culturais, recreativas, esportivas, religiosas, políticas e as que lidam com "crianças-problema"), assim como, concomitantemente, possibilitaram o desenvolvimento e a ampliação de grupos juvenis espontâneos (a exemplo de agremiações estudantis). Classificar os indivíduos em categorias elaboradas em termos de idade significa, portanto, produzir uma ordem temporal pautada numa autoridade que define, antes de tudo, os poderes e os limites da ação social participativa associada a cada uma das diferentes faixas etárias (BOURDIEU, 1983). Sendo assim, "a juventude que se situa, biológica e culturalmente, em uma íntima relação com o tempo, representa um ator crucial, interpretando e traduzindo para o resto da sociedade um dos seus dilemas conflituais básicos" (MELUCCI, 1996: 07).

Entretanto, para uma ação participativa politicamente condicionada acontecer, a idade cronológica não é um fator decisivo, como argumenta Weber (2003), mas, sim, a capacidade de enfrentar as realidades da vida, comportando-se à altura dos obstáculos que se impõem, sem se deixar abater ou, mesmo, se afastar dos objetivos que se propôs atingir. Fazer coincidir os nossos desejos com a realidade é o que Ribeiro (2004) define como felicidade (somente atingida através da liberdade), na acepção moderna. Segundo o autor, desde a Revolução Francesa o que se tem buscado não é mais desistir dos desejos, mas sim

mudar o mundo para adequá-lo às nossas vontades. Nesse aspecto, desde então, a juventude tem tido um valor importante.

Foi na modernidade que ocorreram, segundo Habermas (2003), mudanças estruturais significativas na esfera pública. Estas, por sua vez, geraram novas configurações no âmbito da esfera privada. Muitas de suas funções foram perdidas. Restaram-lhe, então, poucas atribuições, dentre as quais a reconfiguração das subjetividades. Isso pode ajudar a entender o fato de a juventude ter encontrado, na Era Moderna, vários espaços de sociabilidade e, por conseguinte, ter se caracterizado como uma vivência em si mesma e não apenas como uma preparação para a vida adulta. É nessa época também que a invenção e a inovação passaram a ser estimadas e, por que não dizer, estimuladas. O mesmo ocorreu com a juventude. Não é de se estranhar, portanto, que, no decorrer de boa parte dos séculos XIX e XX, fazer a revolução tivesse sido uma das grandes vocações dos jovens. Prova disso foi o envolvimento da juventude com as ideologias libertárias, a exemplo do socialismo, e, mais próximo do nosso tempo, o levante juvenil que varreu o mundo na década de 1960, quando a autoridade das gerações mais velhas foi amplamente questionada, a despeito de toda a opressão, conforme já foi ressaltado (RIBEIRO, 2004).

A cultura política produzida pelos jovens desse período acabou provocando uma liberalização dos valores que, segundo Habermas (1992), foi fundamental na esfera pública para modificar as formas de ação características da cultura política tradicional. Os jovens acabaram por evidenciar, através de suas práticas políticas ou de seus comportamentos, novas demandas e ansiedades, não necessariamente subordinadas às instâncias políticas ou econômicas. Pode-se dizer que visaram, antes de tudo, virar pelo avesso as hierarquias existentes, romper com valores, padrões e modelos estabelecidos, tanto do ponto de vista político quanto simbólico. Trata-se de uma geração que, segundo Marcuse (1972), se revoltou contra as máquinas da repressão, ou seja, a máquina política, empresarial, tecnológica, educacional e da indústria cultural, as quais, ao invés de domarem a natureza em benefício do bem-estar do homem, acabaram por fundir benesses e maldições, num todo racional mecânico e, por isso mesmo, opressivo. Embora a liberdade, como sustenta Domingues (2002), esteja cada vez mais ao alcance das mãos de todos, esta, paradoxalmente, continua enfrentando grandes obstáculos.

3.2 – Os atores de uma nova dimensão do político

O dinamismo das instituições modernas reguladas pelo racionalismo possibilitou a emancipação dos sujeitos sociais em relação aos imperativos dogmáticos oriundos da tradição e da religião. Para o Iluminismo, a idéia de sujeito estava assentada, de acordo com Hall (1999:10), na percepção de pessoa humana "como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação". Esse núcleo central, formado tão logo o sujeito nasce, resume-se a um núcleo interior que, ao longo da existência do indivíduo, permanece fundamentalmente o mesmo, sendo orientado pela "luz" da razão. A razão é responsável por libertar os indivíduos da tradição, enquanto esta é interpretada pela modernidade clássica como algo obsoleto, arcaico, superado, velho e inútil.

Entretanto, diante das contínuas transformações ocorridas na vida social, especialmente após a Revolução Industrial, a noção de sujeito passou a refletir a crescente complexidade resultante dessas mudanças. Assim, o núcleo central do sujeito, que consistia sua identidade, deixou de ser interpretado como algo autônomo e auto-suficiente, mas, sim, como oriundo da relação com os outros, ou seja, da interação do eu com a sociedade ou a cultura na qual este eu se encontra. Segundo Hall (1999:12), essa percepção se tornou a concepção sociológica clássica sobre o tema da identidade, e sua principal contribuição para os debates em torno dessa questão foi tê-la concebido como o elemento mediador entre o indivíduo e a cultura ou entre o sujeito e a estrutura, "tomando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis".

Para Hall (1999), é exatamente essa unicidade atribuída à identidade que está se fragmentando frente às transformações estruturais e institucionais perpetradas pela dinâmica da modernidade tardia. Segundo o autor, hoje, os sujeitos não são mais compostos de uma única e estável identidade, porém de várias identidades formadas e, sucessivamente, modificadas "em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam" (HALL, 1999:13). Assim, que Hall (1999) denomina esse sujeito de pós-moderno, o qual está imerso em um contexto, descrito por Gonçalves (2005), de intensa aceleração do capitalismo em escala global, de uma contínua midiatização da vida social, de um aprofundamento dos processos de urbanização em todo o mundo, da instauração do consumo e do mercado como elementos estruturadores dos espaços públicos e privados, e do surgimento das novas tecnologias de

comunicação como significativas ferramentas de interação entre indivíduos, seja no âmbito do local quanto no âmbito global.

Partindo do pressuposto que "toda identidade é um ponto de vista que se constrói com base no que se encontra disponível no contexto" (GONÇALVES, 2005:77), então, é possível afirmar que, ao apoiar-se em um repertório cada vez mais fragmentado e plural, a identidade juvenil se encontra, hoje, segundo Silveirinha (2005) diante de inúmeras formas identitárias erigidas a partir de marcadores minoritários, como classe, gênero, etnicidade, cultura, sexualidade, entre outros. Essas múltiplas singularidades, de acordo com Abramo e Facchini (2007), explicam o fato de muitos jovens não tomarem a identidade juvenil como ponto de partida para sua apresentação na esfera pública, embora não haja, segundo as autoras, nenhum desconforto ou recusa em relação a essa forma de identificação.

Assim, do início da modernidade até hoje, foi produzida uma extensão da juventude no que diz respeito à duração (no começo da Era Industrial, reduzida em alguns poucos anos, e no decorrer do seu desenvolvimento, ampliada para dez ou quinze anos), à abrangência (não mais restrita a um único gênero ou classe social) e aos elementos constitutivos da experiência juvenil. A vivência juvenil adquiriu um sentido em si mesma por conta da emergência de uma multiplicidade de instâncias de socialização, a exemplo do novo papel do lazer e da cultura que passaram a concorrer com a família e a escola, tornando-se igualmente importantes na constituição da sociabilidade, das identidades e da formação de valores. A socialização se tornou não apenas uma preparação para realizar melhor as coisas no futuro, mas, sobretudo, uma experimentação diferenciada do mundo adulto, com maior liberdade e menor número de constrangimentos (ABRAMO, 2005).

Hoje, essas múltiplas instâncias de socialização juvenil se expandiram ainda mais graças ao desenvolvimento das tecnologias digitais de comunicação e de inúmeros dispositivos midiáticos que adquiriram um caráter global. Essas mudanças proporcionaram aos sujeitos contemporâneos, especialmente aos indivíduos jovens, construírem suas identidades a partir de um vasto campo de possibilidades em que tais sujeitos se movem e nos quais elaboram e liquefazem seus projetos e suas trajetórias sociais (VELHO, 2006). Sendo assim, a construção das identidades no mundo atual não ocorre, apenas, a partir dos mecanismos convencionais estabelecidos pelas instituições modernas, como nação e classe, por exemplo, mas ocorre, também, por critérios pautados em noções mais fluidas e desterritorializadas, como acontece nas chamadas comunidades de sentido.

Uma comunidade de sentido, segundo Janotti Jr. (2005), se constitui por um conjunto de indivíduos agregados por interesses e vivências comuns que giram em torno de

valores, símbolos, gostos e afetos compartilhados pelos membros da comunidade. As práticas resultantes desse compartilhamento se manifestam a partir de determinados sentidos produzidos em espaços desterritorializados, por meio de processos midiáticos que se servem de referenciais globais das culturas contemporâneas. Para o referido autor, "é a vivência desses sentidos, por meio do consumo de determinados objetos culturais, que permite a um indivíduo reconhecer seus pares [...] independentemente do território em que esses sentidos se manifestam" (JANOTTI JR., 2005:119).

É importante ressaltar um aspecto relevante sobre as comunidades de sentido. O termo comunidade tal como aqui empregado não se refere especificamente ao seu sentido tradicional, o qual alude à idéia de um espaço geográfico específico e relações diretas entre os indivíduos, movidos pelas tradições nele erigidas. Uma comunidade de sentido diz respeito a determinadas vivências comunitárias pautadas por um ideal comunitário que, na maioria das vezes, se desenvolvem em domínios simbólicos desterritorializados e, assim, viabilizam a manifestação de sentidos presentes na produção discursiva das culturas midiatizadas (JANOTTI JR., 2005). O crescimento da rede mundial de computadores possibilitou, sobremaneira, o desenvolvimento e a ampliação, em escala global, de inúmeras comunidades de sentido, especialmente daquelas compostas por indivíduos jovens. Vale lembrar, também, que as comunidades de sentido, desterritorializadas e globais, se manifestam, no âmbito local, mediante à junção de indivíduos em grupamentos urbanos. Estes, por sua vez, operam por meio da apropriação local das formas culturais de circulação mundial. Tal apropriação não ocorre de maneira linear, pois, de acordo com Janotti Jr. (2005), os indivíduos re-significam os valores globalmente difundidos pelas comunidades de sentido a partir dos valores presentes no âmbito local. Sendo assim, as denominações comunidades de sentido e grupamentos urbanos devem ser entendidas como termos intercambiáveis.

No plano da ação política, as comunidades de sentido podem ser entendidas como redes sociais que se utilizam da comunicação digital como base para elaborar e disseminar desde valores e idéias até estratégias de lutas contra-hegemônicas, concebidas para acontecerem no âmbito dos grupamentos urbanos. Para Freire Filho (2006), a internet teve (e continua a ter) uma importância significativa, tanto na organização quanto na divulgação de inúmeros atos de desobediência civil e de ações coletivas de rua contra a globalização capitalista. Segundo o autor,

> *Sites* de organizações independentes, listas de discussão e *e-mails* se consolidaram, ao longo dos anos 1990, como ferramentas essenciais para o estreitamento dos vínculos e o aprimoramento dos métodos de ação dos militantes, servindo para: 1) a divulgação de informações acerca das prerrogativas e atividades das instituições econômicas e corporações globalizadas (raramente discutidas, de forma crítica, na grande imprensa); 2) o intercâmbio de experiências sobre a realização de encontros e eventos; 3) a mobilização e o recrutamento em massa de indivíduos dispersos geograficamente (FREIRE FILHO, 2006:192).

De acordo com Sorj (2003), não é possível negar que hoje a internet está relacionada com uma nova forma de participar e de se fazer política dissociada ou à margem do Estado e de outras instâncias tradicionais de participação. Tal fato tem ocorrido porque as novas tecnologias comunicacionais promoveram, significativamente, o fortalecimento das redes da sociedade civil, haja vista que estas propiciam uma interação e trocas de conhecimento de maneira muito mais dinâmica que outras tecnologias. Entretanto, o autor chama atenção para o aspecto ambíguo da internet. Se, por um lado, a internet de fato promoveu o fortalecimento da sociedade civil, por outro, essa nova sociabilidade pode destruir as bases de interação sobre as quais o espaço público é construído, uma vez que permite o aumento da capacidade de controle da população, tanto pelo Estado quanto por corporações privadas. Para Sorj (2003), o grande desafio teórico e prático do século XXI é inventar novas articulações entre o que Domingues (2002) denominou de projetos de liberdade e projetos de dominação, de maneira a potencializar as dimensões democráticas dessas novas tecnologias de comunicação.

Diante das sucessivas mudanças decorrentes da reconfiguração das estruturas sociais contemporâneas, gradativamente, os múltiplos atores vêm percebendo a importância de se condensar as causas defendidas por cada um, proporcionando, assim, a reorganização da esfera pública pela coletividade. Coletividade esta que, hoje, não mais exclui ou anula as subjetividades dos indivíduos ou grupos de indivíduos. As novas práticas de atuação, cujo princípio é a valorização das subjetividades, encontram espaço dentro de organizações do terceiro setor, as quais ganham destaque e importância. Os atores sociais, por meio de atividades em organizações civis, evidenciam novas demandas e ansiedades não, necessariamente, subordinadas às instâncias políticas ou econômicas; o que provoca uma mudança e, por conseguinte, uma liberalização dos valores e das formas de ação, características da cultura política tradicional.

De acordo com Abramo (2005), os direitos do homem, por exemplo, estão bastante presentes no entendimento do que é política entre os jovens do Brasil. Pautando-se em

dados de uma pesquisa nacional sobre a juventude brasileira, realizada pelo Instituto Cidadania, em 2003, a autora observa que grande parte dos entrevistados (50%) aponta os direitos individuais como os mais importantes, enquanto 43 % mencionam os direitos sociais como os mais significativos. Destes, emprego, educação e saúde despontam como os de maior relevância. Todavia, quando interrogados sobre quais direitos seriam fundamentais para a juventude, 58% dos entrevistados consideraram os direitos sociais como essenciais para a inserção social dos jovens, contra 29% das respostas que incidiram sobre os direitos individuais.

Analisando os estudantes universitários de Salvador, González (2004) constatou que a justiça social, comumente referida como igualdade, seja de direitos, de oportunidades ou igualdade substantiva, aparece como a principal preocupação para 99,2% dos jovens entrevistados, superando até mesmo a preocupação com o futuro profissional e com a saúde física. Para a autora, esse dado evidencia o fato de que o jovem de hoje não é profundamente hedonista e individualista, ao contrário do que apregoa o senso comum. Há o que pode ser definido como "um perfil do jovem um pouco menos preocupado com alguns mitos liberais de democracia e mais voltado para sua concretização no nível social" (GONZALEZ, 2004:437).

A preocupação com a justiça social revela uma preferência dos jovens por um modelo de democracia mais voltado para as questões sociais, em detrimento de um modelo de democracia de cunho liberal. Se há uma maior identificação da juventude com a democracia social, é possível inferir que há, por conseguinte, uma maior propensão para a ação política que tenha como principal objetivo a justiça social. A juventude de hoje, portanto, está em sintonia com o seu contexto histórico-social e com os movimentos sociais contemporâneos. Tal como assevera Touraine (2004:140), "fazem apelo a um objetivo que não é mais definido política, social e institucionalmente, mas, sim, em termos de moralidade ou de capacidade de agir como seres morais centrados sobre si".

Também Abramo (2005) conclui que os jovens brasileiros de hoje estão conectados ao seu tempo histórico, caracterizado pelo debate político e pelas mobilizações que visam salvaguardar os direitos sociais, constantemente ameaçados pela globalização econômica e interdependência política mundial, sobretudo, após a queda do Muro de Berlin, marco da derrocada socialista e da consolidação dos princípios neoliberais. Abramo (2005) fala não em juventude no singular, mas em *juventudes*, que descrevem as variadas situações nas quais a condição juvenil é vivenciada, a partir dos diversos recortes referentes às diferenças de classe, gênero, etnia, religião, orientação sexual etc. Melucci (1996) afirma que,

> Adolescentes pertencem a uma pluralidade de redes e de grupos. Entrar e sair dessas diferentes formas de participação é mais rápido e mais freqüente do que antes e a quantidade de tempo que os adolescentes investem em cada uma delas é reduzida. A quantidade de informação que eles mandam e recebem está crescendo em um ritmo sem precedentes. Os meios de comunicação, o ambiente educacional ou de trabalho, relações interpessoais, lazer e tempo de consumo geram mensagens para os indivíduos que por sua vez são chamados a recebê-las e a respondê-las com outras mensagens. O passo da mudança, a pluralidade das participações, a abundância de possibilidades e mensagens oferecidas aos adolescentes contribuem todos para debilitar os pontos de referência sobre os quais a identidade era tradicionalmente construída. A possibilidade de definir uma biografia contínua torna-se cada vez mais incerta (MELUCCI, 1996:10).

Hoje em dia, nenhum grupo, de jovens ou não, tem procuração para falar em nome da juventude em geral, pois os indivíduos jovens vivenciam juventudes desiguais (NOVAES, 2006). Essa percepção somente foi possível após a emergência de uma concepção mais ampliada da política para além de questões estruturais em que abarcou, também, questões ligadas à subjetividade dos atores sociais. Como aponta Ribeiro (2004), a participação política dos indivíduos jovens não chama tanto a atenção como chamou em décadas anteriores, sobretudo na de 1960, período em que o *impetus* juvenil ganhou notoriedade. Jovens lideraram manifestações contra as guerras, os regimes ditatoriais, as desigualdades sociais, o autoritarismo nas escolas e universidades, a discriminação racial e sexual, o armamento nuclear etc. Muitas dessas manifestações, cujo espírito era o das grandes passeatas de rua, surgiram no interior dos movimentos estudantis e acabaram fixando no imaginário coletivo um modelo ideal de comportamento da ação coletiva jovem, por meio de movimentos que conseguiram interferir, direta ou indiretamente, nos acontecimentos sociais.

A juventude das décadas de 1960 e 1970 tomou para si a responsabilidade de interferir nas mudanças sociais. Mas não se pode esquecer que a conjuntura daquele momento exigia esse tipo de postura, como atestaram, em depoimento a Ferreira (1996), algumas mulheres que militaram na luta armada contra o regime ditatorial brasileiro. Para uma delas, por exemplo, a posição que sua geração assumiu frente aos acontecimentos políticos do Brasil não passou de um condicionamento da história "porque os condicionamentos históricos permitiram que houvesse aquela geração. Isso dilui um pouco esse sentido, principalmente o 'mito do herói' coletivo, que era o nosso caso" (FERREIRA, 1996:115).

Cobra-se das gerações jovens de hoje, como se cobrou da geração dos anos 1980, um comportamento de mais radicalização ideológica. Contudo, a juventude age de acordo com as necessidades e expectativas criadas a partir de contextos históricos específicos. Se, nos anos 1960 e 1970, ocorreu uma explosão da rebeldia juvenil no Ocidente, foi porque houve o *impetus* para iniciar um processo de mudanças em muitas estruturas sociais. Todavia, quando as mudanças não atendem ao que Ianni (1968) denomina de exigências da sociedade presente, estas não acontecem ou se processam em ritmo muito lento. Exemplo de tal reflexão é a questão da homossexualidade. Grande parte das lideranças estudantis das décadas de 1960 e 1970, mesmo aquelas mais comprometidas com os ideais revolucionários e socialistas, costumava negligenciar essa questão, como de outras minorias, alegando se tratar de um vício e particularismo pequeno-burguês que seria superado após a revolução socialista (BENEVIDES, 2006). Pode-se afirmar, então, que não havia o valor do pluralismo e da diferença à época para transformar os papéis sexuais tradicionais; ao contrário, havia uma postura intransigente a respeito da sexualidade.

O modelo de interpretação sobre a juventude e sua relação com a política que considera tão somente os meios tradicionais de participação corresponde, segundo Ramírez (s.d.), a concepções particulares dessa relação, criadas historicamente com a construção da sociedade burguesa. Tal construção ocorreu pautada em concepções herdadas pela democracia liberal moderna, com um sistema eleitoral e instituições tradicionalmente concebidas como eminentemente políticas (Estado, partidos políticos, participação em estruturas de representação política etc.). Para a autora, essa noção de política exclui outras possibilidades de representá-la e assumi-la na prática, porque deixa fora de sua consideração um conjunto de dispositivos culturais que operam como formas re-criadas de representação e de práticas políticas, tais como: formas de relações de luta pelo poder em espaços microssociais; a participação política não somente por ação, mas também por omissão, como o fazem conscientemente, de acordo com Farin (1996), alguns grupos de *skinheads* alemães; formas de re-significar discursos em relação a estruturas de poder; e personagens e situações da vida política local, nacional e internacional. Mesmo as formas tradicionais de participação política dos atores jovens, como o movimento estudantil, por exemplo, têm adotado, tanto no que diz respeito às reivindicações, quanto às manifestações, alguns comportamentos que estão em consonância com as transformações ocorridas no campo político contemporâneo. Para ilustrar esse raciocínio, recorrerei a três acontecimentos recentes.

Entre os meses de agosto e novembro de 2003, ocorreu em Salvador uma manifestação que ficou conhecida na cidade como a Revolta do Buzú[6]. Desencadeada por estudantes secundaristas, tinha como principal reivindicação a redução da tarifa do transporte público de R$ 1,50 para R$ 1,30. Melhorias nesse setor sempre fizeram parte das reivindicações dos estudantes soteropolitanos. Contudo, para muitos deles a Revolta do Buzú se transformou em um veículo de reivindicação de outras demandas, como o direito à educação de qualidade, ao lazer, à cultura e ao trabalho; enfim, demandas por uma justiça social ampla. A precariedade do transporte público e o valor da tarifa foram apontados como grandes empecilhos para melhorar as condições de educação, lazer, cultura e trabalho na cidade, especialmente para a população jovem (OLIVEIRA; CARVALHO, 2007).

O valor das tarifas do transporte público e o número reduzido de ônibus e linhas têm um impacto direto no orçamento familiar e na qualidade de vida de grande parte da população da capital baiana, sobretudo da população de baixa renda. Por essa razão, a Revolta do Buzú recebeu grande apoio da população. Trabalhadores em geral, professores e até mesmo alguns policiais e motoristas de ônibus reconheciam a legitimidade das reivindicações estudantis e a importância do ato, a despeito dos enormes transtornos causados por conta dos grandes engarrafamentos provocados pelos atos de protesto, nas principais ruas e avenidas da cidade. É importante ressaltar que a maior parte dos estudantes que participaram da Revolta do Buzú rejeitaram a interferência das entidades tradicionais de representação estudantil, a exemplo da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), por julgarem suas lideranças mais comprometidas em fechar um acordo com a Prefeitura Municipal, e colher futuros benefícios políticos, do que com as demandas propriamente dos estudantes secundaristas da cidade (BOCHICCHIO, 2003). Como é possível perceber nos depoimentos mostrados no filme *A Revolta do Buzú*, do documentarista Carlos Prozato (2003), os estudantes, na verdade, rejeitavam uma organização verticalizada do movimento, na qual as decisões podem ser tomadas sem o seu conhecimento.

A Revolta do Buzú foi um movimento pontual orientado não por um caráter ideológico, mas, sim, por um caráter moral, visto que o aumento da tarifa do transporte significava à época (e ainda significa) um peso para a população, especialmente para as classes mais populares. Para Espinheira (*apud* Ragepo, 2005), um movimento de cunho

---

[6] Buzú é uma gíria utilizada pela população soteropolitana, especialmente pelos jovens, para denominar os ônibus que servem ao sistema de transporte público de Salvador.

moral não acompanha a dinâmica de um movimento clássico, coordenado por organizações institucionalizadas, pois busca outro tipo de condução. Uma condução muito mais liberal, menos hierárquica, isto é, sem um quadro de lideranças fixo e definido, cuja articulação entre as pessoas ocorre a partir de um sentimento comum, ou seja, o de compartilhar uma mesma emoção ou sentimento de indignação frente a um dado fato. Por essa razão, afirma o autor, a Revolta do Buzú adquiriu um tom de espontaneidade.

Também, é possível perceber mudanças nas formas de atuação do movimento estudantil em outros países. Em maio de 2006, o movimento estudantil secundarista chileno protagonizou uma grande mobilização em prol da educação de qualidade no país, que ficou conhecida como a Rebelião dos Pingüins[7]. O estopim do movimento foi a luta pela gratuidade do passe escolar, visto como um direito à educação, à cultura e ao lazer dos estudantes, bem como pela revisão da Lei Orgânica Constitucional de Ensino (LOCE), promulgada em março de 1990. Já no primeiro protesto cerca de 4 mil estudantes ocuparam as principais ruas de Santiago. A dura repressão policial, no entanto, os levou a adotar outra estratégia: a ocupação das escolas. Dessa maneira, argumentam alguns estudantes no documentário *La Rebelión Pingüina*, de Carlos Prozato (2006), o movimento desnorteou as autoridades, pois saiu das ruas, mas os protestos não arrefeceram. Em duas semanas, mais de 90% das escolas secundárias estavam ocupadas em todo o Chile.

Para León (2006), é difícil classificar politicamente os atores da Rebelião dos Pingüins, pois se trata, antes de tudo, de um movimento cidadão que se orientou por outros critérios e outros tipos de ação, que não correspondem àqueles largamente difundidos pela literatura política mais clássica. Segundo o autor, os acontecimentos desencadeados pelos estudantes secundaristas chilenos estariam mais próximos a uma dupla rebelião, isto é, "um levantamento cidadão e um revelar-se, como tirar o véu do oculto e ignorado sobre as iniqüidades e desigualdades sociais" (LÉON, 2006:12). Talvez por isso, continua o autor, esse movimento tenha atraído para si o mais amplo e unânime leque de apoio de todos os setores e atores sociais e políticos do Chile, adquirindo legitimidade não só nas formas de atuação e mobilização dos estudantes, mas, sobretudo, em suas demandas por uma sociedade mais justa para todos. O mesmo raciocínio pode ser aplicado à Revolta do Buzú.

Um ponto inovador na Rebelião dos Pingüins foi o uso da tecnologia nas suas ações. Os protestos e reuniões eram combinados via MSN, registrados em vídeo e posteriormente postados na internet. Além dessas ferramentas, os manifestantes utilizavam

[7] Os estudantes secundaristas chilenos são assim chamados pela população por conta do fardamento escolar que os deixa parecidos com Pinguins.

blogs e *fotologs* para divulgar o movimento e permitir que qualquer um tivesse acesso aos acontecimentos da mobilização. A utilização em grande escala desses meios, pelos quais os estudantes manifestavam suas reflexões e propostas, ajudou, segundo Martínez (2006), a difundir o movimento, levando ao conhecimento de toda a sociedade chilena a realidade educacional do país, sobretudo, nas escolas municipalizadas. Em outras palavras, transformaram, por meio dos veículos midiáticos, um tema específico, em um assunto que diz respeito a todos (TOURAINE, 2004). É importante ressaltar que tanto a Rebelião dos Pingüins, quanto a Revolta do Buzú têm, no uso das ferramentas tecnológicas de comunicação, um dos seus pontos em comum, constituindo-se em grupamentos urbanos que resignificaram, no âmbito local, valores e idéias largamente difundidas nas comunidades globais de sentido. Pode-se afirmar, também, que a maneira de agir dos estudantes chilenos e soteropolitanos mostra que, no mundo contemporâneo, o controle da produção e divulgação da informação não é mais, como já foi mencionado, monopólio nem do Estado, nem das empresas e muito menos dos profissionais de comunicação.

Outro ponto de interseção entre os movimentos estudantis do Chile e de Salvador é a recusa por estruturas de organização e deliberação centradas na figura de um único líder ou de um quadro específico de liderança. Os estudantes chilenos, por exemplo, costumavam chamar de "mesa plana" suas assembléias e de porta-vozes (*voceros*), ao invés de dirigentes ou líderes, os seus representantes nos diálogos com as autoridades educacionais. Era exatamente a presença desses líderes que, segundo Oliveira e Carvalho (2007), os estudantes soteropolitanos rejeitavam com acentuada veemência. Por essa razão, o movimento durou mais tempo do que o esperado tanto pelas autoridades municipais, quanto pelas entidades de representação estudantil. Diante disso, dizia-se que o movimento era marcado por um total desordenamento. A despeito das especificidades oriundas dos diferentes contextos, pode-se concluir que ambos os movimentos clamavam, em última instância, por justiça social, entendida por seus integrantes como igualdade de direitos e de oportunidades para todos, assim como por moralidade.

A ocupação da Reitoria da Universidade de Brasília (UnB), ocorrida em abril de 2008, também, pode ser analisada como uma luta do movimento estudantil por moralidade. O movimento teve como principal reivindicação estudantil a renúncia do então reitor Timothy Mulholland, suspeito de ter utilizado recursos da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC) com o intuito de comprar móveis e utensílios considerados de luxo para o seu apartamento funcional, além da aquisição de telas bastante valorizadas no mercado de artes plásticas. Timothy Mulholland, também, foi acusado pela

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs, no Senado, de ter utilizado recursos públicos destinados a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Área da Saúde (FUNSAUDE) para a compra de passagem aérea da sua esposa, que o acompanhou numa viagem ao Estado do Piauí, onde participaram de um evento para dirigentes de instituições de ensino superior (GIRALDI, 2008; SAMPAIO, 2008).

Por mais de duas semanas, os estudantes ocuparam o prédio da Reitoria da UnB e somente puseram fim à manifestação após a publicação da exoneração do Reitor no Diário Oficial da União. A despeito da possibilidade de existirem variadas causas que geraram essa ocupação, inclusive causas relacionadas a disputas internas pelo poder na instituição, o que chama a atenção nesse fato não é a manifestação em si, mas, sim, a motivação que deu origem à principal reivindicação estudantil. Tratou-se de uma motivação gerada por uma indignação moral frente ao uso indevido de recursos públicos. Como já foi dito anteriormente, esta é a mesma indignação moral que tem fornecido um sangue novo aos atores e movimentos sociais contemporâneos. Outro fator que chama atenção nessa ocupação específica e em outras ocupações a reitorias de universidades federais, ocorridas ao longo de 2007 e 2008, foi a utilização constante e coordenada de *blogs* pelos estudantes. Do mesmo modo como acontecera na Revolta do Buzú em Salvador e na Rebelião dos Pingüins no Chile, tais *blogs*, de acordo com Bringel (2008), foram largamente utilizados como ferramentas abertas e diretas de comunicação, formação e, também, de mobilização dos estudantes.

Se a juventude atual parece dar maior ênfase em relações mais grupais, menos totalizáveis e verticalizadas, mais experimentais, isso se deve ao fato de o contexto histórico contemporâneo estar marcado, como já mencionado, por uma profunda desconfiança e desmoralização da política e de projetos totalizadores. Não é negativo o fato de os pensamentos totalizadores terem saído do horizonte central da juventude, cedendo espaço para pensamentos experimentais, com ênfase no grupo, uma vez que os primeiros, na sua interpretação, causaram enormes prejuízos ao século XX (RIBEIRO, 2004). Contudo, dar ênfase somente ao grupo pode empobrecer o horizonte da vida e dos projetos políticos, pois para se haver benefícios para a coletividade, projetos precisam perdurar no tempo, não se apagando com a passagem à idade adulta.

Não basta ser jovem para, automaticamente, representar o futuro. Trata-se de um mito que geralmente se constrói em torno da juventude (RIBEIRO, 2004). O que deve chamar particular atenção não é tanto o momento da contestação aos valores dominantes, uma vez que esta pode ser transitória, mas, sim, o processo a partir do qual os traços dessa

contestação se incorporam nas práticas cotidianas dos jovens, quando estes atingem a idade adulta. Para Ribeiro (2004), se a relação entre juventude e política não se dá dessa maneira, produz-se um enorme desperdício. Mas o que fazer para se evitá-lo? A resposta para esse questionamento, que deve ser vista como parcial, pois de maneira alguma pretende esgotar o tema, pode ser encontrada ao verificar o trabalho desenvolvido por atores jovens em organizações não-governamentais, por exemplo. A maneira de atuar dessas organizações costuma provocar mudanças nos modos de agir e pensar a vida pública, ao demonstrar que esta não se reduz aos atos dos órgãos governamentais ou dos partidos políticos, mas, também, diz respeito à ação cidadã. Tais organizações impulsionam o desenvolvimento de novas formas participativas e interpretam os valores enquanto fins em si mesmos, tornando-os, por conseguinte, a sua razão de ser específica (FERNANDES,1994). Desse modo, alargam, sobremaneira, os espaços democráticos, uma vez que possibilitam a abertura de novos campos societais e educacionais nos quais é possível experimentar novos paradigmas e modelos de vida, numa livre concorrência que acaba por contemplar os anseios dos jovens em construir um mundo melhor para todos. É, exatamente, nesse ponto que se localiza a novidade trazida pelas ONGs.

Hoje, há razões válidas para que ocorra uma rejeição da estrutura política, assim como das formas tradicionais de participação, a exemplo dos partidos, sindicatos e parlamentos, pois existe uma idéia generalizada de que tais esferas não inspiram confiança. A desconfiança, de acordo com Keil (2004), decorre, em grande parte, do fato dessas instâncias serem alvo constante de denúncia de corrupção financeira e escândalos dos mais variados. Ademais, o pouco ou nenhum comprometimento de inúmeros políticos com as diretrizes dos seus partidos e com suas próprias promessas de campanha leva à crença de que eles somente se preocupam com os problemas que lhes interessam diretamente, negligenciando os de ordem social. Essa mesma percepção pode ser direcionada, em certa medida, aos representantes sindicais.

De acordo com pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), realizada para medir a confiança da população nos seus homens públicos, 90% dos eleitores brasileiros não têm confiança nos políticos que elegem. Esse índice vem se mantendo acima dos 70% desde março de 1989, quando o IBOPE iniciou essa série de pesquisa de opinião. No que diz respeito às instituições, os resultados dessa mesma pesquisa revelaram que as Igrejas Católica e Evangélicas, como também as Forças Armadas, são as mais confiáveis, com índices superiores a 65% cada uma. Em contrapartida, o Senado, a Câmara dos Deputados Federais e os partidos políticos são as

instituições que menos inspiram confiança entre os brasileiros, com índices de desconfiança que ultrapassam a marca dos 80%.

Entre os jovens, a tendência acima observada se confirma. Dados da pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, realizada pelo Instituto Cidadania em 2003, revelam que os partidos políticos e o parlamento são as instituições com o maior índice de desconfiança entre os brasileiros jovens, aparecendo em último lugar no item referente à confiança nas instituições; 65% dos entrevistados não confiam nem nos partidos, nem no parlamento, enquanto 32% confiam até certo ponto. Apenas 3% confiam totalmente nestas instituições. Em relação ao movimento sindical, 41 % dos jovens pesquisados afirmaram confiar até certo ponto. Igual número disse não confiar. A desconfiança acentuada nas instâncias tradicionais de participação política, conforme revelam os números acima, não implica, necessariamente, em desprezo pela política entre os jovens brasileiros. Na mesma pesquisa, no que tange à percepção do grau de importância da política, 54% dos entrevistados afirmaram se tratar de algo muito importante. Questionados sobre a melhor maneira para resolver os problemas do Brasil, 59% mencionaram a participação da população nas decisões do governo como a solução mais apropriada. Em relação à melhor alternativa para resolver os problemas sociais, 52 % dos entrevistados apontaram o socialismo como a opção mais adequada. Esses dados são corroborados por uma outra pesquisa, desta vez realizada pelo Instituto da Cidadania Brasil, em 2005. Ao serem questionados sobre o que é política, estudantes entre 15 e 19 anos, de escolas secundaristas públicas e particulares da Região Metropolitana de São Paulo, responderam que se trata de algo importante e que interfere no dia-a-dia. Apenas 1,2% classificaram a política como algo sem importância.

Essa desconfiança nas instâncias tradicionais de participação política advém, segundo Touraine (2004), da incapacidade do político em responder às novas exigências, formuladas, principalmente, em termos de direitos culturais. No que diz respeito a outras formas de participação, tal desconfiança não ocorre. González (2004) verificou que, entre os estudantes universitários de Salvador, os movimentos sociais aparecem com altos índices de aprovação. Quando perguntados sobre a ação política dos movimentos sociais, 84% dos jovens consultados disseram aprová-las. Entre os cinco movimentos com maior índice de aprovação estão, respectivamente, os movimentos antiviolência, os movimentos ecológicos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento Estudantil e o Movimento Negro. Isso demonstra que, cada vez mais, formas associativas não tradicionais ganham espaço no horizonte político da juventude. Isso não implica dizer que as formas tradicionais tenham desaparecido desse mesmo horizonte, haja vista que o

MST e o movimento estudantil figuram na lista de movimentos com maior aprovação. Isso apenas indica que vários formatos de participação estão a conviver num mesmo espaço-tempo e que essas novas formas participativas, também, se constituem em espaços legítimos, os quais têm contribuído, substancialmente, para o alargamento dos espaços democráticos no contexto histórico contemporâneo. Perceber tal fato não significa assumir que essas novas formas participativas são melhores, mais democráticas e, portanto, superiores àquelas mais tradicionais como os partidos e outras. Significa, apenas, que o mundo mudou e que, no bojo dessas mudanças, tem emergido uma nova dimensão do político ou uma nova maneira de interpretar e vivenciar o político.

A crise de legitimidade dos sistemas políticos não compromete de todo a importância que a política e as novas formas associativas de participação continuam a ter no mundo atual. Todavia, para analisar a relação entre política e juventude, se torna necessário reavaliar esquemas conceituais que já não conseguem abarcar a dinâmica social dos tempos presentes, caso contrário, podemos cair num vazio analítico, como chama a atenção Touraine (2004) ao se referir aos movimentos sociais contemporâneos:

> Iremos encontrar um mundo vazio de movimentos sociais se procurarmos movimentos sociais semelhantes aos do século passado, assim como o século passado encontraria o vazio se procurasse o equivalente da Revolução Francesa. E isso porque os movimentos sociais que têm um conteúdo cultural não têm nem os mesmos objetivos, nem as mesmas formas dos que tinham fins sociais, que, por sua vez, não tinham as mesmas formas nem os mesmos conteúdos dos que tinham fins políticos (TOURAINE, 2004:161).

Na era da globalização, Serna (1998) afirma que o desemprego, o narcotráfico e a influência da indústria cultural são as principais características que condicionam a vida dos indivíduos jovens. Segundo a autora, hoje, se tem engendrado formas emergentes de participação juvenil que diferem daquelas das décadas anteriores, devido a quatro fatores principais: a novidade dos motivos da mobilização; a ênfase na ação imediata; a participação do indivíduo na organização ou movimento social; e a importância dada na horizontalidade dos processos de coordenação. No que diz respeito aos motivos que levam à mobilização, a participação de atores jovens, hoje, não se propõe a defender ou apoiar apenas causas relacionadas à dicotomia capital-trabalho. Atualmente, há inúmeras lutas que abraçam novas causas em torno das quais os indivíduos jovens têm se mobilizado, seja em grupos ou redes, para promover, por exemplo, a defesa do meio ambiente, da livre expressão sexual, dos direitos humanos como direitos de todos, da diversidade cultural e das minorias étnicas ou sociais. Também as prioridades sofreram modificações se

comparadas às décadas anteriores. Hoje, não se espera mais que as soluções dos problemas sociais ocorram no futuro, como preconizam, por exemplo, as teorias revolucionárias clássicas. Para Serna (1998), as juventudes contemporâneas desejam mudanças aqui e agora. Por essa razão seus projetos de futuro estão relacionados com sistemas claramente estruturados e são norteados por uma ética que perpassa todo tipo de relação, seja com a natureza, entre os indivíduos, entre os gêneros ou com o corpo. Assim, a construção de um tipo novo de sociedade orientado por ordenamentos éticos, tem início no presente imediato. Por essa razão, os indivíduos jovens de hoje buscam a efetividade imediata de sua ação.

Ademais, já não se sentem tão atraídos por organizações com estruturas verticalizadas, caracterizadas por um aparato burocrático de maior rigor, a exemplo dos partidos políticos, das entidades estudantis, entre outras, como fica claro nos depoimentos dos integrantes da Revolta do Buzú, em Salvador, e da Rebelião dos Pingüins, no Chile. Ao contrário do que ocorria nos anos 1960 e 1970, os indivíduos jovens de hoje buscam se integrar a organizações cujas estruturas horizontalizadas são dotadas de um aparato burocrático mais flexível, que permite a seus militantes ou afiliados maior autonomia individual. Em contraste com as formas tradicionais de organização política, as de modelo horizontal, a exemplo das ONGs, não se colocam como unidades centralizadoras, mas, sim, como agentes facilitadores das transformações sociais. Por essa razão, definem suas identidades como espaços democráticos de vinculação, pois, a fim de evitarem ser hegemonizadas por grupos particulares, criam pequenas coordenações que não podem assumir a representação de todos.

Nesses espaços, a participação e organização dos atores jovens acontece em diferentes intensidades, que vão desde a assistência a uma manifestação até a integração em redes. O fundamental é compreender que a participação destes atores, hoje, é caracterizada pela pluralidade dos conteúdos e das formas de atuar. De acordo com Serna (1998), no contexto da globalização, a utopia consiste em encontrar as pontes entre o particular e o universal e, desta maneira, construir um mundo melhor para todos. Assim, segundo a autora, os/as jovens de hoje vão redefinindo o campo do político com suas práticas e com seus valores e modos de atuar, e, assim, vão reconstruindo as culturas políticas a partir de uma perspectiva que, talvez, se possa definir de contracultural não pela proposta de se construir uma nova sociedade de forma total, mas, sim, pelas próprias formas alternativas de participar, reivindicar e almejar um outro mundo possível para todos, um mundo que amplia e aprofunda a justiça social.

CAPÍTULO 4

O REORDENAMENTO DE VALORES E DA POLÍTICA: A AÇÃO DE INDIVÍDUOS JOVENS NA CONTEMPORANEIDADE

A era moderna promoveu uma radical inversão de perspectiva no que tange à relação entre o Estado e o cidadão ou, em outros termos, entre o soberano e o súdito. Na modernidade, essa relação passou a ser cada vez mais pensada a partir da perspectiva dos direitos do cidadão, agora não mais súdito, e não a partir do ponto de vista dos direitos do soberano, como ocorria nos períodos anteriores. Essa nova visão encontrou total consonância com a então emergente concepção do individualismo na sociedade, na qual o indivíduo se torna a base das instituições sociais, que não podem ser tomadas ou entendidas *a priori*, conforme uma concepção estruturalista do real. Tal inversão foi impulsionada pelas guerras religiosas travadas no início da era moderna. Nesse período, foi se firmando, tanto nas instituições quanto no senso comum, a idéia do direito de resistência à opressão que pressupõe um direito ainda mais substancial e originário, a saber, o direito do indivíduo de não ser oprimido, uma vez que ele goza de liberdades fundamentais consideradas elementos essenciais de sua condição humana, "porque naturais e naturais porque cabem ao homem enquanto tal e não dependem do beneplácito do soberano" (BOBBIO, 1992: 03).

A partir de então, foi se afirmando a noção de que todos os seres humanos, a despeito das suas diferenças e especificidades biológicas e/ou culturais, merecem o mesmo respeito, porque cada um é um ser único no mundo capaz de amar, buscar a verdade e criar a beleza. Em última instância, trata-se, como discorre Comparato (2001), de um reconhecimento universal dessa igualdade em razão da qual nenhum indivíduo, gênero, etnia, classe social, grupo religioso ou nação pode afirmar sua superioridade frente aos demais. Por conta desse reconhecimento, foram criadas instituições e normas jurídicas voltadas para promover e garantir a defesa da dignidade humana contra todo e qualquer tipo de violência, exploração, usurpação ou aviltamento. Dessa percepção da dignidade como principal fundamento da existência humana floresceu a noção de direitos humanos em sua forma mais abrangente.

A que se refere exatamente a noção de dignidade humana? Como princípio, a dignidade humana é entendida a partir do imperativo categórico enunciado por Kant (*apud* ABBAGNANO, 2003), que recomenda agir de tal maneira que a humanidade, tanto

aquela contida na nossa pessoa, quanto aquela contida na pessoa de qualquer outro, seja sempre tratada como um fim em si mesma e jamais como um meio. Perante as incertezas que têm afetado as valorações morais no mundo contemporâneo, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, é possível afirmar que esse imperativo kantiano referente à exigência do respeito à dignidade do ser humano venceu uma difícil prova. Ainda que muitas vezes ignorado, o princípio da dignidade humana se revelou essencial para o reconhecimento da validade dos ideais ou formas de vida instauradas ou propostas, "isso porque as ideologias, os partidos e os regimes que, implícita ou explicitamente, se opuseram a essa tese mostraram-se desastrosos para si e para os outros" (ABBAGNANO, 2003: 277). Hoje, portanto, não há como sustentar ou justificar nenhum tipo de ação político-ideológica que não considere como elemento prioritário, nos princípios que a norteiam, a defesa e a manutenção da dignidade de todo e qualquer ser humano.

De acordo com Comparato (2001), a elaboração do princípio da igualdade essencial de todo ser humano, a despeito das diferenças individuais e grupais e, também, das de ordem biológica e/ou cultural, ocorreu tomando-se por base a concepção medieval de pessoa. Para o autor, no entanto, esse núcleo do conceito universal dos direitos humanos somente se expandirá de maneira consistente a partir da filosofia kantiana, cujos postulados darão origem à concepção de pessoa como sujeito detentor de direitos universais anteriores e posteriores, os quais, por sua vez, serão responsáveis por nortear toda a ordenação estatal do período moderno.

Para Kant, apenas o ser racional tem a capacidade de agir de acordo com leis ou princípios morais. Somente o ser racional é dotado de vontade, denominada por ele, de razão prática. A razão prática, no entanto, não se confunde com o intelecto. Apesar do caráter discursivo de ambos, o intelecto é a faculdade da unificação dos fenômenos por meio de regras apoiadas na experiência. Já a razão prática tem por objetivo mover a vontade sem que para isso necessite do auxílio de impulsos sensíveis. Em suma, a razão prática é a faculdade que produz por si mesma os conceitos ou princípios. Estes, porém, não se baseiam na experiência, por isso são fictícios ou hipotéticos. No entanto, unificam as regras do intelecto por meio de princípios. Dessa forma, a razão prática nunca estabelece vínculos imediatos da experiência com uma necessidade ou com um objeto qualquer, mas sempre com o intelecto, pois busca, por meio de conceitos, imprimir nos seus múltiplos conhecimentos uma unidade *a priori*. Unidade esta cujo imperativo representa uma ação interpretada como necessária por si mesma, sem relação alguma com qualquer finalidade

exterior a ela. Apenas dessa maneira, diz Kant, os princípios morais podem existir como valor universal, isto é, são válidos, sem exceção, para todos os homens (ABBAGNANO, 2003)[8].

O imperativo categórico kantiano não precisa ser provado ou justificado, haja vista que este se impõe à consciência como um dever. É a consciência do dever que leva, de acordo com a filosofia moral kantiana, à consciência da liberdade, pois se o sujeito deve fazer algo é porque ele pode, ou seja, ele é livre para fazê-lo. A liberdade em Kant é interpretada como o fundamento e a condição do dever. Uma lei moral, portanto, expressa nada mais do que a autonomia da razão prática. Sendo os seres racionais os únicos aptos para agirem de acordo com os princípios ou leis morais, logo, eles existem por si mesmos e não, apenas, como meios pelos quais vontades alheias a eles possam se servir. Nesse sentido, não são coisas, entes submetidos à vontade externa da natureza e, por isso mesmo, dotados tão somente de um valor relativo. São, ao contrário, pessoas cuja principal característica é não poder servir unicamente como meio. Dessa impossibilidade, decorrem os limites para nosso livre arbítrio. Tais limites funcionam como uma espécie de garantia da dignidade da pessoa, que não pode ser apenas considerada por conta da sua diferença com as coisas, mas também por sua vontade racional.

De acordo com Kant, somente a pessoa possui autonomia, ou seja, é dotada de capacidade para se deixar guiar por leis que ela mesma elabora. Por isso, a filosofia kantiana afirma que os homens têm dignidade e não preço, como as coisas. Sendo assim, cada ser humano, na sua individualidade, é uma célula única e insubstituível; é uma partícula da humanidade que não pode ser trocada por coisa de espécie alguma, haja vista que não há equivalente a ele. A perspectiva kantiana permite interpretar a humanidade

---

[8] Estes princípios morais, também chamados de princípios práticos, são regras gerais ou determinações gerais da vontade. Kant (*apud* REALE, 1990) os divide em máximas e imperativos. As máximas são princípios práticos válidos tão somente para o sujeito que as propõe, e não para todos os homens. Por isso são subjetivas. Exemplo: "tudo o que quereis que os homens vos façam, fazei-o vós a eles" (Mt 7, 12). Os imperativos, por sua vez, são princípios práticos objetivos porque valem para todos. São mandatos ou deveres, ou seja, regras que expressam a necessidade objetiva da ação. Podem ser de dois tipos: hipotéticos e categóricos. Hipotéticos são os imperativos cuja imperatividade do princípio está condicionada à necessidade do agente, a exemplo do que ocorre na assertiva "se queres ser campeão, deves treinar". Trata-se de um imperativo condicionado à vontade de quem deseja alcançar o objetivo específico de ser campeão, por isso hipotético. Porém, mesmo hipotético, é um imperativo válido para todos, sem exceção, que se propuserem atingir esse mesmo fim. De acordo com Kant (*apud* REALE, 1990), os imperativos hipotéticos se configuram tanto como regras de habilidade, voltadas para objetivos específicos, conforme o exemplo acima; como conselhos de prudência, voltados para objetivos mais gerais, a exemplo da busca da felicidade. Já os imperativos categóricos determinam a vontade sem ter em vista atingir um objetivo desejado, mas apenas como vontade, prescindindo dos efeitos que se possa ter. O imperativo categórico não condiciona a ação do sujeito. Ele simplesmente estabelece o que deve ser feito porque deve ser feito e pronto. Trata-se, pois, de uma lei moral que vale, incondicionalmente, para o ser racional.

como um fim em si mesma[9]. Isso possibilita dizer que o propósito de cada ser humano é a realização da própria felicidade. Mas, para atingir tal propósito, é preciso, necessariamente, favorecer a felicidade do outro igualmente humano, cuja existência, também, é um fim em si mesma (COMPARATO, 2001).

Para se tornar um valor universal, ou seja, um bem moral, essa premissa precisa estar em conformidade com o dever. Somente observando as máximas pela ótica do universal é que se pode compreender se as ações são moralmente boas ou não. Para ser moralmente boa, a vontade da qual se origina a ação deve ser determinada apenas pela lei, sem a interferência de sentimentos de qualquer espécie. Se isso ocorre, a lei moral provoca hipocrisia e a ação corre o risco de cair para o plano puramente legal (REALE, 1990). Daí, a importância dada por Kant à noção de respeito, sentimento que jamais se refere a coisas, mas, sempre e tão somente, a pessoas, porque só a pessoa pode ser tratada como um fim em si mesma. É na filosofia moral kantiana que o conceito de respeito atinge a função do mais alto princípio de toda a moralidade, pois contém o centro do imperativo categórico, imperativo este a base da ética kantiana que influenciou as noções contemporâneas de direitos humanos e de reconhecimento (HONNETH, 2007).

Outra percepção sobre pessoa que, também, influenciou o que hoje se entende por direitos humanos e reconhecimento foi a filosofia política hegeliana, cujo fundamento principal sustenta a idéia de que, sendo o homem o único ser vivo capaz de orientar sua vida em função de experiências valorativas, a pessoa humana é, simultaneamente, legislador universal, pois cria normas a partir dos valores éticos que aprecia; e sujeito, uma vez que se submete, espontaneamente, a essas normas valorativas. Para Hegel (*apud* HONNETH, 2003), o fato de ações éticas serem pensadas somente como resultantes de operações racionais, livres da influência de todo e qualquer impulso sensível da natureza humana, como concebe Kant, implica dizer que para o sujeito tomar atitudes éticas, ou seja, atitudes que fomentem a comunidade, primeiro ele precisa reprimir a si mesmo. Tal premissa hegeliana pressupõe a existência de sujeitos isolados entre si como base da constituição das comunidades humanas. A filosofia política de Hegel, segundo Honneth (2003), segue outra linha, uma vez que concebe a sociedade reconciliadora como uma unidade ética de todos os cidadãos.

---

[9] Essa idéia também influenciou a criação artística da era moderna. O poeta inglês John Donne (1572-1631) traduziu em versos esta premissa: "Nenhum homem é uma ilha, completa em si mesma; todo homem é um pedaço do continente, uma parte da terra firme. Se um torrão de terra for levado pelo mar, a Europa fica menor, como se tivesse perdido um promontório, ou perdido o solar de um teu amigo, ou o teu próprio. A morte de qualquer homem diminui a mim, porque na humanidade me encontro envolvido; por isso, nunca mandes indagar por quem os sinos dobram; eles dobram por ti" (Meditação 17. In: VIZIOLI, 1986).

De acordo com a concepção filosófica hegeliana, o caráter único de uma sociedade reconciliadora pode ser entendido a partir de três determinações: a primeira interpreta a vida pública como a possibilidade de ser realizada a liberdade de todos os indivíduos em particular. Nesse aspecto, a liberdade é entendida como universal e individual. A segunda determinação considera que o exercício da liberdade só pode ocorrer se tanto as leis do Estado quanto as convicções morais dos sujeitos isolados expressarem os costumes existentes. Sendo assim, os costumes e as formas comunicacionais que os transmite são os meios para a liberdade universal e individual ser efetivada. Por fim, Hegel (*apud* HONNETH, 2003) entende que as atividades mediadas pelo mercado, assim como os interesses particulares dos indivíduos, o que ele denomina de sociedade civil burguesa, mesmo sendo uma zona negativa da organização institucional da eticidade absoluta, contribuem, sobremaneira, para a constituição da totalidade ética. Para Honneth (2003), esse quadro teórico esboçado por Hegel embora o tenha feito superar as premissas atomísticas da filosofia social moderna, o colocou diante da questão de como saber quais categorias podem esclarecer, filosoficamente, a formação de uma organização social em que seja possível encontrar a coesão ética no reconhecimento solidário da liberdade individual de todos os cidadãos.

A superação desse problema se dá a partir de dois passos fundamentais. Primeiramente Hegel (*apud* Honneth, 2003) sustenta a idéia de que a teoria filosófica da sociedade deve partir não dos atos de sujeitos isolados, mas, sim, dos vínculos éticos nos quais os sujeitos se movem, constituindo, assim, uma espécie de eticidade natural sobre a qual ocorre o processo de socialização dos indivíduos, caracterizado desde o início pela existência de formas elementares de convívio intersubjetivo. A passagem de um estado de eticidade natural para uma relação de totalidade ética se dá mediante a liberação sucessiva das relações éticas das unilaterizações e particularizações, ou seja, das diferenças existentes na sociedade. Logo, o vir-a-ser da eticidade para Hegel (*apud* Honneth, 2003) significa a superação do negativo ou do subjetivo. Essa superação ocorre através do reconhecimento mútuo dos sujeitos como detentores igualmente legítimos de liberdade para agir. Desse modo, a ação de um sofre limitações em favor do outro e vice-versa, constituindo-se, assim, uma consciência comum que depois passa a ser objetivamente validada na relação jurídica por meio de um movimento que "consiste num processo de etapas de reconciliação e de conflito ao mesmo tempo, as quais subsistem umas às outras" (HONNETH, 2003: 47).

É nesse aspecto que Honneth (2007) considera a contribuição de Hegel fundamental no que tange às lutas contemporâneas por reconhecimento, uma vez que o conflito prático entre os sujeitos passa a ser entendido como um momento do movimento ético no interior mesmo do contexto social da vida. Dentro da escala valorativa do mundo contemporâneo, os direitos humanos, sobretudo após os acontecimentos gerados pela Segunda Guerra Mundial, a exemplo dos campos de concentração nazistas, das perseguições fascistas e das explosões atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, adquiriram o *status* de valores fundamentais para a convivência humana em termos de preservação e harmonia. Sem eles, acredita-se, as sociedades podem vir a perecer por conta de um profundo e irreversível processo de desagregação e anomia

O contexto histórico atual, marcado por uma significativa ampliação, em escala global, das redes de coexistência e interdependência humana, tem exigido dos atores, assim como das instituições sociais, o estabelecimento de um novo padrão de política que incorpore em suas diretrizes as especificidades e demandas dos diferentes sujeitos e, simultaneamente, fortaleça sua dignidade e promova sua emancipação. Não por acaso, tanto a luta por reconhecimento das identidades não-hegemônicas das minorias, quanto a defesa dos direitos de caráter universal se tornaram a principal bandeira dos movimentos sociais contemporâneos (TAYLOR, 1994; BOBBIO, 1992). No mundo atual falar de democracia implica discorrer sobre o reconhecimento e a proteção dos direitos do homem. Prova disso, é o fato de que tais valores estão na base de todas as constituições modernas. Entretanto, para de fato ocorrer o reconhecimento e a proteção dos direitos do homem, é preciso que se promova a paz, tanto no âmbito de cada Estado, quanto no âmbito das relações internacionais. Isso, porém, somente poderá acontecer se a ampliação do reconhecimento e da proteção dos direitos do homem estiverem acima dos Estados.

De acordo com Bobbio (1992), os direitos do homem, a democracia, assim como a paz entre grupos, culturas e sociedades são três momentos necessários do mesmo movimento histórico. Sem proteção aos direitos reconhecidos do homem não pode haver democracia. Sem esta, por sua vez, deixam de existir as condições mínimas necessárias para a solução pacífica dos conflitos sociais em todos os níveis. Dito de outra maneira, sendo a democracia a sociedade dos cidadãos, estes somente poderão sê-los a partir do momento em que seus direitos fundamentais lhes forem reconhecidos. Unicamente dessa forma poderá haver paz estável, isto é, uma ordem social que não tenha a guerra como alternativa. A paz estável, no entanto, existirá, apenas, quando não mais houver cidadãos deste ou daquele Estado, mas tão somente cidadãos do mundo.

Para Silveirinha (2005), hoje há uma idéia de que a democracia não é, apenas, um regime no qual predomina a vontade da maioria. Constitui-se, também, numa forma de lidar com os desacordos entre cidadãos que compartilham o mesmo espaço societário, mas não, necessariamente, a mesma cultura ou o mesmo sentido no que se refere aos enfrentamentos dos problemas que os afetam mutuamente. A questão que se coloca, então, segundo ela, diz respeito ao fato de saber em que medida um sistema democrático pode respeitar as diferenças sem as marginalizar e, concomitantemente, promover a inclusão. Nesse sentido, é preciso considerar dois aspectos relevantes. Primeiro, reconhecer que, atualmente, o progressivo descentramento da política, pensada tão somente em função dos grandes sujeitos históricos, como nação e classe, possibilitou a emergência de múltiplas formas identitárias construídas a partir de marcadores minoritários, a exemplo de gênero, etnicidade, idade, cultura, sexualidade, entre outros. Segundo, desenvolver maneiras de minimizar ou debater a exclusão gerada pela concentração de poder nos grupos e/ou identidades hegemônicas. Exclusão esta, na maioria das vezes, concretamente percebida na impossibilidade de acesso às formas de participação na vida coletiva, fomentada exatamente pelas especificidades identitárias dos sujeitos (SILVEIRINHA, 2005).

No contexto atual, caracterizado, entre outras coisas, pela afirmação constante de identidades não-hegemônicas ou de minorias, as democracias buscam encontrar meios de garantir a representação e a participação das chamadas minorias sociais, a fim de promover e realizar seus direitos, assim como protegê-los dos eventuais aviltamentos que porventura venham a sofrer. Para Silveirinha (2005), o fio condutor das reivindicações das minorias é a idéia normativa de que indivíduos e grupos devem obter reconhecimento e respeito por suas diferenças e especificidades. Segundo a autora, o pluralismo moral associado a essa proliferação de reivindicações tornou-se o principal desafio para uma significativa parcela dos teóricos da filosofia política contemporânea, no que tange aos processos de decisão e justificação política. Estes, hoje, devem dar respostas à sociedade, bem como estabelecer a diferença como algo para se tolerar e reconhecer afirmativamente.

É, precisamente, nesse ponto que se encontra o que Ribeiro (2004) denomina de sangue novo para a política em geral, e para a participação política, em particular, no contexto atual. Conforme o autor, esse sangue novo ou motivação resulta, de um lado, dos movimentos e das organizações sociais que, em décadas anteriores, reivindicaram e, hoje, continuam a reivindicar direitos de cunho mais material e espaços de participação social. De outro lado, continua Ribeiro (2004), a motivação para a participação deriva da indignação ética que tem introduzido, no espaço público contemporâneo, novos e

significativos valores na esfera da ação política, politizando tudo que no passado não costumava ser considerado matéria do âmbito do político, a exemplo da discriminação com base na orientação sexual, no gênero, na etnia, na idade, na crença religiosa e de todo tipo de agressão ambiental, interpretada como uma agressão à vida e, por conseguinte, ao ser humano, matriz e destinatário da ação política. Esse princípio fortaleceu a idéia de que tudo que não pode ser moral ou eticamente defensável deve ser combatido. Trata-se, como diz Beck (1997), do renascimento não institucional do político ou do retorno do sujeito individual às instituições da sociedade, conforme visto no segundo capítulo desta tese.

A partir dessa perspectiva inaugurou-se, uma concepção de sociedade civil pautada por uma visão mais ampla, no que tange à relação entre Estado e atores sociais. Essa visão admite como legítima a existência de um lugar ocupado por instituições situadas em um espaço que se poderia chamar, apropriando-se de um conceito de Bhabha (1998), de um entre-lugar, que não é, de maneira alguma, um não lugar, mas, sim, um lugar caracterizado por uma significativa pluralidade. Tal lugar, também, pode ser entendido como um espaço de transposição de territórios, cuja conformação abre caminho para que se possa ir além (*beyond*) das singularidades, como conceitos primários ou categorias monolíticas fixas. Um lugar que, para Cohen (2003), não estando sujeito às restrições impostas pela lógica do poder que rege as instituições públicas, nem tampouco pelos imperativos do lucro e da produtividade, a exemplo do que ocorre com as instituições e organizações do Estado e da economia capitalista de mercado, reúne as condições necessárias para subordinar critérios instrumentais e estratégicos aos padrões de integração normativa e social, visto que seus atores não visam nem a conquista do poder do Estado nem a organização da produção; porém, buscam exercer influência no interior do Estado e da economia, a partir da participação em associações e movimentos democráticos, como, também, por meio da mídia pública. É, nesse lugar, que se encontra a sociedade civil contemporânea, localizada entre o mercado e o Estado, e que estaria a desempenhar um papel de mediador entre coletivos de indivíduos organizados e as instituições do sistema governamental e econômico. É, nesse lugar, também, que se situa o objeto empírico desta tese.

Tal lugar, de acordo com Gohn (2002), referindo-se aos movimentos sociais e às ONGs de caráter militante, é, ainda, regido pelos princípios da ética e da solidariedade, valores estes impulsionados por suas ações, as quais recuperam as relações pessoais, como, também, as estruturas comunitárias da sociedade, a exemplo dos grupos de vizinhança, parentesco, religião, lazer, aspirações culturais e ideológicas, laços étnicos e afetivos, entre tantos outros marcadores identitários. Esse fenômeno só é possível porque, não sofrendo as

mesmas restrições que sofrem o Estado e as organizações do mercado, a sociedade civil, segundo Cohen (2003), tem mais liberdade para organizar, criticar e reafirmar normas, valores, identidades e significados por meio da interação comunicativa. Esse traço característico da sociedade civil revela tanto o seu potencial crítico, no que tange às normas e projetos, quanto a sua capacidade de exercer influência na sociedade política, mostrando-lhe a importância de proteger a sociedade civil contra a "colonização" pelo dinheiro ou pelo poder.

Em relação ao Brasil, de acordo com Gohn (2002), a partir da década de 1980, couberam às ONGs se colocarem como mediadoras entre os coletivos de indivíduos organizados e o poder governamental, assim como entre os grupos privados e instituições sociais diversas. Segundo a autora, uma nova institucionalidade se esboçou a partir dessa visão de mundo; esta, por sua vez, propiciou a reformulação da compreensão que se tem sobre esfera pública e sobre o que a esta pertence. Dessa nova percepção, decorreram dois fatores: a construção de uma nova esfera, ou subesfera, entre o público e o privado, que é um espaço público não-estatal, e o surgimento de uma ponte de articulação entre essas duas esferas dadas, pelas políticas de parceria.

Para Gohn (2000), as utopias sociais transformadoras que impulsionaram os movimentos sociais do século XX estão sendo reconstruídas e resignificadas por um movimento, a partir do qual tem emergido uma nova concepção de sociedade civil e de cidadania. Tal movimento é entendido por Beck (2003) como uma subpolítica ou política alternativa que se desenvolve fora dos espaços da política oficial ou estabelecida, porém, dialoga com esta. Ademais, tem por objetivo precípuo alterar as próprias regras do jogo político. Essas duas políticas, segundo o autor, hoje, coabitam um mesmo espaço e estão em constante redefinição. Em decorrência, a cidadania passa a ser vista e tratada de maneira mais ampliada, não se restringindo somente aos seus aspectos jurídico-formais, mas, também, ao reconhecimento do outro que, de alguma forma, é excluído, segregado ou estigmatizado "como sujeito de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas" (GOHN, 2000: 302).

Essa nova concepção de sociedade civil, por exemplo, redefiniu, nos anos de 1990, os rumos dos movimentos sociais no Brasil em duas direções. A primeira se refere ao deslocamento do eixo das reivindicações populares. Nas décadas anteriores, estas se centravam, unicamente, em questões de infra-estrutura básica, como saneamento, transporte, saúde, moradia, escola, entre outras. No final do século XX, devido ao aumento da pobreza e da miséria no país, por conta, principalmente, da influência do neoliberalismo

adotado para as políticas públicas dos governos federal e estaduais, as reivindicações populares se voltaram para a questão da sobrevivência material dos indivíduos, como o combate à fome e o direito à terra para produzir alimento. Desse modo, os direitos sociais tradicionais retornaram com força à pauta das reivindicações dos movimentos sociais, dessa vez como um direito à vida e à sobrevivência humana com dignidade. A segunda direção se localizou no plano da moral e da ética, cuja defesa passou a ocupar o lugar central do debate político como fator explicativo das lutas sociais que eclodiram a partir de 1990. A indignação frente à ausência de ética na política profissional e o aviltamento aos valores no que tange à gestão do poder público mobilizaram movimentos de base pluriclassista, organizados em torno de temáticas relacionadas a questões de gênero, etnia, sexualidade, idade, meio ambiente, entre outras. Muitos desses movimentos se constituíram em lutas cívicas nacionais, com articulações de contorno pouco nítido em termos de classe social, de interesses locais e nacionais, como, também, dos seus limites em termos de espaços públicos e privados. Duas tendências relacionadas à temática dos movimentos sociais se fortaleceram. De um lado, o crescimento das ONGs, tanto no que se refere à proliferação desse tipo de organização, quanto à sua importância como espaço de participação e atuação política. De outro, o desenvolvimento das políticas de parcerias promovidas e implementadas pelo poder público, sobretudo, na esfera dos poderes locais (GOHN, 2002; DAGNINO, 2002).

A retomada da democracia no Brasil e no restante da América Latina, na segunda metade da década de 1980, assim como sua consolidação, nos anos 1990, e as conseqüentes mudanças sociais trazidas pelo processo de redemocratização, propiciou a formação de um cenário de re-significação de paradigmas políticos e identitários. Ao longo desse período, se observou um duplo movimento fundamental no que tange à definição das ONGs e do seu papel na sociedade brasileira. Tanto a sociedade civil buscou novas formas de se relacionar com o Estado, quanto este procurou novos meios de interagir com a sociedade civil. Ambos os movimentos estão, diretamente, relacionados à redefinição do papel da sociedade civil e do próprio Estado na nova ordem democrática, bem como à expressiva ampliação das redes de interdependência humana impulsionadas pela globalização (TEIXEIRA, 2002).

Com o restabelecimento da ordem democrática, aumentaram no Brasil os espaços de interlocução entre o Estado e a sociedade civil, a exemplo do advento dos conselhos gestores de políticas públicas e de orçamento participativo, em muitas cidades brasileiras. Tais espaços foram fruto das lutas empreendidas pelos movimentos sociais que se

organizaram, para que suas demandas fossem, de alguma maneira, incorporadas às políticas públicas; significaram, também, principalmente no âmbito dos poderes municipais, um esforço de construção de uma administração pública mais democrática. Assim, as organizações da sociedade civil aumentaram sua qualificação, sobretudo, naquilo que diz respeito a diretrizes para influenciar na formulação e implementação de políticas públicas, isto é, aquelas responsabilidades do Estado, que no processo de tomada de decisões, envolvem tanto órgãos públicos quanto diferentes organismos e agentes da sociedade civil (HÖFLING, 2001). No plano internacional, a retomada da democracia intensificou a tendência de aproximação entre ONGs brasileiras e estrangeiras, a partir do estabelecimento de redes e articulações em torno dos mais variados temas, desde os mais estruturais até os mais voltados para a defesa e o reconhecimento das especificidades identitárias. No Brasil, o marco inicial dessas articulações foi a conferência da ONU sobre o meio ambiente, a Rio-92. De acordo com Teixeira (2002: 108), é nesse contexto que as "ONGs passaram a ser vistas como mais ágeis e eficazes, bem como passíveis de dar legitimidade às políticas governamentais".

4.1 – As Organizações Não-Governamentais – a organização da ação coletiva para a cidadania e democratização da sociedade

O universo do qual as ONGs fazem parte é amplo e multifacetado, como já explanado no terceiro capítulo. As diferenças que caracterizam essas organizações dizem respeito aos projetos que apóiam e elaboram, às formas de ação e atuação coletiva, paradigmas e estilos de participação que seguem e assumem, como, também, às convicções político-ideológicas que defendem. No que tange às convicções, Gohn (2000) diferencia as ONGs brasileiras em dois tipos: militantes e propositivas. As primeiras são herdeiras diretas da cultura participativa e identitária das décadas de 1970 e 1980. Já as segundas pautam sua atuação por ações estratégicas orientadas por uma lógica mais instrumental e mercadológica, muitas dessas engajadas no que as ciências sociais e econômicas classificam de terceiro setor. De acordo com Fernandes (1994: 127), o conceito de terceiro setor designa tão somente "um conjunto de iniciativas com um sentido público". Essa noção, segundo o autor, possui uma direção ampla e sem fronteiras definidas, ao contrário do conceito de sociedade civil que se coloca em oposição complementar e sistêmica ao Estado. Por esse motivo, as ONGs aqui definidas como militantes não são identificadas

como integrantes do terceiro setor, mas como entidades das forças emancipatórias da sociedade civil organizada.

As ONGs de caráter militante são aquelas engajadas e comprometidas com o debate público sobre questões que afetam direta ou indiretamente os interesses da coletividade e o direito dos cidadãos. Posicionam-se como meios de ação para a emancipação dos sujeitos em prol dos quais atuam, funcionando como espaços que oferecem a possibilidade de as minorias sociais terem voz ativa e dos cidadãos lutarem por direitos. Ademais, combinam reivindicações baseadas em princípios humanitaristas com foco na defesa dos direitos humanos, a fim de intervirem nas instâncias decisórias do poder. Para tanto, estabelecem parcerias com setores da sociedade ou frações de classe comprometidas com as lutas em favor das questões sociais. Também, assumem tarefas relacionadas às políticas sociais que o Estado neoliberal "abandonou". Sendo assim, não buscam a adesão às suas bandeiras ou causas de forma compulsória. Em relação à sua estrutura, têm significativa autonomia político-ideológica perante seus agentes financiadores (KALDOR, 2003; SODRÉ, 2005). As oito organizações nas quais trabalham os indivíduos jovens entrevistados para esta pesquisa têm as características acima mencionadas. Ao todo, foram entrevistados vinte e quatro indivíduos jovens que atuam em ONGs soteropolitanas de caráter militante. São elas, em ordem alfabética:

- ABC-LGBT – Associação Beco das Cores de Educação, Cultura e Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros;
- ALAS – Associação Lactomia Ação Social;
- ANAÍ – Associação Nacional de Ação Indigenista;
- CRIA – Centro de Referência Integral de Adolescentes;
- CIPÓ – Comunicação Interativa;
- GAMBÁ – Grupo Ambientalista da Bahia;
- GAPA/BAHIA – Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS-BAHIA
- Instituto Mídia Étnica.

De acordo com os estatutos dessas organizações e com os entrevistados, cada uma delas percebe sua atuação não somente como uma luta na defesa dos direitos dos grupos ou sujeitos em favor dos quais trabalham, mas como uma luta na defesa de causas mais gerais, a exemplo da defesa dos direitos humanos, da dignidade humana e da paz na sociedade. Nesse sentido, por meio das redes que participam, interagem com outros atores e movimentos sociais. Do mesmo modo, a partir de suas ações, todas as ONGs pesquisadas buscam dar voz tanto às minorias sociais, quanto aos indivíduos enquanto cidadãos.

As minorias sociais podem ser entendidas como aqueles sujeitos movidos por um impulso de mudança, seja em relação ao olhar depreciativo que a sociedade em geral lança sobre identidades específicas (a falta de reconhecimento), seja em relação ao poder. De acordo com Sodré (2005), as minorias não são uma mera fusão gregária mobilizadora, como o são as massas e as multidões. As minorias são um dispositivo simbólico que age com uma intencionalidade ético-política dentro de uma luta contra-hegemônica. Nesse sentido, segundo o autor, "são considerados minorias os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos indígenas, os ambientalistas, os antineoliberalistas, etc." (SODRÉ, 2005: 12). Por essa razão, os partidos políticos e os sindicatos, por exemplo, não podem ser classificados como minorias. Mesmo opondo-se ao poder hegemônico, tais organismos ocupam um lugar na ordem jurídico-social instituída e tomam parte no poder. As minorias são, portanto, "uma voz de dissenso em busca de uma abertura contra-hegemônica no círculo fechado das determinações societárias" (SODRÉ, 2005: 14). Como o espaço público contemporâneo está cada vez mais identificado com esferas sociais não-estatais, o contexto histórico atual se torna propício para a mobilização de atores em espaços alternativos de participação, a exemplo das ONGs de caráter militante. Seu perfil pode ser descrito como segue.

ABC-LGBT – Associação Beco das Cores de Educação, Cultura e Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros

A ABC-LGBT é uma organização fundada em 2004, período que se caracteriza como a consolidação do governo Lula; e, na Bahia, marca o início da derrocada do poder do senador Antônio Carlos Magalhães, que comandou, ininterruptamente, a política local desde 1991, na verdade, desde o regime militar. De acordo com o seu principal fundador, Wesley Francisco da Silva, a ABC-LGBT resultou das atividades de um grupo de militantes LGBT que atuavam diretamente dentro das instituições de ensino superior da capital baiana, cuja principal bandeira era a liberdade de expressão sexual. A princípio, esses militantes formaram o Kiu! – Coletivo Universitário pela Diversidade Sexual, um grupo de discussão voltado para fomentar o debate em torno da temática da homofobia dentro dos espaços universitários de Salvador, assim como em torno de questões intrínsecas ao cotidiano acadêmico dos estudantes e ao movimento estudantil.

> Com o passar dos anos, militantes envolvidos nas atividades do Kiu!, alguns deles já formados, passam a se inserir diretamente no movimento LGBT mais geral e com isso surgem novas necessidades de adequação dessa militância. Foram decisivos nesse processo a inserção do Kiu! no Colegiado Permanente do Fórum Baiano LGBT e a participação desses militantes na construção da I Conferência Estadual LGBT da Bahia. Também foi decisiva a aproximação com a ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais [...] A ABC, então, é fruto de um amadurecimento político de alguns de seus membros que visualizaram um novo espaço de atuação que o movimento universitário por si só não dava conta [...] A ABC foi a ponte institucional, que fez a luta mais geral na sociedade, inserindo-se no chamado MHB – Movimento Homossexual Brasileiro. Dessa forma, a Associação Beco das Cores tem como foco de atuação: Educação, Cultura e Cidadania LGBT. Educação porque é o foco de onde constitui-se o grupo que hoje compõe a sua diretoria; o desenvolvimento de projetos culturais que envolvam a comunidade LGBT; e cidadania LGBT porque a ABC busca a garantia de direitos até hoje negados pelo Estado brasileiro e seus governos. Como a maioria dos membros da ABC é composta por jovens, a juventude também será objeto de atenção permanente da associação[10].

A ABC-LGBT tem como objetivos norteadores de seu trabalho promover, informar, mobilizar, sem discriminação de qualquer natureza, os direitos humanos, tal como o aceso à educação e à saúde da população LGBT. Por finalidade específica, visa realizar ações voltadas para a assistência social, e o estímulo ao voluntariado, bem como participar de fóruns e instâncias de controle social relativos aos sujeitos em favor dos quais milita. Para o estudante Vinícius Alves, outro integrante da ABC-LGBT, a organização trabalha com uma linha ideológica inovadora, porque "vê o jovem enquanto um ator político e social decisivo para a construção de uma sociedade mais democrática, justa e igualitária para todas e todos, independente da sua orientação sexual"[11]. Pode-se dizer, portanto, que a ABC-LGBT visa não apenas a emancipação dos sujeitos que nela atuam, como, também, daqueles em prol dos quais milita, interpretados além das suas especificidades identitárias, mas como seres humanos cuja existência é perpassada por outras singularidades.

---

[10] SILVA, Wesley Francisco da. **Histórico Associação Beco das Cores – ABC LGBT** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por scobene@gmail.com em 23/03/2009.

[11] ALVES, Vinícius. **Sobre a Beco das Cores** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por scobene@gmail.com em 19/03/2009.

ALAS – Associação Lactomia Ação Social

A ALAS tem como missão principal o desenvolvimento humano, social e cultural de crianças e adolescentes através da arte-educação; tem foco na música percussiva e na consciência ambiental, a partir de uma perspectiva que privilegia tanto o trabalho integrado com a comunidade, quanto o fundamento segundo o qual cada pessoa por si só é um agente de transformação social. Seu estatuto estabelece que outros valores devem ser cultivados, tais como a valorização das pessoas, o desenvolvimento da consciência coletiva, da responsabilidade social, do comprometimento, do respeito e da solidariedade, assim como o reconhecimento da importância da ética e da transparência como princípios essenciais para as ações da organização.

A ALAS foi fundada em 1989, quando o país retomava definitivamente o rumo da ordem democrática institucional, consolidada com a promulgação da Constituição Federal de 1988. A organização surgiu como um movimento social de base da comunidade do Candeal Pequeno, uma área localizada no bairro de Brotas, em Salvador, com uma população, predominantemente, afro-descendente, formada, na sua maioria, por trabalhadores de baixa renda. Na década de 1980, essa comunidade não contava com saneamento básico, transporte público e postos de saúde. As poucas escolas que existiam não atendiam às necessidades dos moradores. A falta de segurança, também, era outro grave problema. A iniciativa de criar a ALAS partiu de um grupo de jovens que, a princípio, desejava tão somente formar uma banda percussiva. Como não tinham dinheiro para adquirir instrumentos profissionais, passaram a construí-los a partir de sucatas e latas, daí o nome Lactomia. Sua ação extrapolou a motivação primeira e deu início, também de forma espontânea, a ações de responsabilidade sócio-ambiental[12]. Em 2003, a ALAS se tornou uma ONG e três anos mais tarde angariou o apoio da Sociedad General de Autores e Editores (SGAE) e da Fundación Autor, uma rede de organizações, institutos e associações, com sede na Espanha, que fornece ajuda especializada e funcional aos criadores do mundo artístico-cultural, assim como à sociedade em seu conjunto[13].

---

[12] Dados obtidos no sítio da organização. Para maiores informações sobre a ALAS, consultar <http://www.lactomia.org.br/index.cfm>. Acesso em: 20/03/2009.

[13] As informações sobre a Fundación Autor foram retiradas do sítio da organização. Disponível em: <http://www.fundacionautor.org>. Acesso em: 20/03/2009.

ANAÍ – Associação Nacional de Ação Indigenista

A terceira ONG pesquisada, ANAÍ, foi criada em 1978 e formalizada cinco anos depois, em pleno contexto da abertura política perpetrada pelo General Geisel e do retorno ao Brasil dos anistiados políticos. Com o intuito de requerer e fazer avançar alternativas de relacionamento mais justo entre a sociedade brasileira e as sociedades indígenas do país, a ANAÍ se apóia na idéia de não discriminação ou distinção de qualquer natureza, seja referente à raça, cor, etnia, gênero, geração, condições físicas, orientação sexual, credo religioso ou político. A organização prevê tão somente a observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e ética. Seus objetivos são norteados por valores como respeito à cultura e às especificidades identitárias, em geral, e dos povos indígenas, em particular, conforme se pode perceber em seu estatuto.

> Promover e respeitar a autonomia cultural, política e econômica e o direito à autodeterminação das sociedades indígenas; constituir alianças com as sociedades indígenas em suas lutas pela recuperação e garantia de suas terras e da inviolabilidade destas, em caráter permanente, bem como pelo uso exclusivo das riquezas naturais e demais utilidades nelas existentes; acompanhar, de maneira crítica, propositiva e independente, as orientações das políticas indigenistas governamentais, buscando sempre a defesa e a promoção dos direitos das sociedades indígenas; informar a opinião pública nacional e internacional a respeito da situação social, das lutas e dos direitos das sociedades indígenas; promover a defesa do meio ambiente e do patrimônio natural das terras indígenas e dos ecossistemas a elas articulados; estimular e promover estudos e atividades de divulgação científica e cultural sobre a temática das sociedades indígenas; promover, em parceria com as sociedades indígenas, a constituição e a consolidação de seus sistemas próprios, autônomos e diferenciados de educação e de assistência à saúde[14].

A ANAÍ considera a ação indigenista como uma luta política mais ampla, que vai além da defesa dos direitos indígenas. Para a organização, a ação indigenista decorre de uma parcela indispensável e indissociável da luta dos brasileiros na construção de uma sociedade mais justa, democrática e plural. Nesse sentido, é possível dizer que a ANAÍ percebe as singularidades dos povos indígenas como fundamentadas no princípio da dignidade da pessoa humana.

---

[14] ASSOCIAÇÃO Nacional de Ação Indigenista (ANAÍ). **Reforma do Estatuto**. Disponível em: <http://www.anai.org.br/conteudo.asp?co_cod=20>. Acesso em: 20/03/2009.

CRIA – Centro de Referência Integral de Adolescentes

Fundado em 1994, no início do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o CRIA desenvolve projetos de arte-educação com jovens de escolas públicas e comunitárias de Salvador. Sua atuação visa provocar nos sujeitos pelos quais milita o que a organização denomina de atitudes transformadoras de si e da sociedade em que vivem esses sujeitos, de forma coletiva e comunitária. O principal objetivo da organização é promover ações educativas de acesso à arte e à cultura. Por ações educativas o CRIA entende a promoção de espetáculos de teatro e/ou poesia, seguidos por debates e discussões sobre cidadania e direitos humanos. Os espetáculos têm como temas principais a vida, a cidade, os hábitos e costumes de sua gente, assim como as belezas e as mazelas que os jovens encontram, no seu dia-a-dia, nos espaços de socialização e lazer por onde circulam, nas escolas em que estudam ou nos sonhos que impulsionam suas vontades. Os espetáculos costumam ter uma linguagem multimídia uma vez que as apresentações, também, incluem vídeos, exposição fotográfica e rodas de leitura. De acordo com o sítio da instituição, a trajetória do CRIA tem sido marcada por valores como coletividade, solidariedade, criatividade, afetividade, cuidado, diálogo, escuta, respeito à diversidade, parceria jovem/adulto, valorização do indivíduo, sua história e ancestralidade, transparência na gestão, ética, confiança e cumplicidade. A organização trabalha em prol de uma sociedade alegre, bela, libertária, criativa, brasileira, de relações sociais justas e com serviços públicos de qualidade. Para continuar a cultivar tais valores, a organização estabelece articulações junto a redes sociais, a exemplo da Rede Ser-tão Brasil, da Rede Pontos de Cultura e da Rede Latino-Americana de Arte e Transformação Social, redes estas entendidas como espaços de troca e fortalecimento institucional[15].

CIPÓ – Comunicação Interativa

A organização foi criada, em 1999, por um pequeno grupo de comunicadoras sociais, cuja inquietação as levou a aplicar seus conhecimentos e experiências na área da comunicação, para criar novas oportunidades de formação e inserção social para adolescentes e jovens. O enfoque inicial da organização era a educação pela comunicação,

[15] Dados obtidos no sítio da organização. Para maiores informações sobre o CRIA, consultar o *blog* da instituição. Disponível em: <http://blogdocria.blogspot.com>. Acesso em: 20/03/2009.

pensada como uma metodologia de ensino-aprendizagem, em que tanto educadores quanto educandos desenvolvem suas potencialidades à medida que produzem em conjunto peças de comunicação, posteriormente utilizadas para promover novos processos educativos ou de mobilização político-social. Durante seu percurso institucional, a CIPÓ realizou projetos que visavam a promoção da formação direta de crianças, adolescentes e jovens, bem como a capacitação de atores sociais estratégicos para o seu desenvolvimento, como educadores, comunicadores, conselheiros de direitos e tutelares, assim como representantes de organizações voltadas para o público infanto-juvenil. Os trabalhos desenvolvidos pela CIPÓ, também, envolvem o engajamento de escolas, veículos de comunicação, universidades e empresas, com o intuito de qualificar sua ação em prol das novas gerações. Um dos principais objetivos é contribuir para a formação de atores políticos capazes de interferir e transformar a realidade na qual estão inseridos, a partir do domínio dos meios de acesso, produção e difusão da comunicação, para que estes, ao atuar como agentes multiplicadores, possam capacitar suas comunidades a utilizarem esses meios comunicacionais, de maneira a fomentar o seu desenvolvimento. De acordo com as fundadoras da ONG, a motivação brotou da idéia de transformar a vida de meninas e meninos de classes populares por meio da Comunicação, a fim de que eles ampliassem sua visão da realidade e, assim, participassem ativamente das suas comunidades.

> Esse sonho [...] ao longo dos anos, está contribuindo para que crianças, adolescentes e jovens tenham cada vez mais liberdade e estímulo para manter seus olhos, ouvidos e bocas abertos, a fim de que compreendam melhor a realidade à sua volta, expressem suas idéias, se posicionem diante da sua comunidade e contribuam para a construção de uma sociedade mais democrática e participativa. Nosso propósito é promover a formação de crianças, adolescentes e jovens através do uso qualificado e criativo das tecnologias da informação e da comunicação. Para isso, atuamos nas escolas públicas, capacitando professores e alunos para que utilizem a metodologia da Educação pela Comunicação no processo de ensino/aprendizagem de conteúdos curriculares. Realizamos, em centros comunitários de multimídia, programas que promovem o uso inteligente e criativo das tecnologias da informação e da comunicação. Capacitamos jovens nas comunidades como agentes de comunicação, a fim de que a utilizem como ferramenta e estratégia para o desenvolvimento local. Formamos jovens em monitoramento e *advocacy* para atuarem nas instâncias sociais e políticas, e abrimos espaço para sua participação qualificada nas definições de políticas públicas. Viabilizamos, junto às empresas, a contratação e formação de jovens aprendizes via Lei da Aprendizagem. E promovemos, nos veículos e profissionais da mídia, ações que potencializam o importante papel de informar e mobilizar a sociedade brasileira para fazer valer os direitos fundamentais de todas as crianças, adolescentes e jovens do país[16].

[16] Disponível em: <http://www.cipo.org.br/ident_quemsomos.php>. Acesso em: 20/03/2009.

GAMBÁ – Grupo Ambientalista da Bahia

O GAMBÁ foi fundado em 1982, também no contexto de abertura política e do retorno dos anistiados ao Brasil. A idéia surgiu da iniciativa de um grupo de técnicos e profissionais liberais preocupados com o avanço da degradação ambiental na Bahia. Sua finalidade é promover a conservação do meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e a formação da cidadania, baseada em princípios democráticos e de justiça social. O trabalho desenvolvido pela organização tem como estratégias a disseminação de informações, a articulação com outras organizações e movimentos sociais, o incentivo à participação da sociedade civil na definição e no controle social das políticas públicas e a execução de projetos demonstrativos.

> O Gambá surgiu do bate-papo apaixonado de alguns sonhadores que desejavam rever as relações entre os seres humanos e a natureza. Era começo dos anos 1980 e chegava ao fim a fase da ditadura militar, marcada pelo fim das liberdades políticas, quando as pessoas eram proibidas de se organizarem em associações e sindicatos. Muitas pessoas que tinham sido duramente reprimidas por serem contra o regime militar encontraram na militância pela preservação da natureza um novo ânimo e uma nova disposição de luta por mudanças na sociedade. Naquele momento, estourava no mundo a preocupação com o futuro do planeta já que a natureza começava a dar sinais claros de que os recursos naturais não eram infinitos como se acreditava. Era urgente salvar a natureza da ganância do capitalismo e da insensatez humana [...] As primeiras lutas do Gambá foram para chamar a atenção da sociedade baiana para a riqueza do seu patrimônio natural e para o esgotamento de recursos como a água, a Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, como dunas, lagoas e manguezais e os graves problemas causados pela poluição industrial, pela exploração de urânio e suas conseqüências. Além de sacudir a sociedade para despertar diante de tantos problemas ambientais, o Gambá atuou firmemente frente aos poderes públicos para a criação de instrumentos legislativos, executivos e judiciários que garantissem um modelo econômico baseado no desenvolvimento sustentável e na proteção da natureza para as futuras gerações. Nos primeiros anos as atividades do Gambá foram marcadas por denúncias e protestos. Aos poucos, o grupo engajou-se nas discussões das políticas públicas de forma mais propositiva, participando de conselhos e comissões nas três esferas governamentais[17].

De acordo com o seu estatuto, o GAMBÁ tem como principal objetivo a permanente ação em favor do uso ecologicamente sustentável do meio ambiente, com vistas à satisfação das necessidades básicas, presentes e futuras, de todos os seres vivos, com a máxima participação da sociedade. Trabalhar com essa premissa significa entender

[17] Disponível em: <http://www.gamba.org.br/exibe_texto.php?id=historico>. Acesso em: 20/03/2009.

o espaço público como o espaço da coletividade. E é para o bem-estar da coletividade que a ação política deve se voltar. Entretanto, conforme assevera Arendt (2002), para que a ação política transforme as causas defendidas por cada um em causas da coletividade, é necessário que tal ação supere sua mortalidade terrena, isto é, que transcenda a duração da vida de homens mortais. Sem essa transcendência, segundo a autora, nenhuma política ou esfera pública pode existir, pois um espaço público não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos, mas, também, para os que virão. Por essa razão, o GAMBÁ visa, entre outras coisas, interferir no processo de implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e o meio ambiente. Para tal, a organização tem denunciado irregularidades ambientais, debatido a legislação, assumido cargos de representação de ONGs ambientalistas, desenvolvido campanhas e ações de mobilização social; além disso, realiza trabalhos de pesquisa, monitoramento e recuperação da fauna e da flora.

No decurso da trajetória histórica dessa organização, especialmente na década de 1990, quando a ordem democrática foi estabilizada, os integrantes do GAMBÁ atentaram para a necessidade de elaboração de projetos voltados para uma ação efetiva que vá além das meras denúncias. Dessa forma, estabeleceram novas diretrizes com vistas a instaurar práticas sustentáveis nos aspectos sócio-culturais e econômicos, notadamente nas áreas de conservação de ecossistemas, acompanhamento de políticas públicas e formação de cidadania para o meio ambiente. Foi esse o esforço para estabelecer um canal de comunicação com o Estado, a fim de interferir nas políticas públicas.

GAPA/BAHIA – Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS- BAHIA

O GAPA/BAHIA surgiu em 1988, mesmo ano da promulgação da nova Constituição Federal, que definiu os rumos da nova ordem democrática brasileira. A idéia da sua criação partiu de um grupo de voluntários formado por estudantes e profissionais de diversas áreas, que interpretavam que a epidemia de AIDS não era apenas um problema restrito a alguns grupos, inicialmente tachados como grupos de risco por conta do seu comportamento, mas, sim, uma grave ameaça à sociedade como um todo. A atuação do GAPA/BAHIA visa incentivar a co-responsabilidade entre a organização, seus parceiros e a sociedade em geral, considerando os vetores de propagação da epidemia. Para tanto, busca com seu trabalho atingir, prioritariamente, as populações de baixa renda e baixa

escolaridade que, de acordo com a instituição, estão em situação de maior vulnerabilidade social.

O GAPA/BAHIA atua em quatro frentes ou áreas distintas, porém correlacionadas. Cada uma delas desenvolve programas de ação junto a sujeitos específicos. A área voltada para populações excluídas privilegia uma ação próxima aos setores da sociedade que a organização considera como os mais propensos a contrair o vírus HIV. As estratégias dessa área se baseiam nas análises da progressão da AIDS no Brasil. Foi observado que, dentre os diversos grupos sociais, as mulheres e os afro-descendentes são os mais expostos ao risco, devido à falta de condições desses grupos para fazer frente à ameaça do contágio. As mulheres, porque estão mais expostas a toda sorte de violência dentro e fora de casa, devido à cultura machista da sociedade brasileira. Os afro-descendentes, porque formam as camadas mais pobres da estrutura social brasileira. Como se pode perceber, a questão da AIDS é um tema perpassado por diferentes transversalidades, no que tange às atividades focadas por essa área. Todas as reflexões e ações da organização passaram a considerar as variáveis raça e gênero como fundamentais para a definição de estratégias de enfrentamento da epidemia junto a grupos socialmente vulneráveis, em situação de exclusão e violência. Tais estratégias se desenvolvem a partir de programas como AIDS e Periferia, AIDS e Mulheres, Programa de Prevenção à AIDS para o Público Homo-Bissexual e o programa CECSOS – Centro de Cidadania e Solidariedade às Orientações Sexuais.

A área de adolescentes e jovens, outro eixo significativo no que diz respeito a AIDS, uma vez que 1/3 dos casos notificados no Brasil se concentram na faixa etária entre 15 e 29 anos, congrega ações planejadas para o enfrentamento das vulnerabilidades que ameaçam os adolescentes e indivíduos jovens em relação ao HIV. As ameaças são as mesmas que atingem os jovens como um todo, sobretudo aqueles de baixa renda, a exemplo da pobreza extremada, abandono escolar, trabalho precoce e violência sexual doméstica e/ou policial, além das prisões por infrações contra a lei, somadas à necessidade de experimentar situações de desafios e riscos. Como a anterior, também essa área desenvolve programas junto aos sujeitos-alvo em prol dos quais atuam, tal como o Programa para Jovens Trabalhadores Fora da Escola ou sob Tutela do Estado; Programa de Prevenção a AIDS a Adolescentes em Comunidades de Periferia; e o Programa para Adolescentes em Escolas Públicas e Comunitárias.

A área de assistência às pessoas com AIDS surgiu por conta da precariedade dos serviços públicos oferecidos para os soropositivos, assim como a ausência de uma resposta

da sociedade civil em termos de apoio, suporte ou mesmo expressão de solidariedade às pessoas com AIDS. Nessa atividade, o GAPA propõe um novo conceito de cidadania, pautado no fortalecimento do seu exercício; mostra, assim, aos portadores do HIV que é possível conviver com a AIDS de modo digno. Os programas desenvolvidos nessa área prestam serviços de orientação e aconselhamento às pessoas em fase de pré e pós testagem para o HIV, atendimento psicológico às pessoas com HIV/AIDS e a seus familiares, assessoria e atendimento jurídico, visitas domiciliares e visitas hospitalares, produção de materiais informativos, cursos de capacitação e atenção à criança soropositiva.

A área de marketing social e captação de recursos locais é responsável por promover ações capazes de diversificar as fontes de financiamento da entidade, tornando possível, dessa maneira, viabilizar iniciativas que mobilizam a sociedade local, a fim de haver um comprometimento desta com as causas sociais e com a missão da entidade. Os princípios que norteiam a captação de recursos do GAPA estão voltados para promover o marketing da causa, ou seja, a prevenção do HIV/AIDS, fortalecer a marca e a imagem da organização (Marketing Institucional) e captar recursos financeiros. De acordo com o sítio da ONG:

> Captar recursos localmente é, principalmente, conseqüência do entendimento por parte da sociedade de que ela é co-responsável pela manutenção dos projetos sociais dos quais ela é a maior beneficiada. A idéia principal é a co-responsabilização da sociedade que traz como conseqüência a arrecadação de recursos financeiros, humanos e materiais. Captação de Recursos Locais e Marketing Social – Ampliação da Base Social de Apoio. A Área de Captação de Recursos Locais e Marketing Social do Gapa-Bahia trabalha com diversificadas estratégias que são configuradas enquanto projetos fixos ou ações pontuais. Para a efetivação destes projetos, têm sido adotado, muitas vezes, o esquema de parcerias com os diversos setores da sociedade que apresentam-se enquanto peças fundamentais para garantir a otimização dos resultados[18].

Como se pode perceber pelos tipos de programas implementados, a defesa da dignidade humana tornou-se um fator essencial no que tange à construção e mobilizações de ações políticas da sociedade civil em relação ao desenvolvimento da cidadania e à expansão da democracia para a sociedade brasileira.

[18] Disponível em: <http://www.gapabahia.org.br/princip.html>.Acesso em: 20/03/2009.

Instituto de Mídia Étnica

O Instituto de Mídia Étnica tem como principal meta assegurar os direitos das populações afro-descendentes ao uso das ferramentas de comunicação. Ao trabalhar com o conceito da "comunicação como direito humano", o Instituto tem como objetivos estimular a participação cidadã na produção midiática, monitorar as violações do direito humano à comunicação, empoderar os cidadãos com as ferramentas comunicacionais, lutar por mudanças nas bases estéticas e civilizatórias da atual mídia, fortalecer política e profissionalmente jovens comunicadores, sempre privilegiando a população afro-brasileiros. Além disso, o Instituto visa popularizar a comunicação a partir da criação de novas tecnologias e aportes para a inserção cultural e econômica de sujeitos tornados invisíveis pela grande mídia. A fim de atingir seus objetivos, o Instituto de Mídia Étnica desenvolve o debate sobre o imperativo de se estabelecer medidas concretas de promoção da igualdade racial na mídia. Associa conhecimentos acadêmicos a valores adquiridos no ativismo político e nas ações comunitárias; em sua proposta mais geral, a organização atua em favor da equidade racial e pelo desenvolvimento social sustentável.

Como ONG, o Instituto de Mídia Étnica estabeleceu parcerias com outras entidades, a exemplo do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), através do Programa de Educação e Profissionalização para Igualdade Racial e de Gênero (CEAFRO); do Instituto Cultural Steve Biko, organização voltada para a promoção e ascensão social da população negra soteropolitana por meio da educação; e com o Núcleo Omi Dudu, ONG que atua com o intuito de resgatar e promover a cultura afro-brasileira. Em 2008, o Instituto de Mídia Étnica realizou, junto com parceiros dos EUA, o lançamento de uma rede de produção de vídeo comunitário chamada Insurreição Rítmica. A esse projeto foram integradas as seguintes comunidades soteropolitanas e suas respectivas organizações: a comunidade do Pelourinho, representada pelo grupo Didá – Escola de Música; a comunidade do bairro Boca do Rio, representada pela Escola Picolino de Artes do Circo; a comunidade da Vila Viver Melhor, antiga invasão Yolanda Pires, localizada no Vale do Ogunjá, representada pela entidade Beje Eró Arte Educação; e a comunidade da Fazenda Grande do Retiro, representada pela ACANNE – Associação de Capoeira Angola Navio Negreiro. O intercâmbio de idéias com essas

comunidades gerou um documentário também intitulado Insurreição Rítmica que teve o apoio da TV Educativa da Bahia (TVE-Bahia), para produção e exibição em rede nacional.

No âmbito acadêmico, o Instituto de Mídia Étnica estabeleceu parceria com a Faculdade de Comunicação da UFBA, para a oferta de uma disciplina especial dentro do Programa de Pós-Graduação Mídia e Etnicidades. O Instituto, também, é responsável pela produção do portal Correio Nagô, uma comunidade virtual sobre temas ligados à comunidade negra que tem o apoio da Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB). O Instituto também faz parte do Conselho Estadual da Juventude (Bahia)[19].

Como é possível observar, as oito ONGs acima descritas são entidades distintas entre si e que atuam em prol de diferentes grupos sociais. Esta não é uma mera distinção classificatória, haja vista que se apóia em outras distinções importantes tais como: quem são os que fazem, para quem fazem e o que fazem. São projetos, formas de atuação, ação e práticas discursivas, estilos de participação e pressupostos político-ideológicos que fundamentam lutas por reconhecimento e direitos humanos. Em comum, elas atuam em prol de minorias sociais, sejam estas negros, homossexuais, crianças, adolescentes, povos indígenas, portadores de HIV/AIDS ou ambientalistas, tomando por base a conceituação de Sodré (2005) sobre o caráter não-hegemônico e excludente das minorias hoje.

Outro fator de distinção entre ONGs acima descritas se refere ao momento da sua fundação. Como visto, cada uma delas foi criada em diferentes momentos da recente história política brasileira e baiana. A ANAÍ e o GAMBÁ, por exemplo, surgiram ainda durante a ditadura, 1978 e 1982, respectivamente, sob os auspícios das iniciativas para a abertura política, promovida pelo penúltimo presidente do regime militar, o General Ernesto Geisel. Esse período foi muito importante para as forças políticas brasileiras de oposição e resistência ao autoritarismo, uma vez que contribuiu para o estabelecimento do processo de retomada da ordem democrática a partir da organização da sociedade civil em movimentos coletivos de resistência e reivindicações, juntamente com sindicatos e o partido de oposição consentida, o MDB – Movimento Democrático Brasileiro. Outra marca significativa desse período foi o retorno dos exilados políticos ao Brasil, pois trouxeram na bagagem novas preocupações políticas para além daquelas preconizadas pelas concepções tradicionais de esquerda e do real socialismo de períodos anteriores.

---

[19] Dados obtidos no sítio do Instituto de Mídia Étnica. Para maiores informações consultar: <http://www.midiaetnica.org>. Acesso em: 20/03/2009.

Essas novas preocupações se voltavam para questões relacionadas a uma esfera política do eu, da subjetividade e do corpo e do meio ambiente. Isso acabou por contribuir tanto para a ampliação dos debates, que, posteriormente, ocorreriam sobre o reconhecimento de identidades não-hegemônicas e o respeito a singularidades, quanto para a criação de novos espaços de participação voltados para dar voz à sociedade civil e às chamadas minorias sociais (BENEVIDES, 2006).

Em Salvador, também, o ano de 1978 marcou o início desse período. Nesse ano, foram criados o Trabalho Conjunto de Salvador e o Trabalho Conjunto de Bairros, organizações que agregaram associações de bairros, sindicatos, profissionais liberais, artistas, políticos, alguns membros do clero progressista e entidades estudantis que tinham como objetivo aproximar a política do cidadão e buscar, assim, melhores condições de vida, trabalho, educação e saúde, além de caminhos para restabelecer a democracia. A primeira reunião do grupo aconteceu no primeiro semestre de 1978, no Mosteiro de São Bento, para pensar a organização do CBA-BA – Comitê Brasileiro pela Anistia/Núcleo Bahia. A iniciativa para a formação do Comitê contou com o trabalho de vários deputados e vereadores vinculados ao MDB – Movimento Democrático Brasileiro, que a partir de então passou a dialogar de forma mais direta com a sociedade civil e a se organizar com mais visibilidade em torno de questões de toda ordem. A variedade de entidades e pessoas que participavam desses trabalhos dá uma idéia da composição de uma verdadeira frente de oposições que se organizaram, em Salvador, para retomar a ordem democrática e fazer frente ao grupo de políticos baianos liderados pelo conservador Antônio Carlos Magalhães[20] (CARVALHO NETO, 1996).

No bojo do processo de retomada da democracia no país, os chamados novos movimentos sociais, assim como algumas ONGs, surgiram devido ao contexto histórico

[20] Integravam esse movimento a Associação Baiana de Geólogos; Associação dos Professores Licenciados do Brasil – Seção Bahia; Associação dos Sociólogos do Estado da Bahia; Associação Profissional de Assistentes Sociais; Clube de Engenharia da Bahia; Instituto de Arquitetura do Brasil – Departamento da Bahia; Instituto Baiano de Administradores; Federação Baiana de Teatro Amador; Associação dos Trabalhadores em Teatro e Dança do Estado da Bahia; Grupo de Teatro Carranca; Grupo de Teatro Pixilim; Teatro Livre da Bahia; Grupo Malê – Arte e Cultura Negra; Grupo Ujaned; Centro de Estudos e Ação Social (CEAS); Grupo Moisés; Igreja de Itapagipe; Igreja Presbiteriana Valéria e Silva; Federação dos Bandeirantes do Brasil – Região da Bahia; Comissão de Moradores do Bairro de Alto do Peru, Capelinha de São Caetano, Fazenda Grande do Retiro, Pero Vaz, Fonte do Capim, Sussuarana, Nordeste de Amaralina, Alto do Cabrito, Uruguai, Alto da Boa Vista, Plataforma, Novo Marotinho, Pela Porco, Castelo Branco, Itapagipe, Sertanejo, Caixa d'Água, Ladeira do Ipiranga, Baixa do Cabula; Diretório Central dos Estudantes do DCE-UFBA; Diretórios Acadêmicos (UFBA) das faculdades de Agronomia, Arquitetura, Comunicação, Física, Geologia, Psicologia, Ciências Sociais, Farmácia, Artes Plásticas, Economia, Medicina, Química, Biologia, Veterinária; Diretório Acadêmico da Escola Baiana de Medicina; Centro Universitário Padre Torrende; Centro Estudantil de Guanambi; Centro dos Estudantes Universitários de Jequié; Centro de Estudantes Universitários e Secundaristas de Conquista; Grupo de Teatro Amador Amadeu; Associação Baiana de Psicólogos (CARVALHO NETO, 1996).

favorável. Nos anos de 1978 e 1979, o regime militar já não tinha a mesma força que tivera até meados do governo Geisel. A década seguinte, 1980, representou um marco para as forças de oposição brasileiras em busca da redemocratização. Sob essa perspectiva, não se pode afirmar que esta foi uma década perdida, conforme analisam alguns economistas. Vista a partir da base da sociedade, ou seja, da mobilização das forças populares, a década de 1980 foi um período no qual inúmeros e diferenciados movimentos sociais, assim como diferentes formas de associações e de articulação de pastorais sociais, e, também, diversas ONGs, foram gestadas e consolidadas, tornando-se importantes atores no processo de transição democrática (POLETTO, 2002).

Vários acontecimentos no âmbito nacional e internacional contribuíram, decisivamente, para uma nova configuração do político nesses anos. No Brasil, apesar da ditadura, as greves operárias de 1978 e 1979, iniciadas na fábrica da Scania, no município de São Bernardo do Campo, logo se espalharam por todo o cinturão industrial do ABC paulista, fortalecendo o movimento sindical (ANDRADE, 1998). Também, em 1979, a promulgação da Lei da Anistia, que permitiu a volta de cinco mil exilados, a libertação de presos políticos e a reintegração de funcionários públicos cassados. Quatro meses depois foi promulgada a nova Lei Orgânica dos Partidos, que extinguiu o bipartidarismo – até então, ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) – abrindo espaço para o pluripartidarismo. Isso possibilitou a criação de vários partidos, entre eles o Partido dos Trabalhadores (PT) que, em sua origem, congregou nos seus quadros forças do novo sindicalismo urbano e rural, setores progressistas da Igreja Católica, principalmente aqueles ligados à Teologia da Libertação, representantes dos meios universitários (de marxistas a social-democratas), além de amplos setores das classes médias e assalariadas da sociedade brasileira. Igualmente importantes foram a campanha das "Diretas Já", em 1984; a eleição do presidente Tancredo Neves, em 1985; e os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte entre 1986 e 1987 e a promulgação da nova Constituição Federal de 1988 (SKIDMORE, 1988). Estes foram marcos importantes no que tange ao estabelecimento de novos valores e princípios norteadores da relação entre a sociedade civil organizada e o Estado que se abria para uma ordem política democrática.

No plano internacional, a década de 1980, também, trouxe mudanças significativas. Representou a derrocada do socialismo como doutrina política e utopia humana, tanto para o chamado socialismo real da União Soviética e dos países comunistas da Europa Oriental, como para as esquerdas ocidentais, principalmente. A queda do Muro de Berlim em 1989 foi o ápice dessa virada política. Instaura-se o que Heller e Fehér (1999) denominam de

crise das grandes narrativas históricas, as quais privilegiavam tão somente um ator social como agente de transformação da ordem estabelecida.

Todos esses acontecimentos possibilitaram a emergência de novas práticas sociais e um estilo de organização da ação coletiva distinto das práticas adotadas pelos movimentos sociais tradicionais. Na verdade, as organizações surgidas nesse contexto, ou herdeiras diretas dele, as chamadas organizações militantes, reivindicavam um distanciamento tanto em relação ao Estado autoritário, quanto em relação às práticas populistas e clientelistas (e pelegas) que, historicamente, caracterizam as relações políticas mais gerais na sociedade brasileira. Os novos movimentos buscavam, então, novos caminhos para a mobilização da sociedade civil e um outro padrão de relacionamento com as instituições públicas. Daí muitos analistas sociais terem, à época, enfatizado o caráter de autonomia desses movimentos (GOHN, 2002).

Enquanto, no plano nacional, o regime autoritário agonizava, no plano local da Bahia, tal regime se reformava e permanecia forte, entrelaçado com a reorganização política e civil da sociedade, sob a liderança do Antônio Carlos Magalhães (ACM), político que promoveu sua carreira no bojo do regime militar. ACM, cada vez mais, se consolidava como força política baiano-nacional; e, a parir de 1978, seu grupo se destacará entre as forças políticas baianas vinculadas à antiga ARENA, deixando, dessa maneira, de ser um grupo político de base para o regime militar, para se tornar uma força conservadora-modernizadora, no período da redemocratização política nacional e regional. O carlismo passa a ter força, tanto regional quanto nacionalmente, no plano institucional, na administração pública e nas interfaces de ambas com o mundo do mercado, visando respaldar os movimentos de influência e adaptabilidade do grupo no bloco das forças dominantes da política brasileira, para, assim, garantir uma sobrevida mais duradoura. Nos anos seguintes, na Bahia, todas as ações do carlismo estiveram voltadas para essa finalidade, como a sua adesão à Aliança Democrática (1984-1985), em favor da candidatura de Tancredo Neves à presidência da República; seu apoio ao Governo Sarney (1985-1990); e, em seguida, ao presidente Fernando Collor de Melo, até o último momento do processo de *impeachment*, em 1992; e a oposição feita ao governo Itamar Franco (1992-1993), para logo em seguida, em parceria com o filho e deputado, Luís Eduardo Magalhães, estabelecer uma aliança com o Partido Socialista Democrático Brasileiro (PSDB). O carlismo sintonizou-se, assim, ao contexto neoliberal que se firmava no cenário político brasileiro, o que lhe garantiu a permanência no poder por dezessete anos

consecutivos, no Estado da Bahia, e ter influência nas diversas articulações políticas, no âmbito nacional (DANTAS NETO, 2003).

As novas condições de competição política que se delinearam na sociedade brasileira após a ditadura militar obrigaram o carlismo a empreender constantes atualizações internas, necessárias para a sua continuidade no poder regional e nacional. Mas essa atualização não significou uma mudança radical nos traços essenciais do grupo liderado por Antônio Carlos Magalhães; ao contrário, continuou fortemente orientado por uma dominação de cunho patrimonial e clientelista. Tratava-se de uma modernização conservadora, agora ligada a uma sociabilidade estruturada na imagem e nos meios de comunicação e apoiada pela força econômica midiática, bem como pelo novo pólo de produção de poder que determinou os rumos da política brasileira e baiana durante toda a década de 1990, assim como nos primeiros anos da década posterior (RUBIM, 2001). Essa capacidade de se adequar às diferentes conjunturas políticas e de saber tirar proveito de situações difíceis e tensas enfrentadas pelos diversos governos que apoiou desde a década 1960, explica o fato de, a despeito das tensas relações entre poder político e sociedade civil estabelecidas ao longo de todo o período carlista, principalmente em Salvador, a sociedade civil baiana logrou desenvolver formas alternativas de participação que resultaram na criação de muitas ONGs.

Uma vez restabelecida e consolidada a ordem democrática após a promulgação da Constituição Federal em 1988, novas relações de poder entre o Estado e a sociedade civil foram estabelecidas, tanto no âmbito nacional quanto no âmbito local. A vitória do presidente Fernando Collor de Melo, nas eleições de 1989, significou a inauguração do neoliberalismo como princípio norteador da política e da economia brasileira, o que teve implicações diretas na reconfiguração do poder carlista no plano regional. A peculiaridade que caracterizou a década de 1990 é que não foi somente a articulação política nacional que se alterou; foi preciso, também, modificar todo um modo de se exercer o poder regional que, segundo Dantas Neto (2003), passou, ao longo desses anos, da simples dominação à hegemonia. De qualquer maneira, o período compreendido entre o final dos anos 1980 e a década de 1990, a despeito das práticas neoliberais e da política de cunho autoritário do carlismo no plano regional, foi marcado por dois fatores deveras significativos para o fortalecimento da militância de amplos setores da sociedade civil organizada. De um lado, a consolidação de diferentes iniciativas locais, por parte tanto de pequenas quanto de grandes associações, organizações e movimentos sociais; de outro, concomitantemente, a consolidação de redes de articulações mais amplas dessas

iniciativas, que atingem até mesmo o âmbito internacional, gerando forças que permitissem reagir às condições impostas pelo sistema capitalista neoliberal em várias frentes. A atuação em redes se torna um fenômeno marcante da ação política contestatória e do empoderamento dos agentes em suas bases locais, por meio das conexões em diversas escalas, até mesmo transnacionais, cujo maior exemplo é o Fórum Social Mundial (POLETTO, 2002).

É nesse contexto que se dá o surgimento de várias organizações sociais de cunho militante em Salvador. Entre estas, seis dos oito grupos de ação coletiva apresentados anteriormente, a saber: o GAPA, a ALAS, o CRIA, a CIPÓ, a ABC-LGBT e o Instituto de Mídia Étnica, todas são ONGs, conforme percebido nesta pesquisa, herdeiras diretas dos movimentos sociais que lutaram tanto no plano nacional, quanto no plano local em prol do restabelecimento da ordem democrática e da reformulação do papel da sociedade civil na esfera pública, por meio de novos canais de comunicação entre as instituições públicas do Estado e as organizações da sociedade civil engajada e organizada.

4.2 – Marcar presença na vida pública por outros caminhos: os indivíduos jovens que trabalham em ONGs

Com idades que variam entre vinte e um e trinta e quatro anos, conforme explicado na apresentação da tese, os indivíduos jovens entrevistados nesta pesquisa, nove mulheres e quinze homens, desenvolvem trabalho remunerado ou voluntário em ONGs de caráter militante com sede em Salvador. As causas das organizações em que trabalham os entrevistados são bem diversas e, como assevera Laniado (2008: 116) ao discorrer sobre os movimentos sociais contemporâneos, referem-se, muito frequentemente, "ao campo do reconhecimento e do direito de se expressar, de ser diferente, de protestar e de confrontar", conforme pode ser visto na lista seguinte.

- Defesa do meio ambiente;
- Defesa e ampliação dos direitos de crianças e adolescentes; de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros (LGBT); dos negros; dos povos indígenas e dos portadores do HIV/AIDS;
- Democratização da comunicação;
- Proposição e monitoramento de políticas públicas voltadas para os jovens.

Dos vinte e quatro entrevistados, quatro deles trabalham, simultaneamente, em duas ONGs, seja desempenhando atividade remunerada em uma, seja como voluntário na outra.

Outros oito, além do trabalho remunerado na ONG na qual atuam, também desempenham trabalho voluntário em redes sociais, a exemplo da rede Sou de Atitude e Coletivo Jovem do Meio Ambiente. Duas das entrevistadas, também, trabalham como voluntárias na rede de ação coletiva Marcha Mundial de Mulheres. Um dos entrevistados integra o Movimento Hip Hop da sua comunidade; dois integram a associação de moradores dos bairros onde moram; outro como conselheiro voluntário no Projeto Observatório de Políticas Públicas do Conselho Estadual de Juventude (CEJUV). Já seis dos entrevistados desenvolvem, ainda, atividades remuneradas ou voluntárias nos setoriais de Mulheres, Juventude e LGBTT do Partido dos Trabalhadores (PT) – Diretório Regional da Bahia.

No que diz respeito à escolaridade, seis dos entrevistados têm nível superior completo, dezessete estão a cursar a faculdade e um deles ainda não havia ingressado na universidade, embora tenha declarado estar se preparando para isso (cf. Entrevista 06). Os cursos superiores nos quais estudam ou estudaram são: Jornalismo (sete), Ciências Sociais (cinco), História (quatro), Publicidade e Propaganda (dois), Pedagogia (dois), Administração (dois) e Filosofia (um). Entre os entrevistados um já tinha concluído o mestrado em História, outro estava prestes a concluir o mesmo curso e um terceiro fazia especialização em Ciência Política. Uma entrevistada, formada em Pedagogia, tinha iniciado outra graduação em Serviço Social. Quanto às instituições de ensino, treze dos entrevistados cursam ou cursaram o ensino superior em instituições públicas. Destes, quatro são ou foram bolsistas de Iniciação Científica; outros dez cursam ou cursaram a graduação em instituições particulares; dois deles recebem financiamento do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do Programa de Financiamento Estudantil (FIES); um terceiro recebeu financiamento do Programa Faz Universitário do governo estadual; outros dois são bolsistas das próprias instituições onde estudam.

No que tange às relações em família, o ambiente familiar de onde se originam mostra algum parâmetro sobre o mundo local dos indivíduos jovens entrevistados. É interessante ressaltar que quanto maior o grau de escolaridade dos pais, mais a política se torna um tema recorrente nas conversas com os filhos. Dos cinco entrevistados, cujos pais (ou apenas um deles) têm formação superior, todos afirmaram discutir sobre política em casa. Já os nove entrevistados, cujos pais têm uma baixa escolaridade, isto é, que não ingressaram no ensino médio ou não o concluíram, disseram que a política nunca foi um tema muito discutido nas conversas familiares.

Entre aqueles cujos pais concluíram o ensino médio (dez ao todo), oito disseram que o tema política algumas vezes entra na pauta das discussões familiares, enquanto dois

afirmaram que sempre discutem política com os pais. Dos que sempre costumam debater ou discutir política com os pais, todos classificaram a educação recebida em casa como liberal, ou libertária, como fez questão de enfatizar uma das entrevistadas (Entrevista 08). Já aqueles que nunca ou raramente discutem política com os pais classificaram a educação recebida em casa como moderada, conservadora ou até mesmo desleixada, conforme se queixou uma entrevistada (Entrevista 07). Vale ressaltar que os dez entrevistados que consideraram a educação recebida dos pais como conservadora justificaram essa avaliação como oriunda dos rígidos valores judaico-cristãos cultivados pela família ou, ainda, das visões tradicionais que esta tem a respeito da sexualidade e das relações entre os gêneros. Destes, cinco militam em prol da causa LGBT. Os demais atuam em defesa do meio ambiente, dos direitos indígenas e pela democratização da comunicação. Ainda no que tange às relações familiares, 14 dos entrevistados moram com o pai e/ou a mãe ou então com parentes próximos, já que saíram do interior para estudar na capital; cinco moram com seus companheiros/as e três moram sozinhos, enquanto outros dois coabitam com amigos.

Essa descrição do perfil sócio-educacional dos entrevistados aponta para algumas questões relevantes. A primeira delas diz respeito à identificação destes com a categoria juventude. Como foi dito, as causas defendidas pelas organizações nas quais os entrevistados atuam são múltiplas e variadas, como são múltiplas e variadas as identidades no contexto contemporâneo. Neste, o sujeito se percebe mais emancipado quando se transforma em um ator social capaz de interferir para modificar as relações sociais do local em que atua, sem, contudo, restringir sua identidade a nenhum grupo ou coletividade específica (TOURAINE, 1994). Na conjuntura histórica atual, os sujeitos tendem a defender ideais múltiplos e/ou díspares, provenientes tanto do universalismo abstrato do mercado, quanto do particularismo específico vivido na comunidade. Isso ocorre porque as atividades instituídas pela modernidade intensificaram a interdependência entre os indivíduos, especialmente no que diz respeito à realização das condições objetivas de vida. Também ampliaram as funções individuais e, do mesmo modo, as posições ocupadas. Dessa forma, multiplicaram-se, sobremaneira, as modalidades de vínculos nos diferentes ambientes nos quais os indivíduos se integram. Mesmo que na sociedade capitalista os indivíduos sejam comumente identificados a partir do referencial do trabalho, o sujeito contemporâneo não mais se define por determinantes unilaterais, mas, sim, por um conjunto de elementos que o integram socialmente de forma plural e mesmo assimétrica na cultura, no lazer, na religião, na política, nas interações face a face (LANIADO, 2001). Sendo assim, não se deve estranhar que, hoje, os atores sociais adiram a projetos que não

exijam deles uma identificação total ou exclusiva de longo prazo ou um ideal fixo ou mesmo um pertencimento contínuo a uma coletividade. Essa identificação de origem múltipla ocorre até mesmo com identidades específicas, a exemplo da juvenil.

A identidade juvenil não foi a primeira acionada por nenhum dos entrevistados, mesmo por aqueles que atuam ou defendem causas mais diretamente relacionadas aos jovens. Para vinte e dois deles, ser jovem não é um elemento central quando se trata de atuação política, mas, sim, o fato de ser militante ou ativista político, como alguns se auto-identificaram. Essa percepção corrobora os dados discutidos por Abramo e Facchini (2007), no relatório de pesquisa sobre juventude e integração sul-americana coordenada pelo Ibase e Pólis, que ouviu 960 jovens e alguns especialistas em juventude em seis países do cone sul: Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Bolívia. De acordo com as pesquisadoras, muitos indivíduos jovens não acionam esta identidade como ponto de partida no que tange à sua presença na cena pública ou como um elemento estruturante da sua identidade política. Para esses sujeitos, suas existências são perpassadas por várias outras singularidades que acabam por relegar a condição juvenil a um segundo ou terceiro plano. Tal identidade, no entanto, segundo as autoras, não representa desconforto, tampouco é objeto de rejeição. Esse fato resulta, isto sim, daquilo que Giddens (2002) define como desencaixes.

Frente às sucessivas mudanças resultantes da reconfiguração das estruturas sociais contemporâneas, pouco a pouco, as formas modernas de identificação e interação social, que há muito têm norteado a vida em sociedade, a exemplo da classe, comunidade, trabalho e Estado-Nação, entre outras, estão a sofrer um profundo processo de realocação e redistribuição de poderes (BAUMAN, 2001). Nesse processo, as identidades dogmáticas se conectam continuamente a movimentos de desencaixe e reencaixe, visto que na contemporaneidade os indivíduos não costumam mais se fixar em nenhuma dessas categorias de forma exclusiva (GIDDENS, 2002). Sendo assim, não é de se estranhar que os entrevistados, nesta pesquisa, tenham preferido enfatizar outras singularidades identitárias em detrimento da identidade juvenil, pois a existência contemporânea os leva a transitar em diferentes realidades e a dialogar com diversos grupos que as compõem. Um exemplo ilustra bem essa questão. Dos vinte e quatro indivíduos entrevistados somente dois não exercem nenhum tipo de atividade ou trabalho remunerado, são apenas voluntários, sendo que um deles se encontrava desempregado. Como se pode ver, além de jovens e/ou estudantes, são também pessoas que vivenciam as pressões do mercado de trabalho. Talvez por isso, a identidade juvenil não tenha sido evocada com um destaque

significativo e, sim, uma identificação com ser militante ou ativista político. Hoje, os diferentes meios pelos os indivíduos circulam, do ambiente educacional ao do trabalho, das relações interpessoais às de lazer e de consumo, estão a produzir, continuamente, mensagens que exigem deles uma resposta, que gera, por sua vez, outras mensagens. As mudanças aceleradas, a pluralidade da participação, a abundância de possibilidades e mensagens disponibilizadas aos indivíduos, hoje, contribuem, sobremaneira, para debilitar os pontos de referência sobre os quais a identidade era tradicionalmente construída (MELUCCI, 1996).

Uma segunda questão, para a qual os dados até aqui apresentados apontam refere-se às formas tradicionais de participação. Como já mencionado, seis dos entrevistados nesta pesquisa possuem vínculos estreitos com o Partido dos Trabalhadores, por meio de atividades voluntárias ou remuneradas desenvolvidas em alguns dos seus setoriais. Esse fato revela que, a despeito do descrédito generalizado nas formas tradicionais de participação política, a exemplo dos partidos, estas continuam atraindo jovens para seus quadros. Para estes entrevistados, a atuação em um partido político auxilia na construção de uma identificação de ideologia política, bem como ensina, de forma mais sistematizada, a transformar uma prática ou ação em uma causa voltada para atender às necessidades e interesses da coletividade. Ademais, uma organização partidária, segundo os entrevistados, propicia aos seus integrantes um tipo de aprendizado fundamental para a prática militante, isto é, saber negociar, debater, confrontar idéias e convencer os opositores (*cf*. Entrevistas 03, 04, 05, 10, 17 e 18).

Contudo, no que tange à credibilidade e/ou confiabilidade nas formas tradicionais de participação política, os dados gerais apontam para a mesma direção das análises e pesquisas já citadas no capítulo anterior. Em um primeiro momento, foi perguntado a cada entrevistado/a sobre quais características uma instituição ou organização deveria reunir para ser considerada confiável. O Quadro 01 representa um resumo das principais características apontadas pelos depoentes. Privilegiou-se o sentido intencionado das categorias indicadas e não a sua quantificação. Os/as jovens responderam nos seguintes termos, conforme demonstrado nas páginas subseqüentes e, também, no quadro abaixo.

QUADRO 01 – Características de uma instituição/organização confiável

CARACTERÍSTICAS	JUSTIFICATIVA
Cumprimento do seu papel social	Combater as desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais.
Transparência	Divulgar amplamente para a sociedade desde a elaboração das estratégias e do planejamento das ações, até a aplicação dos recursos utilizados.
Natureza democrática	Abrir para o diálogo com a sociedade civil e boa articulação com as diversas instâncias sociais
Horizontalidade	Permitir a livre expressão e participação dos seus atores.
Trabalhar considerando os princípios da ética e da moral	Permitir que as instituições ou organizações sejam vistas como lugares legítimos e legitimadores de promoção da justiça social.
Lógica do social sobre a do capital	Privilegia os interesses da coletividade e não de pequenos grupos.

FONTE: trabalho de campo (2008/2009).

De acordo com os entrevistados, para ser confiável, uma instituição ou organização precisa em primeiro lugar cumprir seu papel social, que é, segundo eles, combater as desigualdades, sejam estas econômicas, políticas, sociais ou culturais. Assim sendo, sua atuação deve voltar-se sempre para atender aos interesses mais democráticos da coletividade, respondendo às demandas solicitadas. Por essa razão, a transparência foi apontada como uma das características fundamentais em relação ao trabalho desenvolvido pelas instituições ou organizações confiáveis, pois a ampla divulgação deste, desde a elaboração de estratégias e planejamento das ações, até a forma de aplicação dos recursos, permite uma maior vigilância e controle pela sociedade. Para alguns, uma gestão institucional de credibilidade seria aquela de natureza democrática, em que fosse possível uma maior "abertura do diálogo com a sociedade civil", assim como uma "boa articulação com as diversas instâncias sociais" (Entrevista 24). Também a horizontalidade, ou seja, uma estrutura que permita "a livre expressão e participação de seus atores", conforme pontuou um entrevistado (Entrevista 21), foi outra característica indicada como essencial para se confiar nas instituições ou organizações sociais. Do mesmo modo, para haver confiabilidade em uma instituição ou organização, é importante que os seus membros sejam pessoas sérias, isto é, "que trabalhem de acordo com os princípios da ética e da moral" (Entrevista 22).

Ética e transparência foram as características consideradas mais importantes por todos os entrevistados no que tange à confiança e credibilidade, mesmo entre aqueles que alegaram não confiar ou não confiar plenamente em nenhuma instituição ou organização.

Para um deles, por exemplo, essas duas características juntas permitem que as pessoas acreditem nas instituições ou organizações como "lugares legítimos e legitimadores para nos ajudar a fazer justiça social" (Entrevista 14). Para outros, a credibilidade decorre das "boas ações", ou seja, aquelas pautadas por valores éticos que consideram o ser humano como um ator social, que respeitam as leis e põem a lógica do social sobre a do capital, privilegiando, dessa maneira, a coletividade e não, apenas, pequenos grupos. Nessa perspectiva, angariar confiança depende muito mais da prática do que do discurso, pois, conforme um entrevistado, "palavras convencem, mas gestos arrastam" (Entrevista 06). As práticas são, portanto, fundamentais para uma instituição ou organização obter o reconhecimento de sua atuação como algo confiável, de acordo com os indivíduos entrevistados, pois estas dão visibilidade aos discursos dos indivíduos e, também, das instituições/organizações.

4.3 – Movendo-se na ambivalência contemporânea

No contexto histórico atual, de acordo com Giddens (2007), há uma percepção cada vez mais acentuada de que o mundo está em "descontrole" (*sic*). Segundo o autor, algumas concepções do Iluminismo que guiaram a prática política dos atores na renovação do mundo para a modernidade, sobretudo aquelas cujos fundamentos apregoavam a idéia do desenvolvimento científico e tecnológico como garantia de uma vida mais segura e previsível, não realizaram as promessas da nova ordem. Hoje, as sociedades e os indivíduos estão diante de situações de incertezas e riscos jamais imaginados na história da humanidade. A inovação tecnológica dos tempos presentes, por exemplo, põe em evidência novas modalidades de risco para a vida cotidiana das pessoas no que diz respeito, sobretudo, ao meio ambiente e à economia.

A vulnerabilidade do meio ambiente frente aos avanços urbano-industriais e aos desdobramentos decorrentes desse intenso desenvolvimento tornou-se mais evidente a partir dos debates em torno do aquecimento global. Esse tema, de acordo com Giddens (2007), ganhou importância, pois mostrou para a comunidade internacional como os riscos

atuais são mais generalizados por poderem afetar tudo e todos de um modo semelhante, independente de onde as pessoas vivam ou quão privilegiadas ou carentes elas sejam[21].

O fenômeno da globalização, segundo Giddens (2007), está afetando profundamente vários aspectos da vida cotidiana, no contexto histórico contemporâneo. As transformações decorrentes desse processo atingem as várias instâncias da vida e não se limitam a uma região específica do planeta, mas alcançam, com diferentes intensidades, todas as áreas do globo. Essas transformações estão a impelir as sociedades atuais na direção de uma ordem global cujos efeitos e riscos não podem, ainda, ser dimensionados com precisão e clareza. Talvez, por isso, seja elevado o grau de insegurança vivenciado pelos indivíduos na modernidade líquida (BAUMAN, 2001).

Por se tratar de um conjunto complexo de processos que operam de forma contraditória ou antagônica no âmbito do trabalho, da economia, da cultura, da ciência, da tecnologia e, até mesmo, nos aspectos mais íntimos das experiências pessoais, a globalização obriga a repensar valores e paradigmas que são insuficientes e insatisfatórios em relação a uma realidade marcada por transformações intensas e aceleradas. Ou, ainda, explicam de maneira deficitária um mundo onde os avanços tecnológicos nos sistemas de comunicação, sobretudo nos sistemas de comunicação eletrônica por satélites, encurtaram distâncias e, por conseguinte, possibilitaram que experiências e realidades, outrora demasiado distantes, se tornassem próximas a ponto de transformar sistemas tradicionais de família e identidades culturais, em diversas partes do mundo. A nova ordem global que se anuncia, afirma Giddens (2007: 28-29), não é um fenômeno conduzido por uma vontade humana coletiva, "ela está emergindo de uma maneira anárquica, fortuita, trazida por uma mistura de influências. Ela não é firme nem segura, mas repleta de ansiedades, bem como marcada por profundas divisões". Divisões estas que geram um alto grau de incerteza, termo aqui empregado a partir do referencial teórico de Keynes (*apud* ANDRADE, 1987), para quem um fenômeno incerto é aquele sobre o qual não existe nenhuma base científica que nos permita elaborar qualquer cálculo, a fim de antevermos a sua provável ocorrência e possíveis conseqüências, pois não há como saber nada sobre eles.

---

[21] Por razões similares, a crise econômica atual, iniciada no setor imobiliário estadunidense no final de 2008, preocupa a todos. Em poucas semanas, seus efeitos atingiram os mercados financeiros internacionais, reduzindo as taxas de crescimento de vários países, como Japão e Inglaterra, assim como o fechamento de inúmeros postos de trabalho nos mais variados setores da economia. Alguns analistas afirmam que os efeitos dessa crise irão potencializar o aumento da pobreza, das desigualdades sociais e do trabalho precário (BAVA, 2008). Outros chegam mesmo a dizer que se trata do início de um período de bastante risco para o capitalismo (ARBEX JR., 2008). De acordo com estimativas da Organização Internacional do Trabalho – OIT (*apud* SOMAVIA, 2008), estima-se que, até o final de 2009, serão fechados 20 milhões de postos de trabalho em todo o mundo; 40 milhões de pessoas farão parte das estatísticas referentes aos que vivem com menos de US$ 1 por dia e mais de 100 milhões serão aqueles que sobreviverão com até US$ 2 por dia.

O elevado grau de incerteza que caracteriza o contexto histórico contemporâneo gera, por conseguinte, uma relação ambígua entre os indivíduos e as instituições sociais, pois ora estas se apresentam como confiáveis, por agir em prol da coletividade e por seguir o que prevê a lei; ora como suspeitas de favorecer pequenos grupos e não considerar os valores morais e éticos da sociedade. Dessa forma, a questão da incerteza e do risco foi analisada por sua contrapartida – a confiança nas instituições ou organizações. Algumas instituições ou organizações foram apontadas, pelos indivíduos entrevistados nesta pesquisa, como as mais confiáveis e outras como menos confiáveis. Por vezes, a mesma instituição ou organização foi apontada por uns como muito confiável e, por outros, como pouco confiável. Aquelas que apareceram mais frequentemente nas respostas dos entrevistados como sendo as de maior confiabilidade estão listadas na Tabela 01, reproduzida adiante. Vale ressaltar que, nessa questão, os entrevistados podiam indicar mais de uma instituição ou organização.

TABELA 01 – Instituições/Organizações MAIS confiáveis

INSTITUIÇÕES/ORGANIZAÇÕES	RESPOSTAS (%)
Família	20,5
Movimentos sociais	15,9
ONGs	15,9
Instituições educacionais (escolas e universidades)	9,1
Partidos políticos	6,8
Estado	6,8
Justiça	4,5
Ministério Público	4,5
Redes sociais	4,5
Sindicatos	2,3
Igrejas	2,3
NENHUMA INSTITUIÇÃO/ORGANIZAÇÃO	6,9
TOTAL	**100**

FONTE: pesquisa de campo (2008/2009).
NOTA: os entrevistados/as podiam indicar mais de uma instituição ou organização.

Das instituições mais confiáveis, a família apareceu em primeiro lugar com 20,5% das respostas de maior freqüência. Trata-se, na opinião dos entrevistados, de uma instituição basilar, responsável por dar suporte ao indivíduo em todas as fases de sua vida. Para uma entrevistada, por exemplo, "sem família estruturada a pessoa fica completamente vulnerável" (Entrevista 22). Porém, conforme ponderou um outro entrevistado, é do Estado

o dever de fornecer as condições necessárias para que a família possa se constituir em um suporte sólido para o indivíduo. Todavia, para isso acontecer, a participação política é fundamental, pois somente a partir desta pode-se pressionar o Estado, a fim de transformá-lo em uma instituição responsável por salvaguardar os direitos e interesses da coletividade, por meio da família (*cf.* Entrevista 16). Alguns entrevistados disseram que família é sinônimo de solidariedade, reciprocidade e amor; sempre apóia, especialmente nos momentos de maior dificuldade que um indivíduo, porventura, venha a enfrentar. Entretanto, quando os limites entre a família e a individualidade de seus membros não são respeitados, essa instituição deixa de ser uma referência confiável, segundo um entrevistado (Entrevista 23). Essa percepção, cada vez mais presente na conjuntura social contemporânea, de acordo com Castells (1999a), decorre de uma crescente individualização dos relacionamentos no interior das famílias, cuja tendência é realçar a relevância dos anseios pessoais para além das regras institucionais propostas. O autor afirma que a sexualidade, por exemplo, em relação aos valores sociais, adquire *status* de necessidade pessoal que não precisa, fundamentalmente, passar pelo crivo familiar ou, ainda, ser canalizada e institucionalizada no seio da família. Por essa razão, o respeito pelas individualidades foi apontado como um valor fundamental para haver confiança na família (*cf.* Entrevistas 01, 03 e 17).

Ainda em relação à confiabilidade na instituição familiar, uma entrevistada disse confiar nos valores familiares anteriormente mencionados, isto é, amor, solidariedade e reciprocidade, mas não na organização familiar em si, ou pelo menos, no modelo hegemônico de família que está estruturada a partir de padrões heterosexistas (*cf.* Entrevista 24). No entender dessa entrevistada, no mundo contemporâneo, esses padrões estão deveras desconectados das experiências da vida cotidiana. Esta idéia condiz com Giddens (2007), segundo o qual o cotidiano está cada vez mais perpassado por influências globalizantes que o tem, paulatinamente, libertado do domínio da tradição. Em oposição a essa visão, tradição é justamente o que levou outro entrevistado a alegar ter confiança na família, porque, para ele, os valores familiares tradicionais ajudam a moldar o indivíduo para uma convivência mais harmoniosa em sociedade (*cf.* Entrevista 02).

Conforme observado na Tabela 01, após a família, os movimentos sociais e as ONGs foram apontadas como as organizações mais confiáveis, cada uma delas com 15,9% das respostas de maior freqüência. Esse resultado sugere que a ação coletiva, organizada ou não, a qual os entrevistados representam é uma instituição da política reivindicativa e mobilizatória contemporânea no espaço público; e, ainda, tem transformado esse mesmo

espaço numa multiplicação de esferas públicas de ação política contestatória e mobilizadora de atores para mudanças profundas (FRASER, 2001). Portanto, este não é um dado que surpreende, até porque todos os entrevistados têm uma ligação direta, através de trabalho remunerado e/ou voluntário, ou indireta, como eventual colaborador, com tais modalidades de organização da ação coletiva. O que chama atenção, porém, são as justificativas apresentadas para classificá-las como confiáveis. Movimentos sociais e ONGs são, de acordo com os entrevistados, instâncias mais dinâmicas que as instituições formais do Estado, do parlamento e dos partidos políticos. Tais instâncias, devido à sua estrutura verticalizada e uma hierarquia mais centralizada do poder, não conseguem responder a contento às demandas e expectativas da sociedade atual. Como se pode observar na Tabela 01, a soma total dos índices de confiabilidade em relação aos movimentos sociais e ONGs é proporcional aos índices de desconfiança e descrédito nas instâncias tradicionais de participação política, conforme pode ser visto na Tabela 02, reproduzida e analisada adiante.

Embora bastante significativo, como se verá, o quadro de desconfiança generalizada em relação aos procedimentos políticos e processos democráticos ortodoxos pode ser revertido. Giddens (2007) sugere como solução democratizar a própria democracia, isto é, descentralizar, de fato, o poder que ainda está muito concentrado nas agências e no âmbito do estatal, além da necessidade de criar medidas eficazes anticorrupção em todas as esferas da vida pública. Assim, afirma o autor, seria possível ampliar a democracia num nível acima e também abaixo do Estado-Nação, tornando-a, por conseguinte, mais abrangente e transnacional, já que uma era globalizante exige respostas globais e ágeis. Segundo o autor, esse princípio deve ser aplicado tanto à política quanto a qualquer outra área da vida social.

De acordo com Giddens (2007), uma efetiva democratização da democracia implica, antes de tudo, numa reforma constitucional que adapte as leis locais à realidade presente, no que diz respeito às novas configurações sociais. Também, é preciso promover uma real transparência nos assuntos políticos. Os partidos, por sua vez, devem repensar seus princípios, pois cada vez mais serão chamados a colaborar com grupos que focam, principalmente, causas nucleares, como, por exemplo, as ONGs de caráter militante e os movimentos sociais. São grupos que costumam estar na vanguarda, porque trazem à tona problemas e questões referentes aos interesses coletivos e que podem permanecer ignorados nos meios políticos mais convencionais por muito tempo. Assim, continua Giddens (2007), a democratização da democracia depende da promoção de uma cultura

cívica vigorosa. É exatamente por terem a capacidade de promover essa cultura cívica que muitos entrevistados apontaram os movimentos sociais e as ONGs como organizações confiáveis, pois, segundo eles, estas estimulam de forma horizontalizada a participação de atores políticos e criam alternativas para a sociedade civil pressionar o poder público de maneira mais eficaz e, também, mais ágil. Com base na visão dos entrevistados, é possível afirmar que tais organizações funcionam, de fato, como os sistemas de participação cívica analisados por Putnam (1996), cujos integrantes se sentem mais motivados a cooperar pelo fato de não existir distanciamentos intransponíveis entre os papéis que cada um desempenha e os objetivos e ideais da organização e seus impactos mais diretos e visíveis na comunidade.

Com 9,1% das respostas mais recorrentes, as instituições educacionais, também, figuram na lista daquelas consideradas como mais confiáveis. Para os entrevistados, a educação promove o desenvolvimento pessoal e intelectual de cada um e, por isso, se constitui numa possibilidade real de os indivíduos poderem se inserir com dignidade na sociedade. A educação propiciada, sobretudo pelas universidades, permite, ainda, a construção de uma consciência crítica voltada para a interlocução mais ampla com as diferentes instâncias sociais, o que contribui, sobremaneira, para a produção e difusão do conhecimento e das idéias de conteúdo político. Dessa forma, possibilita-se a inserção social e resgata-se a dignidade dos indivíduos Um dos entrevistados resumiu a importância da educação nos seguintes termos: "é através da educação que se muda; sem ela nada se alcança" (Entrevista 12).

Com base nas informações acima, é possível afirmar que as instituições educacionais, a despeito das críticas que lhes são, frequentemente, dirigidas, foram consideradas confiáveis porque a educação e o conhecimento, em tese, estão ao alcance de todos, conforme pregam os princípios da liberdade e igualdade instituídos pela modernidade. Nessa perspectiva, o mérito pessoal conquistado mediante o esforço individual é mais valorizado que a honra, considerada pelos antigos como um dos bens fundamentais da vida social, pois advinha da virtude e do bem fazer (ABBAGNANO, 2003). Nas sociedades pré-modernas, de cunho prefigurativo, a honra era responsável pelas diferenças e desigualdades entre os homens, uma vez que toda estima e consideração tributada a um, dependia, essencialmente, da ausência destas no outro. Com o avanço dos novos paradigmas perpetrados pela modernidade, porém, essa lógica foi alterada. No mundo moderno, a noção de honra foi superada pelo princípio da dignidade do sujeito, cujo imperativo estabelece que todo ser racional possui um valor não relativo

que, por isso mesmo, não permite nenhuma equivalência. Sendo assim, o princípio da dignidade do ser é universal e admite a igualdade entre os indivíduos como um direito legítimo (TAYLOR, 1994). Daí porque a educação é apontada como uma ferramenta transformadora e as instituições educacionais como instâncias provedoras de *status* importantes para o bem-estar da sociedade e de seus membros.

Os partidos políticos, também, aparecem entre as instituições mais confiáveis, com 6,8% das respostas de maior constância. Como se vê, a crise de confiabilidade que atinge os sistemas políticos tradicionais não compromete de todo a importância que estes continuam a ter no mundo atual. Um dos entrevistados alegou confiar nos partidos porque eles "velam por nossos interesses em outras esferas" (Entrevista 03). Outra resposta informou que é possível confiar somente nos partidos de esquerda, pois estes permitem a expressão do pluralismo no que concerne ao debate e confronto de idéias, além de possuírem "um modelo democrático que possibilita a convivência de várias tendências no mesmo espaço de participação política" (Entrevista 18). Um outro entrevistado, seguindo a mesma linha de pensamento, afirmou acreditar nos partidos, mas não nos de direita por conta da questão ideológica e histórica destes, tanto no Brasil como em outros países (*cf*. Entrevista 21). Vale ressaltar que os entrevistados que apontaram os partidos políticos como instituições confiáveis são filiados ao Partido dos Trabalhadores regional.

O Estado, com 6,8% das respostas mais recorrentes, também, foi considerado entre as instituições confiáveis. Entretanto, trata-se de uma confiança relativa, haja vista as justificativas apresentadas. Um dos entrevistados alegou só ser possível confiar no Estado se ele for capaz de promover transformações sociais significativas, isto é, mudanças que correspondam e atendam aos interesses coletivos e não ao de grupos particulares. Para ele, "as transformações sociais mais profundas vêm a partir do Estado porque só ele é capaz de alterar a dinâmica social" (Entrevista 05). Na visão de outro entrevistado, porém, não há alternativa. Confiar no Estado é condição *sine qua non* para se viver em sociedade: "Se não confiar, vou fazer o quê? Vou morar numa ilha deserta?" (Entrevista 01).

A confiança na justiça, que aparece com 4,5% das respostas mais freqüentes, ocorre, conforme as justificativas apresentadas, de acordo com os mesmos parâmetros já mencionados em relação ao Estado, ou seja, como uma demanda imperativa – é necessário confiar. As varas de família e a justiça do trabalho, porém, foram apontadas como as instâncias de maior credibilidade do Judiciário, devido à sua atuação forte, assim como pelo seu comprometimento em dar respostas à sociedade. A confiabilidade no Ministério Público, que aparece com igual índice da justiça, também, foi justificada nesses mesmos

termos. Sindicatos e igrejas aparecem, respectivamente, com 2,3% das respostas com maior recorrência. Em relação aos primeiros, um entrevistado afirmou que a confiança ocorre porque eles estimulam a participação e trabalham em prol de "quem está junto com eles" (Entrevista 05). Já as igrejas são confiáveis porque, na opinião de um dos entrevistados, "transmitem princípios morais e éticos necessários à vida em sociedade" (Entrevista 01).

Quanto às redes sociais, embora apareçam com apenas 4,5% das respostas no que tange à escala da confiança nas instituições ou organizações, foram apontadas por vinte e três entrevistados como instâncias importantes para a ação política na contemporaneidade; portanto, um significativo índice de representatividade nas respostas sobre o tema. De acordo com as respostas dadas, é possível afirmar que redes sociais inspiram muita confiança para aqueles que se envolvem em ação coletiva, seja por conta da sua capacidade de aglutinar diferentes atores, seja por causa da sua estrutura horizontalizada, que permite maior autonomia de ação. As redes sociais foram apontadas como essenciais para as lutas políticas contemporâneas, pois, de acordo com os entrevistados, tais redes potencializam uma causa e são um excelente espaço de intercâmbio, de reconhecimento e de estratégias de ação. Ademais, movimentos sociais e ONGs estruturados em rede têm maiores condições de pressionar os poderes públicos. Por possuírem tais características, as redes evidenciam, conforme já mencionado no terceiro capítulo, padrões alternativos de organização e mediação com as agências estatais. As redes, também, se constituem, com relativa força, em formas de expressão e pressão política da sociedade civil organizada em relação ao Estado e à chamada opinião pública. Ademais, de acordo com Scherer-Warren (2006), essas novas configurações organizativas promovem uma maior aproximação e um diálogo mais estreito, tanto na esfera local quanto na global, entre atores sociais plurais com demandas e interesses diversificados. O encontro de diferentes reivindicações e lutas relativas aos mais variados aspectos da cidadania, de um lado, pode gerar conflitos e tensões; porém, de outro, permite aos movimentos sociais e às ONGs articularem a defesa de um sujeito identitário único com a defesa de um sujeito plural, cujos direitos, sejam estes civis, políticos, sociais, econômicos, ambientais ou culturais, são indivisíveis e universais.

> Trata-se de uma atuação conjunta que possibilita a união de forças para atingir conquistas que atendam aos interesses coletivos. As redes dão mais força e unidade aos movimentos sociais e às ONGs (Entrevista 04).

Seguindo esse mesmo entendimento, um outro entrevistado acrescentou ser essencial atuar em rede, porque, como já foi dito, elas potencializam uma causa e os movimentos, bem como possibilitam aberturas para outras causas, não necessariamente restritas ao universo particular de cada um e de cada movimento.

> Atuar em rede permite que a gente saia do nosso mundinho. Em rede é possível se perceber com maior clareza que sozinho não se modifica a realidade. Todos almejam uma sociedade mais digna, com respeito aos direitos humanos. Na rede, embora cada um tenha a sua bandeira, no fundo todos têm o mesmo objetivo, ou seja, influenciar nas políticas públicas por um mundo melhor (Entrevista 08).

Como concluiu Gonzalez (2004) sobre jovens universitários de Salvador, a preocupação com um mundo no qual haja condições dignas de vida para todos ou para a maioria, aliada à garantia dos direitos humanos, conforme revelam alguns indivíduos aqui entrevistados, demonstra que, ao contrário do senso comum, os jovens ou indivíduos jovens de hoje não são hedonistas ou individualistas. Ao invés disso, deve-se vê-los como sujeitos menos preocupados com mitos sustentados pelos valores da democracia liberal e mais voltados para uma realização pessoal, na vida cotidiana, de forma socialmente integrada e solidária. Esse assunto será desenvolvido mais satisfatoriamente quando for abordada a questão de justiça social, no presente estudo.

A possibilidade de sair do próprio mundo (o micro e o local) e se interligar com outros foi a característica apontada como a de maior importância no trabalho em rede. Para vinte e três dos vinte e quatro entrevistados, as redes transcendem o local, tornando possível a construção de percepções da política e de políticas públicas nacionais e transnacionais integradas. “Existe uma conexão que faz com que entendamos que as causas locais não são localizadas, elas também são globais” (Entrevista 10). Proporcionar uma visão ampliada da atuação política voltada para causas e lutas coletivas é a contribuição mais significativa das redes, na opinião de quase todos os indivíduos entrevistados, pois, para eles, a partir dessa percepção, novas estratégias de ação e enfrentamento podem ser traçadas.

> Na rede se percebe que a atuação localizada é mais geral do que se imagina. Isso possibilita traçar estratégias de ação, intercâmbio de experiências e conhecimento. Permite, também, uma ação mais estruturada. Isso dá força à causa. Fora da rede não é possível sobreviver (Entrevista 23).

A impossibilidade de os movimentos sociais e as ONGs sobreviverem fora das redes é uma opinião compartilhada por vinte e dois dos entrevistados. Na visão geral destes, a rede facilita a atuação política, abre portas, liga diferentes movimentos, dotando-os de maior representatividade frente ao poder público, possibilita maior comunicação e troca de conhecimento; além de fortalecer o discurso e as causas defendidas por cada um, o que os deixa politicamente mais fortes para pressionar as instâncias públicas do poder. Sendo assim, atuar fora da rede implica no enfraquecimento dos movimentos sociais e, também, das ONGs. Para uma entrevistada, na conjuntura atual, "é impossível ignorar a capacidade de mobilização das redes", capacidade esta que fortalece a militância, importante tanto para ONGs e movimentos sociais quanto para a população interessada ou por estes assistida. Segundo ela,

> Para os movimentos sociais e as ONGs, as redes são importantes porque os fortalecem. Para a população assistida, porque destacam as suas principais reivindicações. A rede põe em evidência o sujeito como cidadão. Hoje é impossível atuar fora de uma rede, porque o sujeito não tem visibilidade política (Entrevista 24).

Para outro entrevistado, a questão pode ser argumentada nos seguintes termos: "Cada vez menos é possível sobreviver fora das redes". Se isso ocorrer, garantiu, "a sobrevida do movimento é menor e será bastante limitada" (Entrevista 14). Já um outro entrevistado afirmou que a articulação em rede é condição *sine qua non* da atividade humana, numa clara alusão a Hannah Arendt, porque, segundo ele,

> Assim como a gente é um ser político e vive a política, a gente vive em rede. Quanto a ser possível ONGs e movimentos sociais sobreviverem fora de uma rede, penso que é possível, mas é delicado porque atuar sozinho fica muito quadrado, verticalizado, fica-se parado (Entrevista 16).

Alguns entrevistados, embora concebam as redes como um importante espaço de atuação política no contexto histórico contemporâneo, enfatizaram, também, outros aspectos que devem ser cuidadosamente observados, porque podem atrapalhar a militância.

> As redes fortalecem a militância porque há troca de experiências além das fronteiras. Mas tais experiências tanto podem ser positivas quanto negativas. Mesmo achando o trabalho em rede fundamental, sobretudo por causa da capacidade desta em juntar idéias e unir grupos, é ingênuo acreditar que ela funciona sempre. Ela é mais intercâmbio que trabalho prático. É eficaz somente quando há uma motivação. De qualquer modo, a rede hoje é um fato, que não consigo ver sem a base da internet (Entrevista 15).

A partir da segunda metade da década de 1980, desenvolveram-se e popularizaram-se mundo afora ferramentas tecnológicas na área da comunicação, possíveis graças à fusão entre diferentes linguagens (oral, escrita e audiovisual) e entre as mídias de massa, como a televisão e a comunicação mediada por computadores. Esse sistema comunicacional multimídia ultrapassou o âmbito da comunicação eletrônica (web) de tal modo que essa nova morfologia da interação social, caracterizada pela interconexão de nós, se estendeu para todo o domínio da vida: casa, trabalho, escola, hospital, entretenimento, viagem, negócio, governo, política e, também, para o domínio das práticas criminosas, a exemplo do tráfico de armas, drogas e seres humanos. Aprofundada no decorrer dos anos 1990, essa fusão possibilitou a ampliação de uma base eletrônica que, por sua vez, permitiu a organização de redes interativas muito mais globais; de um lado, por conectarem indivíduos das mais variadas e longínquas regiões do planeta, e, por outro, porque o dinamismo dessas novas tecnologias de comunicação comporta uma troca de informação e conhecimento mais célere (CASTELLS, 1999a). Essa base eletrônica, ampliada principalmente pelos avanços ocorridos nas tecnologias da informação, motivou as críticas de outro entrevistado no que tange à suposta autonomia das redes sociais conectadas via web.

> As redes não são necessariamente autônomas. Elas ocupam um espaço gerido por grandes corporações que são centralizadoras e controladoras, como a empresa Google, por exemplo, que controla e administra o Gmail, o Blogger e o Orkut, principais ferramentas de difusão das redes hoje. A ambigüidade de tais corporações é evidente (Entrevista 23).

De fato, tais corporações funcionam como uma faca de dois gumes. De um lado, elas favorecem a formação e ampliação de redes sociais e a rápida difusão de valores democráticos concatenados com o contexto histórico-social contemporâneo. De outro, porém, podem se constituir num eficiente instrumento de censura, controle e cerceamento de idéias contrárias à ordem estabelecida, uma vez que, de acordo com seus termos de serviço ou políticas de conteúdo, se permitem, sem ter que justificar aos usuários suas razões, retirar do ar todo e qualquer sítio, *blog* ou comunidade virtual cujo, conteúdo

contrarie as normas da empresa[22]. A circulação das informações promovidas por tais meios em âmbito global é uma poderosa força democratizante. Entretanto, não se deve esquecer o outro lado da moeda. Os veículos de comunicação de massa, como a televisão e a internet, por exemplo, tendem a prejudicar o espaço público que estes próprios ajudam a fortalecer, ao banalizar e personificar em demasia as questões políticas. Ademais, o crescimento de empresas multinacionais de comunicação pode resultar na concentração de poder nas mãos de magnatas não eleitos. A oposição a esse poder e o enfrentamento de outras questões que prejudicam a democratização da democracia devem ser articulados tanto por organizações transnacionais quanto internacionais, assim como por estados e a sociedade civil como um todo. É no espaço transnacional que os desafios postos pelo mundo contemporâneo devem ser enfrentados e as soluções encontradas (GIDDENS, 2007).

Um outro aspecto das redes, enfatizado por alguns entrevistados, diz respeito ao fato de suas estruturas serem fluidas como o são as estruturas sociais da modernidade líquida analisada por Bauman (2001) e já discutida no primeiro capítulo desta tese. De acordo com uma entrevistada, não obstante as redes fortalecerem "a causa e o desejo de transformar, elas são fugazes" (Entrevista 07), justamente por conta de suas estruturas fluidas, que as leva a um processo contínuo de redefinição. Sendo assim, segundo ela, ao se redefinir, a rede deixa de ser o que era, pois já se transformou em outra rede. Se isso é bom ou ruim, a entrevistada não soube responder, mas garantiu que atuar em rede é "uma

---

[22] Evidentemente, essas normas visam coibir toda ordem de crimes passíveis de serem praticados por meio da rede mundial de computadores. Entretanto, por vezes, estas também podem ser utilizadas como instrumento de coibição da liberdade de expressão. No final de 2008, por exemplo, uma rede de *blogs* de conteúdo lésbico lançou na internet uma campanha de combate à homofobia no Blogger, empresa do grupo Google. Os termos da campanha foram os seguintes: "*Nós, abaixo-assinados, somos contra a ação indiscriminada do Blogger/Blogspot (que pertence ao Google) em excluir e restringir blogs com conteúdo saphico (lésbico) baseado em sugestão anônima homofóbica. Isso é censura. Esta ação deve ser banida. As Publishers hospedadas no Blogger movimentam uma gama interessante de informação e cultura, além de representarem uma comunidade que possui pouca visibilidade social. Estas "amadoras" profissionais exigem respeito ao seu trabalho e as suas publicações. A maioria dos blogs censurados, até o presente momento, não apresentam conteúdo de cunho ofensivo, pornográfico, discriminatório, de agressão ou violência de qualquer tipo. Por isso, a ação do Blogger se faz infundada a partir da própria Política de Conteúdo do Blogger [...] É de conhecimento público, os Termos de Serviço do Blogger, que amparam todas as publicações. Mas, os blogs em questão não ferem nenhum dos artigos e disposições listadas pela empresa. Desta forma solicitamos, urgentemente, o apoio de todas as Publishers Saphicas profissionais, amadoras e da sociedade em geral para integrar a este abaixo assinado, que se propõem a reivindicar da Blogger-Google Brasil o empenho no combate a discriminação na web e a exclusão da denúncia homofóbica como parâmetro de controle de conteúdo da empresa. Exigimos, também, que tal crime seja devidamente investigado e os responsáveis punidos, a fim de evitar o desrespeito aos Direitos Humanos e a continuidade dos diversos crimes de natureza homofóbica que ocorrem no nosso país*" (Disponível em: **http://www.abaixoassinado.org/abaixoassinados/3338**. Acesso em: 17/12/2008). Como se vê, a internet não é um espaço que possa garantir a autonomia das redes, haja vista que, ao contrário do que muitos acreditam, hoje, apesar de a *web* permitir um fácil acesso a dados não diretamente subordinados às fronteiras geográficas ou ao controle rígido dos órgãos estatais, a censura continua a ser um instrumento da ordem estabelecida.

das melhores formas de participação", pelas razões já mencionadas. Em outro depoimento foi dito que a fluidez das redes ocorre porque as pessoas entram e saem constantemente das mesmas. Dificilmente, elas se fixam e, a depender de suas motivações, na maioria das vezes, estão conectadas a mais de uma rede simultaneamente (*cf.* Entrevista 13). Essa fluidez das redes ocorre porque, de acordo com Scherer-Warren (2008), as redes ora se contraem em suas especificidades ora se ampliam na busca por empoderamento político por meio da inserção de movimentos sociais e ONGs nas diversas formas de participação institucional. Quanto a isso, um outro entrevistado radicalizou sua avaliação sobre as redes ao afirmar: "Elas não são importantes, não funcionam, porque na prática não existe trabalho em conjunto" (Entrevista 12).

Mas essa não é uma opinião compartilhada pelos demais entrevistados. Estes declararam existir, sim, trabalho conjunto nas redes sociais a despeito da sua estrutura fluida. Contudo, algumas pessoas não conseguem percebê-lo, pois o trabalho resulta de um processo mais horizontal e difuso de articulação com o qual se está pouco habituado.

> A rede traz uma outra forma de organização, desafiadora, porque é um processo não hierárquico. Há lideranças e não líderes. Isso exige maior respeito às opiniões. A tomada de decisão é mais coletiva, o que faz de todos co-responsáveis (Entrevista 19).

Outra entrevistada completou essa idéia alegando que "trabalhar em rede é mais difícil porque o formato horizontal é mais democrático, logo, é preciso saber ouvir e ceder" (Entrevista 08).

Para vinte e três dos vinte e quatro entrevistados as redes são muito importantes porque ajudam a construir tanto pautas específicas quanto universais, aglutinam as lutas políticas, fomentam o intercâmbio e a troca de experiências, articulam diferentes movimentos sociais e ONGs e, em decorrência, conseguem interferir nas políticas públicas mais rapidamente que outras instituições, uma vez que sua força política se origina da convergência de esforços de vários atores sociais. Por essa razão, para um entrevistado, "não há diferença entre rede, ONGs e movimentos sociais tanto no conceito e nas práticas, quanto nos objetivos e na composição" (Entrevista 13). Esta percepção reflete, em parte, o debate travado no campo das Ciências Sociais a respeito da natureza dos movimentos sociais. De acordo com Cohen e Arato (2001), não está claro o que significa exatamente um movimento social e o que de fato o distingue de um partido político ou de um grupo de interesse. Se se considerar, como o fazem os referidos autores, os movimentos sociais

como esforços e ações organizadas voltadas para influenciar as estruturas econômicas e as políticas de Estado, então, se perceberá mais semelhanças entre ONGs de caráter militante, movimentos sociais e redes de ações coletivas do que diferenças significativas.

A confiabilidade nessas estruturas, apesar da sua fluidez, advém do fato de agregarem pessoas das mais variadas origens, que defendem causas das mais díspares e, sobretudo, desejam ter uma participação política mais efetiva, mas não se interessam pelos partidos com suas estruturas hierarquicamente verticalizadas. Ainda assim, estes também podem estar presentes nas redes sociais, seja diretamente ou através de seus membros, como ocorre com alguns indivíduos aqui entrevistados, já que uma das características mais marcantes destas últimas é permitir a pluralidade de idéias e formatos no seu interior.

Mas como a ambigüidade é a tônica do contexto histórico contemporâneo, a confiança, também, pode aparecer como um sentimento impreciso. Alguns entrevistados disseram não confiar em nenhuma instituição ou organização, pois, segundo estes, a confiabilidade é relativa. Segundo uma entrevistada, "*a priori*, não confio em nenhuma instituição, pois nenhuma delas é linear, depende do contexto, da conjuntura" (Entrevista 10). Outro afirmou que as instituições são falhas porque são formadas por seres humanos e estes, por natureza, estão sujeitos a erros (*cf.* Entrevista 15). Seguindo um pensamento semelhante, um outro entrevistado alegou ter dificuldade em apontar quais instituições ou organizações ele confiava mais ou confiava menos, porque, para ele, "em todas há pessoas e setores nos quais se pode ou não confiar" (Entrevista 19).

Adotando uma diferente linha de raciocínio, uma entrevistada declarou não confiar em nenhuma instituição, e isso, segundo ela, se deve ao passado histórico, assim como ao tipo de colonização implementado pelos portugueses no Brasil.

> Tenho um niilismo muito próprio. Sinto-me descontente com tudo que encontro, por isso vivo um eterno paradoxo. Percebo a necessidade de mudança, mas quando observo nossa história passada e atual, marcada por tanta corrupção e descaso, me desanimo (Entrevista 07).

A história do Brasil foi, notadamente, marcada pela exploração, pela violência, pelo desrespeito, pela corrupção e, também, por um processo de formação social caracterizado pelo patrimonialismo oligárquico e clientelista, fenômenos que, ainda, persistem na cultura política brasileira. Essa situação, segundo Martins (1994), é um reflexo da combinação de dois fatores explicativos. De um lado, não havia no Brasil colonial uma sólida relação contratual que distinguisse claramente os bens do Estado (Coroa) e os bens do cidadão

(súdito), o que acabava por gerar uma situação de hibridismo institucional. De outro, a única regra existente na colônia era aquela oriunda da vontade do rei. Sendo assim, a população, a fim de não ficar totalmente refém dos mandos e desmandos das autoridades representativas da Coroa, buscava fortalecer os laços de solidariedade familiar por acreditar, conforme discorre Reis (1995), ser esta a escolha mais direta para a solução dos seus problemas. Esse tipo de solidariedade primária funciona bem em comunidades pequenas e coesas nas quais a convivência íntima de seus membros fomenta uma espécie de confiança irrestrita entre as pessoas. Entretanto, para Putnam (1996), em contextos amplos e mais complexos, faz-se necessário estabelecer formas de solidariedade capazes de promover um tipo de confiança de cunho impessoal e indireto, visto que numa comunidade complexa quanto mais desenvolvidas forem tais formas, maior será a probabilidade de seus integrantes cooperarem em benefício mútuo, isto é, em prol da coletividade. Dessa maneira, aumenta-se a eficiência da sociedade e, por conseguinte, a confiabilidade de suas instituições.

Na trajetória brasileira, porém, essas formas mais impessoais e indiretas de solidariedade não foram capazes de neutralizar, na esfera da vida pública, a influência daquelas formas de cunho familiar. Por conseguinte, as fronteiras entre o que é característico do mundo privado e do mundo público são acentuadamente tênues no Brasil, o que pode explicar a ausência de confiança pontuada por alguns entrevistados em relação às instituições públicas brasileiras. Um entrevistado chegou mesmo a afirmar ser bastante cético em relação a tais instituições, pois, segundo ele, "tudo na nossa história nos leva a desconfiar delas" (Entrevista 17). Para outro, contudo, a questão da confiança não é tão relevante, pois "não se trata de confiar, mas de defender. As instituições precisam ser fortalecidas com mais controle. Por isso, é importante exigir delas total transparência" (Entrevista 13).

Longe de significar um pessimismo fundamentado no princípio do "tudo é vão", essa postura revela muito mais um tipo de niilismo que Domingues (2002), citando Nietzsche, denomina de ativo e estético. Esse niilismo denota uma postura que consiste em colocar a mão na massa por um mundo que se almeja ver concretizado, o que, na percepção dos entrevistados, se define, em linhas gerais, como a superação de modelos hegemônicos que fomentam as injustiças e desigualdades sociais, assim como o preconceito e a intolerância de toda ordem. Pode-se afirmar, portanto, que o niilismo ativo e estético é, de acordo com o próprio Nietzsche (*apud* ABBAGNANO, 2003: 712), "o estado dos espíritos fortes e das vontades fortes do qual não é possível atribuir um juízo

negativo: a negação ativa corresponde mais à sua natureza profunda". De fato, não confiar ou não confiar plenamente em nenhuma instituição não implica, necessariamente, em adotar uma atitude passiva e/ou anestésica frente ao mundo. Tampouco significa o que Sartre (*apud* PESSANHA, 1987) denomina de quietismo, isto é, uma atitude que leva o sujeito a crer que os outros podem fazer o que ele não pode; ou ainda, não acreditar na ação como um mecanismo transformador da sociedade. Pode exprimir, isto sim, o contrário, ou seja, a idéia de que a realidade não existe a não ser na ação. Como afirmou uma entrevistada, "se eu fosse niilista de fato não estaria nem mesmo aqui" (Entrevista 07).

Considerando o outro lado da questão, as instituições apontadas como as menos confiáveis, na opinião dos entrevistados, foram aquelas listadas na TABELA 02, abaixo reproduzida.

TABELA 02 – Instituições/Organizações MENOS confiáveis

INSTITUIÇÕES/ORGANIZAÇÕES	RESPOSTAS (%)
Polícia (civil e militar)	19,3
Igrejas	15,8
Estado	14,0
Partidos políticos	14,0
Câmara dos deputados	7,0
Justiça	7,0
Senado	5,3
Sindicatos	5,3
ONGs	3,5
Família	3,5
Meios de comunicação de massa	3,5
Empresas privadas	1,8
TOTAL	**100**

FONTE: pesquisa de campo (2008/2009)
NOTA: os entrevistados/as podiam indicar mais de uma instituição ou organização.

Como é possível observar, as polícias civil e militar aparecem no topo da lista como as instituições menos confiáveis, com 19,3% de freqüência, porque, segundo os entrevistados, atuam de forma truculenta e racista, sobretudo nas periferias. Outro fator que contribui, sobremaneira, para o elevado grau de desconfiança em relação às polícias é o fato de ambas estarem, constantemente, envolvidas em casos de corrupção. Ademais, para alguns dos respondentes, as polícias, ao invés de salvaguardarem as leis, "agem como se ainda estivessem a serviço dos senhores de escravos" (Entrevista 02), conservando ainda um caráter meramente repressivo, voltado para garantir segurança apenas para a

administração pública e para os que são econômica e politicamente favorecidos. Nesse sentido, asseguram tão somente os direitos de uma pequena elite. Seguindo uma linha diferente de raciocínio, um entrevistado alegou não confiar nas polícias, assim como em nenhuma instituição armada, pois "hoje em dia ter uma arma é ter a vida das pessoas nas mãos. Isso implica exercer um tipo de poder para o qual a humanidade não está preparada" (Entrevista 17).

Em relação às igrejas, a freqüência das respostas no que tange ao grau de desconfiança ficou em torno dos 15,8%. Embora a crítica de alguns tenha sido dirigida às instituições religiosas de uma maneira geral, a maioria se restringiu àquelas de tradição cristã por estarem mais próximas de suas realidades. Um entrevistado justificou sua desconfiança afirmando que as igrejas costumam tratar a religião como negócio, sobrepondo seus interesses financeiros ao seu compromisso com a evangelização, ou seja, seu interesse particular acima do comprometimento com o bem-estar coletivo (*cf*. Entrevista 01). Para outro, elas "mostram apenas um caminho" e, por conseguinte, não estariam preparadas para ajudar os fiéis no que diz respeito à promoção da justiça social e dos direitos humanos, pois suas propostas se baseiam em dogmas que não consideram as especificidades dos indivíduos e, por isso mesmo, são excludentes (*cf*. Entrevista 06). Um dos entrevistados colocou a questão nos seguintes termos:

> As igrejas se preparam pouco para ajudar seus rebanhos, pois não costumam respeitar as realidades, individualidades dos fiéis. Por isso acredito não haver sentido propor soluções baseadas em dogmas. (Entrevista 05).

Ainda assim, o entrevistado 05 afirmou confiar no trabalho das pastorais, porque mesmo estando a serviço da ideologia católica, elas "trazem valores questionadores e sua maneira de atuar revela uma profunda dedicação ao outro". Em oposição, um entrevistado declarou que as religiões e as igrejas, sobretudo as pentecostais, "provocam uma alienação, uma letargia política radicalizada", por isso não se deve confiar nelas (Entrevista 21). Já outro entrevistado alegou não confiar nas igrejas porque elas são hipócritas, haja vista que pregam uma coisa, mas suas práticas contradizem o próprio discurso, a exemplo do que faz a Igreja Católica em relação à pobreza e ao celibato (*cf*. Entrevista 15).

Aqui cabem algumas reflexões. Primeiro, mais uma vez é possível perceber que a confiança depende muito mais da prática do que de palavras de ordem, como também do compromisso com a coletividade. Relembrando o que disse um dos entrevistados anteriormente, "palavras convencem, mas gestos arrastam" (Entrevista 06). Segundo,

embora as religiões monoteístas tenham sido responsáveis por fazer emergir a idéia da igualdade entre os homens, por conta do fundamento da sua natureza divina, o que contribuiu, sobremaneira, de acordo com Comparato (2001), para a afirmação dos direitos humanos, as igrejas foram criticadas por alguns entrevistados por não respeitarem a individualidade dos seus fiéis. Tal crítica está em total consonância com os ideais de pessoa humana perpetrados pelos valores instituídos e consolidados pela modernidade avançada.

O Estado é outra instituição que apareceu entre as menos confiáveis. O índice de freqüência das respostas mais recorrentes ficou em 14%. As assertivas apresentadas para justificar a desconfiança não variaram muito. O Estado brasileiro foi considerado pouco confiável por dois motivos básicos: primeiro, por conta de suas práticas, vistas como autoritárias, sobretudo na relação com os menos favorecidos. Segundo, devido à forte influência das representações partidárias nas suas várias instâncias, o que favorece a prática do fisiologismo. O Estado brasileiro, também, foi considerado omisso já que não se manifesta ou demora muito para se manifestar em torno de questões para as quais a sociedade exige uma resposta rápida. Um dos entrevistados expressou sua indignação frente a esse fato nos seguintes termos: "Tudo é podre, por isso estamos nos engalfinhando. Daqui a vinte anos estaremos todos armados", referindo-se ao avanço da violência urbana e à incapacidade do Estado brasileiro para deter esse avanço (Entrevista 12).

Os partidos políticos apareceram, também, entre as instituições sociais menos confiáveis, com 14%, índice igual ao do Estado. Se for adicionado a esse percentual os 7% de rejeição referentes à Câmara dos Deputados e os 5,3% referentes ao Senado e aos sindicatos respectivamente, pode-se concluir que, de fato, as instâncias tradicionais de participação por meio da representação estão a enfrentar uma séria crise de credibilidade na política atual, uma vez que, no caso dos dados coletados, juntas elas somam 31,6% da rejeição de confiança.

O descrédito em relação a tais instâncias decorre de uma idéia bastante difundida atualmente no que tange ao entendimento da política: de que essas instituições não mais inspiram ou inspiram pouca confiança, devido, sobretudo, às constantes denúncias de corrupção financeira e escândalos dos mais diversos e falta de lealdade ao eleitor. Isto é, o fato de alguns políticos demonstrarem pouco ou nenhum comprometimento com as diretrizes dos seus partidos e com suas próprias promessas de campanha leva à crença generalizada de que eles se preocupam apenas com os problemas que os afetam diretamente, negligenciando aqueles de interesse da coletividade por completo

(KEIL, 2004). Por outro lado, a desconfiança também tem ocorrido de maneira mais recorrente devido à incapacidade das práticas políticas ortodoxas em responder às novas exigências do mundo contemporâneo, geradas por mudanças velozes que transformam a vida de todos, impetuosamente (TOURAINE, 2004). Essa foi a principal razão apresentada pelos entrevistados para justificar a falta de confiança no Estado e nas suas diferentes instâncias.

Essas questões ficam mais evidentes a partir do momento em que os que atuam em ONGs explicam as razões que os levam a desacreditar nos partidos, nos políticos profissionais e nos sindicatos. Um deles afirmou que as instituições do Estado, os governos, os partidos políticos, assim como os sindicatos têm práticas autoritárias e, por isso, não são instâncias nas quais se possam confiar (*cf*. Entrevista 23). Outro alegou que os partidos políticos são regidos pela lógica do poder e por sua conquista a qualquer custo; e, assim, dificultam a interação entre a gestão do poder público e a sociedade civil (*cf*. Entrevista 02). Compartilhando dessa opinião, um terceiro entrevistado acredita que o diálogo com o poder público só pode ocorrer se os atores envolvidos forem apartidários. Segundo ele,

> A idéia de ser apartidário não significa que não devam existir as instâncias partidárias, mas, sim, de se poder falar e agir com autonomia, sem receio de ser expulso ou punido pelo partido porque discorda dele neste ou naquele ponto (Entrevista 06).

Outros dois entrevistados justificaram sua desconfiança alegando que os partidos políticos são corruptos desde a sua criação, pois asseguram os direitos humanos apenas para uma elite ou, ainda, significam a própria corrupção e incoerência (*cf*. Entrevistas 07 e 08).

Quanto aos políticos de uma maneira geral, a desconfiança ocorre porque eles não cumprem promessas de campanha. Em relação ao Senado e às câmaras federal, estaduais e municipais, a desconfiança se dá porque tais instâncias não conseguem atingir seus objetivos, isto é, legislar em prol dos interesses da coletividade. Para a maioria dos entrevistados, os parlamentares (e vereadores) atuam em causa própria, então, para um deles, não há necessidade alguma de existirem duas casas legislativas no Congresso Nacional; bastaria a câmara dos deputados. Assim, as decisões seriam tomadas com maior agilidade e a população poderia usufruir dos seus reflexos mais rapidamente (*cf*. Entrevista 21). A capacidade em dar respostas rápidas à população demonstra ser uma

das principais características que uma instituição deve ter para ser confiável. A morosidade da justiça foi exatamente a característica apontada pelos entrevistados como o principal fator responsável pela desconfiança nessa instituição, que aparece com 7% das respostas mais recorrentes. Ademais, a justiça foi ainda considerada elitista e, por essa razão, não estaria cumprindo seu papel social, ou seja, o de zelar pelos interesses coletivos.

As ONGs, também, aparecem na lista das entidades menos confiáveis, com 3,5% na freqüência das respostas. A principal alegação para justificar essa desconfiança foi a falta de transparência de muitas delas no que tange à prestação de contas. Para os entrevistados, algumas recebem altos recursos financeiros, dos mais variados agentes, inclusive de agentes públicos, e não explicam claramente para a sociedade o uso de tais recursos. Além disso, certas ONGs funcionam como veículos de desvio de verbas governamentais, pois alguns políticos criam ou se vinculam a esse tipo de organização apenas para "privatizar" o dinheiro público. Uma entrevistada radicalizou suas críticas ao afirmar que não acredita na maioria das ONGs, porque estas "se tornaram organizações de assistencialismo, captação ilícita de recursos públicos e de desarticulação dos movimentos sociais" (Entrevista 18). Aliás, o assistencialismo foi um fator recorrente apontado por alguns entrevistados para justificar o descrédito em algumas ONGs.

> Ao começar a trabalhar em ONGs, achava que elas iriam transformar o mundo. Cheguei a pensar que seriam a salvação do planeta, porque era possível juntar a sustentabilidade pessoal e o desejo de transformar. Hoje, porém, penso que há momentos em que as ONGs não devem atuar, pois acabam tomando o lugar do Estado e há setores estatais que funcionam. As ONGs assistencialistas fazem o que o Estado deveria estar fazendo, o contrário das de caráter emancipatório, que apontam os caminhos (Entrevista 08).

De maneira semelhante, um entrevistado alegou não acreditar em algumas ONGs pelo fato de muitas delas investirem pouco na formação de seus agentes, transformando-os em meros "robôs que apenas repetem o discurso sem internalizar a causa" (Entrevista 02). A falta de formação gera, segundo ele, um esvaziamento dos debates políticos e o enfraquecimento dos movimentos sociais. Em consequência, como afirma Bauman (2001), a esfera pública, palco tradicional da participação cidadã, pode ser tomado por questões típicas da esfera privada e dos interesses individuais. Nessa mesma linha, uma outra entrevistada afirmou que a sociedade civil organizada está em crise; o que coincide com o pensamento de Chandhoke (2005), a qual considera que, hoje, a sociedade civil se encontra arrasada em grande parte porque o profissionalismo e tecnicismo, que caracterizam o

trabalho da maioria das ONGs, substituíram, quando não calaram, a voz contestatória dos atores organizados em movimentos sociais.

> Esta crise se agravou justamente no governo Lula, que, ao levar muitos líderes de movimentos sociais para o interior das estruturas de poder, modificou o seu papel, ou seja, o de questionar e, assim, fomentar o debate político. No meu entender, quando uma liderança de um movimento social qualquer concorda em participar de um governo, ela tem de apoiá-lo de alguma maneira. Com isso, ela perde a capacidade de se indignar, algo fundamental para os movimentos sociais e as ONGs (Entrevista 24).

Outro entrevistado, seguindo uma direção diferente da anteriormente citada, afirmou que a institucionalização prejudica os movimentos sociais porque os leva a perder suas características mais vitais, a saber, transparência, horizontalidade, livre expressão e participação dos atores (Entrevista 21). O investimento em campanhas publicitárias de custos elevados, também, foi apontado, por um dos entrevistados, como um fator responsável pelo descrédito em relação ao trabalho de algumas ONGs.

> As ações midiáticas são importantes somente se estiverem vinculadas a ações políticas que gerem efeito na justiça e na gestão pública, caso contrário essas ações são inúteis, pois em nada contribuem para o debate político (Entrevista 02).

O descontentamento revelado por alguns dos entrevistados em relação ao trabalho das ONGs pode ser entendido como conseqüência de um hiato existente entre o desejo imediato de mudança e a realidade dos fatos que se quer mudar. A promoção do desenvolvimento e da justiça social, a proteção dos direitos humanos e o fim das desigualdades sociais são ações transformadoras que requerem um período de média e longa duração para se efetivarem, o que, por vezes, pode não corresponder às expectativas ou às utopias de quem almeja ver os resultados de sua participação, voltada para suprir necessidades coletivas, ocorrerem de maneira mais imediata.

A família e os meios de comunicação de massa aparecem na relação das instituições menos confiáveis com igual índice ao das ONGs. No que diz respeito à família, a desconfiança ocorre por esta ainda reproduzir modelos tradicionais, especialmente no que tange à relação entre os gêneros. Para uma entrevistada, o papel da mulher dentro da estrutura familiar, a despeito das inúmeras conquistas feministas, continua a ter um *status* inferiorizado. Do mesmo modo o é o *status* dos indivíduos cujo comportamento não corresponde aos padrões estabelecidos para cada um dos gêneros (*cf.* Entrevista 03). Por

essa razão, um outro entrevistado classificou a família como uma instituição que, embora acolha, também pode promover exclusão (*cf.* Entrevista 17). Já os meios de comunicação de massa foram considerados pouco confiáveis porque, na opinião dos entrevistados, são parciais e sempre se posicionam em favor das elites, seja ao defender seus interesses mais imediatos, seja ao reproduzir os valores culturais hegemônicos, o que vem contribuir para potencializar os preconceitos sociais.

Quanto às empresas privadas, com 1,8% das respostas mais freqüentes, a desconfiança decorre do fato destas visarem tão somente o lucro, colocando-o acima de todo e qualquer outro interesse ou valor. O exemplo mais recorrente foi o das empresas particulares que atuam na área de educação, que, para um dos entrevistados, estão mais voltadas para a obtenção de lucro do que para a qualidade do ensino ofertado (*cf.* Entrevista 04). Como se vê, a preocupação com os interesses coletivos também se constitui em outra característica fundamental para se confiar ou não em uma instituição, de acordo com os dados obtidos por meio dos entrevistados.

Embora não tenha sido apontado como um movimento social mais ou menos confiável, o movimento estudantil foi lembrado por dois entrevistados quando estes se referiram aos movimentos sociais. Um deles disse não confiar e não acreditar no movimento estudantil pelo fato de haver em seu interior um forte "apadrinhamento político", o que impede os estudantes, segundo ele, de falarem e agirem com autonomia (*cf.* Entrevista 06). Essa visão, na verdade, um tanto ingênua, não considera o fato de outros movimentos sociais, também sofrerem a influência direta ou indireta dos partidos ou apadrinhamentos políticos, mas nem por isso, serem tidos como instâncias destituídas de autonomia.

Muito se falou a respeito da autonomia dos movimentos sociais surgidos no Brasil na década de 1970. Os primeiros estudos sobre esses movimentos costumavam enfatizar sua autonomia e espontaneísmo, o que não significava, porém, a ausência de agentes políticos no seu interior. Se esses agentes não eram apontados nos estudos, devia-se à situação política da época. Se um pesquisador chegasse numa comunidade qualquer para estudar a comissão de moradores e nela encontrasse, por exemplo, um membro do PCB atuando como líder, tal informação tinha de ser omitida, a fim de não expor aquela pessoa aos órgãos de repressão. Sendo assim, nessa primeira fase dos estudos, os movimentos sociais foram vistos como uma força capaz de mudar a cultura política a ponto de poder substituir os instrumentos tradicionais de participação, tais como os partidos políticos, associações e outras instituições (CARDOSO, 1993). Como se vê, da mesma maneira que

ocorria no movimento estudantil, também nos movimentos sociais surgidos na década de 1970 a influência de agentes políticos não era pequena. Ademais, a relativa autonomia interna do movimento estudantil permitiu aos estudantes definir suas próprias reivindicações e nada os impedia de formular reivindicações econômicas, políticas ou culturais, juntamente com reivindicações ligadas aos interesses diretos da sua categoria. (BENEVIDES, 2006).

A despeito da crítica dirigida ao movimento estudantil, uma entrevistada afirmou que atuar nele foi fundamental para sua vida, pois a ajudou a estabelecer articulações com instâncias maiores de participação política, além de tê-la auxiliado a construir uma identidade ideológica. Na sua visão, o movimento estudantil é importante porque possibilita a construção de um perfil jovem na política, que deve estar a serviço dos homens de sua época (*cf*. Entrevista 18).

4.4 – Novos valores na esfera da ação política

No contexto da globalização, os indivíduos jovens costumam ter suas vidas condicionadas por três fatores básicos: o desemprego, que gera exclusão econômica; o narcotráfico, que expõe milhares de jovens, especialmente os de baixa renda, a um alto grau de risco e violência; e a indústria cultural, cuja influência, de acordo com Domingues (2002), tende a padronizar comportamentos, homogeneizando atitudes e estilos de vida, do mesmo modo que reprime o poder da imaginação, da representação e a espontaneidade. É nessa conjuntura que, em contraste, formas alternativas ou mesmo inovadoras de participação juvenil têm sido engendradas. Suas principais características são: a novidade dos motivos da mobilização; a ênfase na ação imediata; a participação direta do indivíduo na organização ou movimento social; e a importância dada à horizontalidade do poder e das formas de participação nos processos de ação e coordenação (SERNA,1998).

Os motivos que levam à mobilização e à participação de atores jovens no contexto atual, diferentemente de décadas passadas, não se propõem a defender ou apoiar meras utopias vinculadas ou mesmo relacionadas somente à oposição entre capital e trabalho. Hoje, os indivíduos jovens têm se mobilizado em torno de inúmeras lutas e abraçado múltiplas novas causas, seja em grupos ou redes, a exemplo da defesa do meio ambiente, da livre expressão sexual, dos direitos humanos como direitos de todos – inclusive, na luta contra a pobreza – da diversidade cultural e das minorias étnicas ou sociais. Também as

prioridades situadas no tempo e no lugar sofreram modificações, uma vez que já não se espera mais que as soluções dos problemas sociais ocorram no futuro e em macro escalas, conforme sustentam (e sustentaram) as teorias revolucionárias clássicas. De acordo com Serna (1998), os indivíduos jovens, hoje, desejam mudanças aqui e agora, decorrentes de uma ação imediata. Nesse sentido, afirma a autora, os indivíduos jovens buscam a efetividade imediata de seu envolvimento, pois seus projetos, ainda que com repercussão no futuro, se relacionam com sistemas claramente estruturados e afetados pela ação no presente. Ademais, são norteados por uma ética que perpassa todo tipo de relação, seja com a natureza, seja entre os indivíduos, ou ainda entre os gêneros ou com os próprios corpos.

Outro fator relevante que caracteriza a participação de atores jovens no contexto atual é o fato de haver pouca disposição para atuar em organizações com estruturas de poder e organização verticalizadas, caracterizadas por um aparato burocrático de maior rigor, a exemplo dos partidos políticos, associações de classe, entidades estudantis, entre outras. Hoje, os indivíduos jovens têm buscado integrar organizações de estruturas horizontalizadas dotadas de um aparato burocrático mais flexível, que permite aos militantes ou afiliados maior autonomia individual. Diferente das formas tradicionais de organização da política, as de modelo horizontal, a exemplo das ONGs que lutam por uma nova política, se colocam como facilitadoras das transformações sociais e não como centralizadoras. Assim, definem identidades que promovem espaços democráticos de vinculação, pois, para evitar a homogeneização por grupos particulares, instituem coordenações descentralizadas que, de modo algum, podem assumir a representação em nome de todos os componentes. Em tais espaços, a participação e a organização dos atores acontece de forma mais direta em diferentes intensidades, que vão desde a assistência a uma manifestação até à integração em redes. O fundamental, entretanto, é compreender que a participação mais direta dos indivíduos jovens, hoje, tem como principal característica a pluralidade dos conteúdos e das formas de atuar. No presente contexto da globalização, a utopia consiste em encontrar os vínculos entre o particular e o universal e, dessa maneira, construir um mundo melhor para todos com mais igualdade e por meio de recursos distribuídos de forma mais equânime. Assim, os indivíduos jovens de hoje estão a contribuir para a redefinição do campo do político com práticas e valores inovadores, além de modos de atuar que exigem um engajamento mais cotidiano, através do qual, reconstroem as culturas políticas (BECK, 1997; SERNA, 1998).

A valorização da ética como elemento fundamental de geração de confiança nas instituições, conforme apontaram os entrevistados, corrobora a idéia de Ribeiro (2004) já apresentada, no que tange ao sentimento de indignação como um fator essencial para introduzir novos e importantes valores na esfera da ação política. A motivação para a ação política no contexto atual advém, justamente, dos movimentos e ações sociais orientados por uma indignação moral em relação àquilo que não é eticamente defensável. Essa atitude frente ao mundo pode, inclusive, segundo o autor, reverter o atual quadro de desconfiança e desmoralização generalizada da qual a política profissional, no âmbito dos partidos e dos parlamentos, costuma ser alvo constante de crítica. É exatamente nesse aspecto que se encontra um dos grandes paradoxos da política hoje.

Pode-se dizer que, ao mesmo tempo em que tem ocorrido uma expansão da democracia esta também tem sido cada vez mais alvo de críticas profundas, especialmente no que tange às instâncias democráticas de representação, assim como os valores da democracia liberal. Tais instâncias têm esvaziado o sentido da representação e não têm correspondido às demandas sociais, provocando uma crise de confiabilidade. Para Giddens (2007), no mundo contemporâneo, não há mais a mesma disposição de antes em relação ao exercício do poder político baseado em autoridade centralizada ou em atitudes que não privilegiem a dignidade da pessoa humana. Entretanto, o desenvolvimento dos sistemas de comunicação produziu cidadãos mais conscientes e exigentes a ponto de a sociedade civil exercer um controle maior sobre as resoluções do Estado-Nação, conforme afirma Kaldor (2003). Em relação à percepção da democracia atualmente, por exemplo, as respostas dadas pelos entrevistados não diferem muito das idéias de Giddens e Kaldor, conforme mostrado na Tabela 03, reproduzida a seguir[23].

[23] É importante ressaltar que essa parte do questionário de pesquisa – valores e referências sócio-culturais – foi dividida em cinco blocos temáticos (vide Anexo A). Em cada bloco, agrupou-se uma série de afirmações sobre liberdade, democracia no mundo atual, direitos humanos, justiça social e aplicação das leis e, por fim, sobre participação e política. Para cada afirmação, o entrevistado poderia escolher entre as seguintes opções: concordo plenamente (CP), concordo (C) (agrupadas na coluna Concordam), indiferente (IN), caso nunca tivesse pensado no assunto ou, ainda, não tivesse uma opinião formada a respeito, e, finalmente, discordo (D) ou discordo plenamente (DP) (agrupadas na coluna Discordam). Vale lembrar que alguns entrevistados fizeram questão de justificar a sua opção. O mesmo método foi aplicado a todas as tabelas seguintes e teve como base o método de coerência interna desenvolvido por Gardner Murphy e Resis Likert, a partir das escalas de coerência interna estabelecidas por Thurstone (*apud* Good; Hatt, 1997).

TABELA 03 – A democracia no mundo atual

Enunciados	Respostas					
	Concordam		IN		Discordam	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
1) Democracia é viver a sua individualidade sem restrições	01	4,2	01	4,2	22	91,6
2) Democracia é a convivência na coletividade dentro das normas estabelecidas pela sociedade	20	83,3	01	4,2	03	12,5
3) Democracia é a realização dos interesses individuais, sem restrições	03	8,3	01	4,2	20	87,5
4) Democracia é a participação individual nas diferentes esferas da vida social	16	66,7	03	12,5	05	20,8
5) Democracia é a participação por meio de relações sociais coletivas organizadas	20	100	-	-	-	-
6) Democracia é a combinação entre escolhas pessoais, valores e participação política	22	91,7	02	8,3	-	-
7) A participação política dos indivíduos é fundamental para o desenvolvimento das instituições democráticas	23	95,8	01	4,2	-	-
8) A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo	13	54,2	04	16,6	07	29,2
9) Em algumas circunstâncias é melhor uma ditadura política do que um regime democrático	06	25	04	16,6	14	58,4

Fonte: pesquisa de Campo (2008/2009).

Para opinar sobre o sentido da democracia hoje, os entrevistados se posicionaram em relação aos nove enunciados acima da seguinte maneira. No que tange à idéia de a democracia significar "a participação individual nas diferentes esferas da vida social" (enunciado 4), a maioria dos entrevistados (66,7%) disse concordar. Também a maioria (91,7%) concordou com o enunciado 6: "democracia é a combinação entre escolhas pessoais, valores e participação política". Já sobre "democracia é a participação por meio de relações sociais coletivas organizadas" (enunciado 5), a concordância foi total. De fato, como diz Giddens (2007), o contexto histórico contemporâneo possibilitou a expansão da democracia, sobretudo, na América Latina e no Leste Europeu, lugares que, durante a década de 1980, viram seus regimes ditatoriais e/ou totalitários se desestruturarem por completo, principalmente após a queda do muro de Berlim, em 1989. A década posterior foi marcada por um processo de abertura de novos canais de interlocução entre a sociedade civil e o Estado nesses países; por conseguinte, houve uma intensa organização da sociedade civil nesses anos. A grande novidade diz respeito à centralidade das ONGs nos espaços cujas demandas sociais (materiais ou simbólicas) vieram a se articular (TEIXEIRA, 2002; GOHN, 2002). Em acordo com o contexto no qual estão inseridos, 95,8% dos entrevistados disseram concordar com a idéia de que "a participação política dos indivíduos é fundamental para o desenvolvimento das instituições democráticas"

(enunciado 7). Inversamente, a maioria (91,6%) discordou da idéia de que a democracia significa viver a individualidade sem restrições, conforme o enunciado 1. Do mesmo modo, a maioria (87,5%) rejeitou a assertiva 3, "democracia é a realização dos interesses individuais, sem restrições". Um dos entrevistados afirmou: "Quando se parte para o coletivo já se resolve o individual" (Entrevista 20). Igual número de entrevistados (87,5%) concordou com a idéia de que a "democracia é a convivência na coletividade dentro das normas estabelecidas pela sociedade" (enunciado 2).

Por outro lado, o aumento de uma consciência cidadã, mais forte e atuante, produziu, também, um significativo descontentamento em relação aos regimes democráticos, mesmo aqueles há muito estabelecidos, pois a política parlamentar ortodoxa tem se revelado incapaz de atender a contento as exigências geradas pelas mudanças que atingem impetuosamente a vida das pessoas (GIDDENS, 2007). Mais uma vez, as respostas obtidas se aproximam dessa idéia. Ao se depararem com as assertivas 8 e 9, as opiniões dos entrevistados se dividiram. Para 54,2% deles "a democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo" (enunciado 8). Quatro disseram ser indiferentes a essa questão e sete disseram discordar. Um dos que discordou, ressaltou que "a democracia tem seus limites, mas hoje não há outra forma melhor experimentada para se viver em coletividade" (Entrevista 14). Já em relação a uma ditadura política, em algumas circunstâncias, ser melhor do que um regime democrático (enunciado 9), 25% deles disseram concordar com essa afirmação. Quatro alegaram ser indiferentes à questão, ao passo que 58,4% a rechaçaram completamente. Entre aqueles que concordaram, uma entrevistada fez questão de enfatizar que ela se referia não a uma ditadura "do ponto de vista militar, mas sim à ditadura do proletariado" (Entrevista 18). O entrevistado que se disse indiferente a essa questão declarou ser difícil posicionar-se frente a esse assunto, pois como nunca viveu uma ditadura de fato, não podia garantir que, em algumas circunstâncias, esse tipo de regime pode ser melhor que a democracia (*cf.* Entrevista 02). Como se vê, as opiniões obtidas parecem corroborar a percepção de Giddens sobre o descontentamento político frente aos regimes democráticos atuais.

Contudo, a acentuada desconfiança nos políticos e o descontentamento nos processos democráticos ortodoxos não implicam, necessariamente, diz Giddens (2007), na falta de confiança nos processos democráticos como um todo. Muito pelo contrário, como se viu acima. Segundo o autor, hoje, há um interesse maior na política do que havia em outras épocas, o que vale, também, para os indivíduos jovens. Entre os entrevistados, essa idéia apareceu com bastante força, conforme ilustra a Tabela 04, abaixo reproduzida.

TABELA 04 – Participação e política

Enunciados	Respostas					
	Concordam		IN		Discordam	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
1) A política é muito importante, pois somente através dela os problemas sociais podem ser solucionados	21	87,5	03	12,5	-	-
2) A política tem uma importância relativa na sociedade, pois a sociedade dispõe de mecanismos mais eficientes para a solução dos problemas coletivos	12	50	01	4,2	11	45,8
3) A política não tem nenhuma importância para a sociedade	-	-	01	4,2	23	95,8
4) A melhor maneira de se resolver os problemas sociais de um país é a atuação de um líder forte que se sobreponha aos demais atores sociais	-	-	-	-	24	100
5) A melhor maneira de se solucionar os problemas sociais de um país é estimular a participação da população nas decisões governamentais	24	100	-	-	-	-
6) Os problemas sociais de um país só podem ser superados através do diálogo e da negociação dos diferentes interesses da sociedade, arbitrados pelas instituições do Estado.	15	62,5	03	12,5	06	25
7) A participação política dos indivíduos se restringe à sua participação no processo eleitoral	-	-	-	-	24	100
8) A participação política dos indivíduos se restringe à sua participação nas instituições tradicionalmente concebidas como políticas (Estado, partidos, estruturas de representação política, etc.)	-	-	-	-	24	100
9) A participação política dos indivíduos pode ocorrer fora das instituições tradicionalmente concebidas como políticas (Estado, partidos, estruturas de representação política etc.)	24	100	-	-	-	-

Fonte: pesquisa de campo (2008/2009).

Dos vinte e quatro entrevistados, 87,5% alegaram concordar com a idéia de a política ser muito importante para a solução dos problemas sociais (enunciado 1). Já 95,8% disseram discordar com a idéia de que "a política não tem nenhuma importância para a sociedade" (enunciado 3). Um entrevistado fez questão de frisar que "a política é o principal instrumento das sociedades modernas, pois permite discutir, confrontar opiniões. Ela move o mundo" (Entrevista 18). Outra depoente disse não haver nada fora da política: "Parafraseando Lênin, fora da política e do poder tudo é ilusão. Debater o poder significa fazer política" (Entrevista 18). Para outro, a política e a participação podem ser definidas nos seguintes termos:

> A política não é o único valor que norteia nossa vida ou a sociedade, também há a ética e a moral. Ela está presente no nosso cotidiano, mas não deve ser totalizadora, embora interfira em tudo, até nas relações mais íntimas. Ética, política e estética trabalham em conjunto. Já a participação significa trabalho coletivo. Sair da esfera meramente individual para a coletiva porque política

> se trata de convencimento. Quando a sociedade se organiza ela está com vivacidade. Ninguém é despolitizado. O que ocorre é que se diferenciam as concepções de política (Entrevista 13).

Em relação ao enunciado 4, sobre "a melhor maneira de se resolver os problemas sociais de um país é a atuação de um líder forte que se sobreponha aos demais atores sociais", todos os entrevistados discordaram. Esse posicionamento está em total consonância ao que Giddens (2007) diz em relação ao fato de no mundo contemporâneo não haver mais a mesma disposição de antes para se aceitar o exercício do poder político originado em um comando personalista ou autoritário. Ao contrário disso, todos os entrevistados concordaram que "a melhor maneira de se solucionar os problemas sociais de um país é estimular a participação da população nas decisões governamentais" (enunciado 5). Como é possível perceber, embora os sistemas políticos democráticos atuais estejam a enfrentar uma crise de legitimidade, segundo afirma Touraine (2004), tanto a política quanto as formas associativas de participação continuam a ter uma significativa importância no mundo contemporâneo e os dados dos depoentes revelam exatamente isso. Para todos eles, participar politicamente é fundamental, sobretudo nas decisões governamentais, como já foi dito, e esta participação não se restringe tão somente ao processo eleitoral; pelo contrário, todos os entrevistados discordaram do enunciado 7 que afirma que "a participação política dos indivíduos se restringe à sua participação no processo eleitoral". De acordo com um deles a "política é a possibilidade que se tem de alterar e transformar a dinâmica social. Por isso a participação é essencial para o processo de transformação da sociedade, e ela ocorre independente de filiação partidária ou de militância" (Entrevista 05).

Do mesmo modo, todos discordaram da afirmação "a participação política dos indivíduos se restringe à sua participação nas instituições tradicionalmente concebidas como políticas (Estado, partidos, estruturas de representação política)" – enunciado 8. Um dos entrevistados se posicionou sobre a questão nos seguintes termos: "A política partidária não é importante, mas sim a política do dia-a-dia na comunidade" (Entrevista 11). Outra argumentou da seguinte maneira: "Todas as relações humanas são relações que envolvem política. Incomodar-se com as coisas, discutir, refletir, decidir, tudo isso é política" (Entrevista 09). Seguindo esse mesmo raciocínio, um entrevistado afirmou que "a política permeia toda forma de relação social. Está presente no nosso dia-a-dia e é impossível fugir dela" (Entrevista 22). Para o enunciado 9, que afirma ser possível ocorrer participação política fora das instituições tradicionalmente concebidas como políticas, a

concordância foi unânime. Por exemplo: “Política é a arte de negociar, que envolve interesses diferentes. Se faz cotidianamente nas nossas relações” (Entrevista 23).

Também o Estado não parece ter perdido de todo a sua centralidade, mesmo tendo reformulado seu papel assim como sua relação com a sociedade civil organizada por conta dos impactos promovidos pela globalização; esta tem uma dinâmica que impõe o enfrentamento dos problemas de ordem social, política e ambiental além das suas fronteiras territoriais (VIEIRA, 1996). Na opinião 62,5% dos entrevistados, o Estado continua tendo uma importância ímpar, pois “os problemas sociais de um país só podem ser superados por meio do diálogo e da negociação dos diferentes interesses da sociedade arbitrados pelas instituições do Estado” (enunciado 6). Essa idéia vai de encontro às perspectivas que sustentam que os Estados nacionais na globalização tiveram suas capacidades centrais profundamente transformadas a ponto de se tornarem meramente residuais. Ao contrário, a maior parte dos entrevistados, como dito, considera que o Estado continua a ser a principal arena na qual ocorrem constantes embates entre os diferentes grupos sociais que defendem interesses muito diversos e, por vezes, inconciliáveis entre si. Também é nessa arena estatal que são legitimadas as conquistas políticas empreendidas pelos múltiplos sujeitos e atores organizados em movimentos sociais ou qualquer outro tipo de forma organizativa. Sendo assim, o Estado permanece sendo o suporte e a arena principal que dá continuidade às instituições que refletem os fenômenos sociais. Sendo assim, o Estado não está tão fragilizado ou suas funções não são meramente residuais como cogitam algumas análises sobre o fenômeno da globalização (BARTELSON, 2000).

Entretanto, três entrevistados ficaram indecisos e seis discordarem da assertiva 6, um percentual de 25% do total; isso sugere que a questão do papel do Estado na política e seu papel como arena nas questões de regulação, distribuição e justiça é ainda relevante. Nesse sentido, defender ou criticar a importância do Estado em relação às lutas políticas contemporâneas é um eixo fundamental da análise dos fenômenos sociais. De fato, sobre a persistente relevância do Estado como instituição política e como agência da política na modernidade avançada, vale considerar que, apesar de a política não ser mais uma prerrogativa exclusiva do Estado, este continua a desempenhar um papel central no que tange à organização da vida social na esfera pública e ao ordenamento das instituições (LANIADO, 2008). O Estado é o principal ente com poder suficiente para articular reconhecimento e distribuição no âmbito da justiça social. É, também, a partir do Estado que se pode erigir a base institucional e normativa necessária para a produção de solidariedade no seio da sociedade civil, assim como para ajustar as demandas por bem-

estar social com as exigências de uma economia de mercado (LANIADO, 2008). Ademais, sob a ótica da expansão global capitalista, vale lembrar que são os Estados que continuam a autorizar e legitimar importantes aspectos do processo de globalização e também da soberania. Portanto, estes permanecem como fonte de origem e continuidade desse fenômeno de interação internacional (BARTELSON, 2000) e, do mesmo modo, continuam a ser o repositório jurídico da soberania nacional (ARATO, 2003).

Diferentemente do que afirma o senso comum cotidiano, a juventude atual não é uma categoria social alienada e descontente. Algumas idéias contrárias a esse pensamento podem ser observadas a partir da opinião dos entrevistados sobre a liberdade. Ao serem indagados a esse respeito, eles responderam nos seguintes termos, conforme mostra a TABELA 05 abaixo.

TABELA 05 – Liberdade como possibilidade

Enunciados	Respostas					
	Concordam		IN		Discordam	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
1) As liberdades individuais estão em primeiro lugar uma vez que a liberdade do indivíduo não depende dos outros	11	45,8	-	-	13	54,2
2) Os direitos individuais devem estar subordinados aos coletivos	13	54,2	02	8,3	09	37,5
3) Há liberdade somente em sociedades onde se experimenta e predomina a igualdade material e de tratamento institucional	12	50	02	8,3	10	41,7
4) O respeito ao próximo deve ser considerado tão importante quanto a individualidade	23	95,8	-	-	01	4,2
5) Os limites individuais devem ser entendidos como necessários para o bem coletivo	21	87,5	02	8,3	01	4,2
6) Só há liberdade em sociedades onde se combina distribuição material e reconhecimento das identidades/subjetividades	20	83,4	02	8,3	02	8,3
7) Somente há liberdade em sociedades onde as diferenças e especificidades culturais são toleradas e respeitadas	22	91,6	01	4,2	01	4,2

Fonte: pesquisa de campo (2008/2009).

Como se pode observar, 54,2% dos entrevistados não concordaram com a idéia de que "as liberdades individuais estão em primeiro lugar, uma vez que a liberdade do indivíduo não depende dos outros" (enunciado 1). Um deles justificou sua discordância da seguinte maneira: "o ser humano é um ser político, que vive numa coletividade, por isso ele tem que viver em constante negociação, inclusive no que diz respeito à sua liberdade individual" (Entrevista 14). Para uma entrevistada, as liberdades individuais são um dos

fundamentos mais importantes para a constituição das sociedades e dos movimentos sociais contemporâneos e, por essa razão, elas devem ser garantidas para todos. Entretanto, segundo ela, a liberdade, mesmo a individual, apresenta um marco coletivo (*cf.* Entrevista 18).

Igual número de entrevistados (54,2%) disse concordar com a assertiva 2: "os direitos individuais devem estar subordinados aos coletivos". Em relação à afirmação de que "os limites individuais devem ser entendidos como necessários para o bem coletivo" (enunciado 5), esta foi objeto de concordância para 87,5% dos entrevistados. Já a assertiva 4, o respeito ao próximo deve ser considerado tão importante quanto a individualidade, obteve a concordância da grande maioria dos entrevistados (95,8%).

Entretanto, ao se observar atentamente as respostas referentes às assertivas 1 e 2, percebe-se que essa questão tem um outro lado. É possível notar que a diferença entre os que discordaram da primeira e da segunda assertiva e os que com elas concordaram não é tão expressiva quanto o é em relação às demais assertivas. Para 45,8% dos entrevistados as liberdades individuais estão em primeiro lugar e não dependem dos outros. O mesmo número não concordou ou alegou nunca ter pensado no assunto referente à assertiva 2. Um dos entrevistados chegou mesmo a enfatizar que "os direitos coletivos partem dos individuais" (Entrevista 06).

Essa percepção ambígua e, ao mesmo tempo, antagônica sobre liberdade individual, revelada a partir das reflexões enunciadas pelos entrevistados, chama a atenção para o fato de que o individualismo nas sociedades contemporâneas, conforme analisa Domingues (2002), não deve ser visto como algo uniforme ou singular, mas, sim, a partir de sua acepção mais ampla, pois é orientado por duas dimensões bastante significativas que estabelecem, de maneiras distintas, o elo entre a individualização e a subjetividade coletiva. De um lado, tem-se a dimensão associada ao atomismo produzido pelos mecanismos de desencaixes das formas tradicionais de identificação e interação social promovidas pela modernidade clássica, como classe, comunidade, trabalho e Estado-Nação. Tais formas estão a sofrer, como mencionado anteriormente, uma profunda realocação e redistribuição de poderes, pois, na contemporaneidade, os indivíduos não mais se fixam de forma exclusiva em nenhuma das referidas categorias. De outro lado, o individualismo atual se vincula à autonomia decorrente, em parte, desses mecanismos de desencaixe, mas que exigem dos sujeitos uma atitude mais ativa frente aos desafios postos pelo mundo atual. Enquanto a primeira dimensão depende daquilo que Domingues (2002.) qualifica de abstrações reais previamente focalizadas, alimentando-as constantemente, a

segunda se encontra intrinsecamente integrada ao caráter plural das sociedades contemporâneas, pluralidade esta que se tornou mais visível por conta dos contínuos processos de desencaixes, e também reencaixes ocorridos nas últimas décadas, especialmente a partir de 1968. Tampouco se deve deixar de considerar, como lembra Lafer (1988), que o individualismo integra a lógica da modernidade a qual percebe as liberdades individuais como a faculdade de autodeterminação de todo ser humano.

Os contínuos processos de desencaixes e reencaixes são responsáveis pelo que Domingues (2002) denomina de dialética da liberdade e da reflexividade. O autor chama a atenção para o fato de que mecanismos de desencaixe tornaram os indivíduos, a princípio, mais aptos para escolher uma moralidade e uma identidade, assim como os padrões de relação social se tornaram mais fluidos. Contudo, esses mesmos mecanismos produziram, no mesmo movimento, um desamparo e um senso de desorientação com os quais muitos sujeitos, principalmente aqueles destituídos de poder, seja este de base econômica, política, social ou simbólica, não estão preparados para lidar. Devido à angústia e ao medo provocado por essa situação, muitos tendem a recorrer a fundamentalismos tanto do ponto de vista individual quanto coletivo, o que pode vir a cancelar a própria liberdade que as originou. Dessa forma, se faz necessário que indivíduos (os cidadãos modernos) respondam reflexivamente às demandas da liberdade, a fim de promovê-la ainda mais e não anular o seu sentido.

Outro fator que chama a atenção na análise da Tabela 05 diz respeito à afirmação "somente há liberdade em sociedades nas quais se combina distribuição material e reconhecimento das identidades/subjetividades" (enunciado 6). Como se vê, 83,4% dos respondentes concordaram com essa afirmação. A opinião deles está em consonância com o argumento de Fraser (2001) de que somente a partir da integração entre reconhecimento e redistribuição é possível se adequar a justiça e a democracia às demandas das sociedades contemporâneas. Demandas estas produzidas no contexto pós-socialista, no qual a perda de centralidade da classe levou os atores a se organizarem em torno de reivindicações, ora sobrepostas ora conflitantes, por mudança cultural assim como por mudanças econômicas. Do mesmo, modo 91,6% dos entrevistados se posicionaram em relação ao enunciado 7: somente há liberdade em sociedades nas quais as diferenças e especificidades culturais são toleradas e respeitadas. Os dois respondentes que se posicionaram contrários à idéia fizeram questão de justificar suas escolhas. Para aquele que não concordou e para o que se mostrou indiferente, o problema se encontra exatamente na idéia de tolerância. Para um deles, as especificidades culturais assim como as diferenças que definem as singularidades

dos indivíduos "não têm que ser toleradas, mas sim respeitadas" (Entrevista 20). Para o outro, porém, "há especificidades culturais que são questionáveis, a exemplo da mutilação genital de mulheres praticada por alguns povos" (Entrevista 21). É possível perceber nesta última opinião que a aceitação e o respeito pelas especificidades culturais somente podem ser defendidos se não contrariarem princípios mais universais, a exemplo do reconhecimento da dignidade humana como um direito humano básico que garante proteção à vida e integridade física, à liberdade e à segurança pessoal, a fim de que ninguém seja submetido a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, conforme descrito na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Em relação ao enunciado 3, "há liberdade somente em sociedades onde se experimenta e predomina a igualdade material e de tratamento institucional", as opiniões dos entrevistados se dividiram. Metade disse concordar, enquanto a outra metade discordou ou alegou ser indiferente à questão. Essa divisão permite inferir, entre outras coisas, que a equidade, tão valorizada no contexto histórico contemporâneo, para a qual iguais devem ser tratados de maneira igual e desiguais desigualmente, não é um princípio totalmente aceito, ao menos não entre os entrevistados desta pesquisa. Tal princípio, também, se defrontou com paradoxos, sobretudo quando os indivíduos aqui pesquisados se posicionaram frente à questão da aplicação das leis e da justiça social, conforme se pode observar na Tabela 06 e nas falas reproduzidas adiante.

TABELA 06 – Justiça social e aplicação das leis

Enunciados	Respostas					
	Concordam		IN		Discordam	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
1) Somente há justiça social se a aplicação das leis for igual para todos, sem diferenciação	17	70,8	02	8,3	05	20,9
2) Para haver justiça social, as leis têm que levar em conta situações individuais [econômicas, sociais e culturais]	20	83,3	01	4,2	03	12,5
3) Justiça social significa igualdade de direitos e de oportunidades	24	100	-	-	-	-
4) As leis garantem a igualdade e a justiça na sociedade, a despeito das diferenças sociais e culturais	07	29,1	01	4,2	16	66,7
5) As leis não são suficientes para garantir igualdade e justiça	23	95,8	-	-	01	4,2
6) A aplicação das leis deve ser rigorosa, independentemente da situação dos envolvidos	09	37,5	03	12,5	12	50
7) A aplicação das leis não deve se restringir ao rigor formal, mas deve levar em conta a situação dos envolvidos [direito alternativo]	21	87,5	-	-	03	12,5
8) Em algumas circunstâncias, o não-cumprimento das leis se justifica	11	45,8	03	12,5	10	41,7

Fonte: pesquisa de campo (2008/2009).

Ao se observar as assertivas 1 e 2 da tabela acima, percebe-se um paradoxo. Mais da metade dos entrevistados disse concordar com ambas, 17 e 20 respectivamente. Isso pode ser em parte explicado, tomando-se por base o próprio contexto histórico no qual esses indivíduos estão inseridos. Conforme mencionado anteriormente, uma das principais características da política contemporânea é o alto grau de ambivalência que perpassa todas as experiências humanas e as opções delas resultantes, seja em relação a identidades e projetos de vida, seja em relação a valores, idéias e ideais. Tampouco se deve estranhar o fato de o princípio da equidade estar também marcado, segundo Domingues (2002), por uma significativa ambivalência ou paradoxo. De um lado, afirma o autor, tal princípio pode ser interpretado como um refinamento da justiça. De outro, pode seguir um rumo deveras conservador e servir apenas para preservar desigualdades sociais amplas, pois admite como legítimos padrões já estabelecidos. Nesse sentido, tal princípio pode ser bastante prejudicial tanto para a construção da cidadania, quanto para a superação das injustiças sociais, sejam estas de origem econômica, enraizadas na estrutura político-econômica da sociedade; sejam de origem cultural-simbólica, fixadas nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação social (FRASER, 2001). Sendo assim, uma entrevistada, que optou por marcar a alternativa do meio, ou seja, "indiferente", enfatizou que precisaria pensar melhor sobre a assertiva 1, já que não tinha uma opinião totalmente formada a esse respeito, o que foi confirmado quando ela concordou com a assertiva 2. Na sua apreciação, marcada segundo ela mesma por grandes dúvidas, "às vezes a justiça tem que ser igual com os desiguais" (Entrevista 08). Como se pode perceber, o princípio da equidade está longe de ser unanimidade, devido aos inúmeros aspectos da vida social ao qual se aplica.

Para Fraser (2001), a vida política atual, um contexto histórico denominado pela autora de pós-socialista, caracteriza-se, como já mencionado, pela perda de centralidade da classe social como norteadora das ações empreendidas pelos sujeitos políticos, o que levou os diversos atores sociais a se organizarem em torno de reivindicações voltadas para o combate às injustiças. Estas tanto podem ser de caráter socioeconômico (oriundas da estrutura político-econômica da sociedade, a exemplo da exploração do trabalho, da marginalização econômica que obriga muitos trabalhadores a desempenharem funções em trabalhos indesejáveis ou de baixa remuneração e, em especial, a informalidade e o trabalho ilegal), como relativas à privação (quando não se tem acesso a um padrão material mínimo necessário à sobrevivência). As reivindicações podem ser de origem cultural ou simbólica, a exemplo da dominação cultural, ao não-reconhecimento ou falso

reconhecimento, como, também, ao desrespeito. Ainda que diferentes entre si, estas modalidades de injustiça perpassam os diversos âmbitos da vida social contemporânea, pois estão fixadas em e dão origem a processos e práticas que, sistematicamente, prejudicam uns em benefício de outros. Injustiça econômica e cultural, portanto, não são vividas como esferas separadas, e estão, isto sim, dialeticamente imbricadas, reforçando-se mutuamente (LANIADO, 2008).

O caminho da luta política para superar injustiças econômicas e culturais está na perseguição de dois tipos de diretrizes e lutas que Fraser (2001) denomina de forma abrangente de redistribuição e reconhecimento. A redistribuição visa combater a injustiça de base econômica. Refere-se, segundo a autora, à reestruturação político-econômica da sociedade, seja no que concerne à redistribuição de renda, reorganização da divisão social do trabalho, à sujeição dos investimentos públicos a tomadas de decisão mais democráticas ou à transformação de estruturas econômicas básicas. O segundo caminho das lutas é o reconhecimento; diz respeito à reavaliação positiva de identidades desrespeitadas e de produtos culturais oriundos de grupos marginalizados, assim como o reconhecimento e valoração positiva da diversidade cultural existente nas sociedades, principalmente as industriais. Visa, ainda, transformar radicalmente os padrões societais gerais de representação, interpretação e comunicação, de modo a alterar todas as percepções entre individualidade e identidades.

Ao considerar as noções de redistribuição e reconhecimento propostas por Fraser como recursos de promoção da justiça social, aqui entendida conforme enunciado na assertiva 3 da Tabela 06 – igualdade de direitos e de oportunidades –, percebe-se que essa perspectiva está em total consonância com a opinião expressa pelos entrevistados, já que todos concordaram com tal afirmação. Ao explanar sobre justiça social um dos entrevistados a definiu nos seguintes termos:

> Justiça social implica em promover mecanismos para que as pessoas tenham os mesmos direitos e oportunidades, a fim de que todos tenham uma real possibilidade de alcançar os seus objetivos, independente das origens sociais, da religião, da raça, da sexualidade de cada um (Entrevista 01).

Outro foi além e disse que justiça social significa “reparar os males gerados pelo processo histórico, desde o ambiental até o étnico-racial e econômico” (Entrevista 02). Seguindo um raciocínio semelhante, uma entrevistada conceituou a justiça social como a busca por igualdade, mas não uma igualdade que suprime as subjetividades; trata-se de

igualdade de direitos e deveres. “Isso se faz com políticas públicas voltadas para o combate aos preconceitos e desigualdades históricas”, finalizou a jovem (Entrevista 18). O respeito e aceitação, isto é, o reconhecimento das subjetividades responsáveis pela pluralidade social parece ser mesmo um elemento muito importante para a percepção da justiça social no mundo contemporâneo. Para um entrevistado, o reconhecimento é fundamental até mesmo para a sobrevivência das próprias sociedades.

> Justiça social é o reconhecimento de que uma sociedade, para funcionar, tem que considerar todas as nuances existentes dentro dela, ou seja, toda a sua pluralidade e diversidade, e reconhecer isso como um valor essencial para a sobrevivência daquela sociedade (Entrevista 05).

No entanto, pluralidade e diversidade implicam, também, em conflitos. Em sociedades de grande complexidade, como as sociedades industriais, os atores estão constantemente defendendo interesses que, por vezes, são inconciliáveis. Por essa razão, há conflitos permanentes nas sociedades marcadas pela pluralidade e diversidade cultural. Como argumenta Honneth (2003), os conflitos sociais estão na base do processo de transformação das sociedades, haja vista que a essência deles está pautada numa luta por reconhecimento social e esta, por sua vez, é o motor das mudanças sociais. Mais que isso, a luta por reconhecimento é, segundo o autor, o elemento que movimenta e constitui tanto a subjetividade, quanto a identidade individual e coletiva. As mudanças às quais Honneth se refere podem ser interpretadas como necessárias para garantir a sobrevivência das sociedades, conforme salientou o entrevistado 05 acima. Daí a importância do reconhecimento da diversidade e da pluralidade como valores essenciais atualmente.

Entretanto, a despeito de todos os entrevistados terem concordado com a assertiva 3, em que se lê “justiça social significa igualdade de direitos e de oportunidades”, um deles enfatizou ser necessário relativizar essa questão. Para ele a justiça social é um objetivo idealizado, já que as desigualdades estão, intrinsecamente, ligadas à maneira como os seres humanos se organizam em sociedade.

> Trata-se de uma realidade ideal, na qual as pessoas têm as mesmas condições econômicas, sociais e políticas. Não é possível haver justiça social em sociedades desiguais. Por isso, a justiça social é algo utópico porque nunca houve nem haverá sociedades igualitárias (Entrevista 21).

A necessidade de relativizar a premissa sobre justiça social como sinônimo de igualdade de direitos e oportunidades, embora explicitada por apenas um entrevistado,

parece ser uma idéia presente em outros depoimentos. A assertiva 4 – "as leis garantem a igualdade e a justiça na sociedade, a despeito das diferenças sociais e culturais" – foi rejeitada por 66,7% dos entrevistados, enquanto a seguinte, a qual afirma que "as leis não são suficientes para garantir igualdade e justiça", obteve a concordância de 95,8% dos entrevistados. Para aqueles que concordaram com a assertiva 4, tal premissa é válida somente na teoria, porque no dia-a-dia o que se vê, na maioria das vezes, é justamente o contrário. Ao se analisar as leis como resultado das interações entre os diferentes grupos sociais e, ao mesmo tempo, considerar, como o faz Honneth (2003), o conflito como base dessa interação, pode-se inferir que, de fato, as leis não são suficientes para coibir o desrespeito ou para garantir e promover a justiça social. Para um entrevistado, "as leis por si só não garantem igualdade e justiça, é preciso haver participação" (Entrevista 13). Em outras palavras, é preciso engajamento, assim como fomentar lutas por reconhecimento.

Quanto ao fato de em algumas circunstâncias o não-cumprimento das leis se justificar, conforme afirma a assertiva 8, as respostas se dividiram: 45,8% disseram concordar, enquanto 41,7% discordaram, ao passo que 3 alegaram ser indiferentes a essa questão. A fim de se entender melhor essa divisão, é preciso rever algumas opiniões expressas anteriormente em relação à confiança no Estado e na Justiça. De acordo com um dos entrevistados, conforme já mencionado, "as transformações sociais mais profundas vêm a partir do Estado, porque só ele é capaz de alterar a dinâmica social" (Entrevista 05). Ao pensar o Estado e a Justiça como instituições correlatas e complementares, responsáveis tanto por salvaguardar, quanto por garantir a ordem jurídica da sociedade, assim como a aplicação das leis, pode-se compreender o motivo de a assertiva 8 ter dividido opiniões. Para 62,5% dos entrevistados, conforme visto na análise da Tabela 04, o Estado continua a ter uma importância ímpar, uma vez que os problemas sociais de um país só podem ser superados por meio do diálogo e da negociação dos diferentes interesses da sociedade, arbitrados pelas instância públicas estatais e pelos diferentes espaços do poder do Estado. Trata-se, portanto, de um importante espaço no qual são legitimadas as conquistas políticas empreendidas pelos múltiplos sujeitos e atores organizados em movimentos sociais ou outras formas organizativas. Sendo assim, o não-cumprimento das leis pode significar a não-aceitação do Estado como o espaço legítimo de garantia das conquistas políticas. Por outro lado, as práticas fisiologistas e autoritárias, sobretudo na relação com os menos favorecidos, assim como a omissão do Estado ou a demora para se manifestar frente a questões urgentes para a sociedade, justificariam, na opinião de alguns entrevistados, o não-cumprimento das leis (*cf.* Entrevistas 02, 03, 04, 09, 10, 12, 14 e 15).

Já no que tange ao rigor referente à aplicação das leis, as opiniões coletadas esboçam uma tendência a rejeitar o seu rigorismo formal: 87,5% dos entrevistados concordaram com a afirmação de que "a aplicação das leis não deve se restringir ao rigor formal, mas deve levar em conta a situação dos envolvidos" (enunciado 7). Antes de interpretar esse dado como um possível paradoxo, sobretudo se for comparado com os dados referentes às assertivas 1 e 2, parece ser mais apropriado interpretá-lo como uma preocupação frente a valores mais amplos, pois, conforme enfatizou um entrevistado, as leis podem ser interpretadas e "esta interpretação deve estar sempre voltada para a defesa de valores maiores como os direitos humanos, por exemplo" (Entrevista 13).

No decurso histórico das interações sociais, na formação da modernidade, o conceito de dignidade do ser humano foi elaborado por diferentes correntes do pensamento. A princípio, as religiões monoteístas, em seguida, a filosofia, e, *a posteriori*, a ciência, propuseram, cada uma à sua maneira, diferentes princípios para explicar o sentido de dignidade humana (COMPARATO, 2001). Entretanto, somente em Kant (*apud* COMPARATO, 2001) conforme pontuado no início deste capítulo, a noção de dignidade humana passou a ser interpretada como um imperativo categórico, cujo fundamento determina agir de modo a tratar toda e qualquer pessoa como um fim em si mesma. A partir de então, a dignidade se tornou o princípio fundamental da existência humana, o que contribuiu, sobremaneira, para a emergência da noção atual de direitos humanos.

Ao longo do século XX, os direitos humanos se firmaram e se afirmaram como algo inerente à própria condição humana, que, de acordo com Arendt (2002), se refere não ao Homem, mas, sim, à pluralidade dos homens que vivem e habitam o mesmo planeta, o que iguala e submete todos à mesma condição, ou seja, a condição de humanos liberada de vínculos mais estreitos com particularidades determinadas de indivíduos ou grupos. Sob essa perspectiva, segundo Mbaya (1997), construiu-se gradativamente, sobretudo após a adoção e aceitação da Carta das Nações Unidas (1945) e da Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), o reconhecimento do princípio de que todos, independente do gênero, da etnia, da idade, da classe social, do grupo religioso, da orientação sexual, do grau de instrução, da nação ou de qualquer outro elemento, têm direito à dignidade, ao respeito e de ser admitido como pessoa perante a lei em qualquer lugar. Do mesmo modo, ninguém pode ser excluído dos benefícios e das vantagens oferecidas e salvaguardadas pelo direito, como, também, pela justiça.

Os direitos humanos hoje formam um campo polissêmico – dos princípios do entendimento do indivíduo como ser social integral e da estruturação da vida coletiva às demandas materiais e simbólicas promovidas pelas lutas sociais. São, também, a base política da argumentação por justiça e pela ação do poder público nos regimes políticos norteados pelos princípios da democracia. Na Tabela 07, é possível saber como os entrevistados se posicionaram no que diz respeito à questão dos direitos humanos.

TABELA 07 – Direitos Humanos (DH)

Enunciados	Respostas					
	Concordam		IN		Discordam	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
1) A defesa dos DH é fundamental para garantir a ordem democrática e social	24	100	-	-	-	-
2) Os DH são fundamentais para garantir a liberdade e a pluralidade social	24	100	-	-	-	-
3) Os DH regulam os princípios da cidadania equilibrando a relação entre direitos e deveres	22	91,6	02	8,4	-	-
4) Os DH referem-se a valores que ampliam direitos legais, melhorando a igualdade e a justiça social	20	83,3	03	12,5	01	4,2
5) A violação dos DH limita as condições de vida dos indivíduos e a sua dignidade	23	95,8	01	4,2	-	-
6) A violação dos DH aprofunda as desigualdades sociais	24	100	-	-	-	-
7) Em algumas circunstâncias a violação dos DH se justifica	-	-	02	8,3	22	91,7

Fonte: pesquisa de campo (2008/2009).

De acordo com os dados acima, todos os entrevistados consideraram os direitos humanos como um princípio fundamental nas relações sociais e políticas contemporâneas, haja vista que não houve discordâncias significativas em nenhuma das assertivas apresentadas. Todos concordaram com os enunciados 1 e 2, os quais afirmam serem os direitos humanos fundamentais para garantir a ordem democrática e social, assim como a liberdade e a pluralidade social. 91,6% concordaram com a idéia de os direitos humanos regularem os princípios da cidadania, equilibrando a relação entre direitos e deveres (Enunciado 3). Também a maioria (83,3%) concordou com o enunciado 4, no qual se lê que "os direitos humanos referem-se a valores que ampliam direitos legais, melhorando a igualdade e a justiça social". Do mesmo modo, em relação à violação dos direitos humanos, houve uma concordância quase total, tanto no que diz respeito à limitação das condições de vida dos indivíduos e da sua dignidade, quanto em relação ao aprofundamento das desigualdades sociais caso os direitos humanos sejam infringidos (Enunciados 5 e 6, respectivamente). No que tange a última das assertivas sobre a idéia de

que “em algumas circunstâncias a violação dos direitos humanos se justifica” 91,7% dos entrevistados discordaram, mostrando que os direitos humanos devem ser tomados como princípios inalienáveis nas relações sociais.

O que se pode deduzir desses dados é que os indivíduos jovens entrevistados estão em consonância com o seu tempo histórico, caracterizado por dois fatores significativos. Um deles diz respeito aos intensos questionamentos feitos ao projeto unificador e universalizante da modernidade, isto é, pela gradual perda de confiança nesse projeto. O outro se refere à intensa ampliação das redes de coexistência e interdependência humana, por meio de um acentuado dinamismo das instituições do conhecimento e da comunicação cuja abrangência tem alcance global. A conseqüência é que a afirmação de um novo padrão de política emancipatória que incorpora em seus princípios as especificidades dos diferentes sujeitos sociais. Não por acaso, dizem Bobbio (1992) e Taylor (1994), a defesa dos direitos e a luta pelo reconhecimento de identidades plurais passaram a ocupar o centro das preocupações dos atores e dos movimentos sociais na atualidade.

O principal problema das identidades políticas modernas é sua relação com os direitos, tanto para protegê-los quanto para impedir que eles que sejam continuamente violados na prática (a exemplo do direito à educação e saúde), que sejam transgredidos (a exemplo dos direitos políticos, direito à vida etc.), e que sejam excludentes (por não incluírem todos igualmente livres e emancipados). Reivindica-se, hoje, uma liberdade objetivada em nome da tolerância e da diversidade, para preservar, inclusive, a diferença, a pluralidade e as minorias sociais. Portanto, os direitos não mais são direitos para uma integração homogênea (BOBBIO, 1992).

O contexto atual, também, está profundamente marcado por uma demanda por reconhecimento. Os inúmeros movimentos sociais contemporâneos têm pautado suas ações e estratégias pelo reconhecimento de identidades, a exemplo dos movimentos nacionalistas do fim do século XX, dos movimentos em favor das minorias sociais ou dos grupos “subalternos”, diversas abordagens do feminismo e os movimentos multiculturalistas. Nestes, é possível se perceber com maior clareza os vínculos estabelecidos entre reconhecimento e identidade; esta última compreendida como o entendimento pessoal de um indivíduo ou grupo de indivíduos a respeito das características fundamentais que os definem como seres humanos de forma semelhante. Segundo Taylor (1994), as identidades são parcialmente moldadas pelo reconhecimento dessas características fundamentais por parte dos outros, isto é, das pessoas ou da sociedade ao redor dos indivíduos ou grupo de indivíduos que buscam resguardar aquilo que lhes é constitutivo. O não-reconhecimento ou

um reconhecimento deformado de uma identidade pode ser um dos mais poderosos instrumentos de opressão, pois aprisiona a vítima num falso, distorcido e reduzido modo de ser, conduzindo-a a um processo de auto-depreciação que, por sua vez, a impele a colaborar com a destruição de sua própria substância, em favor do ideário hegemônico que a circunda. O reconhecimento de uma identidade, portanto, não é uma consideração especial dispensada ao outro "que difere de mim", mas, sim, uma necessidade vital para os seres humanos (TAYLOR, 1994).

O que se percebe com a análise dos dados acima explanados é o fato de que os atores jovens contemporâneos agem muito dentro dos limites condicionados pelo contexto social no qual estão inseridos. Porém, isso não é uma restrição da política, porque os espaços de atuação se ampliaram consideravelmente. Hoje, não apenas os espaços tradicionais se constituem como espaços legítimos de participação, mas, também, outros se firmaram como campos possíveis para se agir politicamente, a exemplo das ONGs. Do mesmo modo pode-se dizer que, atualmente, os indivíduos jovens continuam a desejar um mundo melhor, no qual as sociedades sejam mais justas, menos violentas, corruptas e discriminatórias e, por conseguinte, mais igualitárias. Também, permanece uma disposição de contestação que vise revolucionar os modos de agir e pensar com vistas a se construir uma utopia viável por meio da solidariedade, cooperação e participação, as quais ultrapassam, diferentemente de outras décadas, a via parlamentar, partidária ou sindical. O que tem ocorrido é que muitos jovens se tornaram mais céticos em relação aos políticos profissionais, vistos, de uma maneira geral, como não confiáveis e movidos por auto-interesse, ao invés de pautarem suas ações pelos interesses dos cidadãos e da coletividade que devem representar. Em conseqüência, os jovens parecem estar mais interessados em questões políticas sobre as quais os políticos profissionais têm pouco ou nada a dizer, como aquelas ligadas à ecologia, aos direitos humanos, à política de família e à liberdade sexual. No que tange à economia, também, não acreditam que os políticos sejam capazes de lidar com as forças que movem o mercado na era da globalização.

Para Giddens (2007), não é surpresa o fato de ativistas optarem por dedicar suas energias a grupos de interesse específico, como as ONGs de caráter militante, por exemplo, já que estes prometem o que a política ortodoxa parece incapaz de fornecer. A revolução pretendida pelos indivíduos de hoje não tem sido mais vista a partir dos modelos preconizados pelo socialismo clássico, mas muito mais num sentido de transformação do cotidiano e da valorização da consciência cívica, individual e grupo; de uma realidade que tem condenado muitos à exclusão política, econômica e sócio-cultural. Trata-se de uma

revolução molecular no sentido gramsciano, que se constrói no dia-a-dia, e não uma ruptura com o presente ou a construção de uma transformação cujo sentido é projetado para algum dia no futuro.

Como disseram muitos entrevistados, o futuro é agora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para se entender os mecanismos que têm promovido a democratização dos processos sociais, é necessário, de acordo com Martins (2008), considerar tanto as determinações objetivas da realidade sócio-histórica, quanto os fundamentos da vida cotidiana. Segundo o autor, as análises sobre democracia e participação costumam privilegiar os grandes temas institucionais tais como a economia de mercado, o Estado, a democracia deliberativa, os partidos políticos, entre outros, em detrimento de temas relacionados às práticas cotidianas, como se estas tivessem pouca ou nenhuma importância para os processos políticos. Entretanto, promover uma leitura dos fenômenos políticos a partir dos aspectos intersubjetivos da ação dos sujeitos permite evidenciar a multiplicidade de contextos, de poderes e possibilidades da vida social, segundo o autor.

A vida social contemporânea se caracteriza por uma intensa ampliação das redes de coexistência e interdependência humana, cuja abrangência atinge escalas globais nos mais variados âmbitos da vida em sociedade, do econômico-financeiro às lutas políticas e sociais ocorridas dentro e fora das instâncias políticas tradicionais de participação. Na conjuntura atual, tem havido uma interdependência cada vez maior entre os Estados e as diversas instâncias da sociedade civil; o que possibilitou o surgimento de inúmeros movimentos, grupos, redes e organizações que são chamados a participar e fomentar o debate público em diversas escalas (local, nacional e transnacional) referente a questões essenciais dos Estados, cuja soberania, hoje, está muito condicionada e dependente do controle da sociedade civil nacional e internacional. Isso não quer dizer que os Estados na atualidade, apenas, desempenhem papéis residuais, pois eles continuam a autorizar e legitimar muitos aspectos que impulsionaram e impulsionam o processo de expansão capitalista global, assim como as conquistas políticas dos atores sociais organizados (BARTELSON, 2000). Hoje, os Estados são, constantemente, pressionados, tanto pelo poder crescente das redes globais quanto pela força das identidades singulares. Conseqüentemente, o campo político é redefinido em relação à experiência, ao método e à prática de ação, não mais se restringindo apenas aos Estados, às organizações governamentais, às corporações multinacionais e aos acordos internacionais.

As limitações dos Estados diante dos problemas globais estariam conduzindo a sociedade civil a formas organizacionais transnacionais que assumiram para si a responsabilidade pela preservação da cidadania global, uma perspectiva política e

intelectual bastante debatida hoje. Tais formas organizacionais se constituíram em uma força social bastante significativa na conjuntura internacional, especialmente nos últimos vinte anos. Diante desse quadro da conjuntura mundial e de suas bases locais, os principais obstáculos/desafios postos aos movimentos sociais contemporâneos podem ser resumidos em dois tipos. O primeiro se caracteriza pela necessidade de adaptação dos movimentos sociais a uma realidade cada vez mais estruturada em rede. Essa nova realidade obriga os movimentos a refletirem sobre a melhor maneira de passar de um tipo de organização orientada por temáticas específicas para as redes mais amplas de identidades múltiplas, cujas ações contemplam uma imensa heterogeneidade de sujeitos sociais. O segundo conjunto de desafios se refere à complexidade de questões e demandas, assim como à dificuldade de harmonizar a urgência das diferentes temáticas que tais questões e demandas envolvem. A despeito dessas dificuldades e de outras que se impõem, as redes sociais são, de acordo com Scherer-Warren (2007), espaços onde múltiplos sujeitos se articulam trocando informações e experiências e, consequentemente, alargando as perspectivas, assim como os desafios.

As sociedades contemporâneas estão imersas em um processo de transformação mais dinâmico do que o experimentado pelas sociedades anteriores. Esse processo é dotado, segundo Beck (1997), de um duplo movimento: a desincorporação das formas sociais produzidas pela sociedade industrial e a reincorporação dessas mesmas formas em outras que remetem a sociedade industrial à modernidade reflexiva. Independente de sua natureza, todas as modificações ocorridas no contexto atual geram inseguranças de toda ordem nos mais diversos segmentos da vida social, fazendo emergir o que o autor denomina de sociedade de risco, propensa a mudanças e orientada, segundo Giddens (2002), pelo desejo de determinar seu próprio futuro, em vez de confiá-lo à religião, à tradição ou à natureza. Dessa forma, a ação dos atores sociais, hoje, está sempre orientada para o futuro. Este não significa algo que está por vir, mas, sim, um futuro pautado no presente reflexivamente organizado; pois as mudanças processadas nos aspectos íntimos da vida pessoal (auto-identidade) aproximam-se de conexões sociais de grande amplitude nos variados espaços da modernidade tardia. São esses aspectos que constituem a participação política na atual etapa da modernidade. Assim, há uma demanda por um novo padrão de política emancipatória que incorpore em seus valores as especificidades dos diferentes sujeitos sociais.

Para Giddens (2002), é cada vez mais notório que as escolhas de estilos de vida permitem a emergência de questões morais que já não podem ser mais descuradas,

proteladas ou simplesmente esquecidas pelas instituições ou pela sociedade como um todo. Tais questões reclamam para si formas de engajamento que os atores contemporâneos organizados em movimentos sociais apregoam e auxiliam no seu processo de fundamentação. É esse o sentido do que o autor denomina de política-vida, a qual exige que o indivíduo se constitua como um agente capaz de planejar, compreender, projetar e agir, pois trata da auto-realização humana reflexivamente organizada tanto no plano coletivo, quanto no individual, vinculando o eu e o corpo a sistemas de alcance global, por meio da ação no cotidiano. Por ligar essas duas dimensões, a vida politizada traz para o primeiro plano questões morais e, até mesmo, existenciais normalmente negligenciadas pelas instituições centrais da modernidade. Essas questões demandam uma remoralização da vida social em todas as esferas, das mais íntimas às mais universais. Por essa razão, os problemas que a política-vida busca suplantar não se enquadram de maneira fácil aos padrões que usualmente orientam a política institucionalizada. Tal visão de vida politizada, também, se caracteriza por possibilitar uma ação individual e coletiva que pode promover o surgimento de variadas formas políticas que se distinguem, sobremaneira, daquelas predominantes no âmbito dos Estados e das esferas de interação global. Esse movimento é denominado por Beck (1997) de subpolítica, cuja dinâmica congrega tanto o aparato governamental, quanto as opiniões e julgamentos dos inúmeros atores sociais organizados e engajados nas mais diferentes causas, voltadas, quase sempre, para temas como o equilíbrio sócio-ambiental, a defesa e ampliação dos direitos humanos, entre outros.

Estes temas, cada vez mais disseminados no senso comum, não tiveram origem nos meios políticos tradicionais ou no mundo dos negócios ou da ciência. Originaram-se entre os cidadãos organizados à margem dos aparatos da política e do conhecimento institucionalizados. Assim, a subpolítica moldou a sociedade de baixo para cima, alterando as regras do jogo político e possibilitando a participação de agentes externos ao sistema político ou corporativo e de indivíduos, haja vista que, também, incorpora a subjetividade dos sujeitos nos seus fundamentos. Dessa maneira, a defesa dos direitos e luta pelo reconhecimento das identidades passaram a ocupar um lugar de destaque nas preocupações dos atores e dos movimentos sociais contemporâneos.

Os novos conflitos e antagonismos trazidos à baila pela atuação dos atores sociais contemporâneos são a base da interação social, e a luta por reconhecimento, a sua gramática moral (HONNETH, 2003). Para garantir que os direitos humanos sejam assegurados e as diferenças reconhecidas, é preciso promover ações coletivas organizadas. Bauman (2003) afirma que o princípio dos direitos humanos produz um efeito estimulante,

pois incita a produção e perpetuação da diferença do mesmo modo que aglutina em torno dela os esforços em favor da construção de uma comunidade. Esta, porém, será inclusiva somente se a questão do reconhecimento for assentada no terreno da justiça social, que para contemplar de maneira adequada as demandas atuais, deve combinar a redistribuição com o reconhecimento (FRASER, 2001).

As demandas por reconhecimento e redistribuição são o caminho da luta política para superar injustiças econômicas e culturais e para a promoção da justiça social, segundo Fraser (2001). Essa perspectiva está em consonância com a opinião expressa pelos entrevistados, já que todos definiram a justiça social como igualdade de direitos e de oportunidades para todos. Entretanto, essa igualdade não pode ser entendida como algo que suprime as subjetividades. Trata-se tão somente de igualdade de direitos e deveres, pois o respeito e a aceitação, ou seja, o reconhecimento das subjetividades responsáveis pela pluralidade social, se constituem num elemento deveras importante para a noção de justiça social no mundo contemporâneo. Essa percepção aparece de maneira bastante clara na fala de um entrevistado ao definir justiça social: "[...] significa igualdade de direitos, mas para isso é preciso considerar as diferenças de classe, as subjetividades, enfim, a justiça social deve promover a igualdade respeitando as diferenças, as subjetividades" (Entrevista 10). Seguindo essa mesma idéia, outros dois entrevistados definiram justiça social como "a promoção e a garantia do mínimo de dignidade social a partir do respeito pelas diferenças" (Entrevista 24) e como o desenvolvimento de "mecanismos para que as pessoas tenham os mesmos direitos e oportunidades, a fim de que todos tenham uma real possibilidade de alcançar os seus objetivos, independente das origens sociais, da religião, da raça, da sexualidade de cada um" (Entrevista 01). Para outra entrevistada, justiça social alude à igualdade de direitos e deveres, a qual ocorre por meio de "políticas públicas voltadas para o combate aos preconceitos e desigualdades históricas" (Entrevista 18).

Igual importância tem a noção de direitos humanos para a política hoje. Todos os indivíduos entrevistados classificaram os direitos humanos como um princípio fundamental nas relações sociais e políticas contemporâneas, cuja violação, em hipótese alguma, se justifica, pois romperia com princípios que fundamentam a vida coletiva, limitaria, sobremaneira, as condições de vida e, também, a dignidade dos indivíduos, o que contribuiria significativamente para o aprofundamento das desigualdades sociais. Nesse sentido, os direitos humanos foram apontados como primordiais no que tange à garantia da ordem democrática e social, assim como da liberdade e da pluralidade social, o que traz

conquistas para a igualdade e a justiça social. Sendo assim, os direitos humanos estabelecem uma relação bastante estreita com os princípios da cidadania.

No contexto atual, as razões que levam atores jovens a se mobilizarem e a participarem, diferentemente de outras décadas, não dizem respeito tão somente à defesa de causas vinculadas a utopias ou mesmo relacionadas apenas à clássica oposição capital e trabalho**.** Hoje, seja através de grupos ou redes, os indivíduos jovens têm se envolvido, também, com inúmeras lutas, abraçado múltiplas novas causas, a exemplo da defesa do meio ambiente, da livre expressão sexual, dos direitos humanos como direitos de todos, da diversidade cultural e das minorias étnicas ou sociais. Do mesmo modo, as prioridades situadas no tempo e no lugar sofreram alterações significativas, pois já não se espera mais que as soluções dos problemas sociais ocorram somente no futuro e, apenas, em escalas macrosociais, conforme sustentam as teorias revolucionárias clássicas. Torna-se, portanto, essencial entender que a participação mais direta dos indivíduos, em geral, e jovens, em particular, na conjuntura atual, tem como característica mais marcante a pluralidade dos conteúdos e das formas de atuar, isto é, a utopia num contexto de interações sociais globalizadas significa estabelecer vínculos entre o particular e o universal e, assim, construir um mundo melhor para todos. Desta maneira, os indivíduos jovens de hoje vão reconstruindo o campo do político com suas práticas e valores inovadores, cujos modos de atuar têm exigido um engajamento mais cotidiano, por meio dos quais as culturas políticas são reconfiguradas.

A ação política de indivíduos jovens, na presente década, resulta de um campo de forças duplamente estruturado. De um lado, não é possível negar: há significativos determinantes conjunturais que fazem desses indivíduos importantes agentes na busca de um ideal de sociedade mais justa e inclusiva. De outro, esses indivíduos são atores de um conjunto de forças impulsionadas por eles mesmos enquanto atores que, continuamente, produzem e reproduzem valores e modelos de conduta, de comportamento e de ação, os quais transformam o próprio sentido da transformação. Ampliam-se, assim, os espaços democráticos de participação e o entendimento desta como produto da relação entre sujeitos políticos e culturais, entre objetividade e subjetividade. Segundo um entrevistado,

> A participação significa trabalho coletivo. Sair da esfera meramente individual para a coletiva porque política se trata de convencimento. Quando a sociedade se organiza, ela está com vivacidade. Ninguém é despolitizado. O que ocorre é que se diferenciam as concepções de política (Entrevista 13).

Não seria inapropriado afirmar a tese que os atores jovens do século XXI permanecem tão idealistas e dispostos a participar da vida pública quanto aqueles de décadas pretéritas, como a de 1960 e 1970, cujos dilemas e valores ainda se fazem presentes, embora os termos e parâmetros sejam outros. A disposição para contribuir com mudanças sociais significativas continua presente. A expectativa de um desenvolvimento que combine justiça social e liberdade ainda mobiliza o *impetus* de muitos indivíduos jovens. A diferença está no fato de a juventude atual trilhar caminhos outrora inimagináveis, com uma dimensão possível e igualmente legítima do político e, também, por acreditar que para intervir de forma política na sociedade não é preciso, necessariamente, fazê-lo a partir de uma militância estritamente político-partidária.

De acordo com os entrevistados, uma militância de cunho político consiste em defender uma causa de maneira contínua, tenha esta o intuito de transformar a realidade ou de preservá-la. A militância se origina de uma necessidade pessoal multifacetada que se amplia a partir das interações que os indivíduos estabelecem com outros, a ponto de se tornar uma causa coletiva. Para uma entrevistada, a militância somente ocorre em prol de uma causa ou causas que nos afetam subjetivamente. Segundo ela, "a gente só luta pelo que dói na nossa pele" (Entrevista 07). Pode-se dizer que a militância na política, embora tenha como motivação inicial estímulos de ordem subjetiva, visa a comunhão de interesses que, em última instância, são de uma coletividade. Em suma, trata-se de um compromisso tanto com o individual quanto com o coletivo, conforme alegaram vinte e dois dos vinte e quatro entrevistados. Entretanto, para haver militância de fato é necessário criar meios que possibilitem a sua efetivação. Militar politicamente, de acordo com um entrevistado, é ter consciência que se pode desempenhar um papel relevante em algum espaço e canalizar as energias para possibilitar a criação dos meios que conduzirão a uma prática efetiva. Para ele, "isso pode ocorrer em espaços tradicionais ou alternativos, até mesmo em *blogs*, *chats*, comunidades virtuais etc." (Entrevista 05).

Seguindo uma outra linha, dois entrevistados asseveraram que a participação política, em geral, pode ser mais espontânea ou esporádica. Contudo, a militância política é uma forma de participação mais sistemática, "pois exige um plano de ação e estratégias bem elaboradas" (Entrevista 21). Por essa razão, um deles afirmou, enfaticamente, que militar significa "escolher um partido político ou um sindicato" (Entrevista 12). Opondo-se a essa percepção, uma entrevistada definiu a militância política nos seguintes termos: "militar é agir em prol do bem-estar social sem vínculos partidários" (Entrevista 24). Também aqui, entre indivíduos jovens que atuam em ONGs de caráter militante, a

ambivalência tão característica da conjuntura atual se manifestou em relação à ação na política e a participação.

Apesar das divergências apontadas acima, a opinião geral dos entrevistados sobre militância política pode ser resumida da seguinte forma. Militar significa atuar em prol dos valores nos quais se acredita e manter uma relação de coerência com eles. São valores que englobam tanto aspectos objetivos ligados à questão dos direitos humanos, da justiça social, da atuação dos órgãos públicos e da possibilidade de interferir nas políticas públicas, quanto aspectos mais subjetivos relacionados à convivência diária com familiares, amigos, vizinhos etc. Como revelou uma entrevistada: "a militância ocorre no dia-a-dia, é como escovar os dentes, tomar banho, beber água; é pra todas as horas" (Entrevista 09).

Como se pode ver, os atores jovens de hoje percebem que a intervenção na realidade social pode ser feita por meio da sua participação nos micro-espaços cotidianos de ação social e política. O trabalho remunerado ou voluntário nas ONGs militantes, por exemplo, costuma valorizar e estimular toda e qualquer contribuição dos agentes sociais, especialmente daqueles que as integram, uma vez que suas estruturas organizacionais não possuem uma centralização e hierarquização rígidas; assemelham-se mais aos sistemas horizontais de participação analisados por Putnam (2002). Talvez, seja por isso que essas organizações despertam as atenções de tantos indivíduos jovens, pois nelas eles se sentem úteis e valorizados, bem como ocupam, de fato, o centro da ação e da participação que, no mundo contemporâneo, é um princípio político e, amiúde, é também uma reivindicação política (MILANI, 2005). Assim, a juventude tem se expressado através de uma nova forma de engajamento social, uma nova visão de compromisso político e uma nova forma de atuação que extrapolou os espaços tradicionais de atuação para se derramar nos "interstícios" da sociedade. Nesses domínios, há pouco espaço para esquemas ideológicos cujos fundamentos sustentem a idéia de que se pode esperar pelas transformações em um futuro não muito próximo. Nesse contexto, a revolução deixou de ser pensada como algo que exige uma preparação para acontecer em tempo futuros, para ser concebida como algo que se constrói no dia-a-dia da militância.

Ao considerar tais reflexões, Zaneti (2001) afirma que, atualmente, a juventude continua almejando um mundo para todos, com uma sociedade mais justa, menos violenta, menos corrupta, menos discriminatória, mais igualitária. Segundo o autor, há entre muitos indivíduos jovens de hoje uma disposição revolucionária para se construir essa sociedade almejada. Essa disposição pode ser ilustrada com a fala de uma entrevistada. "Não consigo

pensar apenas em minha vida, e *foda-se* (*sic*) o resto" (Entrevista 10). Entretanto, o que está a ocorrer atualmente, é que tal disposição costuma se dar a partir de um tipo de cooperação que não passa, necessariamente, como geralmente acontecia em décadas pretéritas, pela via parlamentar, político-partidária ou sindical. Como ressalta o cientista político Júlio Buére (*apud* WOYAMES, 2004), a participação política dos atores jovens brasileiros sempre foi significativa, como demonstram os fatos históricos. Entretanto, atualmente, "ela está diluída em movimentos alternativos", dos quais fazem parte tanto as ONGs de caráter militante quanto movimentos juvenis urbanos, como o *hip hop* por exemplo.

Em outra esfera da vida na juventude, os movimentos juvenis urbanos, a exemplo do *hip hop*, também se constituem, em muitos casos, como uma manifestação político-social expressiva das novas gerações das periferias dos grandes centros urbanos do mundo. Através dos traços coloridos dos grafites, como, também, das rimas e ritmos dançantes do *rap*, o *hip hop*, além de uma expressão artística, também possui um acentuado teor de denúncia, protesto e reivindicação de inclusão social, funcionando, segundo Cachin (1996), como auto-falantes de um universo paralelo. Sejam estes os guetos negros de Nova Iorque, os *banlieues* parisienses ou as periferias das grandes cidades latino-americanas ou africanas, esse universo paralelo é marcado por uma realidade social que submete milhares de jovens ao desemprego, à violência, à discriminação por conta dos seus endereços e ao preconceito racial e/ou xenófobo. Mesmo se o considerarmos apenas como expressão de uma arte de rua, percebe-se no *hip hop* uma demonstração da capacidade de improviso que esses jovens possuem quando se trata de defender seus conceitos ideológicos e sua visão do mundo no qual vivem. Trata-se, como diz Pais (2006), de uma sensibilidade justiceira voltada para denunciar situações de injustiça com vistas a anunciar outros futuros possíveis. O que esses movimentos juvenis reivindicam, segundo ele, é inclusão, pertencimento e reconhecimento de uma identidade periférica. Desta maneira, o exemplo do *hip hop* mostra como ele se constituiu, com o passar do tempo em um meio político de se viver, de se vestir e também de reclamar o direito por espaço público (KITWANA, 2003).

Nesse século, entende-se que a juventude continua sendo fonte de resistência a valores considerados equivocados, insuficientes ou pouco satisfatórios, conforme discutido no quarto capítulo. Entretanto, a contestação, hoje, é freqüentemente canalizada para formas de ações realizadas em pequenos espaços organizacionais, não necessariamente vinculados a organizações convencionais como entidades estudantis, partidárias ou

sindicais, ou organizadas em manifestações de rua, como as que marcaram as décadas de 1960 e 1970 e que retornam vez por outra hoje. A resistência e a busca por um projeto renovador dos indivíduos jovens de hoje condicionam sua participação não só às formas tradicionais, mas, também, a formas voltadas para demandas de ordem material e imaterial, cujas preocupações deslocaram-se de um terreno puramente objetivista de ação, centrado numa rígida lógica político-estrutural, para campos igualmente complexos, mas que tomam a subjetividade e a individualidade como relevantes para a constituição do sujeito social que, na modernidade tardia, é, também, um sujeito cívico e político engajado; o que não significa propor que os jovens agora são mais engajados ou politizados que os de outras gerações. Tampouco que a geração de indivíduos jovens, no mundo atual, esteja totalmente empenhada na luta pela construção de um projeto de mundo melhor para todos. Afirmar isso, além de expressar uma espécie de ingenuidade tola, seria um paradoxo, haja vista que se trabalhou nesta tese com a idéia de que é a multiplicidade das experiências que forma a percepção e o pensamento da juventude.

A juventude, assim como outras categorias sociais, é perpassada por múltiplas vivências e responde de maneiras variadas às exigências do tempo presente marcado, conforme explanado nos capítulos anteriores, por uma significativa ambivalência que atinge as diversas instâncias da vida social. Dizer, portanto, que os indivíduos jovens, hoje, são demasiadamente apáticos, conformados, pouco politizados e desprovidos de um espírito renovador capaz de intervir no processo de mudanças sociais, pode traduzir, como discorre Bourdieu (1983), de um lado, uma incapacidade do observador de se colocar no lugar daquele cujo comportamento observa, e, de outro, a preocupação deste em atribuir objetividade às suas pré-noções. Para se entender a relação de indivíduos jovens de hoje com a política, é necessário abrir mão dessas pré-noções e permitir que as diferentes vozes de indivíduos jovens se expressem. Somente dessa maneira, diz Melucci (1996), a separação entre as gerações será menos provável, e os movimentos juvenis, assim como seus agentes, poderão vir a ser importantes atores na inovação política das sociedades contemporâneas.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ABRAMO, Helena W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira** – análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. **Cenas juvenis**: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Página Aberta,1994.

ABRAMO, Helena; FACCHINI, Regina. Juventude e integração sul-americana: diálogos para construir a democracia regional – Brasil. Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (POLIS), 2007. Disponível em: <**http://www.juventudesulamericanas.org.br/index.php/biblioteca/cat_view/53-downloads**> Acesso em: 21/02/2009.

ALBUQUERQUE , J.A. Guilhon. **Movimento estudantil e consciência social na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANDRADE, Regis de Castro. Trabalho e sindicalismo no Brasil - memória dos trinta anos do movimento de Osasco. In: **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo: USP, FFLCH, v.10, n.2, p.37-49, out. 1998.

ANDRADE, Rogério Pereira de. Expectativas, incerteza e instabilidade no capitalismo: uma abordagem a partir de Keynes. In: **Revista de Economia Política**, Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, v.7, n.2, abr/jun., 1987.

ARATO, Andrew. Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil: orientações para novas pesquisas. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.27, a.10, p.18-27, fev. 1995.

ARBEX JR., José. Os tempos que se avizinham são perigosos. In: **Revista Caros Amigos**, São Paulo, ano XII, n. 140, p. 35, nov., 2008.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BARTELSON, Jens. Three concepts of Globalization. In: **Journal of the International Sociological Association**. v.15, n. 02, p.180-196, jun/2000.

BAUMAN, Zigmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAVA, Silvio Caccia. O que vem por aí. In: **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, ano 2, n. 16, p. 3, nov., 2008.

BECK, Ulrich. **Pouvoir et contre-pouvoir à l'ère de la mondialisation**. Paris: Editions Flammarion, 2003.

_____. **La sociedad del riesgo global**. Madrid: Siglo XXI, 2002

_____. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BENEVIDES, Sílvio. **Na contramão do poder:** juventude e movimento estudantil. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. A ação política na contemporaneidade. In: FREITAS, Marcus Túlio de; BÁRBARA, Sandro Roberto Santa (Orgs.). **Terceiro setor em discussão**. Salvador: Editora da FIB, 2003.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOCHICCHIO, Regina. Meninos duros na queda. **Jornal A Tarde**, Salvador, 03 set. 2003, p. 03-05.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRANDÃO, Antônio Carlos; DUARTE, Milton Fernandes. **Movimentos culturais de juventude**. São Paulo: Moderna, 1995.

BRINGEL, Breno; ESPIÑEIRA, Maria Victória. Movimentos sociais e política: releituras contemporâneas. In: **Caderno CRH**, Salvador: Centro de Recursos Humanos/UFBA, v. 21, n. 54, p. 419-422, set./dez. 2008.

BRINGEL, Breno. De la resistência del 1968 al despertar autónomo del 2008: acción colectiva, ciclos de protesta y (¿re?) flujos del movimiento estudiantil brasileño. In: **XV Congreso Internacional de la Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos (AHILA)**. Universiteit Leiden (Holanda), 26-29 de Agosto, 2008.

CACHIN, Olivier. **L'offensive rap**. Paris: Éditions Gallimard, 1996.

CAILLÉ, Alain. Um totalitarismo democrático? Não, o parceliterismo. In: MARTINS, Paulo Henrique; MATOS, Aécio; FONTES, Breno (Orgs.). **Limites da democracia**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90 – política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense,1993.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; LANIADO, Ruthy Nadia. Transição democrática, políticas públicas e movimentos sociais. In: MOURA, Alexandrina Sobreira de (Org.). **O estado e as políticas públicas na transição democrática**. São Paulo: Vértice Editora: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1989.

CARVALHO NETO, Joviniano. Resistência democrática e abertura aos marginalizados. In: **D. Timóteo, presença histórica**. Salvador, UFBA, FFCH, Mestrado em História: 1996.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

_____. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.

CHANDHOKE, Neera. What the hell is "civil society"? In: **Open Democracy Ltd**, march, 2005. Disponível em: <http://www.opendemocracy.net/democracy-open_politics/article_2375.jsp>. Acesso em: 12/12/2008.

COELHO, Cláudio Novaes Pinto. **A cultura juvenil de consumo e as identidades sociais alternativas**. São Paulo: s.ed., 1997.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro setor**: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

COHEN, Jean L.. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. In: **Dados**, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27/04/2009.

COHEN, Jean L; ARATO, Adrew. **Sociedad civil y teoría política**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

COLOGNESE, Sílvio Antônio; MÉLO, José Luiz Bica. A técnica da entrevista na pesquisa social. In: NEVES, Clarissa Eckert Baeta; CORRÊA, Maíra Baumgarten (Orgs.). **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 9, p. 143-159, 1998.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. **Fundamentos dos Direitos Humanos**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1997. Disponível em: http://www.iea.usp.br/iea/artigos/comparatofundamento.pdf. Acesso em 30/03/2009.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. "Surf" nas ondas do tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista. In: **Caderno CRH**, Salvador: Centro de Recursos Humanos/UFBA, n. 39, p. 213-255, jul/dez. 2003.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos do Homem. United Nations Information Centre. Office of the High Commissioner for Human Rights. Disponível em: <**http://www.unhchr.ch/udhr/lang/por.htm**>. Acesso em: 23/03/2009.

DIAS, Lucy. **Anos 70**: enquanto corria a barca. São Paulo: Editora SENAC, 2003.

DOMINGUES, José Maurício. **Interpretando a modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002.

EJÉRCITO Zapatista de Liberación Nacional. Cartas y comunicados del EZLN. Disponível em: <**http://palabra.ezln.org.mx**>. Acesso em: 30/04/2008.

FEATHERSTONE, Mike. A globalização da complexidade. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: USP ,n.32, p.105-124, out./1996.

FARIN, Klaus. **Skinhead a way of life**: Eine jugendbewegung stellt sich selbst das. Hamburg: Tilsner, 1996.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

_____. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora UNB, 2001.

FREIRE FILHO, João. Repensando a resistência juvenil: música, política e a recriação do espaço público. In: PRYSTHON, Ângela. **Imagens da cidade**: espaços urbanos na comunicação e cultura contemporâneas. Porto Alegre: Sulina, 2006.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2007.

_____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GIRALDI, Renata. Estudantes invadem UnB em protesto à permanência de reitor. **Jornal Folha Online**, São Paulo, 03 abr. 2008. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u388750.shtml. Acesso em: 21/05/2008.

GOFFMAN, Ken; JOY, Dan. **Contracultura através dos tempos**: do mito de Prometeu à cultura digital. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. **Mídia, terceiro setor e MST**: impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis: Vozes, 2000.

GONÇALVES, Márcio Souza. Minoria, Identidade e virtualidade. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

GONZÁLEZ, Maria Victória Espiñeira. O credo democrático dos jovens universitários de Salvador: liberdade, igualdade, tolerância e propensão para o diálogo. In: **Caderno CRH**, Salvador: Centro de Recursos Humanos/UFBA, v.17, n.42 p.431-440, set-dez, 2004.

GOODE, Willian Josiah; HATT, Paul. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Editora Nacional, 1997.

GOUVEIA, Taciana. Movimentos sociais e ONGs: dos lugares e dos sujeitos. In: **Revista de Sociologia Política**, Florianópolis,UFSCA: Cidade Futura, v.1. n.5. 2004.

GROPPO, Luís Antônio. Juventude e Modernidade. In: **Juventude**: Ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS (GIFE). Números e dados: Terceiro Setor. Disponível em: <**http://www.gife.org.br**>. Acesso em: 29/07/2008.

HABERMAS, Jürgen. **Autonomy and solidarity**: interwiews with Jürgen Habermas. In: DEWS, Peter (Org.). London: New Left Book, 1992.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HELLER, Agnes. **Além da justiça**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. **A condição política pós-moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos:** o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. In: **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, Nov. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf. Acesso em: 01/05/2009.

HONNETH, Axel. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Orgs.). **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo. Editora 34, 2003.

IANNI, Otávio. O jovem radical. In: BRITO, Sulamita de (Org.). **Sociologia da Juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, v.1, p.225-242, 1968.

_____. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

INSTITUTO Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas. Relatório Regional Salvador. Disponível em: <**http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=1073**>. Acesso em: 05/05/2008.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Brasil: Tábua Completa de Mortalidade: Sexo masculino/ Sexo Feminino 2006. Disponível em: <**http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tabuadevida/2006**>. Acesso em: 16/03/2008.

INSTITUTO Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE). Confiança nas instituições. Disponível em: <**http://www.ibope.com.br/opp/pesquisa/opiniaopublica/download/opp098_confianca_portalibope_ago05.pdf**>. Acesso em: 21/03/2007.

INSTITUTO Cidadania. **Perfil da juventude brasileira**. São Paulo, dez., 2003.

INSTITUTO da Cidadania Brasil. Jovens eleitores: consciência e participação na política. Disponível em: <**http://www.institutocidadania.org.br/Html/pesquisa_jovens.htm**>. Acesso em: 03/07/2005.

JANOTTI JR., Jeder Silveira. Mídia, cultura juvenil e *rock and roll*: comunidades, tribos e grupamentos urbanos. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

JANSEN, Peter-Erwin. Heranças de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Orgs.). **Rebeldes e contestadores**: 1968 Brasil, França, Alemanha. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

KALDOR, Mary. "The idea of global civil society". In: **Internacional Affairs**. The Royal Institute of International Affairs. Blackwell Publishing: London, v.79, n.3, p.893-593, may 2003.

KEIL, Ivete Manetzeder. Dos jovens contestadores aos jovens de hoje: uma nova forma de participação na polis? In: BAQUERO, Marcello (Org.). **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

KITWANA, Baraki. **The hip hop generation**. New York: Basic Civitas Book, 2003.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LANDIM, Leilah. Múltiplas identidades das ONGs. In: HADDAD, Sérgio (org.). **ONGs e universidades**, São Paulo: Abong/Peirópolis, p.17-50, 2002.

LANIADO, Ruthy Nadia. As fronteiras da política democrática: a justiça social e as diferentes escalas da ação coletiva participativa. In: MARTINS, Paulo Henrique; MATOS, Aécio; FONTES, Breno (Orgs.). **Limites da democracia**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2008.

_____. Troca e reciprocidade no campo da cultura política. In: **Sociedade e Estado**, v. XVI, n.1-2, jan./dez. 2001.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick et alli. **Iniciação à prática sociológica**. Petropólis: Vozes, 1996.

LEÓN, Oscar Dávila. A rebelião dos pingüins. In: **Revista Eletrónica Latinoamericana de Estudios sobre Juventud,** p. 11-13, ano 2, n. 3, jun. 2006. Disponível em: <http://www.joveneslac.org/portal/000/publicaciones/revista/3/index.htm>. Acesso em: 05/05/2008.

LOIOLA, Elisabeth; MOURA, Suzana. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISCHER, Tânia (Org.). **Gestão contemporânea**: cidades, estratégias e organizações locais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LUZZATTO, Sérgio. Jovens rebeldes e revolucionários: 1789-1917. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). **História dos jovens**, São Paulo: Companhia das Letras, v.2, p.195-258, 1996.

MACIEL, Fabrício. "Todo trabalho é digno? Um ensaio sobre moralidade e reconhecimento na modernidade periférica". In: SOUSA, Jessé (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

MACIEL, Luiz Carlos. **Geração em transe**: memórias do tempo do Tropicalismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

MALVANO, Laura. O mito da juventude transmitido pela imagem: o fascismo italiano. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). **História dos jovens**, São Paulo: Companhia das Letras, v.2, p.259-290, 1996.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MARTÍNEZ, Gonzalo. Otros tiempos, otros movimientos: nuevos tiempos, nuevos movimientos. In: **Revista Eletrónica Latinoamericana de Estudios sobre Juventud,** p. 17-18, ano 2, n. 3, jun/ 2006. Disponível em: <http://www.joveneslac.org/portal/000/publicaciones/revista/3/index.htm>.. Acesso em: 05/05/2008.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, Paulo. O embaraço democrático e os desafios da participação. In: MARTINS, Paulo Henrique; MATOS, Aécio; FONTES, Breno (Orgs.). **Limites da democracia**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2008.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar**: 1964-1968. Campinas: Papirus, 1987.

MARX, Karl. Trabalho, Juventude e Educação Politécnica. In: BRITO, Sulamita de (Org.). **Sociologia da Juventude**, Rio de Janeiro: Zahar, v. 1, p.15-18, 1968.

MATOS, Patrícia. **A sociologia política do reconhecimento**: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. O reconhecimento, entre a justiça e a identidade. In: **Lua Nova** – Revista de Cultura e Política. São Paulo, n. 63, 2004.

MBAYA, Etienne-Richard. Gênese, evolução e universalidade dos direitos humanos frente à diversidade de culturas. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 30, Ago. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12/04/2009.

MEAD, Margaret. **Culture and commitment:** a study of the generation gap. New York: Natural History Press/Doubleday & Company, 1970.

MELUCCI, Alberto. **Nomads of the present**: social movements and individual needs in contemporary society. London: Hutchinson Radius, 1989.

_____. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: **Revista Young**, Estocolmo, v.04, n. 02, p. 03-14, 1996.

MICHAUD, Eric. Soldados de uma idéia: os jovens sob o Terceiro Reich. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). **História dos jovens**, São Paulo: Companhia das Letras, v.2, p. 291-317, 1996.

MILANI, Carlos; LANIADO, Ruthy Nadia. Transnational social movements and the globalization agenda: a methodological approach based on the analysis of the World Social Forum. In: **Brazilian Political Science Review**. Rio de Janeiro, v.1, n.2 p.10-39, jul./dez., 2007. Disponível em: <http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-38212007000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20/03/2008.

MILANI, Carlos. O "princípio participativo" na formulação de políticas públicas locais: análise comparativa de experiências européias e latino-americanas. **XXIX Encontro Anual da ANPOCS**, 2005. Disponível em: <http://www.cooperaremportugues.org/apc-aa-cooperaremportugues/img_upload/b90e04472576dd31550b30512ae582d3/Anpocs_paper_2005_final.pdf>. Acesso em: 21/07/2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 1992.

NAVES, Rubens. Novas possibilidades para o exercício da cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGENIO, Fernanda (Orgs.). **Culturas juvenis**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 07-21, 2006.

OLIVEIRA, Júlia Ribeiro de; CARVALHO, Ana Paula. **A Revolta do Buzú Salvador (BA)**: manifestações dos estudantes secundaristas contra o aumento da tarifa de ônibus. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), 2007.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Representação Brasil. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

PAIS, José Machado. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGENIO, Fernanda (Orgs.). **Culturas juvenis**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PASSERINI, Luisa. A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). **História dos Jovens**, São Paulo: Companhia das Letras, v.2, p. 319-382, 1996.

PESSANHA, José Américo Motta. **Os pensadores**: Jean-Paul Sartre. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

POLETTO, Ivo. Tornando possível um mundo novo: experiências, desafios e perspectivas dos movimentos sociais na década de 1990. In: **Cadernos do CEAS**, Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, n.200, p.99-112, 2002.

POR QUÉ marchan los comandantes del EZLN. In: **La Jornada. México**, D.F. 17/02/2001. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2001/02/17/ezln.html>. Acesso em: 30/04/2008.

PRONZATO, Carlos. **La Rebelión Pingüina**. Direção e roteiro: Carlos Prozato. Salvador/Santiago: La Mestiza Audiovisual Produções, 2006. 1 DVD (40 min).

_____. **A Revolta do Buzú**. Direção e roteiro: Carlos Prozato. Salvador-Três de Maio/RS: La Mestiza Audiovisual Produções/MF Vídeo/Focus Vídeo, 2003. 1 DVD (70 min).

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

QUATTROCCHI, Ângelo; NAIRN, Tom. **O começo do fim** – França, Maio de 68. Rio de Janeiro: Record, 1998.

RAGEPO, Guilherme. **O troco**: por trás das manifestações estudantis de 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) – Centro Universitário da Bahia, Salvador, 2005.

RAMÍREZ, Liliana Galindo. Representaciones sociales de las y los jóvenes en torno a la política: un caso colombiano en el debate internacional de los estudios de juventud. Disponível em: <**http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=155**>. Acesso em: 05/03/2007.

REALE, Giovanni. **História da filosofia**: do Humanismo a Kant. São Paulo: Paulus, 1990.

REIS, Elisa. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do familismo amoral de Banfield. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), n. 29, out. 1995.

RIBEIRO, Renato Janine. Política e juventude: o que fica da energia. In: **Juventude e Sociedade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

ROESE, Mauro. A metodologia do estudo de caso. In: NEVES, Clarissa Eckert Baeta; CORRÊA, Maíra Baumgarten (Orgs.). **Pesquisa social empírica**: métodos e técnicas. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, v. 9, p. 189-200, 1998.

RUBIM, Antônio Albino. Espetacularização e midiatização da Política. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). **Comunicação e Política**: conceitos e abordagens. Salvador: EDUFBA, 2004.

_____. ACM: poder, mídia e política, 2001. Disponível em: <**http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Albino2001.pdf**>. Acesso em: 28/03/2009.

SAMPAIO, Dida. Estudantes da UnB decidem manter reitoria ocupada. **Jornal Estadão**, São Paulo, 14 abr. 2008. Disponível em: http://www.estadao.com.br/nacional/not_nac156528,0.htm. Acesso em: 21/05/2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fórum Social Mundial**: manual de uso. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? In: **Caderno CRH**, Salvador: Centro de Recursos Humanos/UFBA, v.21, n.54, p.505-517, set./dez., 2008.

_____. Fóruns e redes da sociedade civil: percepções sobre exclusão social e cidadania. In: **Política & Sociedade**: Revista de Sociologia Política, Florianópolis: UFSC, v.6, n.11 p.19-40, out., 2007.

_____. Inclusão social e cidadania: a perspectiva das organizações, redes e movimentos. In: AMARAL JR., Aécio; BURITY, Joanildo (Orgs.). In: **Inclusão social, identidade e diferença**: perspectivas pós-estruturalistas de análise social. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. Redes e sociedade civil global. In: HADDAD, Sérgio (Org.). **ONGs e universidades**. São Paulo: Abong/Peirópolis, 2002.

SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e política no Brasil**: a socialização política dos jovens na virada do milênio. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SCHINDLER, Norbert. Os tutores da desordem: rituais da cultura juvenil nos primórdios da Era Moderna. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). **História dos Jovens**, São Paulo: Companhia das Letras, v.1, p.265-324, 1996.

SCHOMMER, Paula. Investimento social das empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado. In: FISCHER, Tânia (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

SERNA, Leslie. Globalización y participación juvenil: En búsqueda de elementos para la reflexión. In: **Revista Jovenes**. México, D.F. Ano 2, n.5, p.22-23, jul.-dez. 1998.

SILVEIRINHA, Maria João. Democracia e reconhecimento: repensar o espaço público. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SOMAVIA, Juan. Recuperar a confiança e enfrentar a crise. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 out. 2008. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2610200808.htm. Acesso em: 02/11/2008.

SORJ, Bernardo. **brasil@povo.com**: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

TAYLOR, Charles. **Multiculturalism**. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. A atuação das Organizações Não-Governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TOURAINE, Alain; KHOSROKHAVAR, Farhad. **A busca de si**: diálogos sobre o sujeito. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

TUDE, João Martins. **Geração de recursos próprios**: uma análise dos seus efeitos na sustentabilidade de ONGs. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração, Salvador, 2007.

VELHO, Gilberto. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (Orgs.). **Culturas jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

VIEIRA, Liszt. Sociedade civil e espaço global. In: **São Paulo em perspectiva**, v.10, n.4, Out-Dez 1996. Disponível em: <http://www.bibliotecacidade.sp.gov.br/produtos/spp/v10n04/v10n04_12.pdf>. Acesso em: 17/11/2008.

VIZIOLI, Paulo. **John Donne**: o poeta do amor e da morte. São Paulo: J.C. Ismael Editor, 1986.

WEBER, Max. **A política como vocação**. Brasília: Editora da UnB, 2003.

WOYAMES, Iaçanã, Qual é a do jovem? In: **Revista Ágora**. Belo Horizonte, ano 3, n.3, p.22-23, set., 2004.

ZANETI, Hermes. **Juventude e Revolução**: uma investigação sobre a atitude revolucionária juvenil no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

ANEXO A – Questionário de entrevistas

ENTREVISTA Nº: **N.T.**:
DATA: **HORA**:
CONCORDA QUE O NOME APAREÇA NA LISTA DOS ENTREVISTADOS OU QUE ALGUMAS FALAS SEJAM REPRODUZIDAS NO TEXTO DA TESE:
SIM ( ) / NÃO ( )

A – IDENTIFICAÇÃO

NOME:_____

1) DATA DE NASCIMENTO: _____ NATURALIDADE: _____

2) GRAU DE INSTRUÇÃO (indicar curso e natureza da instituição, se pública ou privada):

   a) Primário/Ginásio ( )
   b) Secundário/Técnico ( )
   c) Universitário ( )
   d) Pós-graduação: ( )

3) SEXO: ( ) Feminino ( ) Masculino

3) TRABALHO REMUNERADO:
   Sim ( ) Qual: _____
   Não ( )

5) Recebeu ou recebe **apoio financeiro** de alguma Fundação, Entidade ou do Governo para estudar?
( ) Sim, qual?_____ ( ) Não

6) MORADIA (com quem mora)

   a) Pais/Padrasto/Madrasta ( )
   b) Avós ( )
   c) Companheiro(a) ( )
   d) Com amigos ( )
   e) Sozinho(a) ( )
   f) Outros ( ) _____

B – ORIGEM FAMILIAR

1) PROFISSÃO DO **PAI**:

Escolaridade:

( ) Analfabeto ( ) Lê e escreve ( ) 1° Grau ( ) 1º Grau incompleto

( ) 2° Grau ( ) 2º Grau incompleto ( ) 3° Grau ( ) 3º Grau incompleto

2) PROFISSÃO DA **MÃE**:

Escolaridade:

( ) Analfabeto ( ) Lê e escreve ( ) 1° Grau ( ) 1º Grau incompleto

( ) 2° Grau ( ) 2º Grau incompleto ( ) 3° Grau ( ) 3º Grau incompleto

3) EDUCAÇÃO RECEBIDA DA FAMÍLIA

3.1) Como você classificaria a educação recebida da sua família?

RESPOSTA:

3.2) Em que você se baseia para fazer tal classificação?

RESPOSTA:

4) ORIENTAÇÃO POLÍTICA RECEBIDA DA FAMÍLIA:

5.1) Pais instruem e/ou discutem política com os filhos: Não( ) / Sim ( )

5.2) Como classificaria a tendência política dos pais:

PAI –

MÃE –

4.3) Algum dos seus pais tem ou teve algum vínculo com partidos políticos, sindicatos ou associações civis de qualquer natureza? Identifique (escrever ao lado se pai ou mãe):

( ) Partido_____

( ) Sindicato _____

( ) Associação civil _____

( ) Associação religiosa _____

( ) Outros _____

4.4) Em que consiste/consistia esse vínculo:

C – ENGAJAMENTO ATUAL DO/DA ENTREVISTADO/A:

1) Atualmente, possui algum **vínculo** ou realiza algum **trabalho voluntário** em:

a) Partidos políticos ( )
b) Sindicatos ( )
c) Associações civis ou ONG's ( )
d) Organizações ligadas à Igreja ( )
e) Organizações voltadas para o desenvolvimento da cultura ( )

g) Outros

_____

Especificar:

_____

2) Em que consiste esse vínculo ou trabalho voluntário?

3) O que você espera atingir com essa atividade?

D – VALORES E REFERÊNCIAS SÓCIO-CULTURAIS

1) Liberdade como possibilidade

	CP	C	IN	D	DP
1) As liberdades individuais estão em primeiro lugar uma vez que a liberdade do indivíduo não depende dos outros					
2) Os direitos individuais devem estar subordinados aos coletivos					
3) Há liberdade somente em sociedades onde se experimenta e predomina a igualdade material e institucional					
4) O respeito ao próximo deve ser considerado tão importante quanto a individualidade					
5) Os limites individuais devem ser entendidos como necessários para o bem coletivo					
6) Só há liberdade em sociedades onde se combina distribuição material e reconhecimento das identidades/subjetividades					
7) Somente há liberdade em sociedades onde as diferenças e especificidades culturais são toleradas e respeitadas					

2) A democracia no mundo atual

	CP	C	IN	D	DP
1) Democracia é viver a sua individualidade sem restrições					
2) Democracia é a convivência na coletividade dentro das normas estabelecidas pela sociedade					
3) Democracia é a realização dos interesses individuais, sem restrições					
4) Democracia é a participação individual nas diferentes esferas da vida social					
5) Democracia é a participação por meio de relações sociais coletivas organizadas					
6) Democracia é a combinação entre escolhas pessoais, valores e participação política					
7) A participação política dos indivíduos é fundamental para o desenvolvimento das instituições democráticas					
8) A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo					
9) Em algumas circunstâncias é melhor uma ditadura política do que um regime democrático					

3) Direitos humanos (DH)

	CP	C	IN	D	DP
1) A defesa dos DH é fundamental para garantir a ordem democrática e social					
2) Os DH são fundamentais para garantir a liberdade e a pluralidade social					
3) Os DH regulam os princípios da cidadania equilibrando a relação entre direitos e deveres [reciprocidade]					
4) Os DH referem-se a valores que ampliam direitos legais, melhorando a igualdade e a justiça social					
5) A violação dos DH limita as condições de vida dos indivíduos e a sua dignidade [direitos humanos básicos]					
6) A violação dos DH aprofunda as desigualdades sociais					
7) Em algumas circunstâncias a violação dos DH se justifica					

4) Justiça social e a aplicação das leis

	CP	C	IN	D	DP
1) Somente há justiça social se a aplicação das leis for igual para todos, sem diferenciação					
2) Para haver justiça social as leis têm que levar em conta situações individuais [econômicas, sociais e culturais]					
3) Justiça social significa igualdade de direitos e de oportunidades					
4) As leis garantem a igualdade e a justiça na sociedade, a despeito das diferenças sociais e culturais					
5) As leis não são suficientes para garantir igualdade e justiça					
6) A aplicação das leis deve ser rigorosa, independentemente da situação dos envolvidos					
7) A aplicação das leis não deve se restringir ao rigor formal, mas deve levar em conta a situação dos envolvidos [direito alternativo]					
8) Em algumas circunstâncias o não-cumprimento das leis se justifica					

5) Percepção sobre participação e política

	CP	C	IN	D	DP
1) A política é muito importante, pois somente através dela os problemas sociais podem ser solucionados					
2) A política tem uma importância relativa na sociedade, pois a sociedade dispõe de mecanismos mais eficientes para a solução dos problemas coletivos					
3) A política não tem nenhuma importância para a sociedade					
4) A melhor maneira de se resolver os problemas sociais de um país é a atuação de um líder forte que se sobreponha aos demais atores sociais					
5) A melhor maneira de se solucionar os problemas sociais de um país é estimular a participação da população nas decisões governamentais					
6) Os problemas sociais de um país só podem ser superados através do diálogo e da negociação dos diferentes interesses da sociedade arbitrados pelas instituições do Estado					
7) A participação política dos indivíduos se restringe à sua participação no processo eleitoral					
8) A participação política dos indivíduos se restringe à sua participação nas instituições tradicionalmente concebidas como políticas (Estado, partidos, estruturas de representação política, etc.)					
9) A participação política dos indivíduos pode ocorrer fora das instituições tradicionalmente concebidas como políticas (Estado, partidos, estruturas de representação política, etc.)					

E – ENGAJAMENTO E PARTICIPAÇÃO

1) O que entende por política e participação?

_____

_____

_____

2) O que entende por justiça social?

_____

_____

_____

_____

3) O que entende por confiança?

_____

_____

_____

_____

_____

4) Cite de três a cinco instituições/organizações nas quais você **MAIS** confiança hoje. Por quê?

4.1) _____

4.2) _____

4.3) _____

4.4) _____

4.5) _____

5) Cite de três a cinco instituições/organizações nas quais você **MENOS** confiança hoje. Por quê?

5.1) _____

5.2) _____

5.3) _____

5.4) _____

5.5)_____

6) Como você define militância política?

7) Qual a importância das redes para as ONGs e os movimentos sociais?

OBSERVAÇÕES:

ANEXO B – Quadro de entrevistas

ENTREVISTAS	DATA DA REALIZAÇÃO
Entrevista 01	04-12-2008
Entrevista 02	04-12-2008
Entrevista 03	09-12-2008
Entrevista 04	10-12-2008
Entrevista 05	12-12-2008
Entrevista 06	12-12-2008
Entrevista 07	15-12-2008
Entrevista 08	18-12-2008
Entrevista 09	21-01-2009
Entrevista 10	22-01-2009
Entrevista 11	22-01-2009
Entrevista 12	22-01-2009
Entrevista 13	23-01-2009
Entrevista 14	23-01-2009
Entrevista 15	27-01-2009
Entrevista 16	28-01-2009
Entrevista 17	28-01-2009
Entrevista 18	29-01-2009
Entrevista 19	03-02-2009
Entrevista 20	04-02-2009
Entrevista 21	12-02-2009
Entrevista 22	14-02-2009
Entrevista 23	16-02-2009
Entrevista 24	17-02-2009